

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NO TACHO, O PONTO DESANDOU
HISTÓRIA DE PESQUEIRA, DE 1930 A 1950

BARTOLOMEU CAVALCANTI

RECIFE – PE

2005

BARTOLOMEU CAVALCANTI

NO TACHO, O PONTO DESANDOU

HISTÓRIA DE PESQUEIRA, DE 1930 A 1950

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela UFPE, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Doutora Ana Maria Barros.

Recife - 2005

Cavalcanti, Bartolomeu

No tacho, o ponto desandou : história de
Pesqueira, de 1930 a 1950 / Bartolomeu Cavalcanti. –
Recife : O Autor, 2005
268 folhas : il., fotos

Tese (doutorado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CFCH. História, 2005.

Inclui bibliografia.

1. História – História social. 2. Pesqueira,
Pernambuco – Histórico. 3. Indústrias – Ascensão e
decadência – Desregionalização da economia nacional
– Hiperacumulação de capital. 4. Urbanização do
município – Demandas das indústrias – Equipamentos
urbanos. 5. Cotidiano da população – Imbricações das
indústrias – Processo de urbanização. I. Título.

981.34
981.061

CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)

UFPE
BC2005-285

BARTOLOMEU CAVALCANTI

NO TACHO, O PONTO DESANDOU
HISTÓRIA DE PESQUEIRA, DE 1930 A 1950

Tese Defendida e Aprovada em 28 de fevereiro de 2005

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Ana Maria Barros dos Santos (Orientadora)

Prof. Dr. Luís Manuel Domingues do Nascimento

Profa. Dra. Giselda Brito Silva

Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda



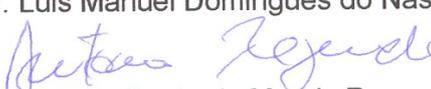
ATA DA DEFESA DA TESE DO ALUNO BARTOLOMEU CAVALCANTI DE OLIVEIRA FILHO

Às 09:00 h do dia 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2005 (dois mil e cinco), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Bartolomeu Cavalcanti de Oliveira Filho** intitulada "**No Tacho, O Ponto Desandou: História de Pesqueira, de 1930 a 1950**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Ana Maria Barros dos Santos (Orientadora), Luis Manuel Domingues do Nascimento, Antonio Paulo de Moraes Rezende, Giselda Brito Silva, Carlos Alberto Cunha Miranda. Assinam, também, a presente ata a Vice- Coordenadora, Prof^a Suzana Cavani Rosas, e a Assistente em Administração Marta Lopes Gomes, para os devidos efeitos legais.

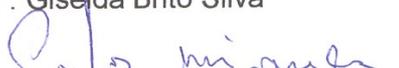
Recife, 28 de fevereiro de 2005.

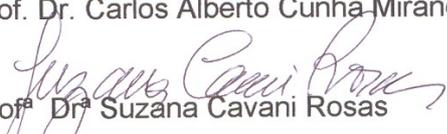

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Barros dos Santos

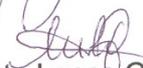

Prof. Dr. Luis Manuel Domingues do Nascimento


Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende


Prof.^a Dr.^a Giselda Brito Silva


Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda


Prof.^a Dr.^a Suzana Cavani Rosas


Marta Lopes Gomes

“Francamente , não pensei encontrar uma cidade tão bem arranjadinha, limpa, ruas bem organizadas.”

Chamou-lhe atenção também “o jardim recentemente inaugurado (...)”, da praça Dom José Lopes “e a casa comercial Loja Sant’Águeda, em prédio novo e moderno, (...). É uma loja de fazendas de boa aparência, assemelhando-se às Lojas Paulistas (...) da cidade de São Paulo”. Essa loja era de propriedade de José de Almeida Maciel.

“Quanto à Fábrica Peixe, nunca supus, é uma potência industrial que honra ao Brasil, não tendo mesmo, a confronto, similar na América do Sul”.

“Da cidade, observei que a gente é boa, simples com certo grau de civilização européia, (...)”.

Entrevista concedida pelo Senhor Artur Stickel, chefe da contabilidade das Indústrias Matarazzo, a Glicério Maciel, na cidade de São Paulo, após visitar Pesqueira em novembro de 1941, sendo ambos colegas de escritório (A Região: p. 01, 15/02/1942).

AGRADECIMENTOS

Neste momento, a minha preocupação é não agradecer na medida exata, e o que é pior, deixar de agradecer aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a consecução deste trabalho. Mas, desde já, peço desculpas a quem aqui não foi citado.

Profa. Dra. Ana Maria Barros, que assumiu a tarefa de orientar este trabalho, contribuindo sobremaneira para a sua consecução, sinceros agradecimentos.

Prof. Dr. Fernando Patriota, zeloso na análise deste trabalho, na fase final de sua elaboração, contribuindo com preciosas sugestões. Muito obrigado.

Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende, pelo amor e zelo acadêmico com que se dedica à História, é exemplo e estímulo a todos que têm o prazer de desfrutar da sua convivência.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em História/UFPE, meus agradecimentos pela convivência salutar nos campos acadêmico e pessoal. Permitam-me agradecer, em especial, às professoras **Dra. Gabriela Martins Ávila** e **Dra. Maria do Socorro Ferraz**.

Às alunas e aos alunos do Programa de Pós-Graduação em História/UFPE, obrigado pela possibilidade de trocarmos conhecimentos e experiências.

Às funcionárias do Programa de Pós-Graduação em História/UFPE, sempre muito profissionais, mas que suavizam as pressões dos prazos, das obrigações e os contratempos, devido à grande solicitude, obrigado.

Às funcionárias e aos funcionários do Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano; da Prefeitura Municipal de Pesqueira; e da Diocese de Pesqueira, nas figuras da **Sra. Lindinalva Costa Santos**, da **Sra. Socorro Pereira Alves** e **Sr. Marcelo José de Lima**, e do **Padre Eliseu**. Muito obrigado.

Fábio Amorim e **Suzeli de Almeida**, amigos e companheiros de profissão, com quem pude debater e clarificar muitas passagens deste trabalho, sinceros agradecimentos.

Meus familiares, alicerce forte e porto seguro, sobretudo a minha mãe, **Maria José Medeiros de Oliveira**, muitíssimo obrigado.

Leonardo Vila Antunes e **Marcílio Melo de Oliveira**, suporte funcional, organizacional e emocional, vítimas dos meus achaques, agradecer-lhes é pouco.

SUMÁRIO

Agradecimentos

Sumário

Resumo

Abstract

INTRODUÇÃO.....	03
1. PESQUEIRA: SUA HISTÓRIA, SUAS HISTÓRIAS.....	10
1.1. A Cidade, Suas Origens e a Urbanização: Situando Pesqueira	10
1.2. História Que Se Conta.....	23
1.3. História Que se Constrói.....	33
1.4. E Esta História?.....	57
2. PESQUEIRA: PARA ENTENDÊ-LA.....	76
2.1. Pesqueira no Contexto da Economia Nacional.....	86
2.2. A Indústria.....	92
2.3. O Estado e Suas Ações.....	100
2.4. A Vida Cotidiana.....	109
2.5. A Igreja.....	118
2.6. Algumas Ilações.....	123
3. PESQUEIRA: DIVERSOS CENÁRIOS.....	125
3.1. Melhoramentos Urbanos.....	125
3.2. A Política.....	145
3.3. A Dinâmica da Cidade.....	159

4. PESQUEIRA: ANUNCIAÇÃO DE UM DRAMA.....	197
4.1. Problemas Urbanos.....	197
4.2. Pobreza e Delinqüência.....	213
4.3. Fecha o Pano, Continua o Drama.....	223
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	244

RESUMO

Este trabalho detém-se sobre a História de Pesqueira, município do Agreste pernambucano, no período de 1930 a 1950, momento de ascensão e declínio das indústrias alimentícias da localidade.

A indústria em Pesqueira imprimiu novo ritmo ao município, transformando-o em importante centro desta atividade, com reflexos significativos no poder público, no processo de urbanização e no cotidiano dos munícipes. Entretanto, a desregionalização da economia nacional, iniciada a partir de 1930, que operou uma nova divisão inter-regional do trabalho, legando ao Nordeste o papel de exportador de matérias primas, produtos agrícolas de subsistência e mão de obra barata e importador de produtos industrializados do Centro-Sul, surtiu efeitos nesta localidade, na década de 1950. Realidade que conjugada ao fato do processo da acumulação de capital das indústrias ter ocorrido em detrimento do crescimento do mercado interno local, provocado pela baixa remuneração da força de trabalho; e à existência de um latifúndio agro-exportador mantenedor de relações de trabalho pré-capitalistas, resulta na derrocada da indústria em Pesqueira.

A análise que se procede não é de história econômica, mas sim, busca-se perscrutar as nuances utilizadas pelas elites pesqueirenses para sufocar as lutas e os conflitos que emergem no processo de determinação das diretrizes, prioridades e necessidades da sociedade, e assim, exercerem uma dominação ideológica, instaurando um consenso social e fazendo o conjunto da sociedade aceitar a direção que elas elegeram.

ABSTRACT

This is work about the history of Pesqueira, a town of the rural area of the state of Pernambuco, though the period do 1930 to 1950, moment of the growth and decline of the food industry (manufactured foodstuffs) of the town.

The food industry in Pesqueira, gave a new face to de town, and changed this city into an important center of this activity, with significant reflects in public administration, in the process of urbanization and in the quotidian of the town inhabitants, change of the national economic region, that began in 1930, that gave a new division to the work, gave to the Northeast a role of raw material exporter, agricultural products for subsistence and a cheap workman-ship and import of industrialized products from the Center-South of the country, change this region in the 50's. Actually, the process of capital accumulation of the industries had took place (occurred) in detriment of the growth of the local market, provoked by the lower salary payed to the workers, and after all, with these facts the existence of a large landed estate (latifundium) that maintain the work relation pre-capitalist, resulting in the industry decadence of Pesqueira.

This isn't a economic history analysis but a research to know, to understand the means that the rich-class of Pesqueira used to suffocate the conflicts that appears in the process of the weds and priorits of the society, and by this way, to use an ideological domination, doing the society of town accept the direction that they had chose.

INTRODUÇÃO

A cidade com suas ruas e praças, edifícios e seus monumentos, o transporte de sua população atarefada etc. Nela também encontramos os artefatos modernos da vida cotidiana, aos quais já não damos muita importância. Com tudo isso a cidade parece querer significar a civilização, tal qual a conhecemos no século XXI. Mas esses são os sinais externos da vida tida como civilizada, porém, algumas de suas características são menos tangíveis, como a música, as artes visuais, os shows cênicos, o saber dos conhecimentos acumulados, que passaram de geração para geração. Acima de tudo, a vida na cidade significa uma forma de vida ordenada. Ordenação que faz todos saber que podem dedicar-se a assuntos pessoais sem impedimentos nem obstáculos e todas as pessoas podem sentir-se seguras sabendo que existem organizações política e social, ação da polícia e dos tribunais que devem zelar pelo cumprimento das leis, uma organização que administra escolas e variada rede de outras instituições de ensino e profissionalização, um governo que legisla e arrecada impostos para custear todo tipo de necessidade imprescindível. Olhando para o passado podemos ver que por trás de toda essa realidade presente jazem séculos de experiências e conhecimentos, que alicerçaram as presentes estruturas sociais e políticas, que promoveram a vida cidadã e a especialização das funções exercidas por seus cidadãos, mas que demandavam deles a alfabetização ou o assenhoreamento do significado dos seus signos, para a sua inserção social.

Finalmente, são esses atributos que caracterizam a cidade, e não o seu tamanho, nem o esplendor dos seus monumentos.

Mas, no interior da cidade, encontramos grupos heterogêneos de pessoas que participam de forma direta no processo de produção, relacionando-se com os meios de produção ou como proprietários ou como despossuídos desses. Existe ainda outros grupos intermediários, não ligados diretamente à produção e sim a serviço de instituições da superestrutura. Evidentemente que essa diversidade suscita interesses igualmente diversos. Isso demanda uma equipe de pessoas, que corporificam o Estado, capazes de organizar e administrar a sociedade em seu conjunto e, sobretudo, de manter a dominação política, no seu sentido *lato*, por parte daqueles que açambarcam o excedente da produtividade do trabalho social.

Dito isso, fica evidente que se de início vislumbramos uma aparente harmonia na cidade, logo percebemos que ela inexistente. Esta detecção nos impôs a utilização de uma metodologia que partindo da observação do real que elegemos, Pesqueira, entre os anos de 1930 a 1950, nos quadros do particular que foi analisado, o poder político, a indústria, o processo de urbanização e o cotidiano, fosse possível verificar a conjuntura e o contexto, sem a prévia aplicação de tendências, leis ou normas provindas de outras situações ou mesmo da teoria. Estabelecemos uma vinculação entre o particular e geral, a prática (situação real observável) e a teoria, sem sobrepor um momento do trabalho ao outro. Assim nos esforçamos para não enxergar o real pelos olhos da

teoria, mas aplicar a teoria a um real observado. A excessiva reflexão teórica, pode descambar para generalizações distantes e que muitas vezes distorcem as realidades observadas. Em contrapartida, o empirismo sem sustentação teórica, o embebedimento de indagações superficiais, pode enveredar por um caminhar em círculo, o que confunde muito mais.

Buscamos assim, trabalhar a partir de uma concepção da dinâmica social aplicada às relações sociais tais como se apresentavam. A observação desse real histórico deve ser feita a partir das relações de produção, cuja concretização histórica particular define as forças sociais em ação num momento dado, sem, no entanto, privilegiar o social enquanto uma das esferas da Formação Social, já que o procedimento apontado ocorreu numa primeira abordagem, antes de se definir as “autonomias relativas”, pois nossa intenção foi a de compreender a sociedade, objeto deste trabalho, em sua dinâmica própria. Tivemos sempre em vista que a história que reconstruíamos era a expressão das contradições, e estas são fatores dinâmicos atuantes a cada momento e em cada esfera da vida societária.

Defendemos, no corpo deste trabalho que a atividade industrial em Pesqueira proporcionou uma hipertrofiada acumulação de capital, carreando para o município todas as mazelas sociais que um processo desse desencadeia e que terminou por ser o algoz dessa própria atividade, sucedido histórico que pode ter similares. Sobretudo, buscamos perscrutar os mecanismos de dominação e as suas nuances, ali gestados, produtores de um consenso e

consentimento social, presente ainda hoje na fala da população, que lamenta o fechamento das fábricas e que assevera que quando essas estavam em funcionamento, tinha-se emprego, vivia-se bem, “*a cidade era boa*”. Essa memória, eivada das relações de poder vivenciadas na época lembrada é certamente uma tentativa de salvar um passado idealizado, para aliviar as agruras do presente. A abordagem aqui faz-nos defender que esse trabalho não se classifica como uma história econômica. Mesmo porque acreditamos que o método que esse viés historiográfico tradicionalmente tem adotado, quantificando dados, atendo-se a análise de quantidade de produção, acumulação de capital, massa salarial, quadros estatísticos, muitas vezes atemporais etc., para a partir daí explicar o universo social, pretere as complexidades no tocante às reações sociais, as especificidades culturais que retratam o comportamento dos agentes humanos desse contexto, obscurecendo o cotidiano da sobrevivência, pauperizando a vida real. Sendo assim, partimos do pressuposto de que não se pode estabelecer uma hierarquia onde as relações econômicas precedam as sociais e culturais, pois todas estão imersas no campo da prática e produção cultural. Daí defendermos que mesmo um estudo econômico de um contexto histórico não pode prescindir de fatores extra-econômicos, buscando-se a partir da análise de uma conjuntura específica perceber a dinâmica da estrutura, pois os níveis de abordagem estão imersos no social e se interligam. Isso porque a racionalidade econômica demanda equilíbrio na resolução dos problemas que se interpõem à sociedade, sob pena dessa Formação Social sucumbir por não equacionar, de forma equilibrada, a relação oferta-demanda. No entanto, quando nos debruçamos sobre as realidades concretas, onde estão em jogo interesses

pela manutenção do *status quo*, que, por reproduzirem uma hierarquia social excludente e seu conjunto de valores, poderiam ser abalados, caso se negligenciasse a sua subjetividade, ou quando mesmo uma situação econômica, mas que se explicita em paradigmas como alianças políticas, relações de parentescos, sentimento de pertencimento etc., é necessária uma abordagem mais totalizante.

Privilegiamos os jornais produzidos e que circularam em Pesqueira, dentro do nosso corte temporal, como fonte deste trabalho. Essa prioridade se deu não para reproduzir os discursos já prontos, mas buscamos desvendar as experiências, interesses e expectativas dos que discursavam para além da lógica dos seus discursos. Ciente estamos de que não daremos conta de todos os sujeitos desse fazer histórico. Nossas principais fontes, de saída, já delimitam um campo de manobra, não definindo, mas, destacando seus principais atores.

Defendemos que, em Pesqueira, se construiu um modelo de sociedade para depois inserir nela a população. Desta forma, o engajamento a essa sociedade deu-se através da aceitação ao que a sua elite dirigente elegia como essencial. A não aceitação desses elementos significava o não pertencimento. Assim, condicionou-se a população a acreditar que as formas de organização de suas vidas proviam de uma esfera superior e intangível, fazendo-a aceitar que a modernização fosse feita a sua custa, como se houvesse incompatibilidade entre uma vida apazível e a introdução dos equipamentos

modernos nas indústrias e na cidade. Sendo assim, devia, cada um, buscar inserir-se da forma mais “vantajosa” possível nessa realidade, tal qual ela se apresentava. Esse mecanismo, pelo que constatamos na atualidade e pelo que conseguimos desvendar com este trabalho, resultou em inúmeros percalços que inviabilizou o rumo que a sociedade trilhava.

O nosso envolvimento emocional com este trabalho é tremendo. Isso transparece em algumas colocações talvez pouco elegantes, por outras vezes carregadas de militância. Tivemos, evidente, a preocupação de dosá-las, mas teimaram em fluir. Devido a essa marca, em nenhum momento nos referimos a Pesqueira como a “*Atenas do Sertão*”, cognominação, que se dizia decorrente “*da inteligência e cultura de seus filhos*”, por defender, no decorrer da nossa análise, que ela é descabida.

Para o pesqueirense comum viver hoje sem as fábricas -- das quais muitos se orgulhavam dos seus tachos de doce que perfumavam a cidade e o ego de sua população -- e com os problemas decorrentes dessa ausência, ver os municípios vizinhos apresentarem crescimento maior que sua terra, a exemplo de Arcoverde (que já foi distrito de Pesqueira) e Belo Jardim, com indústrias nacionalmente conhecidas, como a Moura Baterias (Acumuladores Moura S.A.) e a Palmeiron (indústria alimentícia, pertencente à ASA Indústria e Comércio Ltad.), é convencer-se de que em sua cidade algo desandou. Atônito, recorre a idealização do passado - tempo em que as chaminés fumegavam, o apito das fábricas, juntamente com o sino das Igrejas cadenciavam a sua vida,

onde as filas de caminhões carregados de tomates e as tropas de operários com seus calçados pesados subiam e desciam as ladeiras a caminho da fábrica ou de casa, eram componentes que pareciam estarem definitivamente tatuados na paisagem urbana pesqueira. Sem conseguir entender, muito menos dar resposta para o que ocorreu, lega à falta de água, à mosca branca, as causas para o infortúnio. Como entender que empresas, acomodadas em prédios tão grandes, geridas por pessoas de tanto saber e tantas posses, que tornavam a cidade importante, um dia deixariam de existir e com conseqüências tão danosas? Estupefato, esse nosso personagem só tem uma resposta: No Tacho, O Ponto Desandou.

1. PESQUEIRA: SUA HISTÓRIA, SUAS HISTÓRIAS

1.1. A Cidade, Suas Origens e a Urbanização: Situando Pesqueira

A cidade é um espaço dinâmico que se encontra em constante estruturação nas suas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, que no decorrer do tempo a constroem, a transformam e a reconstroem, respondendo e ao mesmo tempo dando sustentação às transformações engendradas pelo fluir das relações sociais. É ela o território suporte para a atividade industrial, por se constituir num espaço de concentração e por reunir as condições necessárias a esta forma de produção. A industrialização mudou o caráter da cidade ao lhe dar definitivamente um traço produtivo e transformá-la no centro de gestão e controle da economia. Entretanto, a origem da cidade, segundo o autor de *A Cidade na História*, Lewis Mumford, está relacionada ao político e ao social e não ao econômico, como se poderia supor. Para ele,

(...) o mais importante agente na efetivação da mudança de uma descentralizada economia de aldeia para uma economia urbana altamente organizada foi o rei, ou melhor, a instituição da Realeza. A industrialização e a comercialização, que agora associamos ao crescimento urbano, foram, durante séculos, fenômenos subordinados, cujo surgimento se deu provavelmente ainda mais tarde: a própria palavra mercador não aparece nos documentos escritos da Mesopotâmia, até o

segundo milênio quando designa o agente de um templo com o privilégio de comerciar no exterior. (...). (MUNFORD, 1998, p. 44)

Ainda para Munford, é o rei que se coloca no centro quando ocorre a implosão urbana

(...) é ele o ímã polarizador que atrai para o coração da cidade e coloca sob controle do palácio e do templo todas as novas forças de civilização. Algumas vezes, o rei fundava novas cidades; algumas vezes, transformava antigas cidades do campo que tinham estado em construção por muito tempo, colocando-as sob a autoridade de seus governadores: em ambos os casos, seu domínio representava uma mudança decisiva em sua forma e conteúdo. (Ibidem, p. 44)

A cidade comportava uma complexidade social, proveniente da divisão do trabalho, que teve como um dos fatores fundamentais a produção de excedente alimentar. Esta, por sua vez, libera alguns homens das atividades primárias que garantiam a subsistência, possibilitando-os a dedicar-se a outras atividades. Assim é a cidade, espaço onde se concentra gente num ponto, uma inovação técnica de dominação e uma organização da produção, pois parte dessa gente concentrada é constituída de soldados, que representa ponderável potência militar, que paulatinamente vai se profissionalizando, proporcionando às classes dominantes o poder de ampliar territorialmente seu domínio. É então a

cidade, o modo de organização espacial que permite aos dominadores *“maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por elas, em poder militar e esse em dominação política”*. (SINGER, 1998, p. 12)

Esboçada uma definição de cidade e pontuados aspectos de sua origem, é importante perceber que ela era na Antigüidade romana apenas o local de gestão e de domínio, ligado à primazia social do aparelho político-administrativo. Durante a vigência do Feudalismo, portanto no tocante ao mundo ocidental, a cidade passou por uma paralisia, uma vez que *“o modo de produção feudal (...) criou e reproduziu as condições necessárias à economia quase exclusivamente agrícola e intrafeudo, e em contrapartida esvaziou definitivamente o urbano de seu papel econômico e político, reduzindo as cidades européias a funções muito pouco expressivas”* (SPOSITO, 1997, p. 28). Antes do Capitalismo, a vida e a economia urbana eram prolongamentos da vida e da atividade rural. Mas, com o advento desta nova sociedade, a cidade agrega ao aspecto que possuía na Antigüidade romana o caráter produtivo, passando a ser de forma mais marcante o lugar de produção de mercadorias, que traz consigo o desenvolvimento da especialização funcional, somada à divisão social do trabalho. A manifestação dessas novas características decorrentes do setor produtivo busca atender aos interesses de maior acumulação do capital.

Ao mesmo tempo em que o Capitalismo deu nova feição à cidade, ela passou a ser o meio que permitia e dava sustentação a essas mudanças, pois se constituía em ponto de concentração populacional, ou seja, de

força de trabalho. E na medida em que a produção agrícola e a propriedade fundiária deixavam de ser os pontos de apoio da economia e a aristocracia perdia seu papel preponderante na gestão do processo social para a burguesia, a cidade tornava-se o centro da vida social e política.

Com o surgimento da indústria, é reforçado o papel produtivo assumido pela cidade. Para essa nova atividade aproveita-se a infraestrutura e o avanço técnico que a cidade já dispunha. Beneficia-se também do mercado urbano, uma vez que a população ali concentrada, afastada de suas condições de produção no campo e realizando muito precariamente a produção artesanal, torna-se consumidora dos bens e serviços necessários à sua sobrevivência.

No interior da cidade são constantes as modificações que ocorrem em seu crescimento. Sua malha urbana tende a crescer, assim como aumentam e modificam-se as suas construções; fatos semelhantes também se dão com as atividades exercidas pelos cidadãos. Esse dinamismo é resultado da ação de agentes como o poder público, que dentro desse processo amplia a arrecadação de impostos, e a iniciativa privada, que é beneficiada à medida que a cidade cresce e vê melhorar serviços de coleta de lixo, limpeza de ruas, aumento da rede de água e energia etc.

A complexificação da cidade é dinâmica e ocorre numa via de mão dupla, pois resulta das crescentes modificações nela exercidas, dando-

lhe nova feição, e esse novo espaço constitui-se no meio de contínuas modificações.

Portanto, a cidade não surge com a indústria, mas a sociedade urbana é sentido e finalidade da industrialização (LEFEBVRE, 1991, Apresentação). Assim sendo, fica evidente que

(...) A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estado e etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. Entretanto, as transformações da cidade não são os resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (famílias, corpos organizados, profissões e corporações etc.); ela não se reduz mais à organização imediatas e diretas, nem suas metamorfoses se reduzem às mudanças nessas relações. Ela se situa num meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama de ORDEM PRÓXIMA (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ORDEM DISTANTE, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um

*código jurídico formalizado ou não, por uma 'cultura' e por conjuntos significantes. A ordem distante se institui neste nível 'superior', isto é, neste nível dotado de poderes. Ela se impõe. Abstrata, formal, supra-sensível e transcendente na aparência, não é concebida fora das ideologias (religiosas, políticas). Comporta princípios morais e jurídicos. Esta ordem distante se projeta na realidade prático-sensível ao se inscrever nela. Na ordem próxima, através dessa ordem, ela persuade, o que completa seu poder coator. Ela se torna evidente através e na imediatez. A cidade é uma **MEDIAÇÃO** entre mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser para a meditação. (LEFEBVRE, 1991, p. 46)*

Arrematando a longa citação, podemos afirmar que a cidade traz em seu bojo as marcas que lhe impingiram os agentes locais, mas também, as provocadas pelas relações impessoais de produção e propriedade, que carregam consigo as relações de classes, na sua luta incessante para fazer valer seus interesses, que se expressam através de ideologias.

Voltando-nos para o objeto deste trabalho, a cidade de Pesqueira, tendo aqui seu ponto de partida na década de trinta, percebe-se que nesse momento a complexificação da sociedade brasileira encontrava-se num crescente, possibilitando a instituição de um espaço de manobra econômico e político significativo. A cidade afigurava-se como baluarte da ocupação do território, da difusão de bens, estilos de vida, valores culturais e idéias políticas. Dela emana a organização do conjunto do empreendimento de exploração capitalista do território.

O fato de Pesqueira ter sido um entreposto comercial, criou as circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento da indústria, motivando detentores do capital (no caso específico, inicialmente o comerciante Carlos de Brito Cavalcanti), a tomarem a iniciativa de investir nesse segmento. Para o crescimento da atividade e devido a ele, os industriais foram apropriando-se do território, dos imóveis da cidade e sobre eles tomando decisões que determinaram seus usos. Daí, terem se constituído em verdadeiros “donos da cidade”.

A fábrica do Sr. Carlos de Brito Cavalcanti ampliou as suas dependências numa localidade elevada da cidade, daí os problemas com o abastecimento de água e, com a chegada da linha férrea, a distância da estação ferroviária. Esses problemas foram resolvidos com a construção do açude Santana e a instalação de uma linha de bonde carril, com percurso fábrica – estação, pelo proprietário da fábrica.

Na extremidade leste da cidade, numa área mais elevada de onde estava instalada a fábrica, formou-se um aglomerado residencial de operários. No lado oeste da fábrica, num plano mais baixo, ficava o centro comercial da cidade, onde estavam situadas a Igreja Catedral, o pátio da feira, onde depois é construída a principal praça e, mais abaixo, a capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens (1802), primeiro templo da localidade. Desse lado, residiam os mais abastados, com o agravamento de que praticamente não existiam ruas transversais, onde pudessem se fixar residências mais humildes.

Diante desse quadro, se pode deduzir que com o crescimento do aglomerado urbano, as demandas por serviços típicos da cidade tenham se avolumando e sido atendidas proporcionalmente. Entretanto, não foi o caso de Pesqueira, pelo menos no tocante às necessidades dos segmentos sociais mais pobres, pois a estrutura produtiva do campo, baseada na agricultura e pecuária de subsistência, permaneceu inalterada. Até mesmo após a introdução do tomate que vai servir de matéria prima para a massa industrializada deste fruto e que a Fábrica Peixe passa a produzir a partir de 1914. O que se pressupunha é que se desencadeasse um processo de especialização da produção agrícola, o que em parte ocorreu, deslocando um contingente populacional rural para a cidade e demandando a ação de outros agentes no suprimento de necessidades que tiveram que ser preteridas pela aludida especialização. (FEITOSA, 1985, p. 36 - 48)

Atividades desenvolvidas em mini, pequenas e médias propriedades, de forma extensiva, utilizando mão de obra familiar, tinham papel preponderante na reprodução da força de trabalho absorvida pelas unidades fabris, uma vez que, devido aos baixos salários, quase toda família operária tinha uma roça e pequena criação, onde se ocupava a maioria dos seus membros. Muitas vezes o roçado e a criação situavam-se na periferia do perímetro urbano. (Ibidem, p. 36 e 48).

Decorrem dessa realidade duas características marcantes da história do município de Pesqueira: a primeira, é que até a década de 1950, com as fábricas se constituindo em grande atrativo de mão de obra, a população rural apresentava-se em maior número do que a da sede. A segunda característica – que aqui apenas citaremos, buscando desenvolvê-la noutro momento - é a flagrante inibição do crescimento e fortalecimento do mercado interno¹.

Aliado a outros fatores, alimentar no operário a idéia de que ele era um proprietário, foi um dos motivos arrefecedores dos conflitos

¹ No que diz respeito à população, em 1950, Pesqueira tinha 37.732 habitantes, dos quais 22.608 residiam no campo e 15.124, no meio urbano, sendo 13.124, na sede do município e os demais no perímetro urbano dos distritos. Em 1970, de uma população de 50.145 habitantes, 21.900, residiam no campo, 28.245, no meio urbano, sendo 24.637, na sede do município. (IBGE – Censos Demográficos de 1950 e 1970). No tocante ao mercado interno, sabemos que em 1970, a participação da produção industrial na economia local era superior a 82% e que a agricultura e pecuária reunidas produziam um valor equivalente a cerca de 15,8% do valor da produção industrial. “*Lamentavelmente não se dispõe de dados indicativos da participação das atividades comercial e de serviços na economia do município, nem mesmo os valores representativos dos depósitos e aplicações dos dois estabelecimentos de crédito (Banco do Nordeste do Brasil e um estabelecimento particular), que tem agência na sede do município, são disponíveis.*” Ministério do Interior – SUDENE. Relatório Preliminar de Desenvolvimento Local Integrado, Pesqueira, 1972.

urbanos, que a própria existência de segmentos sociais com interesses tão díspares fazia emergir. Acreditar que poderia sobreviver do seu próprio esforço, que dispunha de possibilidades de desenvolver outras atividades, além daquela de empregado assalariado, não ficando tão a mercê desta última no suprimento de suas necessidades, colocava o trabalhador operário num patamar de honradez e respeitabilidade, pois esse trabalho no que lhe pertencia passa a ser “o fundamento de sua autonomia moral”, legitimando a sua reivindicação de respeito. “O trabalhador dá o seu suor e reclama a contrapartida do respeito, o que se traduz na exigência do reconhecimento de que ele faz a parte que lhe cabe. A dignidade do esforço implícito no trabalho possibilita inverter o rito de autoridade de que fala Da Matta (1979)² e, do legítimo lugar de trabalhador, que reconhece a honra de sua condição e reivindica a contrapartida do reconhecimento desta honra, o pobre pode virar o jogo e dizer o seu ‘Você sabe com quem está falando?’.” (SARTI, 1996, p. 69 - 70). Encarar o trabalho dessa jornada extra, realizada por ele ou por seus familiares como algo positivo, ajuda a construir uma auto-imagem do trabalhador que goza de independência e a legitimar um lugar de respeitabilidade. No entanto, essa concepção do trabalho, na prática, sedimenta a submissão do empregado numa relação flagrantemente de exploração como a verificada, a partir da complacência, por parte dos industriais de Pesqueira, à existência de roça e criação sob a posse dos operários, pois, a vinculação à terra permite ao patrão rebaixar o custo do capital variável.

² No seu livro *Carnavais, Malandros e Heróis* (ver bibliografia) Roberto Da Matta, faz uma acurada análise da expressão que ele denominou de *rito de separação e de autoridade*: “Sabe com quem está falando?”, como um traço revelador da vida social brasileira. Segundo Da Matta o seu uso “*revela que quem recebe é porque por algum motivo perdeu a noção de lugar social*”.

No entanto, seu emprego é de cima para baixo, mas em diversas ocasiões e com variações no seu uso as camadas dominadas e destituídas de poder lançam mão deste rito de separação.

Com um olhar mais acurado sobre a cidade é possível desvendar o teor segregacionista do meio urbano. No seu interior os alijados buscam se integrar. Os dominadores aquiescem a esta participação, pois é a partir dela que se pode estabelecer, mesmo estando todos juntos, os diversos lugares sociais. Entretanto, *“(...) não se pode afirmar que a segregação dos grupos, das etnias, dos estratos e classes sociais provém de uma estratégia dos poderes constante e uniforme, nem deve ver nela a projeção eficaz das instituições, a vontade dos dirigentes. (...) no entanto, mesmo onde a separação dos grupos sociais não aparece de imediato com uma evidência berrante, surgem, ao exame, uma pressão nesse sentido e indícios de segregação”*. (LEFEBVRE, 1991, p. 94)

Em Pesqueira, as fábricas criaram situações similares às dos demais locais que sediavam essa atividade, pois a precariedade sanitária, a promiscuidade, o adensamento populacional nos bairros operários, com casas conjugadas, de pequenas dimensões, de porta e janela, sem área para jardim, foram campo fértil para a disseminação de epidemias, causadoras de mortes, na sua maioria registradas como *causa-mortis* distúrbio gastrintestinal (Livros de Enterramentos: Arquivo da Prefeitura Municipal/1949). Os jornais, no entanto, noticiam e reclamam insistentemente das péssimas condições sanitárias da cidade, a exemplo de um artigo, de primeira página, publicado no jornal A Voz de Pesqueira, no dia 06 de outubro de 1946, sob o título *“Pesqueira e seu Estado Sanitário”*, onde o articulista afirma que o estado sanitário não poderia ser pior. Moscas, muriçocas, mau cheiro e ruas de *“terceira categoria”*. Tudo isso

proveniente *“de charcos, esgotos descobertos lixos amontoados e despejos outros oriundos de casas sem fossas, (...)”*.

A despeito das referências às fábricas serem na sua maioria no sentido de apontar o seu papel propulsor de progresso para a cidade, existem na imprensa local flagrantes de conseqüências degradadoras do meio ambiente, decorrente em parte da atividade fabril e, como denuncia o jornal, do descuido do poder municipal, quando se reclamava que os canais que serviam para o escoamento das caldas das fábricas ficavam abarrotados de detritos, pois a Prefeitura não realizava uma limpeza regular, tornando o mal cheiro da água estagnada e dos detritos em putrefação insuportável (Gazeta de Pesqueira, Pesqueira, 24 dez. 1952, p. 04). Ou quando se chamava a atenção para o fato de as matas no entorno da cidade estarem sendo arrasadas para servir de combustível às fábricas e aos trens (A Região, Pesqueira, 26 jul. 1942, p. 01).

Diante desse quadro, não é estranho que os operários tivessem também mais esse motivo para valorizar o seu trabalho ou dos seus familiares na roça e/ou na criação. Pois, na fábrica, local onde conseguiam dinheiro regular, através do salário, que, em tese, lhes garantia o poder de adquirir os bens que o mundo urbano proporcionava e lhes cobrava, era onde sua saúde estava em risco e era também fonte de deterioração do meio ambiente. Em suma, a fábrica também, por mais esses fatores, se constituía num ambiente de insegurança para a integridade do trabalhador.

No entanto, é importante registrar o fato de que em Pesqueira emergiu um discurso único em prol das fábricas. Sua propalada eficiência, não só no fabrico de seus produtos, mas no alavancamento do progresso da localidade, tornou-se modelo para toda a sociedade. Daí, não ter emergido o confronto que foi comum nos locais onde existiam diferentes grupos econômicos dominantes disputando a primazia da atividade sobre o seu controle. Onde os não ligados à atividade industrial viam na indústria um grande mal e advogavam o retorno aos bucólicos tempos do mundo agrícola; e os que viam na indústria a possibilidade de concretizar a libertação do homem pelo domínio da natureza.

A inexistência desse confronto facilitou a implementação de reformulações na cidade, para adaptar-se ao ritmo das fábricas, onde todos as enxergavam como benesses para a localidade e para os seus moradores. Eram essas unidades fabris que pareciam dar segurança ao emprego, contrastando com a insegurança do mundo agrícola. Ver a fábrica e suas constantes inovações como sinal do “progresso” de todos, arrefecia a percepção dos trabalhadores da cruenta exploração que se exercia sobre eles e criava uma expectativa de compensação à rotina do trabalho fabril.

1.2. História Que Se Conta

Muito já se alertou de que a realidade é bem mais complexa do que se consegue constatar com um simples olhar. Não foi outra a intenção do filósofo grego Platão ao elaborar o Mito da Caverna³. Intento semelhante teve o dramaturgo inglês renascentista William Shakespeare ao afirmar que existem muito mais coisas entre o céu e a terra, do que pode imaginar nossa vã filosofia e, trabalhando especificamente sobre cidade, o geógrafo brasileiro Eliseo Savério Spósito afirma:

O filósofo René Descartes, que viveu no século XVII, disse que o espaço poderia ser entendido através de pontos, linhas e ângulos. E não é mais ou menos assim, que conseguimos fazer a primeira leitura das ruas, das praças e dos edifícios?

Quando a nossa preocupação é apenas aquilo que enxergamos, é até possível admitir isso. Mas quando procuramos abstrair, e usar o raciocínio para entender o que está por trás do visual, veremos que a realidade é mais rica que nossa imaginação. (SPÓSITO, 1994, p. 64).

³ Para explicar a evolução do processo de conhecimento, Platão elaborou uma alegoria, conhecida como o Mito da Caverna, segundo o qual a maioria dos seres humanos se encontra como prisioneira de uma caverna, permanecendo de costas para a abertura luminosa e de frente para a parede escura do fundo. Devido a uma luz que entra na caverna, o prisioneiro contempla na parede do fundo as projeções dos seres que compõem a realidade. Acostumado a ver somente essas projeções, assume a ilusão do que vê, as sombras do real, como se fosse a verdadeira realidade.

Se escapasse da caverna e alcançasse o mundo luminoso da realidade, ficaria livre da ilusão. Mas, estando acostumado às sombras, às ilusões, teria de habituar os olhos à visão do real: primeiro olharia as estrelas da noite, depois as imagens das coisas refletidas nas águas tranquilas, até que pudesse encarar diretamente o Sol e enxergar a fonte de toda a luminosidade.

Assim, se apenas pretendêssemos montar um cenário dos serviços e entretenimentos de que dispunha os pesqueirenses, na sede do seu município, no período imediatamente anterior ao que se ocupa este trabalho, década de 1920, portanto, e no início da década de 1930, poderíamos pintar o quadro mais idílico que se possa imaginar. Por isso, nunca é demais se estar alerta para a observação abaixo.

(...) como ensinou um grande professor (...), pesquisa científica é meio parecido com pescaria. Isto é: se eu quero apanhar peixes grandes, uso anzóis grandes e fortes; se quero pescar peixes miúdos, uso anzóis pequeninos. De tal modo que posso ir para a margem de um grande rio com anzol minúsculo e passar o dia pescando lambarizinhos. Vou anotando criteriosamente e, ao cair da tarde, concluo: neste grande rio só tem lambaris. (MORAIS, 1981, p. 58).

Entretanto, o que aqui será exposto sobre os serviços, entretenimentos e o quanto era apazível a vida na cidade de Pesqueira, a partir de informações obtidas de depoimentos da imprensa local⁴, mostrará que para uma parcela da população, viver em Pesqueira era desfrutar de benesses não disponíveis em todos os lugares. O cenário montado aqui não é mais ou menos verdadeiro do que outros que venham a ser criados utilizando-se outras fontes, mas é carregado de intenções política, social ideológica etc., e recria uma

⁴ Jornal Avante (1934) e o Clarim – artigos retrospectivos, publicados em 1948.

realidade vivida dessas intenções. Ao se construir esse cenário, busca-se tornar possível relacionar o momento por ele descrito com a realidade pesqueira no período de 1930 a década de 1950.

A rua não é apenas o cenário de circulação do dia a dia. Ela desnuda as divisões, hierarquias e conflitos, como também, solidariedades e alianças existentes entre os moradores da cidade. Tudo isto está subjacente nos gestos, vestuário e palavras dos cidadãos. Sendo assim, ao pesqueirense de “*bom trato*”, era indispensável para sair à rua, estar devidamente “*trajado*”. Para tanto, podia-se contar com os serviços das alfaiatarias da “*alta moda*”, como a de Marciano Costa e a do Mestre Dôdô, esta inclusive mantinha sempre à disposição do freguês um fogareiro com ferro na porta. Ambas eram as preferidas pelos “*conservadores da arte de vestir*”. Mas também, prestava grande auxílio aos adeptos da moda, um magazine de nome bem sugestivo – Casa da Moda.

E a moda era bem extravagante. As calças eram amarradas ao tornozelo, os paletós bem compridos, os sapatos de bico extremamente fino, vestidos compridos e fofos.

O visual ainda não estaria completo se não se fizesse regulares visitas ao “*mais hábil profissional na arte de barbear: Mestre Grillo*”.

Ao sexo feminino não faltava oportunidade de demonstrar que se encontrava inteirado das novidades. Pois, entre ele já se

disseminava o uso do “rouge” e do batom, quando ambos iniciavam as suas investidas. Além, é claro, de primar pela ostentação de uma cabeleira a “*la garçon*”.

Aparatado com esta indumentária e ostentando o visual que ela proporcionava, estava-se pronto para freqüentar desde a feira livre, um dos principais eventos ordinários da cidade, até os acontecimentos mais extraordinários.

Na feira vendia-se de tudo e, segundo seus freqüentadores, as compras não iam a 25\$000 (vinte e cinco mil réis). Com 30\$000 (trinta mil réis) comprava-se de tudo e em grande quantidade para uma casa de família média⁵. As principais mercadorias da feira eram os gêneros alimentícios, como farinha de mandioca, açúcar, feijão, arroz, milho, carnes diversas, frutas e verduras, mas negociava-se também roupas, animais vivos das criações, ervas medicinais e existiam as bancas de mangalhos que tinham diversos utensílios domésticos. A criançada, em especial, se divertia muito. Pois, além do habitual burburinho dos feirantes querendo chamar a atenção dos fregueses para os seus produtos, podia desfrutar mediante pagamentos módicos,

⁵ Não foi encontrado nenhum dado preciso sobre o tamanho médio das famílias pesqueirenses nas décadas de 1920-30. Quanto ao preço da feira é possível fazer a seguinte relação: na época um cavalo ordinário encontrava-se na média de 60\$000 (sessenta mil réis), segundo se pôde apurar através de um edital de Arrecadação de Bens do Evento, da Comarca de Pesqueira, de 1° de setembro de 1933, tendo sido os bens avaliados pelo Juiz de Direito Dr. Raphael Cavalcanti de Albuquerque.

Hoje no meio rural, onde ainda existe demanda por esse tipo de animal, o mesmo custa em média R\$ 300,00 (trezentos reais), enquanto uma feira contendo “*de tudo e em grande quantidade para uma casa de família média*” (cinco membros), não sai por menos de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensal.

dos bolos de Sá Inês e dos Alfenins – “massa de açúcar muito branca, a que se dá ponto especial” (FERREIRA, 1986, p. 82) – de Sinforosa, além das geladas de um tostão o copo.

Podia-se simplesmente passear, “*tirar uma prosa*” ou flertar, sob a sombra dos flamboyants, que floreavam no verão, na praça⁶ existente em frente a Igreja Catedral de Santa Águeda. De lá se poderia dar uma esticada até o hotel de Seu Clotário, para se ver os hóspedes e, quem sabe, travar novas amizades, obter informações sobre outras plagas ou apenas aproveitar as acolhedoras sombras formadas pelas copas das “*castanholas*” – trata-se na verdade de amendoeiras: grandes árvores ornamentais da família das COMBRETÁCEAS (*terminalia catappa*) -, também conhecidas na localidade como “*coração de negro*” , que ornamentavam a frente do referido hotel.

O cinema de Seu Tito era um local auspicioso para o entretenimento. Com suas cadeiras de palhinha, valsas lentas tocadas por um piano, uma vez que o cinema era mudo, e o espectador atingiria o ápice do prazer se na tela estivesse sendo projetada a fita Herança Fatal.

Para os que gostavam de novidades, saber quem chegava à cidade e como chegava; o que trazia; notícias de parentes e amigos residentes no Recife; recepcionar as encomendas e tantas outras informações que seriam conteúdo das suas conversas por algum tempo, boa pedida era ir à

⁶ Nessa época existia apenas um largo, ao qual a população se referia de pátio da feira ou praça.

estação ferroviária ver a chegada do trem do Recife, às 5h da tarde. O terminal enchia-se de curiosos, vendedores de guloseimas, pedintes, carregadores de fretes e tantas outras pessoas que para ali acorriam com os mais diversos objetivos. Porém, muito mais animada era a recepção ao trem quando nele chegava alguma autoridade. Pois, a banda municipal ia recebê-la. Havia retretas no pavilhão do centro da praça da estação, local onde ocorriam quinzenalmente essas apresentações artísticas.

Da estação ferroviária os homens poderiam ir de bonde ou mesmo a pé, para o bilhar mais freqüentado da cidade, o de Getúlio Valença, que funcionava o dia todo, mas era no final da tarde que sua freqüência aumentava. E a noite não estaria completa se não findasse nos serões do Ideal Bar, do Major Lacerda.

Já as mulheres aproveitavam o final da tarde para dar uma espiadinha nas mercadorias dos estabelecimentos dos comerciantes de maior projeção da cidade, como Seu Araújo, Seu Tito, Zearaújo e Severino Leite. Quem por acaso comprasse algum produto na loja de Seu Tito, levaria para casa a mercadoria contendo na embalagem um carimbo com a seguinte quadra: *“Há muita gente que vende/ Soprando como um morcego/ Isto porém não sucede/ Na loja de Tito Rego”*.

Durante o dia, as ruas da cidade eram preenchidas pelo frenesi das crianças. Muitas fazendo mandados dos pais, que entre os mais

prazerosos era sair com panelas em baixo do braço para a funilaria do Velho Brando, exímio artífice no reparo dos recipientes de folha-de-flandres. Outras tantas, absorvidas pelas brincadeiras próprias da idade, como empinar ou soltar papagaio ou pipa, jogar pião, pular academia riscada nos terreiros, brincar de lacuxia – brincadeira em que uma das crianças corre atrás das outras e ao alcançar alguma, esta assume o seu lugar é, também, estabelecido um local “*mancha*” onde se fica livre da perseguição.

Afora os eventos ordinários e extraordinários do cotidiano, existiam as festividades pontuais como o Carnaval, o São João e as Festividades Natalinas.

No Carnaval, as ruas se enchiam com os desfiles dos cavaleiros: foliões fantasiados de vaqueiros e de cowboy. Os clubes carnavalescos arrastavam pequenas multidões e dentre estes se destacavam o Centro Pequeno, a Cambinda Velha, os Amantes da Lua e a Bela Rosa, que descia da “*favela*” – atual bairro Centenário – arrastando significativo número de pessoas, algumas com “*comportamento nem sempre condizente com os bons costumes*”.

Grande atração dos festejos de momo era o caminhão “DEMBSY”, de Tonhé, dirigido por Ataliba, todo enfeitado de flores e carregado de foliãs.

Fogueiras e fogos por todas as ruas, muitas enfeitadas com bandeirinhas e balões. Adivinhações com quiromantes, cartomantes e “*buenda dicha*”. Muita dança de coco nas portas das casas. Volta e meia aparecia um “puxador de quadrilha”, ao redor do qual juntavam-se os casais para desenvolver a dança. No centro da cidade, em frente à Igreja Catedral, realizava-se a festa ao Santo. Assim era o São João dos pesqueirenses.

Nas festas de final de ano armava-se o parque de diversões, com carrossel e outros tantos brinquedos. Perdia-se as horas entretido no tiro ao alvo, apostando na roleta, no jogo de argolas etc. Consumia-se muita gengibirra – “bebida fermentada, feita de frutos, gengibre, açúcar, ácido tartárico, fermento de pão e água” (FERREIRA, 1986, p. 988). Atração imperdível era a dança do toré, realizada pelos índios (sempre designados como caboclos) que desciam a Serra do Ororubá para reverenciar o Menino Jesus. Outro grande atrativo para a população eram as bandas, que desciam e subiam as ruas em ritmo marcial. A zabumba⁷, que também se fazia presente noutras festividades, dava a sua nota com seu “*aspecto francamente humorístico e autenticamente folclórico*”.

Todo esse ambiente e em todos esses momentos eram impregnados por um forte cheiro de doce.

⁷ A designação zabumba aqui é referente ao conjunto instrumental popular, constituído de dois pifes ou pífanos, caixa e bumbo.

Essa atmosfera era extremamente contrastante com a vida que se tinha no meio rural, onde a falta de entretenimento fazia da missa aos domingos o único evento capaz de romper com a monotonia cotidiana.

No povoado rural, localidade *“onde não vislumbra[va] ainda civilização”* só era possível interromper sua cadência enfadonha e arejar a mente com conversas e informações que iam além da sua pequenez, através dos sermões e das homilias do padre na hora da missa. Aí era possível ver as velhas devotas em seus habituais chales de *“cores bizarras”*; moças de cabelos trançados, presos por laços de fita, tendo a mão o inseparável guarda-chuva e o lenço que lhe servia de véu; rapazes de cabelos luzidios com essência barata, *“vergando o terno extravagantemente engomado”*, com flor na lapela; velhos de botas que lhes iam até aos joelhos. Além das crianças *“choronas e impacientes”* que esperavam pelo batismo.

Já na cidade, na *“rua”*, como ainda hoje as pessoas se referem à mesma, aromatizada pelo doce, tudo era esfuziante. Até mesmo a homenagem a Nossa Senhora Mãe dos Homens, santa venerada na Capela Episcopal, se revestia de grande acontecimento festivo. Sem nenhum comedimento, pipocavam festas tanto na Capela, como na praça central, em frente à catedral. Missas eram celebradas a três vozes, padres eram ordenados, realizavam-se retretas. Tudo isso sob os auspícios da Associação das Mães Cristãs de Pesqueira.

Se um evento religioso era cercado de toda essa festividade, como seria uma *season* hípica no Jockey Club de Pesqueira. Relata-se, certamente com exagero, movimentada freqüência de inúmeros automóveis multicores, fazendo intenso ruído com os seus motores e suas buzinas. O *swart set* [sic] pesqueirense prestigiava a *season* ocupando toda a arquibancada do Jockey “*num ambiente de animação e cordialidade*”.

A temporada hípica se alvoroçava quando se fazia presente as suas provas a *Miss Elegância*. O *frisson* causado por ela era tanto, que um de seus admiradores dedicou-lhe o seguinte artigo.

Miss Elegância!

Estava lá Miss Elegância.

Dos seus olhos grandes e claros, com o tropical-brown da sua tez e o negro reluzente dos seus cabelos crespos, se espargiam chamais it , capazes de tornarem romântico, quaisquer neurótico turfman.

Miss Elegância, por que será que seus olhos são plenos de tristeza espontânea, envolvente, como o spleen do crepúsculo?

Mas Miss Elegância toma cocktails, dança o blue e freqüenta o turf, sempre com um sorriso delicioso a aflorar-lhe os lábios rubros de batom ...

Por isso não tem culpa da tristeza suave dos seus olhos. (Avante, Pesqueira, 31 dez. 1934, p. 02).

1.3. História Que Se Constrói

Optamos por apresentar inicialmente as características geográficas de Pesqueira e, para isso, utilizamos dados coletados de uma palestra⁸ proferida no Congresso de Botânica, realizado em Pesqueira, no ano de 1962, pelo senhor Moacir Brito de Freitas, diretor da Fábrica Peixe, com formação acadêmica no campo da agronomia. Além de apresentar os conhecimentos geográficos disponíveis na época, mostra a contradição entre o diretor/acionista da fábrica, esta, um dos agentes degradador do meio ambiente e o estudioso, que propugna a preservação desse meio através do uso racional. Intitulada “O Meio e a Civilização”, a palestra encaminhava soluções para equilibrar a relação entre o homem e o meio. Essa palestra foi a exposição dos resultados de longo estudo realizado pelo autor, terminado por volta de 1956, mas com dados atualizados, buscando obter maior produtividade na cultura no tomate. Defendia “o estabelecimento, no Agreste, de uma civilização ecológica e frugal, com base econômica na exploração racional e conservacionista do solo”. De saída afirmava:

Admitamos, desde logo, que os pródromos da civilização que aqui existem, repousam em bases falsas, pois tiveram como suporte, a depredação do solo e da sua cobertura; e, como conseqüência, o depauperamento do homem. É que a potencialidade das reservas que ainda possamos salvar, mesmo racionalmente

⁸ Existe sob nossa posse uma cópia mimeografada do texto proferido na palestra e uma versão, com cortes, publicada no livro Pesqueira Secular. Vide bibliografia.

dinamizadas, não poderão lastrear uma civilização de alto padrão.

Situada no peneplano da Borborema, Pesqueira apresenta características bem próprias. Tem uma altitude de 600 metros, contando com elevações que atingem os 1.000 metros de altitude em seus principais relevos, como Ororubá, Acahy e Brejo. Por estar a serra voltada para o mar provoca, em relação à altitude e distanciamento do oceano, o surgimento de climas locais, denominados de “*brejo de altitude*”.

Toda a extensão territorial do município é pontilhada por rochas gneiss e granito, as predominantes, que aparecem em grande afloramento, arrostando a serra, em cômoros isolados, no meio da caatinga e em forma de lajes ou com rochas desagregadas na superfície do solo. Este por sua vez distribui-se em solos de encosta, cerca de 95% e solo de baixada, cerca de 5%. Esses solos classificados como “*reincipientes*”, de origem arqueana, majoritariamente arenosos, com ínfima porção franco-arenosa, por volta de 8%. Têm ainda como características pouca fertilidade, pedregosos, rasos, com drenagem excessiva e topografia ondulada, tornando-os fortemente erodíveis, sobretudo pelos agentes antrópicos. Entretanto, a permanente ação desagregadora dos agentes físicos, dá aos solos a característica de “*sempre jovem*”.

Quanto ao aspecto fito-geográfico predomina no município a caatinga, cobertura vegetal decídua, com ocorrência maior ou menor

de bromeliáceas e cactáceas, para a qual o senhor Moacir elaborou uma classificação própria, com as seguintes denominações:

1. caatinga espinhosa – cactos rasteiros, macambira e quipá.
2. caatinga rasa – caatinga baixa, imburana, mandacaru e xiquexique.
3. caatinga arenosa – aroeira, baraúna, mandacaru.
4. caatinga serrana – cedro, maçaranduba, jacarandá etc.

Por encontrar-se localizada na zona climática Tropical Seca, Pesqueira apresenta clima entre “*suave e quente*”, entre “*moderado e regular*”, dividido em sub-úmido, na região dos brejos ou mata serrana e semi-árido, na região central.

O regime pluviométrico varia de 400 a 700 mm. E chuva máxima de 180 mm., em 120 minutos; temperatura média de 22°, com máxima de 36 e mínima de 12°; umidade relativa média de 73%, com mínimo de 60 e máximo de 85%.

Suas chuvas médias mensais se distribuem da seguinte forma:

Janeiro – 33,75.
Fevereiro – 73,15.
Março – 100,56.
Abril – 109,81.
Maio – 95,42.
Junho – 77,20.
Julho – 61,39.
Agosto – 33,05.
Setembro – 18,31.
Outubro – 16,87.
Novembro – 24,08.
Dezembro – 30,57.

Assim sendo, a média anual no período de 1910 a 1961, foi de 674,16 mm., apresentando uma precipitação máxima no ano de 1924, de 1.299,2 mm. e no ano seguinte, precipitação mínima, 158,9 mm.

Completando o quadro geográfico, Pesqueira e as suas cercanias, estão situadas nas bacias dos rios Ipojuca, Una, Capibaribe, Ipanema e Moxotó – os dois últimos, afluentes do São Francisco.

Entre as conclusões do autor estão que o clima salubre de altitude elimina grande parte das doenças do trópico úmido e que o conjunto

das características climáticas é propício à vida animal e incerto para a vida vegetal. Chamando atenção para os seguintes aspectos:

A pecuária, PH do solo, condição favorável às leguminosas, ensejam a auto-suficiência de proteínas, de modo que, embora enquadrada, a região, na área de deficiência protéica, representa, isto, mais uma carência econômica do que ecológica.

Pois, já existindo na região uma exploração econômica racional, no uso das matérias primas e agrícolas e na base da vocação ecológica, através da agroindústria e agro-pecuária, lamentava o senhor Moacir Brito que o que campeava era a exploração desordenada, que tinha como resultado a *“migração populacional definitiva”*.

Enveredando agora pela história, remonta a origem de Pesqueira à antiga aldeia de Ararobá, hoje Cimbres (distrito de Pesqueira), localizada na Serra do Ororubá. A Vila de Cimbres (1762) foi a responsável não só pelo surgimento desse município, mas por grande parte dos municípios que hoje formam as mesoregiões Agreste e Sertão pernambucanos⁹.

⁹ As informações bibliográficas sobre a história de Pesqueira foram coletadas nas seguintes obras: MACIEL, José de Almeida. Pesqueira e o Antigo Termo de Cimbres. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/FIAM. 1980 (vol. 1); SETTE, Hilton. Pesqueira – Aspectos de Sua Geografia Urbana e de Suas Interrelações Regionais. Recife: 1956; CAVALCANTI, Célia Maria Lira. A Acumulação de Capital e a Industrialização em Pesqueira. Recife: Dissertação de Mestrado. PIMES/UFPE, 1979; PERES e CAVALCANTI, M. Machado. Indústrias de Pernambuco. Recife: Imprensa Industrial, 1935; SANTOS L. Cristóvão dos. Carlos Frederico Xavier de Britto (O “O Bandeirante” da Goiaba). Recife: 1953.

Inicialmente a serra do Urubá, hoje Ororubá, era habitada por índios da tribo Ararobás pertencentes à nação Tapuias, a mais antiga do País, até terem as suas terras invadidas por índios da mesma nação: Xukuru e Paratió, que desenvolveram uma agricultura de subsistência, atraindo mais tarde boiadeiros e fazendeiros para o local, desencadeando assim, intensa disputa pelas terras já habitadas pelos índios¹⁰.

Por volta de 1654 é que se inicia oficialmente a colonização da Serra Ororubá, com a doação feita pelo rei de Portugal, de grande parte do Agreste, que incluía a citada Serra, a João Fernandes Vieira como prêmio pelas vitórias conseguidas durante a expulsão dos holandeses. Em 1666, Fernandes Vieira doa parte dessas terras à Congregação de São Filipe Neri, que mais tarde compra o restante das terras dessa região. Essa Congregação funda na sede de sua missão o povoado de Monte Alegre, que depois passa a ser chamado de Cimbres, onde foi instalada em 1692, a primeira paróquia do interior pernambucano, a Igreja de Nossa Senhora das Montanhas, que se tornou a primeira Matriz do Agreste, dando início a ascensão do lugar.

¹⁰ Atualmente, após longo período sem terem seus direitos respeitados e enfrentando insistentes tentativas de negação de sua identidade, os índios estão em franca luta pela reconquista das suas terras e recuperação de sua cultura.

Maiores informações sobre os grupos indígenas da serra do Ororubá, em Pesqueira, ver: PERNAMBUCO. Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE. As Comunidades Indígenas de Pernambuco – XUCURU. Recife: 1981; SOUZA, Vânia R. Fialho de P. e. As Fronteiras do Ser Xukuru. Recife: Massangana, 1998.

Em 1995, obedecendo dispositivo Constitucional (Art. 231, Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada a 05 de outubro de 1988), o governo federal demarcou a reserva indígena Xukuru, com pouco mais de 27 mil hectares, sendo esta demarcação homologada no ano de 2000. Entretanto, o desrespeito a esta determinação legal é flagrante, continuando as terras indígenas sendo objeto de disputa, o que causou entre outros incidentes o assassinato do cacique Chicão, em maio de 1998.

A antiga vila de Cimbres recebeu os foros de vila e sede do termo em 03 de abril de 1762, sendo a sexta vila oficializada em Pernambuco, ficando atrás apenas de Igarassu, 1535; Olinda, 1537; Sirinhaém, 1627; o Recife, 1709 e; Goiana, 1742. Essa vila abrangia uma área onde hoje se encontram mais de 20 (vinte) municípios, atraindo grande número de colonizadores, autoridades, sesmeiros, uma pequena quantidade de escravos, artesãos, funcionários públicos e sertanejos vindo em busca de terras férteis dos brejos úmidos. Além disso, Cimbres era o único caminho entre os “sertões” e a capital. Nesse mesmo ano foi instituído o Senado da Câmara de Cimbres. Mais tarde, em 1810, foi criada em Cimbres a Comarca do Sertão pernambucano, a 3^a da capitania, cuja jurisdição ia desde Garanhuns até os limites com Minas Gerais.

Malgrado a observação feita por Francisco de Oliveira, quanto a dependência da cultura algodoeira do Nordeste em relação ao capital internacional¹¹, é importante salientar a contribuição desse tipo de agricultura para o desenvolvimento da região. Por poder ser cultivado junto às culturas de subsistência, sendo assim desenvolvido por pequenos proprietários, o algodão possibilitou o surgimento e crescimento das cidades, vilas e povoados devido ao seu beneficiamento ficar nas mãos dos comerciantes que se estabeleciam na

¹¹ “(...) o Nordeste agrário não açucareiro converte-se num vasto algodoal, desde o Maranhão à Bahia. Não é ‘plantation’ porém a estrutura de produção desta nova mercadoria; esse vasto algodoal é na verdade constituído pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas. A rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros. Emerge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio; o fundo de acumulação é dado pelas ‘culturas de subsistências’ do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam, por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias sob a égide das potências imperialistas”. OLIVEIRA: p. 41 , 1978.

zona urbana. Assim, a cultura do algodão promoveu o crescimento interno do setor mercantil, intensificando as relações de troca da localidade. Esse fato provocou um maior dimensionamento do espaço urbano e populacional, que se constituíram em mercado. Em função desse mercado desencadeou-se uma produção artesanal e manufatureira, sedimentando a base de onde se erigiu a indústria. (CAVALCANTI, 1979, p. 19 – 20)

Com a descoberta de um novo caminho para se chegar ao Sertão, através do vale do rio Ipojuca, passando pelo sopé da serra do Ororubá, aconteceram dois fenômenos importantes: a decadência de Cimbres e o surgimento de uma nova cidade, privilegiada pela condição de sua localização à margem da estrada, que a tornará um importante entreposto comercial.

Foi na fazenda Poço de Pesqueira, no sopé da Serra, pertencente ao capitão-mor Manoel José de Siqueira, que se desenvolveu o embrião da nova cidade. Essa fazenda tornou-se quase parada obrigatória para os que ali passavam, atraindo os brejeiros da serra para vender os seus produtos agrícolas e para comprar mercadorias vindas do Recife.

Em 1800, a fazenda é promovida a povoado, iniciando a sua ascensão político-econômica e acentuando a decadência de Cimbres, de onde foram transferidos mais tarde vários estabelecimentos como a escola primária, o Batalhão da Guarda Municipal, o Senado da Câmara, a sede do Governo Municipal, grande parte da população, acelerando o declínio de Cimbres

até transformá-la em mero distrito de Pesqueira. Contribuiu também para a sua decadência uma epidemia de febre amarela, que matou significativo número de pessoas e afugentou outro tanto que apavorado desceu a serra e estabeleceu-se em Pesqueira.

Em 13 de maio de 1836, através da Lei Nº 20, decretada pela Primeira Assembléia Provincial reunida em Pernambuco, após a Independência, Pesqueira recebeu os foros de Vila. Em 20 de abril de 1880, é elevada à categoria de cidade com o nome de Santa Águeda de Pesqueira, sendo em seguida oficializada como Pesqueira, a 15^a cidade pernambucana e a única do Sertão¹². Com a lei orgânica dos municípios, após a Proclamação da República, a Comarca de Cimbres, com sede em Pesqueira, constituiu-se município autônomo.

Em 1883, é empossado o primeiro prefeito do município, o tenente-coronel André Bezerra do Rêgo Barros.

A partir desse momento a cidade inicia o seu desenvolvimento, impulsionado pela atividade mercantil que ali se estabeleceu. Essa atividade atingiu seu ponto mais alto com a chegada da estrada de ferro em 1907, que fazia em Pesqueira o seu ponto de retorno à Capital do estado.

¹² Pesqueira atualmente compõe a mesorregião Agreste pernambucano, sendo o município limítrofe com o Sertão.

Em 1920, os trilhos da estrada de ferro são prolongados até o distrito de Olho D'Água dos Bredos, atual município sertanejo de Arcoverde, que se emancipou em 1928. Com o prolongamento da estrada de ferro, o comércio pesqueirense perdeu sua hegemonia regional, uma vez que Pesqueira não era mais o importante entreposto comercial, onde se realizavam as trocas de mercadorias. Não era mais fim dos trilhos.

A perda da hegemonia mercantil suscitou o desenvolvimento de nova atividade econômica, a industrial, que marcará profundamente a história de Pesqueira. Essa atividade teve seu auge durante o período entre 1930 e 1950. A partir de então o processo de desenvolvimento nacional, marcado pela desregionalização econômica, leva o município a estagnação e a conseqüente perda do controle acionário das fábricas pelos proprietários locais.

A atividade comercial em Pesqueira surgiu no mesmo momento em que começou a se formar o município, na fazenda Poço de Pesqueira, quando os brejeiros desciam a serra para comercializar os seus produtos e comprar outros, vindos do Recife. A partir desse momento essa pequena atividade comercial vai-se desenvolvendo favorecida pela própria localização privilegiada (passagem de boiadas e ligação entre as porções Leste e Oeste do estado) e pelo excedente gerado pela economia de subsistência. Assim, a localidade durante o século XIX desenvolveu-se bastante, impulsionada por

essa atividade comercial, que foi responsável pelo primeiro salto evolutivo da urbanização de Pesqueira.

Essa etapa comercial teve o seu apogeu no início do século XX, com a chegada dos trilhos da *Great Western of Brazil Railway Limited*, em 1907, que fazia em Pesqueira seu ponto de retorno à capital, atraindo para a cidade produtores das regiões vizinhas e da Paraíba, com o objetivo de comercializar os seus produtos, ao mesmo tempo em que se abasteciam dos mais diversos bens de consumo, até de equipamentos de produção. Com isso, houve um crescimento significativo no comércio e Pesqueira passou a ser chamada de “*dispensa do Sertão*”, tornando-se também um dos centros mais importantes do comércio nordestino. Segundo o anuário comercial de 1902/03, mesmo antes da chegada do trem, havia nessa época no município aproximadamente 52 (cinquenta e duas) casas comerciais, o que comprovava a importância do comércio pesqueirense e o nível de acumulação então existente.

A partir de 1920, o comércio deixou de ser a principal atividade econômica do município devido ao prolongamento da linha férrea até Olho D'Água dos Bredos. Com isso o comércio pesqueirense perdeu a hegemonia e a “*dispensa do Sertão*” passou a ser a cidade de Arcoverde.

Entretanto, a atividade comercial permitiu um salto de uma economia mercantil para uma economia industrial, tornando possível que a cidade continuasse no seu ritmo de desenvolvimento. Isso ocorreu devido a

formação de um excedente gerado pelo comércio, que possibilitou relativa integração da população rural ao mercado urbano e devido a disponibilidade de mão de obra, que contribuiu para que Pesqueira passasse a ter uma significativa feição industrial a partir de 1920. Apesar da origem da atividade industrial doceira remontar ao final do século XIX, mas na sua fase artesanal.

Todavia, o comércio de Pesqueira continuou possuindo importância para a economia municipal e ainda com destaque na região.

No final da década de 1940 (não levando em consideração o seu tamanho), o comércio pesqueirense era bastante diversificado, com estabelecimentos que comercializavam produtos alimentares, tecidos, artigos de vestuário, móveis, miudezas, louças, ferragens, madeiras, cimento, materiais automobilísticos, bebidas etc. e que mantinham transações com o comércio do Recife, do Rio de Janeiro, São Paulo etc. O que denota que a indústria havia estimulado uma divisão social do trabalho. Além disso é interessante observar que as fábricas forneciam dinheiro aos plantadores de tomate, “sem juros”, para deduzirem o débito na entrega da colheita.

Na década seguinte o município passou a contar com um escritório do Banco do Povo, hoje BRADESCO e três agências bancárias, entre elas uma do Banco do Brasil. A Cooperativa Agropecuária era outra instituição que proporcionava empréstimos aos agricultores e criadores filiados.

O capital acumulado pela atividade mercantil, a mão de obra barata localizada no município, um mercado local e a abundância de goiaba – primeiro fruto utilizado na indústria -, nos brejos úmidos da serra do Ororubá, proporcionaram o surgimento da atividade industrial. Inicialmente essa atividade não possuía concorrentes, o que lhe possibilitou assumir um caráter regional.

A indústria em Pesqueira confunde-se com a história da instalação da fábrica Peixe, empresa intimamente ligada à história recente do município. Depois dela vieram outras e Pesqueira passou a ser conhecida como *“terra das chaminés”*.

O surgimento da fábrica Peixe foi também fruto da economia mercantil, uma vez que a família fundadora comercializava no município vários produtos. É bom salientar que, a diminuição da atividade mercantil esteve bastante ligada à transferência do Coronel Delmiro Gouveia do Recife para Alagoas. Esse Coronel era parceiro do Sr. Herman Teodor Lundgre (empreendedor comercial e industrial instalado nas cercanias do Recife) nos negócios de pele, e percorria o interior pernambucano para adquirir esse produto e exportá-lo para a Europa. A sua ida para Alagoas, que resultou de entevos com o Conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva (chefe político em Pernambuco), prejudicou muito o comércio pesqueirense, pois, o Coronel Delmiro Gouveia era um dos maiores compradores de peles de boi e de bode ali comercializadas (GÓES, 1949, p. 32).

Com a crise que se abateu na economia, Dona Maria da Conceição Cavalcanti de Brito, Dona Yayá, esposa do Capitão Carlos de Brito, comerciante da cidade, teve a idéia, para superar a crise, de criar uma indústria doméstica de goiabada, inicialmente desacreditada até pelo próprio esposo. Iniciada de forma artesanal, o doce era fabricado em fogo cru e em tacho doméstico. Nascia assim, a fábrica de doces Maria Brito, talvez a primeira do gênero no Brasil¹³. Dois anos mais tarde, a indústria se expandiu e, em 1901, Pesqueira já exportava doces para o Recife e estados do Norte. Em 1902, apesar do caráter artesanal que a indústria ainda possuía, já havia um crescimento significativo da produção, sendo necessário um aumento no número de tachos e de empregados, assim como uma mais racional divisão do trabalho. Como a indústria continuava a crescer, foi necessário a compra de novas máquinas e a ampliação dos raios de comercialização. Assim surgiu a Fábrica Peixe, que foi crescendo com a aquisição dos primeiros motores, das despoldadeiras, despoldando uma quantidade significativamente maior de goiaba do que quando essa tarefa era realizada manualmente, e, do quebrador mecânico, que macerava a semente do fruto, inserindo-o na produção da goiabada. Os tachos a fogo cru vão ser substituídos pelos mecânicos. Nesse período estava ainda na direção da Fábrica sua fundadora, Dona Yayá.

Assim, em 1902 se consolidou a fase manufatureira, apesar de ainda subsistir o caráter artesanal. Dentro desse contexto, observa-se uma nova paisagem na cidade com o surgimento dos bairros proletários, além de

¹³ WILSON. Luís. Ararobá Lendária e Eterna. Recife: CEPE, 1980, p. 43.

acentuar-se a urbanização no município com a indústria atraindo um contingente cada vez maior de pessoas.

Esses bairros proletários, situados na periferia da cidade, foram ocupados por pessoas vindas do campo, que lhes deram um aspecto semi-rural, por desenvolver neles pequenos roçados e pequenas criações. Além disso, essa indústria não só provocou mudanças no meio rural devido à atração que exerceu na população do campo, como também devido a sua presença nesse meio, uma vez que ela possuía suas próprias plantações, introduzindo assim, as relações capitalistas no campo e provocando a substituição da agricultura de subsistência pela cultura da goiaba e posteriormente do tomate¹⁴.

É importante salientar a presença do trabalho feminino nessa formação industrial, onde a mulher, além de surgir como pioneira foi, de início, a principal mão de obra, uma vez que Dona Yayá utilizava essencialmente mulheres na sua fábrica. Pena não termos informações acerca da remuneração dessas trabalhadoras. Essa predominância feminina sofreu redução durante o período áureo da indústria.

A partir de 1914, houve grande expansão na indústria doceira de Dona Yayá, quando o Capitão Carlos de Brito trouxe para Pesqueira o

¹⁴ Iniciou-se na década de 1920 o plantio de frutas da Fábrica Peixe, utilizando-se desde então trabalhadores assalariados. FREITAS, M. Britto de. A Parceria Agrícola de Indústrias Alimentícia Carlos de Brito S/A (Fábrica “Peixe”) na Agro-Indústria do Tomate de Pesqueira. Pesqueira: 1969, p. 17.

tomate, que foi plantado com sucesso, dando início à produção de massa de tomate, para a qual foram instaladas novas máquinas. As instalações foram ampliadas sem dificuldade de arregimentação mão de obra, uma vez que esta era abundante na região.

Desde 1907, já existia em Pesqueira uma congênere da Peixe, que era a Fábrica Rosa. Depois vieram a Tesouro e a Touro. A Fábrica Peixe abriu então, filiais em Alagoinha, na época pertencente a Pesqueira, com fábrica de massa de tomate e em Prazeres – Jaboatão dos Guararapes, que compõe hoje o Grande Recife – uma fábrica de doce de calda.

Em 1913, Pesqueira passou a dispor de energia elétrica, através da aquisição de um motor a gás durante a administração do prefeito Carlos de Brito (1910 – 1913). Esse fato demonstra a relação que se estabeleceu entre a política e a economia, onde os Brito passam a ter o controle político local, confundindo os seus interesses e os das camadas economicamente dominantes com os interesses do município. Esse domínio superdimensionou o poder dos industriais, que passaram controlar politicamente os operários, obrigados a votar nos candidatos da fábrica Peixe, sob a ameaça de perder o emprego e toda a cobertura propiciada pela empresa, como a casa, a escola dos filhos etc.

Com a passagem da predominância da atividade comercial para a industrial, formou-se na cidade nova estrutura ocupacional, com

o aumento cada vez maior de pessoas empregadas não só na fábrica Peixe, mas nas novas fábricas que surgiam, modificando a estrutura peexistente que se caracterizava pelo predomínio do engajamento da população nas atividades agropecuárias. A paisagem da cidade foi modificada, com o surgimento das enormes chaminés e dos bairros proletários, onde se observava enorme desproporção entre as residências modestas e as casas das famílias ricas, o que refletia o nível de concentração de renda que essa atividade industrial gerou.

Durante o período que se estendeu entre 1914 até metade da década de 1950, o setor industrial desenvolveu-se bastante e as safras dos arredores tornaram-se insuficientes para suprir as necessidades das fábricas. Com isso, passou-se a utilizar áreas antes destinadas às culturas de subsistência e frutos do Agreste, alcançando territórios cada vez maiores, o que provocou enorme migração do trabalhador rural, pressionado pela concentração fundiária e conseqüentemente crescimento da proletarização do campo.

Em 1919, com o surgimento da Fábrica Tigre, Pesqueira passa a ser predominantemente industrial. Nesse período a Fábrica Peixe viveu grande expansão, principalmente após a morte do Coronel Carlos de Brito, em 1920, quando assumiu a direção da empresa o seu filho Manoel de Brito. Cresceu o número de suas unidades industriais que foram além do município, com a compra das fábricas Talher, Milton de Oliveira e da Indústrias Reunidas Bernardino Costa, onde foi montada uma estamperia com o nome Maria Brito. Além dessas fábricas, todas localizadas no Recife, foram adquiridas mais duas no

interior pernambucano: a de doces Antônio Raposo, em Goiana e uma fábrica de doces em Bezerros.

Em 1928, a Fábrica Peixe começou a produzir o extrato de tomate, passando a concorrer com o produto importado, vencendo-o. Porém, foi a partir de 1930 que a indústria pesqueira atingiu seu ápice tornando-se um dos mais importantes centros industriais do interior nordestino, atrás apenas das áreas industriais sob a influência do açúcar e dos produtos têxteis. Foi nessa época que a Peixe expandiu suas fábricas para outros estados atingindo o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Adquiriu também novas unidades fabris como a Sul América, Duchen (fabricante de biscoitos) e a Usina Central de Barreiros.

Numa entrevista ao jornal Folha da Manhã, o industrial Manoel de Brito, afirmou ter ido a Nápoles, na Itália, verificar a aparelhagem das fábricas Cyrio, para assim melhor equipar a fábrica Peixe e expandir os seus negócios por todo o mercado nacional (Folha da Manhã, Recife, 01 maio. 1938. p. 19). Por ironia do destino, foi a Cyrio que, consorciada com a Bombril, em 1998, adquiriu a Peixe e, nesse mesmo ano, fechou a sua unidade em Pesqueira.

Todavia, paralelo a essa expansão do setor industrial pesqueira, iniciava-se o processo de desregionalização da indústria brasileira, com a expansão do sistema capitalista que tem seu *“locus”* na região Centro-Sul,

comandada por São Paulo, o que levou o setor industrial de Pesqueira a decadência¹⁵.

Devido ao rumo político e econômico dado ao País a partir de 1930, era de se esperar que a partir daí começasse a se avizinhar a crise da indústria pesqueira. Apesar de ter sido justamente nesta década que a atividade industrial tradicional de Pesqueira atingiu o seu auge. Os efeitos da redefinição nacional do trabalho operada nos anos 1930 serão sentidos no município, na década de 1950, quando a atividade industrial atingiu a exaustão. Esta afirmação será retomada de forma mais detalhada no capítulo seguinte, na sessão A Indústria. Aqui, é importante salientar, dentro desse contexto, a participação da cultura do tomate na consolidação dessa crise, uma vez que essa cultura apresenta semelhanças com a problemática da cana-de-açúcar, por também devastar áreas destinadas às plantações de subsistência, por não ser compatível com a pecuária e principalmente, por não formar um mercado local sólido, devido aos baixos salários pagos¹⁶. Esses salários diminutos contribuíram

¹⁵ Apenas a título de ilustração é interessante atinar para a seguinte passagem: “Essa fase que se tentará caracterizar sumariamente a seguir, examinando inclusive suas implicações inter-regionais no período de 1930/55, especificamente na articulação São Paulo/Nordeste, tem como significado imediato a consolidação da posição hegemônica do capital produtivo industrial que, extremamente concentrado num espaço regional restrito, retoma, após a crise, com passos bem seguros, o caminho dos mercados regionais. Seu espraiamento se dá, nesse momento, num contexto muito distinto daquele iniciado pelo Nordeste quando buscava colocar seus excedentes de açúcar e algodão, uma vez que o capital mercantil já não mais se apresenta como autônomo em relação aos produtores. Neste processo, que se inicia após a crise, o capital mercantil começa, na consolidação do mercado interno brasileiro, a ser ‘degradado de sua antiga existência autônoma a um momento específico do investimento em geral’, desenvolvendo suas funções como ‘agente do capital produtivo’, nas expressões de Marx”. GUIMARÃES NETO: p. 91, 1989. Mais informações ver capítulo III desta obra.

¹⁶ Muitas vezes os baixos salários pagos pelas fábricas eram encobertos por “prêmios” que eram dados aos trabalhadores como por exemplo doar bolsas de estudos aos filhos dos melhores funcionários; manter escola

significativamente para a decadência dessas indústrias, por não permitirem a formação de um mercado local. A exploração dos trabalhadores era grande e às claras. É corrente entre os antigos operários depoimentos de que, em época de maior produção, a jornada de trabalho alcançava até 24 horas, praticamente sem descanso e com alimentação à base de café com pão. Isso tinha reflexos na higiene no local da produção que era sofrível. Existia uma categoria de trabalhadores chamados pelos demais de “porcos”, que eram trazidos do campo em cima de caminhões e que sem o uso de uniformes trabalhavam das 18 h até o dia seguinte, manuseando frutos, com a mesma roupa que haviam usado no campo. Inexistia para a maioria dos empregados assistência social, que era destinada a uns poucos funcionários privilegiados.

A partir de 1950 a crise atingiu o seu auge, encerrando o período de ouro da indústria pesqueira. Porém, enquanto as demais indústrias tinham a sua crise agravada, a Peixe não parou de crescer, refletindo no aumento do seu espaço ocupado na cidade. Entretanto, a classe operária passa por um processo de empobrecimento agudo, caracterizado pela instabilidade no emprego, quando as indústrias passaram a empregar um contingente cada vez menor, com alternância de safras, entressafras, com o não atendimento às necessidades de reparos e conservação das instalações fabris e no maquinário. Nessa década, as empresas locais tiveram a sua sobrevivência limitada pelo

primária para os filhos dos operários; dar casa para os trabalhadores morarem e, assim, ia se construindo a imagem de “bom patrão”, imagem predominante em todas as fábricas da época.

José de Souza Martins, na sua obra *O Cativo da Terra*, analisando a questão do salário indireto, denominando-o de “salário-aritmético”, não mercantilizado, afirma: “*é um salário que entra na cabeça do capitalista, mas que não entra no bolso do trabalhador, não produz uma relação social.*” (MARTINS: 2004, p. 19)

crescimento desse setor no Centro-Sul. Sem capacidade de competir com as indústrias daquela região e sem um mercado regional que compensasse essa concorrência, a economia do município entrou em decadência¹⁷. Nesse contexto, há uma diminuição na oferta de empregos e no número de indústrias no município e no estado, que passou a sofrer os mesmos problemas enfrentados por Pesqueira, como o empobrecimento, a fome, o desemprego, o aumento dos subempregos, entre outros (PERNAMBUCO, 1979, p. 37). Durante a década de 1950, o município sofre uma redução da população, tanto feminina quanto masculina, o que talvez indique que nesse período ocorreu uma maior migração da população para São Paulo, onde a oferta de empregos atraiu grandes contingentes populacionais que buscavam melhores condições de vida.

A partir da segunda metade da década [1950], a expansão industrial passou a se refletir na estrutura populacional. A possibilidade de melhores condições de vida atraía as populações rurais – em especial as do Nordeste, fustigado pelas secas de 1956 e 1958 – para as cidades. Em 1950, 36% dos brasileiros viviam nas cidades. Dez anos depois, o índice é de 45%, correspondendo a 38,5 milhões de pessoas. (RODRIGUES, 1999, p. 31).

¹⁷ Célia M. de Lira Cavalcanti faz a seguinte análise acerca da falência da indústria tradicional regional de Pesqueira: “(...) não podendo [a indústria] dilatar as suas fronteiras de expansão, face o estreito espaço competitivo que lhe reserva a estrutura monopolista, tenta se voltar para um mercado regional, fazendo valer a utilização dos fatores internos, mas, esbarra aí com a parca perspectiva que oferece o mercado regional agora definitivamente marcado pela acumulação e concentração capitalista em nível de monopólio.

Nesta conjuntura, encerram as suas atividades produtivas, naquele município, as fábricas Paulo de Britto (laticínio), Tigre e a Rosa. A Peixe, contudo, concentra seus esforços no sentido de recompor a sua estrutura produtiva. Valendo-se para tanto de uma filosofia reformista a ser aplicada às relações de produção do campo na tentativa de minimizar os custos da matéria prima, introduzindo a forma de parceria que lhe assegurava, também, o monopólio da produção e garantindo a fixação de trabalho de uma forma dependente.” CAVALCANTI, Célia M. de Lira. Acumulação de Capital e a Industrialização em Pesqueira (Pernambuco). Recife: Dissertação de Mestrado em Economia, PIMES/UFPE, 1979, p. 74.

A crise na indústria tradicional e particularmente na indústria pesqueira se inicia com o surgimento do processo de desregionalização ocorrido na década de 1930, que se caracterizava pela quebra das barreiras interregionais, com a expansão do sistema de transporte, facilitando a circulação nacional de mercadorias produzidas na zona mais dinâmica e com exportação de capitais das regiões em estagnação. Além disso, o Nordeste apresentava um contexto que facilitou esse processo, uma vez que aqui os investimentos públicos foram basicamente destinados à obras assistencialistas.

A este respeito cabe a observação de que o novo Estado surgido depois do movimento político de 1930, embora tivesse aberto um amplo leque de intervenções na economia, como se assinalou, atuou diferencialmente no espaço brasileiro, privilegiando, no tocante ao estímulo à atividade produtiva, os centros dinâmicos. O GTDN [Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste], sem desconhecer a presença marcante do Estado na economia nordestina – inclusive, segundo seus cálculos arrecadando menos do que gastava na região – não deixa de destacar o papel assistencialista da sua intervenção, sem uma correspondente ação no desenvolvimento da atividade produtiva ou na retenção, no Nordeste, do excedente gerado pela atividade privada. (GUIMARÃES NETO, p. 98, 1989.)

A agricultura apresentava uma baixa produtividade, uma vez que o processo de migração diminuía o número de mão de obra na região ao mesmo tempo em que aumentava a disponibilidade desse fator no Centro-Sul; e, ainda, a atividade industrial da região se concentrava nas indústrias tradicionais, principalmente as alimentícias e têxteis, que não possuíam nível de modernização com condições de competir com êxito com as do Sul do País, principalmente as paulistas. Havia também o problema dos mecanismos fiscais e de câmbio, que se tornavam instrumentos de transferência de renda do Nordeste para outras regiões, uma vez que aqui se exportava matérias primas e importava-se bens industrializados, com taxas cambiais elevadas, o que agravou ainda mais as disparidades interregionais. (Ibidem, p. 273 – 274, 1989)

No campo social, político e religioso, se tem a Igreja Católica e o florescimento das idéias Integralistas. Essa primeira Instituição ganhou mais presença e, conseqüentemente, mais força quando Pesqueira, a partir de 1918, passou a ser sede de Diocese, deslocada que foi do município sertanejo de Floresta - PE. As disparidades sociais que se acentuaram com a atividade industrial pareciam ser amenizadas no espaço das missas e procissões, pois ali, independente da situação social, todos desfrutavam da mesma condição de fiéis. Era na Igreja e nos seus eventos onde aparentemente ocorria a integração social dos mais humildes. Quanto ao Integralismo, esse atuou de forma marcante até 1938 no município e na região, chegando Pesqueira a sediar o Congresso Nacional da Ação Integralista Brasileira. Essa presença – conjugada à ação da Igreja - foi fundamental para se forjar um pensamento conservador em

toda a sociedade e uma colaboração acrítica dos trabalhadores com os seus superiores, já que todos acreditavam ter um inimigo comum: os comunistas, antinacionalistas e ateus. Esse conservadorismo político perdurou e contribuiu para a manutenção quase inabalável do quadro social¹⁸. Hilton Sette, no seu trabalho *Pesqueira: Aspectos de Sua Geografia Urbana e de Suas Interrelações Regionais*, afirma que o município sempre foi pacífico e ordeiro, apesar de concentrar grande número de operários. Para corroborar com a sua posição cita o fato de que nas eleições de 1945 e 1946 [sic], nacional e estaduais, nesta ordem, quando o Partido Comunista estava legalizado, num universo de 4.485 e 4.635 votantes, respectivamente, do qual a maioria operários, a legenda só obteve 56 e 67 votos (SETTE, 1956, p. 96).

A dinamização industrial e urbana vivida pelo município não foi tão efetiva a ponto de modificar as suas estruturas econômicas e sociais. Concorreram para isso uma cultura política patrimonialista, autoritária e assistencialista, conjugada à pressão exercida pelo capital monopolista do Centro-Sul.

¹⁸ “O quadro percentual (...) evidencia que, tendo em vista as diferentes categorias em que classificamos as suas construções residenciais, Pesqueira, por ser uma cidade de atividades industriais, enriquece a muito poucos mas, em compensação, proporciona trabalho e ganho de vida à grande maioria de seus habitantes.

Casas de gente rica	9	0,38%
Casas de classe média .	353	14,95%
Casas modestas	1719	72,87%
Casebres miseráveis....	278	11,79%
TOTAL	2359		100,00%

SETTE, Hilton. *Pesqueira: Aspectos de Sua Geografia Urbana e de Suas Interrelações Regionais*. Recife: 1956. Dados referentes à sede do município na década de 1950.

1.4. E Esta História?

Este trabalho circunscrito no espaço de tempo que se inicia em 1930 e vai até aos anos cinqüenta, do século XX, coincide com significativas mudanças ocorridas no cenário político nacional e estadual. Sendo assim, buscar-se-á demonstrar em que condições políticas prosperou e declinou em Pesqueira a sua atividade industrial, possibilitando verificar onde ela convergiu e onde divergiu desse universo mais amplo.

Com a denominada Revolução de 1930, iniciou-se o processo de centralização política e o fortalecimento do aparato burocrático-estatal, com o objetivo de imiscuir-se e controlar as esferas econômica, política e social. Entretanto, a inexistência de um projeto único entre as forças que assumiram o poder e o clima de instabilidade política e social que marcou o período de 1930 a 1937, revelando a incapacidade das diferentes facções da camada dirigente em controlar o poder, possibilitou a adoção de um novo modelo político para o País, implementado com o Golpe do Estado Novo. Este se caracterizou pelo superdimensionamento do poder executivo nacional, que, através do corporativismo, enquadrou e distanciou as forças sociais e com a extinção dos partidos políticos, passou a controlar a vida política do país.

Ítalo Tronca, numa de suas leituras da Revolução de 1930 (uma das leituras porque ele defende que a História está mais para um

calidoscópico do que para uma régua), afirma que o “*vazio de poder*” ocorreu desde a eclosão do movimento, pois nenhuma das forças aliancistas, que depuseram o Presidente Washington Luís, em 24 de outubro de 1930, estava em condições efetiva de liderança, “*a fim de conduzir os destinos da nação*”. A solução desse problema ocorreu com “*o advento de um Estado surgido do ‘alto’, construtor de uma nova nação, vindo exatamente para ocupar esse vazio*”. (TRONCA, 1983, p.12).

A instituição do Estado Novo foi indubitavelmente um marco na vida política do Brasil. Desde o levante Comunista de novembro de 1935 (A Intentona) - onde Pernambuco foi um dos locais de sua eclosão - que a tensão política aumentou. Sucessivamente o Congresso Nacional aprovou o *estado de sítio* e o *estado de guerra*, situação que perdurou quase ininterruptamente até novembro de 1937. Prisões e processos recaíram sobre muita gente, até mesmo sobre parlamentares. O movimento sindical passou a ter suas ações tolhidas, recrudescendo sobre ele a repressão. O cenário nacional passou a ser preenchido por uma presença marcante do exército. (PANDOLFI, 1984, p. 45).

Carlos de Lima Cavalcanti, que havia assumido o governo civil de Pernambuco, com a fuga do governador Estácio Coimbra, na madrugada do dia 05 de outubro de 1930, encontrava-se com o seu prestígio em baixa junto ao Governo Federal. Pois, havendo se consagrado uma das grandes lideranças regionais, no pós – 30, sendo eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa, em 1935, governador e com prestígio no estado, tornou *natimorta* a

candidatura ao executivo estadual do deputado federal Agamenon Magalhães, preferido do presidente Getúlio Vargas. Agamenon, quando da pretensão de lançar sua candidatura, encontrava-se ocupando a pasta do Ministério do Trabalho. Entretanto, a liderança de Carlos de Lima Cavalcanti chocava-se com os planos de centralização de poder do Governo Central.

As desavenças do governador pernambucano com o executivo nacional recrudesceram quando ele assumiu a candidatura de José Américo de Almeida, para a presidência da República, num quadro em que Getúlio Vargas era inelegível. Agamenon Magalhães, que nesse momento acumulava duas pastas ministeriais, Trabalho (1934) e Justiça (1937), foi indicado pelo Presidente para coordenar o processo sucessório e não acatou a decisão do governador e membro do seu partido – o Partido Social Democrático - sendo por isso expulso das hostes partidárias em junho de 1937.

Na verdade a posição de Agamenon Magalhães orientava-se pela decisão do Presidente Getúlio Vargas, que desde o lançamento das candidaturas de Armando Salles Oliveira, José Américo de Almeida e Plínio Salgado, afirmou manter o calendário eleitoral – as eleições deveriam ocorrer no início de 1938 - mas não se comprometeu com nenhuma delas.

O governador Carlos de Lima Cavalcanti foi ostensivamente acusado de parcimônia com o comunismo pelo Governo Central,

numa flagrante campanha para enfraquecer o seu prestígio. (PANDOLFI, 1984, p. 45 - 46).

A subida de Vargas ao poder mexeu com a vida política de Pesqueira. As forças hegemônicas de então vêm o controle político sair-lhe das mãos. Os Brito, industriais da fábrica Peixe desde 1910, controlavam o poder executivo municipal¹⁹. Mesmo quando em 1925, o major Cândido Cavalcanti de Brito foi destituído do cargo de Prefeito pelo fato de ser beneficiário de concessão de serviço público do município – transporte coletivo, através da linha de bonde – o que lhe impossibilitava ocupar o posto de Prefeito, os seus sucessores Tenente Coronel João Batista Muniz Falcão (1925 – 1926), que por desentendimento político-partidário renunciou ao cargo e o presidente do Conselho Municipal (Conselho das Subprefeituras, instaladas nos distritos) José de Almeida Maciel (1926 – 1927), eram aliados do grupo industrial. No entanto, em 1930, o prefeito do grupo dominante Antônio Artur de Almeida Soares, que havia sido eleito em 15 de novembro do ano anterior, foi afastado do cargo e para ocupá-lo foi nomeado pelo governo “revolucionário”, em 18 de outubro, Eliseu Elói Cavalcanti. Passado o impacto inicial, onde as desavenças entre os industriais e as forças que assumiram o poder no município se deveu muito a ação do pároco da cidade Pe. Alfredo de Arruda Câmara, mas com a sua saída para o Rio de Janeiro, como deputado federal, eleito em 1933, parece ter havido uma convergência de interesses. O novo prefeito, Sr. Severiano Jatobá, indicado devido à eleição de

¹⁹ O Coronel Carlos Frederico Xavier de Brito, patriarca da fábrica Peixe, foi eleito prefeito em 1910, tendo o seu grupo permanecido no poder ininterruptamente até 1930.

Eliseu Elói para a Assembléia Legislativa, tem a sua administração avaliada como “proveitosa” e, no ano de 1935 é deflagrada a campanha para a prefeitura, os grupos que a disputaram lutavam apenas pelo poder, sem apresentarem divergências programáticas significativas.

Concorreram às eleições para prefeito e vereadores, Agostinho Bezerra Cavalcanti, PSD e Dorgival de Oliveira Galindo, pela Chapa Pesqueira dos Pesqueirenses, esta apoiada pelo industrial Joaquim de Brito, presidente do Diretório municipal do PRP. O interessante do pleito era que ambas as correntes contendoras estavam muito mais preocupadas em mostrar-se para o eleitorado como verdadeiramente católicas, do que discutir programas de governo.

A propaganda do PSD era peremptória.

Previna-se o eleitorado católico de Pesqueira de que os nossos adversários não são autoridades em assuntos que se prendem aos interesses da Igreja Católica. Acima de todos eles está o padre Alfredo Câmara. Este digno sacerdote, a quem o Cardeal D. Leme chamou de ‘intrépido e disciplinado defensor do catolicismo’, recomenda o nome do Sr. AGOSTINHO BEZERRA CAVALCANTI, para prefeito deste município. Diretório do PSD local. (Jornal de Pesqueira, publicado de junho a outubro de 1935)

Na verdade, a propaganda do PSD era motivada pelas acusações que a chapa “Pesqueira dos Pesqueirenses” fazia quanto as ligações dos pessedistas com entidades que ainda afiguravam-se como desafio a própria existência da Igreja Católica.

Pesqueira dos Pesqueirenses

Eleitorado livre de Pesqueira! Votai em Dorgival Gallindo para prefeito e para vereadores na chapa da legenda ‘Pesqueira é dos Pesqueirenses’ e só assim concorrereis para o progresso de nossa terra e para a desafronta de nossa Religião!

Não deveis esquecer que a maçonaria e o espiritismo, de braços dados, querem humilhar e desprestigiar a Igreja Católica! Alerta patriotas! Alerta católicos! É chegado o momento de vos definirdes!. (Ibidem).

Desse pleito ainda participou uma chapa dos Integralistas que não apresentou candidato a prefeito, provavelmente pelo fato de transitarem com facilidade entre os dois grupos majoritários. O resultado das eleições foi a vitória de Dorgival de Oliveira Galindo.

No tocante aos desentendimentos entre o poder estadual e o federal, Pesqueira parecia passar ao largo. Não existem ou não foram encontrados registros de que grupos políticos locais tenham se posicionado em relação a essa questão. Muito menos, quando nitidamente começou-se a preparar o Golpe do Estado Novo, com a aprovação em 1937, pela Câmara dos

Deputados e pelo Senado da emenda Nº 01 à Constituição de 1934, que dava poderes ao presidente da República de *“declarar a comoção interna grave, com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais, equiparada ao estado de guerra, em qualquer parte do território nacional, (...) e devendo o decreto de declaração de equiparação indicar as garantias constitucionais que ficarão suspensas”*. O mesmo ocorreu quando da divulgação de um suposto documento comunista, contendo um plano (Plano Cohen) de dominar o governo – como é corrente na historiografia que se detém a esse episódio, o plano era falso e o documento na verdade havia sido elaborado por integralistas. Situação semelhante foi verificada em 1º de outubro de 1937, com a decretação pelo Congresso Nacional do *“estado de guerra”* e em 10 de novembro, do mesmo ano, com o fechamento da Câmara e do Senado e a outorga da nova Constituição brasileira.

No estado, numa atitude quase solitária, o chefe do executivo Carlos de Lima Cavalcanti, não apoiou o golpe e foi destituído do cargo. Em 03 de dezembro de 1937, tomou posse o interventor federal Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães. Este, de imediato buscou travar sólido vínculo com a Igreja Católica. Escolheu o seu secretariado entre os jovens, na sua maioria, saídos das hostes da Congregação Mariana, exceto os secretários da Justiça, Artur Moura; da Aviação, Gercino de Pontes e o prefeito do Recife, Novaes Filho, os demais, como o titular da Chefatura de Polícia, Etelvino Lins; os secretários da Agricultura, Apolônio Sales; de Governo, Arnóbio Tenório Wanderley e; do Departamento de

Educação, Nilo Pereira, foram oriundos do esquema religioso (PANDOLFI 1984, p. 48).

Do ponto de vista das prefeituras, o interventor federal, nos primeiros dias de sua administração, nomeia novos prefeitos para praticamente todos os municípios do interior do Estado. Agamenon traça diretrizes para estes prefeitos afirmando: o desenvolvimento da vida local é um dos postulados fundamentais do plano de governo. A constituição de 10 de novembro restituiu aos municípios os forais que conquistaram na formação da unidade nacional. O nosso lema é o ruralismo, é a criação de riquezas e o combate a tudo o que é suntuário, dispersivo e inútil (...) o problema administrativo se resume, entretanto, em condicioná-lo a uma orientação definida, por isto vem o interventor traçar as diretrizes que os prefeitos devem seguir', (Diário de Pernambuco (RE) 07/12/1937 e 11/12/1937). (PANDOLFI, 1984, p.49)

Em Pesqueira o candidato derrotado nas eleições de 1935, Agostinho de Bezerra Cavalcanti, foi nomeado prefeito. No entanto, isto não pareceu ter abalado os interesses dos industriais locais. O discurso do novo governo continha uma retórica ética incontestável e no que dizia respeito a sua implementação na gerência da máquina administrativa municipal, a responsabilidade era do prefeito, correligionário do interventor e do poder central, isentando-os de qualquer preocupação neste sentido.

(...) Em linhas gerais, as principais normas estabelecidas pelo interventor são: moralidade administrativa; arrecadação escrupulosa das rendas e justiça fiscal; governo de colaboração com as classes produtoras, animando as atividades e procurando elevar o nível de todos que trabalham; evitar o êxodo dos campos para a capital, procurando, em colaboração com os proprietários agrícolas, localizar a maior quantidade de trabalhadores na cultura da terra; animar as cidades, os pequenos ofícios, desenvolvendo o artesanato e criando a indústria doméstica; dar especial atenção ao problema da alimentação, estimulando a pecuária, a indústria doméstica e horticultura; realizar com os proprietários de fábrica de pequena ou grande indústria e autoridades religiosas um plano de organização das horas livres dos trabalhadores, evitando que eles freqüentem as tabernas e usem bebidas alcoólicas, e procurando atraí-los para diversões sadias e festas de educação cívica. (Ibidem, p. 50)

O intento da interventoria era através da nomeação dos novos prefeitos criar mais um mecanismo de controle político nos municípios, uma vez que os chefes dos executivos municipais seriam pessoas de sua confiança. Esses, por sua vez, ficariam incumbidos de, utilizando-se das instituições já existentes, a exemplo da Igreja Católica, implementar de imediato as metas prementes como a fixação do homem à terra e desenvolver ações de doutrinação política. A partir de então se viabilizaria a consecução dos demais objetivos. Sendo assim, não fica difícil perceber que o Estado Novo ao imbuir-se dessas

atribuições carrou para o seio do Poder Público a responsabilidade de criar ou ampliar as condições gerais de produção, favorecendo o processo de acumulação em detrimento do atendimento aos meios de consumo coletivo, já que para isso depende o nível de organização e de reivindicação da força de trabalho. Fica evidente que a economia dirigida nessa perspectiva, o paternalismo substituiu o sindicato.

O projeto de Agamenon Magalhães para Pernambuco estava resumido no lema *“a recuperação econômica e social de Pernambuco”*. Para isso era necessário se ter paz e harmonia social, mesmo que essas fossem conseguidas a custo da repressão e do autoritarismo. Para o interventor, *“Se o Estado não tem uma filosofia que explique as suas causas, tem uma atitude, que é a ação, e uma razão, que é a experiência dos fatos sociais. E por isso o Estado está sempre em movimento e luta, para realizar a sua grande finalidade social e humana – a ordem pelo direito e a paz pela justiça.”* Sendo assim, eram lícitos os meios extremados apontados, pois *“a luta do Estado tem sido a luta pela autoridade, pela afirmação incontestável do seu poder. Não é o poder como fim, mas poder como instrumento ou meio de atingir os seus fins.”* (MAGALHÃES, 1933, p. 08 – 09). Entretanto, fazia-se necessário também, utilizar-se de outros mecanismos para receber o apoio popular.

Administrando com habilidade uma intensa propaganda das suas realizações e mobilizando os diversos segmentos sociais, através das associações, entidades e sindicatos, Agamenon desencadeou uma cruzada

doutrinária que além de objetivar receber o apoio da sociedade, visava também não perder as rédeas dessa mobilização. Só assim o governo estadual poderia atender aos seus próprios interesses.

Em Pesqueira não foi problemático para as camadas dominantes incorporarem as novas estratégias de controle. Pareciam moldar-se muito bem a elas os ensinamentos do chefe do executivo estadual como o que dizia que *“O sufrágio universal é uma anemia, uma doença que foi enfraquecendo lentamente os povos. As nações que esperam ainda que o sapateiro saia de sua tenda para escolher os seus dirigentes, ou que o operário deixe sua oficina para os comícios eleitorais, estão irremediavelmente perdidas. O que as nações precisam hoje é de chefes, que encarnem as necessidades e os minutos da hora que passam.”*²⁰. E no tocante as mobilizações dos trabalhadores, com claro objetivo de ressaltar a importância da fábrica e obviamente de seus proprietários, para o município e seus moradores, a firma Carlos de Britto & Cia. antecipou-se ao Estado Novo, sob o pretexto de incentivar a produção criou no ano de 1934, o “Dia do Tomate”, comemorado em todo 17 de junho com desfile cívico e outras festividades. Iniciativa que foi severamente repudiada pelo padre Alfredo de Arruda Câmara. Quando atividades do formato do Dia do Tomate foram assumidas pelo governo Estadonovista, encontrou em Pesqueira a tradição, o que não poupou severa crítica do líder comunista Paulo Cavalcanti:

²⁰ Artigo de Agamenon Magalhães, intitulado “A Verdade”, publicado no seu jornal Folha da Manhã, não sendo identificada a data, citada por CAVALCANTI, Paulo. O Caso Eu Conto Como o Caso Foi. Recife, Guararapes, 1980, p. 179.

Organizando “párias da produção” – passeatas ‘espontâneas’ de operários e patrões pelas ruas da cidade, em cada 1º de maio – o “Estado Novo” encenava a farsa da “paz social”, da ausência de luta de classes, sob o manto da “legislação social mais avançada do mundo”. Era de ver-se, nesse desfiles, os Brito, da fábrica Peixe, de mãos dadas com esqueléticas trabalhadoras, (...) todos em estado de unção, empertigados, quando a banda de música da Polícia Militar tocava os hinos patrióticos. (CAVALCANTI, 1980, p. 179)

A imprensa desempenhou importante papel na implementação e consolidação do projeto de sociedade do Estado Novo. Colocada a serviço do poder, sua função inseria-se na concepção de que o Estado devia desempenhar o papel de doutrinador ideológico. Com isso, pugnavam-se que a imprensa privada, com liberdade de expressão, era prejudicial aos interesses públicos. Devendo a mesma ter uma função pública bem definida, que seria a função legislativa, favorecendo a interlocução direta, através de constantes enquetes e consultas entre o governo e a sociedade como um todo. A imprensa comandada pelo chefe do executivo, com intervenções inquisitórias junto à população, segundo os ideólogos do Estado Novo - entre eles Agamenon Magalhães - é mais eficiente do que o voto e pode atender aos anseios do povo e isentá-lo dos expedientes escandalosos e demagógicos.

A partir desse entendimento acerca do novo papel da imprensa foi que se justificou a intervenção estatal sobre ela e criou-se, em dezembro de 1938, o Departamento de Imprensa e propaganda – DIP²¹.

O interventor Agamenon Magalhães utilizou-se, no que tange a imprensa, dos mesmos expedientes do governo federal, sendo inclusive proprietário do jornal Folha da Manhã²².

Apesar de terem sido criados antes da instalação do Estado Novo, os centros educativos operários caíram como uma luva nos objetivos do interventor de cooptar os setores operários. Logo, ele se aproximou desses centros, de orientação católica, onde os operários recebiam formação educacional – primária e profissional - doutrinação social, trabalhista e cívica, além de assistência médica e dentária, passando os mesmos a se subordinarem à Diretoria de Reeducação e Assistência Social, que por sua vez era subordinada à Prefeitura do Recife.

A aproximação do Governo Estadual dos centros educativos operários era visando a estreita colaboração das classes trabalhadoras com o governo e afastá-las da propaganda comunista. Para isso lhes era proporcionado assistência social e aperfeiçoamento técnico.

²¹ O jornal pesqueirense Região realizou convênio com o DIP a partir de 09 de novembro de 1941, passando a publicar os comunicados da Agência Nacional.

²² Quando o Estado Novo entrou em crise surgiram rumores de que os empregados do jornal Folha da Manhã constavam na folha de pagamento dos funcionários públicos estaduais. Além de Agamenon Magalhães colher assinaturas junto aos prefeitos e impor contribuições aos industriais e homens de dinheiro. (PANDOLFI:1984, pp. 53 – 54)

Nas suas estratégias de cooptação dos diversos segmentos sociais, Agamenon Magalhães apresentou um programa de governo onde não apareciam obras grandiosas, mas sim as que visavam fins econômicos e educativos. Entre essas, colocava-se como prioritária a habitação popular onde se buscava resolver um problema caro ao estado, que eram as moradias improvisadas, os chamados “*mocambos*”. Para isso criou, em 1939, a Liga Social Contra o Mocambo, que objetivava construir casas populares e vendê-las a preços módicos e proibir a construção de novas precárias moradias.

São incentivadas a construção de vilas operárias pelas unidades fabris e nesse sentido os industriais criaram, ainda no ano de 1939, a Empresa Construtora de Casas Populares.

Para o interventor, o trabalhador residir numa casa higiênica perto do local de trabalho era receber uma grande benesse. Mas, maior proveito teria o industrial, que ao propiciar um dos fatores preponderantes na reprodução da mão de obra poderia tê-la como garantida, além de controlar as ações dos empregados nos momentos que não estivessem ocupados no trabalho.

No tocante a moradia, o governo de Agamenon Magalhães se antecipou ao governo central, uma vez que isso só passou a constar em programa de governo na gestão do General Eurico Gaspar Dutra

(1946 – 1950), com a criação da Fundação da Casa Popular (Decreto – Lei Nº 9.218/1946).

No seu programa de governo o interventor pugnava a urbanização da cidade e recuperação do campo. Em relação a este segundo item, ele apontava como um dos fatores de decadência do estado a monocultura da cana de açúcar. Pois, essa inibia o desenvolvimento de outras culturas, causando a escassez de alimentos, provocava desequilíbrio da balança comercial, além da consequente alta dos preços dos produtos agrícolas. Esse quadro só seria revertido com o incentivo à policultura. Grande campanha é desencadeada para incentivar a população a cultivar gêneros alimentícios.

É interessante que havia em Pesqueira bem antes da instalação do Estado Novo, portanto, antes do interventor se pronunciar quanto a necessidade de se investir na policultura, preocupação nesse sentido. Em fevereiro de 1935, o comerciante Agostinho Bezerra Cavalcanti, então presidente da Associação Comercial, teve publicado um artigo no Jornal de Pesqueira, nas primeira e segunda páginas, tratando exatamente da perniciosidade da monocultura do tomate, acrescentando mais um dado, que era a falta de investimentos técnicos. Propunha a diversidade das culturas como uma saída para diminuir o preço dos gêneros agrícolas e investimento nas culturas de mamona e de algodão, o “*ouro branco*”. Entretanto, muitas foram as reclamações no decorrer do Estado Novo em relação a monocultura do tomate, que escasseava a localidade de produtos agrícolas, elevando assim os seus preços. Porém, os

artigos mais incisivos foram publicados no jornal Voz de Pesseira, em 07 e 25 de novembro de 1943, respectivamente, que relacionava a monocultura à seca e à guerra mundial, como arquitetos de uma trama medonha que elevou os preços dos produtos rurais para patamares astronômicos.

Para Agamenon as indústrias que promoveriam o crescimento do estado deveriam ser aquelas que estavam vinculadas às atividades agrícolas, a exemplo da indústria têxtil, que utilizava como matéria-prima o algodão. Contraditoriamente apontava como outro exemplo de entrosamento entre agricultura e indústria, o setor açucareiro. O ajuste agro-industrial poderia ser levado para o Agreste e para o Sertão, ricos em fibras, sementes oleaginosas e outros produtos, que poderiam ser industrializados, promovendo-se assim o crescimento destas mesoregiões e favorecendo a fixação do homem no seu meio de origem. Por sinal, barrar o êxodo rural era uma meta do seu governo. Indústrias sem essa vinculação eram tidas como artificiais e não deveriam receber incentivos do poder público.

O incentivo às atividades agrícolas no Agreste e no Sertão, favoreceram as oligarquias dessas localidades, até então pouco representativas no cenário político, o que arrefeceu a hegemonia política da elite açucareira. Segundo Aspásia Camargo, essa política foi incentivada pelo governo central, uma vez que os “coronéis” afastados da disputa econômica a nível nacional são cúmplices ou imparciais diante da política protecionista que desviava recursos do Nordeste para o Centro-Sul (CAMARGO, 1976, p. 29 – 30).

Diante disso, os industriais de Pesqueira encontravam-se numa situação dúbia, se na perspectiva local e imediata eram beneficiados, pois suas indústrias estavam diretamente vinculadas à agricultura da região - apesar do seu principal fruto ser exógeno e acarretar os problemas já apontados - a médio e longo prazo estava-se delineando o seu esfacelamento. Pois, o processo de desregionalização econômica do País estava se firmando e a concorrência com as indústrias do Centro-Sul seria extremamente iníqua.

Agamenon Magalhães deixou o governo de Pernambuco para assumir o Ministério da Justiça, em fevereiro de 1945, assumindo em seu lugar Etelvino Lins, com um discurso destoante do seu antecessor, no que dizia respeito à relação com as forças opositoras. O novo chefe do executivo estadual explicitou todo o seu autoritarismo afirmando não haver espaço para as subversões e o enfraquecimento do princípio da autoridade, restando a essas forças o direito e o dever de fazer críticas construtivas. Parece ter sido este o norte trilhado pela elite política pernambucana em todo o processo de transição democrática (PANDOLFI, 1984, p. 92). Tanto foi assim, que se desenrolaram fatos desastrosos como a repressão ao ato em apoio a candidatura à presidência da República, do Brigadeiro Eduardo Gomes, que culminou com as mortes do estudante de Direito Demócrito de Souza Filho e do carvoeiro Manoel Elias. O empastelamento do jornal Diário de Pernambucano e a prisão dos articulistas Gilberto Freyre e Anibal Fernandes.

A estrutura burocrática-administrativa montada no País, especialmente em Pernambuco, pelo Estado Novo, perdurou até 1964, impedindo de certa forma que os partidos políticos despertassem como legítimos representantes do eleitorado, praticamente inexistindo como instituições governativas.

Essa estrutura foi se aperfeiçoando à medida em que o regime de recessão ia arrefecendo. A elite política criou o PSD (Partido Social Democrático) e para fortalecer as suas bases e controlar o eleitorado utilizou-se largamente do alistamento eleitoral “*ex-officio*”, onde o registro de eleitores era feito em bloco através de listas preparadas por empregadores e agências governamentais. Ao mesmo tempo em que procedia dessa maneira no meio urbano, no campo, os antigos presidentes das cooperativas rurais, eram transformados em presidentes dos diretórios do PSD. Isso porque, quando do golpe do Estado Novo os partidos políticos foram extintos, mas as antigas lideranças políticas do meio rural, ao se criar as cooperativas, foram compensadas com o cargo de presidente dessas entidades e a partir de 1945, recuperaram a posição da qual desfrutavam antes de 10 de novembro de 1937.

Quando das eleições municipais em 1947, apesar de encontrar-se representada na Assembléia Legislativa por três legendas partidárias (PSD, UDN e PRP), a elite pesqueirense uniu-se em torno do nome do Sr. Ézio Araújo, candidato do PSD, lançado a prefeito constitucional, no pleito que se realizou no dia 26 de outubro. “*Não há dúvida de que Pesqueira marca uma frente*

única em torno do Partido Social Democrático". O resultado foi o esperado, a vitória do pessedista e esse partido dominou o cenário político local até a década de 1960.

Após o lançamento da candidatura do Sr. Ézio Araújo, o jornal Folha de Pesqueira que noticiou a frente única teceu o seguinte comentário:

Bem feliz a cogitação dos que indicaram o nome do Sr. Ézio Araújo. E as eleições de 26 de outubro próximo marcarão a terceira e mais triunfal vitória pessedista além daquelas que elegeram o presidente Eurico Dutra, em 2 de dezembro de 1945, e Barbosa Lima Sobrinho, a 19 de janeiro deste ano. (Folha de Pesqueira, Pesqueira, 28 set. 1947, p. 01).

2. PESQUEIRA: PARA ENTENDÊ-LA

A profusão de obras de caráter teórico-filosófica acerca dos temas trabalhados aqui, nos impôs a necessidade de demarcar o ponto de partida desta nossa abordagem. Recorremos para tanto à ajuda de outras disciplinas, formulando e, talvez, respondendo questões sobre temas que até bem pouco tempo não pertenciam à seara do historiador.

Pesqueira é um município do Agreste pernambucano, distando 216 quilômetros do Recife, capital do estado de Pernambuco, e que, no período correspondente aos anos de 1930 a 1950, viveu um processo de efervescência na sua economia, comandado pelo capital industrial. Neste mesmo período sofreu sensíveis transformações urbanas e vivenciou um movimento político-cultural pujante. Desde 1918, Pesqueira sediava a Diocese, sendo ainda um dos principais centros do Integralismo⁴ no Nordeste, que atuou ativamente no município até 1938. Hoje, nota-se um processo de involução da cidade: as suas maiores fábricas fecharam, inclusive a Peixe, a pioneira e impulsionadora da atividade industrial; as atividades agro-pecuárias apresentam um quadro de declínio; seu comércio é minguado e o setor de serviços precário. A economia local socorre-se dos funcionários públicos, aposentados e pensionistas. A facilidade de locomoção provoca a evasão de consumidores, que recorrem a

⁴ Maiores informações ver AMORIM, Fábio Lima. Uma Cidade Germanófila em 30: O Integralismo em Pesqueira. Recife: Dissertação de Mestrado, Depto. De História/UFPE, 2002.

idades maiores, como Caruaru e o Recife, para adquirir bens e serviços. Entretanto, o grosso da população, na sua maioria desempregada ou subempregada, lota diuturnamente os logradouros públicos, em entretenimentos como jogar dominó e baralho, ingerir bebidas alcoólicas e conversar banalidades. Perplexas com a atual situação do município, que já foi pólo de atração na região e no estado, as pessoas geralmente recorrem a respostas desprovidas de fundamentação e recheadas de sentimentalismo, superstições e desconhecimento quando tentam responder o que provocou esta mudança radical.

O quadro empírico delineado acima é instigante para o pesquisador, aguçando-lhe o senso investigativo, levando-lhe a buscar desvendar a história desse pequeno universo. Talvez, com excesso de boa intenção, defender que ao fazer isto, estará contribuindo para melhor se conhecer a História do Brasil, além de possibilitar o alargamento das fronteiras da história às pessoas, para que assim possa se construir uma verdadeira cidadania.

A chegada da indústria numa localidade possibilita denotar a modernização da mesma, tendo em vista que ali se instalam novas tecnologias, o que confere ao lugar nova feição socioeconômica e cultural. Essa modernização, como é de costume, não traz no seu bojo o desenvolvimento, daí ocorrer alijando a maioria da população, já que é implementada e controlada por homens públicos tecnocratas aliados ou em simbiose com empresários, que manipulam o devir tecno-social para servir a uma elite minoritária que eles representam e/ou pertencem. O tipo de modernização aqui referida, que não inclui

a população no quadro de consumo, acaba gerando uma economia frágil, um quadro social antiquado e a inviabilidade política, dada a profundidade de desigualdade social, acarretando na perda de identidade sociocultural, o que descamba para a alienação e aculturação geral, pois destrói o tecido social e amarra a localidade aos atrativos e interesses exteriores.

Neste ponto achamos necessário fazer breve exposição acerca do processo de desenvolvimento econômico no capitalismo. Nosso ponto de partida é a obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (2001), de Celso Furtado. Indagando-se o autor sobre a possibilidade do desenvolvimento econômico que vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial ser universalizado, ou seja, serem os padrões de consumo de uma minoria da humanidade que vive nos países *“altamente industrializados”* acessíveis às grandes massas populacionais dos países do Terceiro Mundo, o mesmo começa respondendo que esta questão insere-se no prolongamento do mito do progresso, segundo ele *“elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial”*. Para o autor, a questão fundamenta-se na idéia de que o impulso dinâmico para um processo de acumulação de capital planetário é o progresso tecnológico, embora afirme que tal idéia não tem sustentação em nenhum contexto social. Entretanto, se fosse possível essa universalização, as conseqüências culturais e para o meio físico seriam catastróficas. Argumenta o economista que *“em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico. A maioria deles transforma energia*

livre ou disponível, sobre a qual o homem tem perfeito comando, em energia não disponível". Sendo assim, afirma que se as atuais formas de vida dos povos ricos forem universalizadas, não existe outra resposta à questão colocada inicialmente, a não ser uma que não permite ambigüidade, qual seja, *"se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso"*. No entanto, essa possibilidade é improvável, uma vez que o quadro estrutural do sistema capitalista apresenta um processo de acumulação onde o fosso entre um centro em crescente homogeneização e uma constelação de economias periféricas tende a se ampliar. Pois *"(...) a crescente hegemonia das grandes empresas na orientação do processo de acumulação traduz-se, no centro, por uma tendência à homogeneização dos padrões de consumo"*. Enquanto *"nas economias periféricas"* verifica-se *"um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população"*. Classificando as suas projeções como alarmistas, pois, o rumo do processo de acumulação é, *"por si só, suficiente para que a pressão sobre os recursos não-reprodutíveis seja substancialmente inferior à que está na base das projeções(...)"*. Entretanto, em outra obra retoma as suas *"projeções alarmistas"* de forma mais incisiva.

O aumento da eficácia do sistema de produção – comumente apresentada como indicador principal do desenvolvimento – não é condição suficiente para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população.

Tem-se mesmo observado a degradação das condições de vida de uma massa populacional como conseqüência da introdução de técnicas mais sofisticadas. Por outro lado, o aumento da disponibilidade de recursos e a elevação dos padrões de vida podem ocorrer na ausência de modificação nos processos produtivos; por exemplo, quando aumenta a pressão sobre as reservas de recursos não-reprodutíveis. A visão corrente do desenvolvimento pretende ignorar que a criação de valor, no sistema capitalista, envolve um custo maior do que aquele que figura nas contabilidades privada e pública. Não é demais assinalar que a ação produtiva do homem tem cada vez mais como contrapartida processos naturais irreversíveis, tais como a degradação de energia, tendentes a aumentar a entropia do universo. O estímulo às técnicas apoiadas na utilização intensiva de energia, fruto da visão a curto prazo engendrada pela apropriação privada dos recursos não-renováveis, agrava essa tendência, fazendo do processo econômico uma ação crescentemente predatória. (FURTADO, 2000, p. 22 – 23).

Alguns aspectos paradoxais da sociedade contemporânea advêm do ato dos interesses de reprodução se sobreporem à inventividade técnica, no interior de uma sociedade com elevado potencial de acumulação e fortemente desigual. Temos como resultado disso o fato de mesmo nos países *“em que mais avançou o processo de acumulação, parte da população não alcança o nível de renda necessária para satisfazer o que se considera como*

sendo necessidades elementares”. Pois apenas quando se difunde entre os grupos de rendas médias, formas de consumo mais sofisticadas e aumenta o coeficiente de desperdícios implícitos no dispêndio dos grupos de renda altas, ocorre a elevação do salário básico como parte desse processo. *“Assim, a eliminação da ‘pobreza dentro da riqueza’ faz-se mais difícil com o avanço da acumulação. Foi em função dos valores dessa civilização material que se formou a consciência das desigualdades internacionais de níveis de vida, do atraso acumulado, do subdesenvolvimento*”. (Ibidem, p. 23).

É a partir desses pressupostos que tentaremos percorrer a história do município de Pesqueira, nas décadas de 1930 a 1950, pontuando as ações do poder público municipal e os seus reflexos no cotidiano da população. Isso sem perder de vista o momento histórico vivido pelo Brasil.

A presença da indústria na economia pesqueiraense imprime um novo ritmo à vida social do município. Aumenta a população urbana, demandando uma reorganização do espaço urbano, como por exemplo, o deslocamento para a periferia de serviços como o cemitério público e trazendo serviços novos, como o calçamento de ruas, a instalação de um campo de pouso e o ordenamento do trânsito. Isso vem demonstrar a preocupação de dar à cidade um aspecto mais “moderno”, mas que, para tanto, se fazia necessário livrar-se dos estorvos do atraso: os pedintes – para eles foi criado em 1939, o Dispensário dos Pobres; a sujeira exacerbada nas vias públicas – prova incontestemente de hábitos que a população trazia do campo, onde a inexistência de coleta de lixo e saneamento

fazia com que as pessoas lançassem os dejetos no “mato”, ou seja, na rua; assim como, lavar e estender roupas em locais públicos como chafarizes e praças.

No perímetro urbano a vida passa a ter uma cadência mais agitada. O comércio e os serviços buscam atender às demandas da população crescente e com novos hábitos. O fluxo de pessoas nas ruas aumenta. O poder público municipal tem a necessidade de aumentar seu número de funcionários. A população almejava outros entretenimentos, além de ir à missa aos domingos e acompanhar procissões, quando essas ocorriam. Assim, forja novas formas de diversão como bailes, bingos, gincanas, jockey, ect.

A indústria é responsável pela modernização da cidade, entretanto essa ação modernizadora parece apenas resvalar na população. Uma vez que quando ocorre a decadência desse setor, nos anos cinqüenta, arrasta consigo os demais segmentos da economia e põe a nu as condições precárias de vida dos munícipes. Alder Júlio Calado, na sua dissertação de Mestrado (1979), reproduz o depoimento obtido em meados da década de 1970, de um cidadão pesqueirense, que havia por quatro vezes se candidatado a vereador, portanto alguém que vivenciou a crise da indústria tradicional de Pesqueira nos anos de 1950. Este depoimento além de possibilitar a percepção de nuances ideológicas, políticas, sociais e econômicas da sociedade de Pesqueira, ilustra bem a afirmação do início deste parágrafo, de que a atividade industrial dota a cidade de equipamentos urbanos modernos, mas sem que isso redunde em melhoramentos reais para a população.

A falta de emprego aqui é um negócio sério, tudo porque muita gente sem terra é forçada a abandonar a agricultura e a vegetar na cidade, sem emprego. Daí a carestia que enfrentamos nos gêneros alimentícios e outras coisas, porque se compram as propriedades e derrubam as casas dos moradores e expulsam eles. Os terrenos de farinha acabaram-se para dar lugar aos bois. Quando o agricultor vivia no campo, criava e vendia barato. O homem está desvalorizado. Há falta de comunidade. Cristo disse: 'Amai-vos uns aos outros'. Os homens dizem: 'Armai-vos uns aos outros'. Há desrespeito à lei, em geral. Mas o negócio é não baixar a cabeça pra ninguém, apesar de ser cristão. Se a gente diz que houve uma melhora no setor educacional e sanitário [sic], mas houve piora no setor humanitário: há agricultor e operário que tomam dinheiro emprestado até 20%. Todo homem, em princípio é rico, mas os homens se desviaram, os homens tomaram dos seus irmãos". (CALADO, 1979, p. 91).

Daí depreender-se que o surto industrial vivido por Pesqueira, a partir da década de vinte não conseguiu distribuir renda, nem diversificar a economia. Dependente da atividade industrial, o município se viu sem saída, quando, por ocasião do processo de integração da economia nacional, é consolidada a posição do Centro-Sul como centro econômico do País, suplantando as demais regiões, que passaram a consumir produtos vindos de lá,

além de fornecer-lhe a mão de obra e as matérias primas necessárias à suas indústrias. A crise perpassa o município, não acaba com ele. O que ocorre é queda no nível de vida da maioria da população. Grande contingente é forçado a migrar para o Centro-Sul. Muitos se arranjaram com os meios de subsistência que ainda permaneceram disponíveis e outros tantos são tragados pela miséria.

Diante desse quadro, tudo leva a crer que as ações desenvolvidas pelo poder público municipal, nas décadas de trinta a cinquenta, do século XX, buscaram satisfazer aos interesses da elite industrial – não podemos dizer que outro segmento social comportaria-se de forma diferente - assumindo a responsabilidade do ônus de criar a infra-estrutura necessária à indústria, sem atender às demandas dos demais segmentos sociais e econômicos. Além disso, o município aos poucos, foi assumindo a assistência que antes as indústrias prestavam a seus trabalhadores. Essa intervenção do poder público não é simplesmente mero mecanismo de adaptação funcional da estrutura do capitalismo que ali se vivencia, às condições sociais que essa estrutura produz, mas sim, ela ocorre para responder ao caráter contraditório do desenvolvimento do conjunto das condições gerais da produção. *“(...) à necessidade de desenvolver a socialização das forças produtivas materiais e humanas responde a necessidade oposta, que o capitalismo tem, de subordinar o crescimento econômico unicamente à valorização do capital. A socialização estatal da reprodução da força de trabalho, (...), conservará pois todas as taras da relação social capitalista.”* (LOJKINE, 1997, p. 192 – 193). Daí terem os melhoramentos sido feitos com recursos públicos, repartindo-se assim, os gastos da

modernização com todos e, o que se constitui numa obviedade, mantendo-se inalterados os lucros da indústria. Nesse bojo foram construídos um hospital, uma praça central (em frente à Igreja Catedral), um campo de pouso, instaladas usinas de eletricidade – na sede e nos distritos -, calçou-se os acessos entre os distritos e a sede, criou-se escolas municipais de preparação de mão de obra para a indústria e o comércio. Além disso, o poder público subvencionava ações de caridade desenvolvidas pela Igreja, como a distribuição do “*Pão de Santo Antônio*”, para onde acorria uma multidão de miseráveis que tinha nesse pão uma das poucas fontes para amenizar sua fome⁵.

Por tudo que até aqui explicitamos podemos dizer que a indústria e a modernização por ela instituída em Pesqueira transformaram-se numa fábrica de miséria. Num fator de incremento da pobreza, da decadência, da desigualdade e de insatisfação – esta última nem sempre verbalizada. O que buscaremos continuar demonstrando no decorrer deste trabalho.

⁵ Na Igreja Católica Apostólica Romana, Santo Antônio, é devotado também por sua caridade. Pois, despojou-se de seus bens para ajudar aos pobres. Assim, no seu culto existe a distribuição de pães aos pobres, que em Pesqueira ocorria no Convento de São José (Santo do qual Santo Antônio é confrade), todas as terças-feiras, e para tanto a Prefeitura contribuía com uma subvenção mensal.

Existe no arquivo da Prefeitura, no livro de procurações, uma procuração do Frei Wenceslau Wallerus, autorizando a senhora Lenira Tenório de Brito a receber as prestações mensais da subvenção do referido “Pão”, datada de 08 de setembro de 1958.

No livro de Geraldo Monteiro e Guiseppino De Roma, intitulado *Santo Antônio: Vamos Conhecer a Vida de Um Grande Santo*, contam os autores que o Santo tinha um coração largo e generoso para com os pobres necessitados. Preferia Ele passar necessidade, mas não ver um pobrezinho sem comida. Um dia Ele chegou a distribuir aos pobres todo o pão do convento em que vivia. Chegada a hora do almoço, o frade cozinheiro ficou apavorado. Os pães que ele tinha feito de manhã tinham sido roubados. O que é que os frades iriam comer para acompanhar a frugal refeição de cada dia? Foi logo contar a triste notícia ao superior, frei Antônio. Este, sorrindo lhe disse: “Mas, você olhou bem mesmo, na caixa dos pães? Vá lá! E verifique bem”. O frade foi e voltou espantado, mas sorridente e alegre. Os cestos transbordavam de pães, tanto que foram distribuídos aos frades e aos pobres que depois vinham ao convento. Até hoje os fiéis colocam um pedacinho de pão bento de Santo Antônio na vasilha do arroz ou feijão e não se esquecem de ajudar os pobres. E assim, nunca lhes faltará o que comer. MONTEIRO, Geraldo e DE ROMA, Guiseppino. *Santo Antônio: Vamos Conhecer a Vida de Um Santo*. São Paulo: Editora Parma, 1998, p. 125.

Nesse sentido propomo-nos a acompanhar as ações do poder público municipal de Pesqueira, frente à ascensão da atividade industrial e à urbanização então vividas pela cidade, no período já citado, buscando detectar a orientação dada, em relação às demandas dos diversos atores sociais e sua imbricação com o cotidiano dos munícipes. Para tanto é necessário percorremos, sem a pretensão de ser conclusivo, por uma análise histórico-conceitual do quadro estrutural e conjuntural em que se encontrava Pesqueira. Para efeito meramente de exposição e por acreditarmos facilitar a compreensão dividimos o referido quadro em: 2.1. *Pesqueira no Contexto da Economia Nacional*, 2.2. *A Indústria*, 2.3. *O Estado e Suas Ações*, 2.4. *A Vida Cotidiana* e 2.5. *A Igreja*.

2.1. Pesqueira no Contexto da Economia Nacional

Uma análise histórico-econômica de Pesqueira não pode perder de vista que este município se insere numa macroeconomia nacional dependente, onde a expansão de sua capacidade produtiva é limitada, pois, dado ao papel que essa macroeconomia desempenha no cenário internacional, faz com que ela tenha as suas possibilidades de desenvolver tecnologia industrial e financeira severamente restringidas pelo mercado internacional, inviabilizando um crescimento autogerado. Entenda-se por crescimento autogerado a capacidade do sistema econômico de engendrar novas tecnologias, de expandir o setor de bens de capital e de controlar seu sistema financeiro e bancário, gestando assim, seu

próprio crescimento. Entretanto, economia dependente não significa um perene subdesenvolvimento nem estagnação econômica, mas deixa a mostra níveis de vida baixíssimos para a maioria da população, alta taxa de desemprego, iníqua distribuição de renda e disparidades regionais, caracterizando desta forma, um desenvolvimento distorcido⁶.

Neste quadro o Estado brasileiro teve que desenvolver ações buscando ao mesmo tempo criar as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital e atenuar as tensões e interesses que emergiam das classes sociais. Sendo assim, nas décadas de 1930 e 1940, o Estado, refletindo os interesses de diversos grupos sociais, em especial dos latifundiários, dos industriais e da “burguesia agrária”, utilizou mecanismos de compensação através das políticas sociais, buscando contrabalançar a implementação de políticas que satisfizeram quase que exclusivamente as necessidades da acumulação e assim suavizar as pressões e perdas sofridas pelas camadas dominadas. Dentre essas camadas tinha maior realce as massas urbanas, uma vez que o Estado buscou com sucesso dar mais dinamicidade à indústria⁷, utilizando-se como um dos mecanismos a transferência de renda do setor agro-exportador para o industrial. Esse mecanismo gerou crescente acumulação de

⁶ CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 22.

⁷ É bom ressaltar que numa economia dependente a industrialização aumenta a concentração da renda ao mesmo tempo em que agrava acentuadas diferenças de produtividade, pois, enquanto a produção de bens de consumo duráveis, como por exemplo, eletrodomésticos e automóveis demanda tecnologia moderna, boa parte dos bens que constituem o consumo básico das massas, a exemplo de alimentos e têxteis, assenta-se em tecnologias e relações de produção mais tradicionais (Ibidem).

As indústrias de Pesca mesmo tendo um percurso histórico de evolução que foi do artesanato à grande indústria, insere-se neste último conjunto.

renda no setor da indústria e praticamente uma exclusão dos trabalhadores rurais da ação do Estado. Toda essa situação, nas suas linhas gerais, manteve-se na década de 1950⁸, e é a partir de então que tem mais visibilidade o início do processo de aprofundamento dos desequilíbrios regionais, que está inserido num conjunto que contém também a elevação da taxa de exploração da força de trabalho ao limite máximo de suportabilidade, evidente que até onde permitia ou se conseguia burlar a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto nº. 5.452, de 1943), a monopolização dos setores básicos da vida econômica do País e a constituição do Estado monopolista.

As marcas impingidas na Formação Social Econômica brasileira pela condição de economia dependente, sobretudo as disparidades regionais, levaram a indústria tradicional e outros setores econômicos comprometidos com interesses internos – nas condições históricas do desenvolvimento do País - a não acompanhar o ritmo de concentração capitalista que definiu a consolidação da monopolização dos setores estratégicos da economia do Brasil, num processo que se iniciou na década de 1950. A partir de então não é difícil perceber que no campo as velhas relações de produção entraram em estado de desagregação cedendo espaço para o monopólio da terra, o acentuado êxodo rural e a concentração urbana. Este quadro recrudescer a contradição existente na estrutura da indústria regional entre capital e força de trabalho, pois com a emigração do campo, a concentração de mão de obra no meio urbano superdimensiona o exército de reserva e a oferta de força de

⁸ CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. op. cit. p. 116.

trabalho, contribuindo para a compressão dos salários. Sendo assim, mantinha-se a tendência da estrutura industrial de funcionar com trabalhadores que tinham sua força de trabalho remunerada abaixo das suas necessidades de subsistência, acarretando numa reprodução dessa força de trabalho com baixíssimo teor de virtualidade técnica. Tudo isso satisfaz interesses imediatos dessa burguesia industrial, mas alimenta a manutenção de um mercado consumidor insignificante, gestando a derrocada da estrutura industrial regional⁹.

O percurso histórico da política brasileira explicita a tendência concentracionista da movimentação das camadas sociais dominantes ao dar respostas aos desafios que a economia impunha. É nesse sentido que a redefinição da divisão nacional do trabalho é diretamente proporcional à manutenção da economia agro-exportadora e ao avanço da monopolização dos setores estratégicos pelo capital estrangeiro. Da mesma forma que as desigualdades regionais se ampliam como consequência do aumento da taxa de exploração da força de trabalho. Ao mesmo tempo em que existe a transferência de rendimentos do Nordeste para o Sudeste, nesta primeira região eram mantidas relações de produção responsáveis por seu empobrecimento. Retomando aos desdobramentos históricos nacionais, constata-se que a política livre cambista do Governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1950), sob a justificativa de que a livre concorrência entre formas de capital de diferentes níveis de qualidade produzia eficiência econômica, que após o interregno do Governo Vargas (1951 –

⁹ OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 73 – 78.

1954), interrompido com o seu suicídio¹⁰, é reimplentada por Café Filho, privilegiava sobremaneira o capital estrangeiro¹¹.

O estabelecimento triunfal do grande capital deu-se no Governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1960), que alicerçado num “*duvidoso sistema de crédito*”¹², alimentava a sua dinâmica nos investimentos públicos e na indústria de bens de consumo duráveis, engendrando uma conjuntura desenvolvimentista com elevada taxa de crescimento, porém, de concentração com a mesma dimensão.

Imersa nessa realidade, a indústria tradicional de Pesca trazia uma herança histórica que conjugada ao quadro em que ela encontrava-se inserida, tiveram peso determinante para a sua derrocada. Desta

¹⁰ A base da crise que acarretou no desfecho trágico do Governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954), estava na política de produção de câmbio e nas medidas nacionalistas representadas pelo monopólio estatal da energia empreendidas pelo Presidente, acirrando a oposição ao governo, uma vez que setores dominantes de direita não escondiam a intenção de arrebatar o poder e usá-lo no favorecimento do capitalismo monopolista.

Elucidativa reconstituição histórica deste Governo Vargas, como também, para os rumos que a economia brasileira toma após o suicídio de Getúlio, encontra-se em SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹¹ SKIDMORE. op. cit., pp. 198 – 202.

¹² “(...) é interessante notar que, em 1957, 26% do total de impostos aferidos no país e conhecidos pela Divisão do Imposto de Renda pertenciam a residentes no exterior. Nesse mesmo ano, na sede da sua entidade de classe, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo esclarecia, sobriamente: ‘Grandes empresas estrangeiras que se estabeleceram no país como trazem, via de regra, capitais de giro, aqui chegando atraem para seus negócios as escassas disponibilidades de numerários de que dispomos’.

A entrada desse capital de giro é discutível. Na verdade, aquelas empresas valem-se de recursos nacionais, cedidos pelo governo ou drenados por companhias estrangeiras especializadas, e valem-se ainda de recursos em moeda estrangeira obtidos por linha de crédito ligada ao governo. Ampliam suas instalações à custa do reinvestimento de lucros aqui obtidos. É a economia que contribuiu para o desenvolvimento do capital estrangeiro. Nunca contribuiu tanto como na fase em que o governo proclamou obedecer a uma política de desenvolvimento. A *Brasilian Traction* representa a maior inversão de capital estrangeiro em nosso país. Mas o seu capital se formou e cresceu com recursos brasileiros, e só em uma oportunidade, entre muitas, o Tesouro lhe forneceu, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, aval para empréstimo no BIRD, no valor de 11.600 milhões de dólares. À *Bond & Share* aquele mesmo BNDE acumulou com 3 bilhões de cruzeiros – tudo a pretexto do desenvolvimento. Para a ampliação da Usina Piratininga, o governo forneceu à Ligth 1.300 milhões de dólares.” SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 258 – 259.

forma, no decorrer da década de 1950, importantes fábricas do município, como as fábricas de laticínio Paulo Britto, a Tigre e a Rosa, cerram suas portas. A Fábrica Peixe apresenta fôlego para uma sobrevida até o final da década seguinte.

A impossibilidade de dilatar as suas fronteiras, leva a indústria tradicional de Pesqueira à falência. Isso porque o espaço competitivo que lhe reservava a estrutura monopolista era demasiadamente estreito. É evidente que os grupos acionistas locais tentaram saída para a crise que insistia em eliminá-los do mercado. Entretanto, a alternativa de voltar-se para o mercado regional, fazendo valer a utilização dos fatores internos, mostrou-se inócua, pois o mesmo não oferecia perspectiva, por encontrar-se mercado de forma irreversível pela acumulação e concentração capitalista em nível de monopólio¹³.

O aspecto específico do desenrolar histórico da atividade industrial de Pesqueira encontra-se no fato da acumulação primitiva que aí ocorreu ter-se caracterizado pela constituição de riqueza nas mãos da burguesia local, proprietária da indústria tradicional, através de alto nível de exploração da força de trabalho, possibilitando-lhe reproduzir-se por formas pré-capitalistas e muitas vezes usando as concessões extra-econômicas para reduzir a sua remuneração monetária. Isso indubitavelmente limitou as potencialidades de expansão do mercado. Sendo assim, a indústria estruturou-se de forma

¹³ Cabe um estudo acerca de um caso inverso: o sucesso da Tambaú Indústria Alimentícia Ltda., congênere das indústrias de doce de Pesqueira, criada no ano de 1962, em Custódia, município pernambucano, do Sertão do Pajeú. Esta indústria atende significativa porção do mercado nordestino.

concentracionista e se colocou em flagrante oposição às bases sociais do seu meio. É incontestável que as fábricas desempenharam um papel de indutoras do desenvolvimento, mas desenvolvimento distorcido, de que tratam CARDOSO e FALETTO (1975), que conseqüentemente reverberou nos outros segmentos sociais e ampliou a divisão social do trabalho. Porém, com a limitação já apontada.

2.2. A Indústria

A cidade de Pesqueira viu surgir, crescer e declinar as suas tradicionais indústrias alimentícias. Sobre essa atividade industrial podemos afirmar que não houve um processo de industrialização, mas sim, a criação de algumas indústrias, pois, segundo Gabriel Conh, a industrialização *“é um conjunto de mudanças, dotado de uma certa continuidade e de um sentido. Seu sentido é dado pela transformação global de um sistema econômico-social de base não-industrial (...). é por operar num sistema que a industrialização implica em um conjunto articulado de mudanças (...)”* (COHN in MOTA, 1980, p. 283). A industrialização, ainda segundo o autor, tem raízes profundas e nem sempre se traduz em imediata criação de indústrias. Porém, uma vez instaurada, configura-se num movimento irreversível.

Assim, dentro desse raciocínio, concluímos que Pesqueira viveu um surto industrial, uma vez que para o autor referido acima, *“surto industrial”* não tem continuidade, *“(...) por resumir-se no surgimento de*

unidades manufatureiras isoladas do contexto econômico-social global e condenadas, por isso, a serem reabsorvidas (...)” (Ibidem, p. 284).

Além disso, é importante considerar que as necessidades de acumulação do capital, calcadas em relações de dominação e subordinação, gestam o desenvolvimento desigual entre setores de atividade, espaços e pessoas, que, no decorrer do processo capitalista mudaram de forma, mas mantiveram a essência, assegurando sempre a reprodução ampliada da dependência. Este tipo de desenvolvimento forma uma unidade contraditória, mas indissolúvel no capitalismo, que é a característica fundamental do processo de acumulação. A lógica de dominação e subordinação entre as partes, encontra-se na lógica de desenvolvimento do sistema capitalista de produção, que acumula riqueza de um lado e pobreza do outro. Neste ponto alertamos para a observação feita acerca do desenvolvimento econômico capitalista no início deste capítulo.

A estrutura urbana de Pesqueira na qual a indústria se apóia continha uma mão de obra numericamente significativa, que habitava os bairros periféricos e, como foi visto, se reproduzia nem sempre dentro de um modelo capitalista e com pouca qualidade técnica, mas qualidade que não era demandada para executar os trabalhos na fábrica, salvo para raras funções. Isso possibilitou uma baixa remuneração, arrefeceu os choques de interesses – o emprego na fábrica era uma dívida do industrial ao empregado desqualificado – e favoreceu a acumulação de riquezas.

A relação cidade-campo se deu de tal modo que não possibilitou a constituição de um mercado viabilizador de uma produção ampliada do capital no interior da região. Uma vez que a produção de matérias primas no campo destinadas às indústrias, ocorria em condições pré-capitalistas, influenciando na geração de renda da terra e no caráter não capitalista da reprodução da força de trabalho.

Além das características apontadas, o meio em que a indústria pesqueira estava imersa continha ainda uma outra particularidade. É que, em virtude do capital financeiro ainda se encontrar numa fase incipiente, praticamente financiando a produção de matérias primas, monopolizando o comércio externo e levando à transferência de rendimentos para o exterior, provoca uma atrofia no mercado regional em formação e torna imprescindível a expansão do seu capital industrial para todo o mercado nacional. Isso explica a expansão precoce da indústria de Pesca pelo território nacional, no alvorecer da década de 1940.

Focando-se especificamente o mercado interno pesqueira, isso porque ele estar contido no mercado interno regional, percebe-se que ele é flagrantemente marcado por esse descompasso entre capital acumulado pela indústria e remuneração da força de trabalho. Pois os baixos salários pagos pelas fábricas modelam o tipo e a dimensão dos setores de comércio e de serviços que

a cidade irá comportar, provocando a proliferação de “vendas”¹⁴, mercadinhos, armarinhos, lojinhas, biscateiros etc. Dessa forma, a relação salarial entre o capital e o trabalho existente na indústria não se desloca para o resto da economia, perpetuando relações pré-capitalistas no campo e criando um modelo não capitalista de reprodução e apropriação do excedente no setor terciário e ainda favorecendo uma acumulação hipertrofiada no setor industrial. Essa realidade acarretará uma derrocada geral de todos os ramos das atividades econômicas, à medida que o setor industrial vai entrando em decadência, já que este não havia gerado atividades sólidas nos demais setores da economia.

O tipo de indústria que eclode em Pesqueira não cria obstáculos aos interesses fundamentais do capital financeiro internacional, centrados na economia agro-exportadora. Ao contrário, em certa medida ela favorece esse capital, pois para a execução de suas atividades, essa indústria regional, necessitava importar bens de capital¹⁵.

¹⁴ Pequenos estabelecimentos comerciais onde se vende artigos variados.

¹⁵ “É uma particularidade que chama a atenção da indústria regional ter se firmado no espaço histórico em que o capitalismo financeiro se instalava com decidido vigor. Chico de Oliveira sustenta que ‘a rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros e posseiros. Emerge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas ‘culturas de subsistências’ do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam, por esse mecanismo, um baixo custo de produção da força de trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas’. Se é verdade que a circunstância descrita impediu a evolução, na totalidade, a formação do capitalismo na Região não é menos verdade que a conjuntura imperialista criara com a dinamização da economia agro-exportadora a possibilidade de desenvolvimento de certos ramos industriais que, em última instância, não afetavam os seus interesses fundamentais, gerando a capacidade de importar bens de capital necessários ao seu desempenho mesmo se considerado que, ainda aí, o capital financeiro realizava, também, apropriação de valor produzido pela força de trabalho regional.” CAVALCANTI, Célia Maria Lira. op. cit., p. 56.

Característica marcante da indústria de Pesqueira no período em que se detém este trabalho, foram as condições em que se reproduzia a mão de obra por ela utilizada, fazendo com que as inovações tecnológicas verificadas nas fábricas, incrementando a produtividade do trabalho, não suscitassem uma melhor remuneração da força de trabalho. Dessa forma, não contribuindo para a formação de riqueza ao nível local e/ou regional. Sendo assim, o crescimento do produto criado pela atividade fabril esbarrava no atrofiado mercado local e regional, forçando a expansão das unidades fabris para outras áreas do espaço nacional, colocando-as em competição oligopólica com indústrias similares e muitas vezes em condições mais favoráveis, a exemplo das do Centro-Sul. Já em 1933, o Jornal de Pesqueira, alertava para a concorrência de indústrias do Sul, congêneres as do município, que pelo fato de encontrarem-se próximas do centro de decisões políticas, do centro econômico nacional e, portanto, com mais facilidade de crédito e no maior mercado consumidor do País, poderiam suplantar a indústria local. Nesse momento, a que se apresentava mais ameaçadora era a Colombo S.A.¹⁶.

Essa tendência aos poucos inviabilizaria a indústria pesqueiraense, enquanto indústria regional. Entretanto, enquanto a concretude plena dessa tendência não ocorria, ela gozava de uma performance invejável, que, dispondo de um mercado nacional, ainda exportava seus produtos para o exterior, o que lhe proporcionava lucros vultosos. Isso se dá no interstício da crise

¹⁶ Jornal de Pesqueira, Pesqueira, 29 jul. 1933, p. 01.

dos anos de 1930 e durante a Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945. (CAVALCANTI, 1979, p. 61).

O bom desempenho da indústria de Pesqueira se refletirá no melhoramento e mesmo na introdução de equipamentos urbanos na cidade. É nesse bojo que se tem nas décadas de 1930 – 40, o calçamento de muitas ruas, a construção dos prédios dos Correios e Telégrafos (num processo de expansão que ocorria nacionalmente) e do Hospital, na época regional. As melhorias prosseguem pela década seguinte. Em 1951, chega a Rádio Difusora e é construída a subestação de eletricidade (1956), que passa a fornecer energia da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), entre outras inovações.

A década de 1950 marca uma divisão inter-regional do trabalho mais nítida. Ao Nordeste coube exportar matérias primas e produtos agrícolas de subsistência. Dessa forma, o capital aqui gerado ao invés de favorecer o fortalecimento das atividades do setor secundário da economia é utilizado na aquisição dos produtos manufaturados, sobretudo do Sudeste, região onde esse setor econômico se potencializou. A desregionalização da economia que vem nessa maré fez a indústria de Pesqueira, especificamente, entrar num período agonizante. Imersa num mercado local e regional limitador da sua potencialidade de expansão, em virtude de seu crescimento (da indústria) ter se dado em oposição às bases sociais da localidade, dado o nível elevado de exploração da força de trabalho e as frágeis dimensões do mercado regional, essa

indústria não teve como se socorrer num quadro conjuntural adverso e um mercado intra-regional inexpressivo.

A situação histórica, em todas as suas dimensões, que se constrói em Pesqueira, desde cedo, deixou à mostra as suas contradições, que acarretaram na decadência que viveu a cidade e a região ao término dos anos 1950. O quadro que se afigura para o período apontado é o da falta de alternativas para o crescimento do mercado interno, provocado pela baixa remuneração da força de trabalho, como também pela existência de um latifúndio agro-exportador mantenedor de relações de trabalho pré-capitalistas. Essa situação é forjada pelo baixo nível da luta de classes, que favorece a acumulação de capital em detrimento do potencial de crescimento do mercado interno e a existência de um relativo beneficiamento dos empresários locais pela economia agro-exportadora, que proporcionou a esse segmento um poder aquisitivo urbano concentrado. Juntando-se a esses fatores, ocorre a ação do capital internacional, especificamente o inglês, que ao apropriar-se de boa parte da riqueza gerada pela economia regional, investe em ferrovias, diminuindo dessa forma os custos das empresas com transportes. No entanto, tudo isso apenas escamoteou por algum tempo a transferência de riqueza que iria ocorrer do Nordeste para o Centro-Sul, decorrente dos papéis que essas regiões irão assumir mediante a divisão inter-regional do trabalho no Brasil, que se processa, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Ao Nordeste é reservado o papel de economia complementar, no tocante a produção de bens de consumo agrícolas, industriais e de matérias primas. Isso repercute no espaço intra-regional, reforçando o monopólio da terra

ao acelerar a desagregação das tradicionais relações de produção no campo, expulsando grande contingente de lavradores que irá se concentrar na cidade. Retomando uma idéia já exposta na sessão *Pesqueira no Contexto da Economia Nacional*, reafirmamos que o aumento populacional urbano aprofunda a contradição presente na estrutura industrial entre capital e força de trabalho. Uma vez que esse exército de reserva de mão de obra superdimensiona a oferta de força de trabalho, comprimindo os salários, deixando-os aquém das necessidades de subsistência, levando esse fator de produção a reproduzir-se com baixíssimo teor de virtualidade técnica. Esse quadro satisfaz os interesses imediatos dos industriais, mas forma um mercado consumidor inexpressivo, sem perspectiva de melhorias, delineando a derrocada econômica do município e da região.

O Anuário Estatístico do Brasil, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 1960, dá um quadro da situação agonizante que a indústria de Pesqueira passou a viver na década de 1950. Segundo esses dados, 8.000 habitantes viviam diretamente dos salários pagos pelas fábricas e quase a totalidade desse contingente residia na sede do município, que naquele momento dispunha de uma população absoluta de 13.134 pessoas. Daí se depreende que a massa de salário não era alvissareira para os setores da economia como o comércio e os serviços e a virtualidade técnica da força de trabalho, empregada na indústria deixava este setor econômico

pesqueirenses em desvantagem em relação aos seus competidores do Sudeste¹⁷, que se forjaram com a redivisão nacional do trabalho, já que esses produziam valor a partir de uma qualidade superior das virtudes técnicas de seus empregados.

O cenário político que se montou a partir de 1930, delineava nitidamente um centro decisório no Sudeste, que deliberava no sentido de reiterar a economia agro-exportadora, como também favorecia o avanço da monopolização dos setores estratégicos pelo capital estrangeiro, sendo isso sua resposta aos desafios que emergiram com as sucessivas crises que viveu a economia brasileira a partir de então. Assim, a redefinição da divisão nacional do trabalho, que se processava, estava eivada dessa lógica, aprofundando as desigualdades regionais, que por sua vez estavam calcadas no aumento da taxa de exploração da força de trabalho.

2.3. O Estado e Suas Ações

Sobre as estratégias de dominação verificadas no interior da cidade, *Antônio Gramsci*, na sua obra *Concepção Dialética da História* (1995), fornece a chave para desvendá-las. Segundo ele, todos os homens são filósofos ou conformistas, ou seja, as filosofias só se irradiam com a introjeção ou

¹⁷ Num primeiro momento poderíamos até imaginar que os baixos salários deixariam a indústria de Pesca mais competitiva. Isso, no entanto, não ocorre, porque esta indústria assiste a uma retração do seu mercado no âmbito da economia nacional, até o ponto de tentar se socorrer com o mercado regional/local.

adesão das grandes massas às idéias e, também, a superação de uma ordem intelectual e moral (idéias, valores e costumes) por outra, só ocorre quando os homens são persuadidos por uma nova maneira de pensar e sentir. Essa é a medida do valor histórico de uma filosofia.

(...) muitas pesquisas e estudos sobre a significação histórica das diversas filosofias são absolutamente estéreis e cerebrinos, já que não se leva em conta o fato de que muitos sistemas filosóficos são expressões puramente individuais (ou quase), e que a parte que neles pode ser chamada de histórica é freqüentemente mínima e negada por um complexo de abstrações de origem puramente racional e abstrata. É possível dizer que o valor histórico de uma filosofia pode ser 'calculado' a partir da eficácia 'prática' que ela conquistou (e 'prática' deve ser entendida em um sentido lato). Se é verdade que toda filosofia é expressão de uma sociedade, ela deveria reagir sobre a sociedade, determinar certos efeitos, positivos e negativos. A medida em que ela reage é justamente a medida de sua importância. (GRAMSCI, 1995, p. 34)

Essa interpretação apresenta importantes conseqüências. Uma filosofia se populariza em senso comum, sendo inculcada através dos aparelhos de hegemonia e definindo a mentalidade de uma época, adequada a uma determinada dominação. Ora, a nova filosofia que corresponde à superação de tal dominação passa necessariamente pela ação filosófica entre os

subalternos e pela conseqüente adesão desses a essa nova filosofia. Isso dará à nova filosofia o caráter de ação transformadora. Entretanto, não é esse viés que se pretende focalizar, mas sim, a dimensão ideológica da dominação de classe na sociedade capitalista.

Para Gramsci o primeiro momento dessa dominação é econômico: é a dominação do capital sobre o trabalho, que corresponde à exploração das classes subalternas. Tal exploração é a base da luta de classes, que se expressa na luta política, na luta ideológica, na disputa por hegemonia.

Para garantir a dominação (exploração), existe uma dominação político-ideológica, cuja principal agência é o Estado, enquanto defensor dos interesses das classes dominantes. Essa dominação de classe político-ideológica se faz pela coerção – o exército, a polícia, as prisões, a dominação pela força, que só deve ser acionada explicitamente em períodos de crise – e pela dominação ideológica – a produção de um consenso social que aceita a direção que a classe dominante dá à sociedade.

A possibilidade de dominação é dada basicamente por dois fatores: a interiorização da ideologia dominante pelas classes subalternas e a ausência de uma visão de mundo coerente e homogênea, por parte dessas classes, que lhe permita a autonomia. As classes dominadas ainda estão presas ao senso comum, à religião, ao folclore. Não chegaram a uma visão de mundo

que lhes seja própria e adequada às suas condições reais de vida. Estão subordinadas ideologicamente, pois é um grupo social que tem

uma concepção própria do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, descontínua e ocasionalmente – isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico – toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha. (Ibidem, p.15).

Assim dominação ideológica seria subordinação intelectual: as classes dominantes podem, pela direção que imprimem à sociedade, conservar a unidade ideológica de todo o bloco social que está cimentado e unificado pela ideologia dominante. A base de sustentação dessa unificação ideológica exercida pela ideologia dominante é o *senso comum*¹⁸.

A acumulação e centralização do capital, o poder em poucas mãos e a propriedade privada são a base das desigualdades sociais produzidas pelas relações de dominação e subordinação que imprimem o processo de produção capitalista. A divisão social e técnica do trabalho que compõe esse processo estabelecem a divisão espacial do trabalho entre as

¹⁸ O sentido gramsciano de senso comum é que ele é a visão de mundo mais difundida no seio das classes sociais subalternas. O senso comum é tão complexo quanto a religião, mas é ainda menos homogêneo e estruturado. As representações do mundo que esse senso comum permite são sempre ocasionais e desagregadoras: são resultado, em grande medida, da banalização de ideologias de épocas históricas anteriores. Mas o senso comum integra o que Gramsci chamaria de uma concepção de mundo, do modo ocasional e desagregado, em oposição à concepção homogênea e coerente que corresponde à filosofia da práxis ou marxismo.

parcelas do espaço. Estas condições dão os contornos que determinam as necessidades tanto da produção como da sociedade. Assim, a determinação de diretrizes, prioridades e necessidades da sociedade, que ocorre sempre com lutas e conflitos pode, sufocando-se a expressão dessas lutas e conflitos, ser instituída pela classe dominante, que, através da dominação ideológica, instaura um consenso social, fazendo o conjunto da sociedade aceitar a direção que essa classe impinge a todos. Mas, sendo o Estado (enquanto defensor dos interesses das classes dominantes) a principal agência asseguradora da dominação (exploração), que existe através de uma dominação político-ideológica, é importante ressaltar que ele é resultado de uma relação social, portanto, não cabendo enxergá-lo como mero instrumento de uma classe ou, na nossa Formação Social e Econômica, simples comitê executivo da burguesia. O que nos força a explicitar que Gramsci distingue na superestrutura duas esferas: a sociedade civil, que é um momento da superestrutura ou mais precisamente o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias; e a sociedade política, que se afigura como o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou, de fato, da violência. Nesta segunda esfera estão, portanto, os aparelhos coercitivos do Estado, que tomam forma através dos grupos burocrático-executivos ligados às forças armadas e policiais e à imposição da lei. No entanto, essas duas esferas se distinguem pela função que exercem na organização da vida social e, sobretudo, na articulação e reprodução das relações de poder, conservando ou transformando uma dada Formação Social e Econômica,

procedendo, porém, de forma diversa uma da outra. Enquanto, no espaço da sociedade civil as classes buscam obter aliados para os seus projetos através da direção e do consenso, ou seja, buscam exercer a hegemonia, no âmbito da sociedade política exerce-se sempre uma dominação fundada na coerção.

Essas duas esferas são parte integrante das relações de poder de determinadas sociedades. Entretanto, se é possível perceber isto com facilidade no que diz respeito à sociedade política, que tem sua materialidade social nos aparelhos coercitivos, fazendo seus efeitos surtirem imediatamente após o não cumprimento de suas determinações, a sociedade civil alicerça-se nos “*aparelhos privados de hegemonia*”, sendo a adesão a eles voluntária, o que lhes garante relativa autonomia em relação ao Estado em sentido estrito¹⁹.

Diante do exposto acima, podemos dizer, de forma acentuadamente breve, que o Estado para Gramsci é o conjunto dos órgãos por meio dos quais a hegemonia e coerção da classe dominante (ou classes

¹⁹ A originalidade de Antônio Gramsci encontra-se exatamente aí, no que diz respeito ao seu conceito ampliado de Estado, pois Marx e Engels em 1848 – 1850 e posteriormente Lênin seguem Hegel ao defenderem que a “*sociedade civil*” denota o conjunto de relações econômicas capitalistas, ou seja, a base material ou infra-estrutura.

“Gramsci registra assim o fato novo – historicamente novo – de que a esfera ideológica ou simbólico-axiológica, nas sociedades capitalistas mais avançadas, que ele chama de ‘ocidentais’, ganhou autonomia material (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido estreito; e isso é verdade não apenas com relação aos novos organismos criados pelo protagonismo político das classes (partidos, sindicatos etc.), mas também em face de velhas instituições herdadas pela sociedade capitalista (como as Igrejas ou o sistema escolar). A necessidade de conquistar o consenso como condição *sine qua non* da dominação impõe a criação e/ou a renovação de determinadas instituições sociais, que passam a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. E é essa independência material – base da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia – que funda ontologicamente a ‘sociedade civil’ como uma esfera específica, dotada de legalidade própria, funcionando como mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido estreito”. (COUTINHO, 1996, p. 55).

dominantes) são exercidas sobre as classes subalternas da sociedade. A hegemonia e a coerção – os dois aspectos da dominação de classe – são asseguradas pelo exercício das duas funções do Estado: função de domínio e função hegemônica. A função de domínio é desempenhada na sociedade política e envolve a coerção, em seus aspectos legais e mesmo policial-militar. A função hegemônica – cujo terreno próprio de ação é a sociedade civil -, tem o papel de obter o consenso e a adesão das classes subalternas, instituindo um bloco que reúne, numa harmonia historicamente provisória, as diversas forças sociais, promovendo a unificação ideológica e cultural da sociedade.

Essa harmonia historicamente provisória foi buscada e instituída pelo poder público em Pesqueira, no seu papel de intermediador das relações sociais, mas sempre visando fortalecer a atividade industrial. Suas ações visavam afastar o custo de reprodução da força de trabalho do interior das empresas industriais, porém, tais iniciativas eram vistas por toda a sociedade como alavancadoras do progresso do município. Bom exemplo disso ocorreu quando se instalou a usina elétrica, com motor a diesel, que fornecia energia para parte da cidade, em 1919. A ação do poder público intervinha no processo de acumulação, priorizando a criação e a ampliação das condições gerais de produção, deixando em segundo plano os meios de consumo coletivo. No entanto, a boa receptividade por parte da população como um todo estava no fato de que indiretamente a ela beneficiava ou contribuía para elevação de sua auto-estima, por acreditar que sua cidade estava progredindo.

O poder público em Pesqueira afigurava-se claramente como um aparelho de organização e repressão sob o controle exclusivo das camadas dominantes. Pois, a disputa social, de que deveria ser objeto, era sufocada, uma vez que os detentores do poder público controlavam os postos de trabalho e bem como a demanda dos produtos primários utilizados como matéria prima nas fábricas etc. Além das camadas subalternas encontrarem-se organizadas sob a tutela dos grupos dominantes, sobretudo através da Igreja. Exemplo cabal disso era a organização dos trabalhadores das fábricas, exclusivamente através de entidades católicas, como a Liga Operária Católica²⁰ e o Círculo Operário, onde não se discutiam questões que dissessem respeito à relação capital X trabalho, limitando-se a desenvolver atividades lúdicas e assistencialistas. A título de ilustração, são representativas: a visita feita por uma comitiva da Federação dos Círculos Operários de Pernambuco, em 04 de outubro de 1941, à sede do município, onde nenhuma questão referente aos trabalhadores foi discutida, limitando-se a entidade local a recepcionar os visitantes com almoço e jantar festivos, ciceroneá-los de automóveis pela cidade, visitando os templos católicos; levando-os a conhecer o Hospital Regional, a Casa de Saúde Santa Virgínia, de propriedade do Dr. Jorge de Sá, o Dispensário dos Pobres e o Colégio Cristo Rei, pertencente à Diocese²¹. E também, a significativa quantia de 8:972\$600 (oito contos, novecentos e setenta e dois mil e seiscentos réis) gasta com despesas de farmácia, médico e diárias dos operários circulistas, entre março

²⁰ A fundação da Liga Operária Católica em Pesqueira, ocorreu no Salão Paroquial, no mês de agosto de 1939, e contou com a presença do padre Leopoldo Brentano, organizador do operário católico nacional.

²¹ Jornal A Região, Pesqueira, 07 out. 1941, p. 11.

de 1940 a dezembro de 1941²². Daí, o poder público não se abriu à representação de interesses contraditórios. Prevaleceu na cidade um paternalismo patronal, ficando os trabalhadores e os demais segmentos sociais subalternos impedidos de construir a sua autonomia política e cultural.

O poder de hegemonia das camadas dominantes exerce influência sobre todas as esferas da vida social, desde a família ao mundo do trabalho, transparecendo nas práticas, nos costumes, na moral, na cultura etc.

Esse poder hegemônico ocorre com o consentimento ativo, ao mesmo tempo consciente e inconsciente, por parte dos dominados, uma vez que por não dispor de uma visão de mundo coerente e hegemônica que lhes garanta autonomia, interiorizam a ideologia dominante e assumem um modo de vida concebido pelos segmentos sociais dominantes para o conjunto do corpo social.

Como no interior da sociedade estão implícitos interesses e forças sociais diferentes ou mesmo contraditórios, esse poder exercido através de instituições, as mais diversas, se apresenta como representante de todo o corpo social. Daí percebe-se que o poder hegemônico é, na verdade, objeto de conflitos ou lutas, que mesmo não externadas existem de forma latente.

²² Jornal A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 18 jan. 1942, p. 04.

São essas relações e correlação de força que dão a feição do poder público, não se podendo compreendê-lo como uma entidade em si. Na verdade, ele é o produto de uma relação com a totalidade das relações sociais, sendo o representante de interesses dos grupos dominantes com os de outros grupos sociais. A sociedade dividida demanda a sua existência. Sua ação se dá no sentido de preservar as relações sociais, favorecendo assim os grupos dominantes, constituindo-se verdadeiramente num instrumento desses grupos.

2.4. A Vida Cotidiana

Ninguém escapa ao cotidiano. Todas as esferas da vida humana são pela vida cotidiana perpassadas. Pois, o cotidiano é a vida de todos os dias, nela os seres humanos estão imersos por inteiros.

A vida cotidiana é aquela vida dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias: é levantar nas horas certas, dar conta das atividades caseiras, ir para o trabalho, para a escola, para a igreja, cuidar das crianças, fazer o café da manhã, fumar o cigarro, (...) praticar um esporte de sempre, ler o jornal, sair para um 'papo' de sempre, etc... Nessas atividades, é mais o gesto mecânico e automatizado que as dirige que a consciência.

Mesmo os sonhos e desejos construídos do dia a dia, no silêncio e no devaneio, não representam um ato de consciência.

O jogo dos sonhos e atividades rotineiras reproduz insatisfações, angústias, opressão, mas também segurança. (CARVALHO, 2000, p.23).

Entretanto, o cotidiano antes de ser o lugar das contingências, do acaso, do irregular, é o espaço da intervenção do poder público, da transformação provocada por múltiplos agentes sociais, políticos e econômicos. Porém, não se tem sobre esse cotidiano e sobre o espaço em que ele ocorre um controle rígido, visto que as pessoas estão inseridas nele e agem expressando seus anseios, objetivos, lugar social. Isso confere ao cotidiano um conteúdo complexo, contraditório e ambíguo.

O Estado é o gestor maior da vida cotidiana, na medida em que ele legisla, proíbe, fiscaliza, aplica a justiça, controla relativamente a informação e outras tantas intervenções suas no cotidiano. É certo que existem sempre nessa sua presença avassaladora fissuras que são forçadas pelas pessoas, na sua cotidianidade, para alargá-la e assim ter mais liberdade, ou seja, desvencilhar-se da ação do Estado naquilo que lhes é conveniente, e por parte deste [o Estado] existe a preocupação de tapar essas brechas.

O cotidiano também se afigura como uma fonte inesgotável de rentabilidade econômica a ser explorada pela produção de bens de consumo. A sedução provocada por esses bens, sofisticadamente oferecidos, faz com que eles penetrem no cotidiano e transformem a feição deste.

A ação do Estado e a produção capitalista de bens de consumo têm um receptor social por excelência, que é o segmento populacional remediado, com capacidade de consumir, de obter crédito, mesmo quando isso ocorre em detrimento do atendimento de outras prioridades do dia a dia²³. Assim, esse segmento social é esteio e mediador do processo de gerenciamento e controle, implementado pelo Estado e pelas forças capitalistas, constituindo-se no elemento que difunde, entre ricos e pobres, um modo de vida cotidiana homogeneizado, que reforça o consumismo – nem sempre concretizado – e seus atributos alienantes.

Entretanto, o cotidiano também é penetrado por outras instituições, que buscam controlá-lo e gerenciá-lo, visando seus interesses específicos. Muitas vezes situações conjunturais parecem tramar contra a espontaneidade do cotidiano, facilitando a ação dessas instituições, tanto no atendimento aos seus interesses, como na consolidação e manutenção da realidade que se estabelece.

²³ A sociedade de consumo leva as pessoas a desenvolver uma gana consumista e ostentatória que se no provimento de determinada prioridade não se tenha a possibilidade de demonstrar ostentação, seguramente ela será preterida, buscando-se realizar ações que confirmam status social, ou seja, que tenham valor no seu meio

Ilustrativo do que foi dito acima está em um comunicado avulso, distribuído entre católicos pesqueirenses, no dia 08 de agosto de 1930, intitulado “Diocese de Pesqueira: Pela Restauração Cristã do Brasil”²⁴.

O documento é transparente na posição que assume a Igreja Católica no Brasil frente ao Movimento de 03 de outubro de 1930, mas merece destaque, sobretudo, por buscar atrelar o sucesso desse movimento a um comportamento que nada mais é do que o estreitamento dos laços entre fiéis e Igreja. Dessa relação estreita depende a *“restauração plena do Brasil”*, estando a pátria brasileira passando por uma *“hora solene (...) cumpre, portanto aos católicos (...) cooperar (...) ardorosa e ardentemente com o novo governo e impedir que elementos deletérios venham deturpar com sua nefasta influência os elevados ideais em que se inspiram os próceres da revolução”*.

²⁴ O documento na íntegra: “Nesta hora solene porque está passando a pátria brasileira, as associações católicas de Pesqueira vêm lembrar as nossas famílias o grandíssimo dever de erguerem preces do Sagrado Coração de Jesus pela restauração plena do Brasil, baseada nos princípios eternos da doutrina de N. S. Jesus Cristo. Como a todos é notório, agora é que vai começar a execução do grande e vasto plano da revolução brasileira, o que exige um esforço sobre-humano. Cumpre, portanto, aos católicos sendo eles maioria absoluta, cooperar arduamente (digo) ardorosa e ardentemente como o novo governo e impedir que elementos deletérios venham deturpar com a sua nefasta influência os elevados ideais em que se inspiram os próceres da revolução.

“Mas, não basta o agir. Ao católico é indispensável a oração. O trabalho e a prece são para ele as duas asas; faltando qualquer delas já não pode voar. Diante disso, as associações católicas de Pesqueira promovem uma cruzada de orações com o fim de alcançar do Divino Coração, por intermédio de Santa Therezinha, as justas pretensões da Igreja na nova Constituição. Há bem razões de esperar que a salvação do país, cuja primeira fase gloriosa, a das armas abrangem os dias que mediaram entre a primeira sexta-feira, 3 de outubro, festa de Santa Therezinha do Menino Jesus e a solenidade de Cristo rei, seja completada pela colocação das aspirações católicas no lugar que de justiça lhe cabe na segunda república brasileira. E assim propõem-se, a escolha de cada qual, vários pontos capazes de servir para esta cruzada de orações, a qual persistirá até a promulgação da nova Constituição. Ei-los:

1º.) Visitar com maior freqüência, ao menos uma vez na semana, o Santíssimo, quer recluso no sacrário, quer exposto em ‘Lausperenne’ na Igreja Catedral e no Convento dos Padres Franciscanos.

2º.) Assistir a Hora Santa.

3º.) Designar cada família piedosa um dos membros para comungar e ouvir missa cada dia da semana por turno.

4º.) Rezar o terço todos os dias, quando possível em comum, suplicando a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, que se digne cobrir com seu manto protetor esta sua nação amada.” (Livro nº1/Secretaria/Registros/Termos etc.).

Sem sombra de dúvida, um novo quadro econômico, social e político é delineado na terceira década do século XX, para o Brasil, após o episódio que ficou conhecido como a Revolução de 30. Daí, o documento relacionar a sua consolidação a um compromisso dos católicos com a Igreja, vai muito longe.

Os anos de 1930 iniciam-se com um cenário pouco alvissareiro, tanto para os setores sociais dominantes, como para as camadas populares. Começa-se a sentir os efeitos da Crise de 1929 e o recrudescimento do stalinismo²⁵ e do fascismo. Esse quadro demanda desses segmentos sociais mudanças na sua trajetória político-social. Aos setores dominantes parecia necessário desencadear ações que neutralizassem as iniciativas populares, desagregando a possível generalização de sua autonomia, apresentando como contrapartida um reformismo moderado. Nessa empreitada o Estado afigura-se com papel de destaque, pois as reivindicações dos setores dominados são atendidas de forma homeopática. E o que é mais importante, dentro da legalidade estatal. Já os setores dominados renunciaram, impelidos por suas contradições, à construção de uma sociedade alternativa e vislumbraram como possibilidade de saída para o cenário no qual estavam imersos, um pacto com a sociedade capitalista. As correntes políticas que lutavam para ter o controle sobre o

²⁵ Losif Vissarionovitch Djugatchvili, Stalin, governou a URSS, no período de 1924 a 1953, defendia a tese do “socialismo em um só país”, e na condução de sua ação política, econômica e social utilizou-se de métodos de cerceamento das liberdades democráticas. O processo de stalinização que atingiu o movimento operário provocou a expulsão dos antigos dirigentes do PCB, de origem anarquista.

movimento operário encontravam-se divididas. Com a publicação da Lei de Sindicalização, em março de 1931, se institucionaliza o sindicalismo pelego, com a tutela do Estado sobre essas entidades que seriam “pára-choques” na relação capital – trabalho, além de se constituírem em instrumento de combate às ideologias externas e “subversivas”. Já as forças de esquerda tinham sérias divergências políticas, levando-as a travar embates entre si, o que acarretou numa diminuição significativa da influência dos anarquistas no movimento operário, na formação de uma Liga Comunista Internacionalista, por parte dos trotskistas, que fazia oposição ao PCB (Partido Comunista do Brasil) e este, na II Conferência dos Partidos Comunistas Latinos Americanos, realizada em 1934, optou por formar uma frente popular, o que se concretizou no ano seguinte com a fundação da Aliança Nacional Libertadora, composta dentre outras forças políticas pela “classe média” e pela burguesia e continha no seu manifesto-programa a defesa do cancelamento das dívidas imperialistas, nacionalização das empresas imperialistas e da propriedade, desde que fosse pequena ou média²⁶.

Essa conjuntura enseja um capitalismo menos “atrasado” que orienta sua evolução por suas próprias forças, ou seja, demanda um capitalismo planejado. Alia-se a isso uma disseminação das relações assalariadas, malgrado, a baixa remuneração da força de trabalho. Esse fato é remediado por um Estado que se mostra como mediador entre capital e trabalho,

²⁶ Informações sobre o movimento operário e o PCB, ver: REZENDE, A. Paulo. História do Movimento Operário no Brasil Série Princípios. São Paulo: Ática, 1986 e SEGATTO. José Antônio. Breve História do PCB. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

que paulatinamente vai assumindo as funções de reprodução da força de trabalho, proporcionando ao trabalhador educação, saúde, etc., o que gera um clima ao menos aparentemente de maior equidade social.

As relações sociais de dominação e as práticas políticas de dominação e poder são alteradas pela corporativização e institucionalização da participação das classes através de suas organizações e lideranças, onde o Estado sempre figurava como mediador principal. É dele que as classes trabalhadoras esperam as ações de atendimento a seus pleitos, o que progressivamente arrefece a polarização capital/trabalho, suscitando novas relações de dominação e novas estratégias de negociação social. Estabelece-se então, um pacto entre classes econômicas e as classes trabalhadoras, onde se busca instituir uma correspondência entre crescimento econômico e uma sensação de maior equidade social. Essa conjuntura social torna todos os seus componentes ansiosos e receptivos ao progresso, à expansão econômica, ao uso da técnica e do saber científico. Apesar desses atributos chegarem de fato para alguns poucos e apenas aumentar a auto-estima de muitos, por participarem de uma sociedade que desfruta dessas qualidades.

Alúcio Falcão, num artigo do jornal Clarim, publicado na primeira página, do dia 1º de maio de 1948, registra a modernização da cidade de Pesqueira.

Olhando-a nesse lado que cresce e progride com indústrias modernas, caldeiras possantes, máquinas formidáveis, a indicar com o dedo colossal de suas chaminés muito altas, ao visitante que se aproxima, que aqui há uma colméia em atividade fecunda, há trabalho intenso, há capital casado com energia parindo mais capital, há progresso enfim.

Já o jornal A Região, registra que o crescimento da atividade industrial em Pesqueira despertava curiosidade em pessoas do Sul, que não raro vinham observar *"in loco o sucedido"*. Isso, segundo o jornal, contribuía sobremaneira para se apagar a imagem negativa que se tinha do nordestino.

O jornal creditava essas visitas a um jogo de propaganda, sobretudo da firma Carlos de Brito & Cia., proprietária da Fábrica Peixe, vendo nisso algo positivo, pois, quando o sulista deparava-se com o nível de aperfeiçoamento industrial do município encravado na extremidade oeste do Agreste pernambucano, localidade estereotipada como inóspita, passava a ter uma nova imagem do Nordeste (A Região, Pesqueira, 26 out. 1941, p. 03).

A correspondência entre crescimento econômico e maior equidade social, apenas afigura-se como algo a ser atingido. Daí, o jornalista Alúcio Falcão, membro da elite pesqueira, se não econômica,

certamente intelectual, e defensor dos interesses daquela, denuncia no mesmo artigo “*Gosto de Minha Cidade*”, onde aponta a modernização e crescimento econômico da localidade sem deixar, contudo de falar da situação de pobreza da maioria de sua população.

Olhando-a, também, no outro lado.

O lado da pobreza.

E por que não ser franco? – no lado da miséria. Nos bairros operários. No Prado. Na Pitanga. Na Mandioca. Em São Sebastião.

Cresce a cidade de um lado – o lado das máquinas possantes; das caldeiras que caberiam todo um dilúvio; das chaminés que parecem subir ao céu atingindo-o com as longas, intermináveis espirais do fumo, como numa prece de remorso dos ricos; da cultura técnica e racionalização do ‘pomo d’oro’ maravilhoso; do capital que atrai o capital na razão direta de sua massa; etc., etc. - cresce a minha cidade desse lado em detrimento do outro, do lado pobre, sem habitação ou vilas populares condignas, sem o mínimo de conforto para as numerosas famílias de trabalhadores, sem assistência médica, sem remédio, sem escola? (...)”. (Clarim, Pesqueira, 1º. Maio 1948, p. 01).

O solapamento das atividades políticas das classes trabalhadoras, uma vez que o Estado atende a seu modo as suas reivindicações,

aos poucos lhes tira a sua força enquanto sujeito político e esvazia o seu exercício de cidadania.

A corporativização que marca a sociedade brasileira a partir dos anos de 1930, além das conseqüências apontadas acima, sufoca e quase anula a voz do coletivo, que perde sua importância no processo ativo de negociação, sendo essa negociação operada via Estado, o que engendra uma solidariedade mecânica, escamoteando os valores essenciais ao desenvolvimento do homem enquanto ser singular e social, o que acarreta na perda de referências no tocante à transformação social.

2.5. A Igreja

A complexificação da estrutura social pós Revolução Industrial, dificultou a penetração de ações da Igreja Católica junto a essa nova sociedade, uma vez que ela estava afeita e ainda apegada a uma sociedade rural e aristocrata.

O positivismo, a maçonaria, o protestantismo postavam-se como desafios a serem enfrentados pelos católicos, devendo os mesmos sair de uma posição defensiva e adaptar-se aos novos tempos.

No Brasil essa iniciativa cristalizou-se com a criação, no início da década de 1920, do Centro Dom Vital e da revista A Ordem. Onde seus idealizadores acreditavam que o ceticismo agnóstico da intelectualidade brasileira se devia ao afastamento da Igreja das letras, provocando a anarquia e a indisciplina dos intelectuais. O Centro Dom Vital e a sua revista deveriam ser meio de promoção da erradicação desse divórcio e os catalisadores da ligação entre intelectuais e Igreja Católica.

A difusão da influência da Igreja na sociedade brasileira contou com o apoio da hierarquia, que acreditava que esse tipo de iniciativa contribuía, sobremaneira, para absorção do temporal pelo divino. Entretanto, no mesmo curso das correntes católicas européia de direita, o Centro Dom Vital buscou recristianizar as elites e não o povo. A tomada de decisão da Igreja Católica pelas forças aliancistas, no movimento de outubro de 1930, refletiu seu esforço de se integrar ao mundo moderno e desligar-se do regime oligárquico até então dominante, mesmo ciente que entre os aliancistas existiam tendências de viés esquerdistas e populares, com as quais não estava preparada para juntar-se, a exemplo de facções tenentistas. No entanto, era ponto pacífico para a Igreja que buscava reformar-se, que o seu papel era orientar a subversão política para o leito do cristianismo. Daí advogava a tomada de algumas medidas no sentido de legitimar o governo que se instalava em 03 de outubro de 1930. Sua busca por disciplina e orientação moral não só justificava o apoio à derrubada do regime, mas a aceitação do que se iniciava.

A posição da Igreja surtiu efeitos, pois a mobilização de clérigos e fiéis, transforma-a novamente num grupo de pressão e suas lideranças passam a preconizar que o Estado só seria reconhecido pelo povo, se reconhecesse o Deus do povo. (DELLA CAVA, 1975, p. 14). Essa pressão avolumou-se com a formação da Liga Eleitoral Católica – LEC, uma atribuição conferida por Dom Sebastião Leme, Cardeal do Brasil, a Alceu Amoroso Lima (Tristão Athayde), em 1932. Esta entidade tinha por objetivo mobilizar o eleitorado com vista a votar dentre os candidatos à Constituinte de 1934 e ao Congresso Nacional, nos que apoiassem o programa mínimo da Igreja.

A atuação política dos católicos da LEC conseguiu criar um clima de reconciliação entre Igreja e Estado, o que já se percebia no preâmbulo da Constituição promulgada em 1934, que inicia com “*depositando nossa confiança em Deus*” e as conquistas se seguem, com o reconhecimento pela lei civil do casamento religioso, a proibição do divórcio, a educação religiosa em escolas públicas durante o período de aulas, financiamento pelo Estado de escolas, seminários e hospitais da Igreja e quaisquer outras atividades e instituições legalmente reconhecidas como de interesse público (Ibidem, p. 15).

A política da Igreja Católica, a partir da década de 1930 até os anos 1960, caracterizou-se pela busca de acordos com o poder, na

tentativa de manter o catolicismo das elites como um sistema religioso total. Essa característica levou a Igreja a não assumir um compromisso nitidamente político-partidário e sim, a agir como um grupo de interesse, o que lhe possibilitou manter ligações abertas com todos os partidos políticos.

A relação Igreja – Estado buscada pela hierarquia católica consagrou-se na Constituição de 1934. Essa nova realidade foi forjada pela necessidade de se dá ao catolicismo rumo diferente do que havia sido dado na Primeira República (1889 – 1930), daí incentivava-se a militância dos fiéis, tendo em vista a renovação espiritual da sociedade. Esse quadro converge para uma identidade entre católicos e integralistas²⁷, mesmo tendo a instituição religiosa adotado uma postura de não-alinhamento com agremiações político-partidárias específicas.

O fracasso do liberalismo, a exposição das massas, sobretudo a juventude operária, as influências esquerdizantes, fortalecia a identidade entre católicos e integralistas, que, ao diagnosticar esse cenário, viam na educação uma função redentora, que justificava o ensino religioso nas escolas públicas, já que, para ambos, o poder civil necessitava de um fundamento espiritual e religioso.

²⁷ Sobre o Integralismo ver TRINDADE, Héglio. O Integralismo Brasileiro na Década de Trinta. São Paulo: Difel, 1979.

As camadas médias emergentes, educadas e mobilizadas pela Igreja se viam profundamente atraídas pelo nacionalismo integralista. A pressão desse contingente, a ascensão do fascismo na Itália, a prudência da Santa Sé e o desafio constante do bolchevismo, tornaram o fascismo e o seu congênere brasileiro mais toleráveis à hierarquia da Igreja Católica no Brasil, levando-a a estreitar ainda mais seus laços com o Estado. No entanto, como reverso da medalha, o fato do Estado ter atendido uma série de reivindicações dos católicos e ter passado a financiar substancialmente algumas de suas atividades, tornou a Igreja muito dependente do poder temporal, sufocando e tirando o dinamismo de algumas de suas ações, como por exemplo, a Liga Eleitoral Católica.

Se não se pode afirmar que a Igreja Católica exercia os mesmos poderes temporais de que gozava antes da proclamação da República, não é exagero dizer que em Pesqueira, sobretudo após a subida do Presidente Getúlio Vargas, sua atuação equivale a atuação dos demais setores dominantes. Gozando das prerrogativas que a nível nacional conseguiu angariar no processo de reconhecimento, por parte do Vaticano, do regime republicano e das subvenções que a Constituição de 1891 lhe facultou, a título de ajuda a obras beneficentes, ela foi se imiscuindo em todos os setores da vida dos pesqueirenses.

Desencadeado o processo eleitoral do ano de 1930, os industriais de Pesqueira, em consonância com o que ocorria no Brasil como um todo, optaram pela candidatura perrepista, do paulista Júlio Prestes. Em outubro, quando o Presidente da República, Washington Luís, é deposto e Getúlio Vargas é conduzido ao poder, assume a liderança política em Pesqueira, o padre Arruda Câmara, que inicialmente desencadeou ferrenha oposição aos antigos líderes políticos, os Brito, da Fábrica Peixe.

2.6. Algumas Ilações

Essas definições e pressupostos teóricos pautaram as investigações da história do município de Pesqueira, no tocante ao poder político, à indústria, ao processo de urbanização e à vida cotidiana, nas décadas de 1930 a 1950, sem no entanto, tentar-se fazer uma aplicação mecânica dos mesmos à realidade específica que se trabalhou, tendo em vista a complexidade da realidade concreta e objetiva. Aqui essas definições e pressupostos têm a função didático-orientadora, pois a realidade é muito mais rica e abrangente, sendo impossível comportá-la em elaborações teóricas. Enquadrar essa realidade em formulações teóricas é dar à história o caráter de mão única.

Finalmente, quando nos referimos a modernização, temos em mente o resultado do processo de avanços tecnológicos desencadeado

com o advento da indústria (mecanização da produção) na Europa do século XVIII. A modernização entendida aqui como gestada pela industrialização, dá nova feição à urbanização contemporânea. A atividade industrial suscita novas relações entre o homem e a natureza e entre os próprios homens (relações sociais). E por ser a forma de produção dominante no mundo hoje, a indústria coloca na ordem do dia a questão da modernização.

A indústria ascende na década de 1930 em Pesqueira, em consonância com o momento em que o Brasil buscava substituir a sua economia agro-exportadora pela atividade industrial. Consolidada a idéia de que era preciso modernizar, entenda-se industrializar-se, percebeu-se a necessidade da segurança. Isso fez surgir uma modernização desprovida de direitos sociais. A legislação que então apareceu estava totalmente tutelada pelo Estado e buscou atender as demandas da produção capitalista e da acumulação de capital.

Modernizar com segurança justificou a violência, que se expressou, no caso de Pesqueira, de forma mais acentuada, através do controle e da vigilância.

3. PESQUEIRA: DIVERSOS CENÁRIOS

3.1. Melhoramentos Urbanos

A nova paisagem e a nova cadência que a cidade passou a ostentar com o crescimento da atividade industrial, demandaram maior presença dos poderes públicos na harmonização da vida, tanto nos espaços coletivos como nos privados. Isso é sentido já no primeiro dia do ano de 1930, quando a Delegacia Regional da Décima Zona Policial, que na época tinha a sua frente o Dr. Delegado Francisco Menezes de Mello, de acordo com os dispositivos do Regulamento Geral de Tráfego Público, instituiu a partir desse dia, mão e contra mão para o tráfego nas ruas da cidade, estabelecendo que a velocidade máxima deveria ser de 20 km/h para os carros de passeio e de 15 km/h, para os caminhões²⁸. Ao mesmo tempo em que o órgão público estadual preocupava-se com a ordenação do trânsito, a Prefeitura local adquiria terrenos, loteava e vendia os lotes para que neles fossem construídos edifícios residenciais e comerciais, uma vez que a cidade tinha necessidade desses prédios. Além disso, argumentava-se que comprando esses espaços estava-se livrando a cidade de focos de miasmas (apesar da medicina já ter superado a hipótese da causa das doenças serem essas emanações mefíticas do solo). Essas novas construções deveriam ser mais condizentes com os ares de progresso dos quais desfrutava a

²⁸ Correio de Pesqueira, Pesqueira, 1º. jan. 1930 p. 06.

cidade, já que suas plantas necessariamente teriam que ser aprovadas pela Prefeitura. Essa medida objetivava dar um estilo mais uniforme aos prédios, contribuindo para um melhor visual da urbe. Com essa intenção comprou-se um terreno, bem próximo ao centro da cidade, no bairro de São Sebastião, de propriedade do Sr. Abílio Rodrigues de Freitas, que era utilizado para um indesejado plantio de capim²⁹. Esse bairro, devido a proximidade com o centro da cidade, mereceu atenção mais acurada da Prefeitura, sobretudo a sua principal via, a Rua Barão de Cimbres, que foi então aplainada.

Essa intervenção do poder público municipal num bairro pobre, recebeu do jornal Correio de Pesqueira, o comentário de que se estava transformando o *“bairro operário em ‘urbes’, em logradouro pitoresco, onde as ‘elites’ possam nas tardes calmas do estio, espairar a sua displicência, ao contato do riso sadio da pobreza...”*³⁰.

No alvorecer da década de 1930 a cidade de Pesqueira contava com equipamentos e serviços urbanos próprios de uma cidade de seu porte. Existiam dois hotéis, o Elite e o Oriente. Já funcionava o serviço de coleta de lixo, porém, tudo indica que as pessoas ainda não haviam se habituado a ele, pois, quando o caminhão passava demorava-se muito nas portas das residências porque o lixo não estava acondicionado. Encontrava-se instalado a Instrução do Tiro de Guerra – 437, onde os jovens prestavam serviço militar. No ano de 1934,

²⁹ Ibidem.

³⁰ Idem, 26 jan. 1930, p. 01.

foi inaugurado um matadouro para aves e animais de pequeno porte, que passou a funcionar nas dependências do Mercado Municipal. Dispunha-se ainda de meios de transportes coletivos, que eram os bondes puxados a burro, pertencentes à Fábrica Peixe e os trolés que, ainda no ano de 1934, deixaram de funcionar. Funcionavam o Colégio Diocesano Cristo Rei, para alunos do sexo masculino, e o Colégio Santa Dorotéia, para o sexo feminino, ambos particulares. Para a população mais carente, existia o Instituto Noturno Cândido de Brito, que funcionava na Escola Amaury de Medeiros, no bairro de São Sebastião, com cursos primário, secundário e comercial. Entre os entretenimentos a cidade contava com a Rádio Club de Pesqueira (estação radiofônica, de caráter amador, de pequena potência, mais ou menos três watts, provida apenas de válvulas moduladoras, praticamente sem ampliação, que funcionava por iniciativa do Sr. José Firmo Xavier)³¹, destacavam-se, porém, os jogos de futebol, com maior realce para as equipes do Guarani e do Sport³².

As intervenções no espaço público coletivo além de objetivar harmonizar a vida dos munícipes, visavam criar espaço de socialização que pudessem estar sob o controle dos poderes públicos e também tinham o caráter de sedimentar a estrutura social vigente. Assim é que num largo existente em frente a Igreja Catedral de Santa Águeda, popularmente chamado de pátio da feira, decidiu-se que seria construída uma praça e desde então já lhe deram o nome de Praça Dom José Lopes. Entretanto, como o clérigo ainda era vivo,

³¹ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 02 e 27 mar. 1937, p. 02..

³² Correio de Pesqueira, Pesqueira, 20 abr. 1930, p. 01 e 04 maio 1930, p. 01.

ocupando o posto de Bispo Diocesano, o seu nome teve que ser retirado do logradouro público, uma vez que após a “Revolução de 1930”, foi proibido nominar esses espaços com nomes de pessoas vivas. No entanto, após a morte do Bispo, e quando da construção e inauguração da praça, ela voltou a receber essa denominação³³.

Por encontrar-se na transição do semi-árido nordestino, o município de Pesqueira, como os demais da Região, sempre sofreu com a escassez de água. Daí, a constante preocupação de se construir reservatórios, mantê-los aptos para represar maior quantidade de água possível. Sobretudo, porque tanto a cultura do tomate e o fabrico de extrato desse fruto, como a produção de doces, necessitavam de muita água. Essa preocupação levou o Prefeito Eliseu Eloy, em 1932, a anunciar as obras de elevação em dois metros das paredes do açude municipal: Barragem Pedra D'Água³⁴. A escassez de água se constituía e se constitui num sério problema, que aumentou com a instalação da rede hidráulica em algumas casas, pois a facilidade de se ter esse líquido apenas ao abrir as torneiras, fazia com que as pessoas o desperdiçasse, levando a Prefeitura a adotar medida de racionamento em 50% do fornecimento para a população que recebia água encanada, a partir de 07 de julho de 1938³⁵.

³³ Idem, 03 dez. 1932, p. 04. Dom José Lopes morreu em 1932, a praça que leva o seu nome foi inaugurada em 1941 na gestão do Prefeito João Arruda Marinho dos Santos (1939 – 1945) quando foram construídos, após inauguração, os seus jardins.

³⁴ Jornal de Pesqueira, Pesqueira, 12 nov. 1932, p. 01.

³⁵ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 10 jul. 1938, p. 03. No dia 03 de agosto de 1946, o Departamento de Saneamento do Estado, publicou o Edital N° 25, de Concorrência Pública, para a construção das obras de abastecimento de água na cidade de Pesqueira, que deveriam ser composta de: a) linha adutora na extensão de 3.350 metros (medida horizontal) da barragem à estação de tratamento; b) tanque de decantação; c) edifício

A Fábrica Peixe estava situada numa parte elevada da cidade, o que lhe causava problema com o abastecimento de água e com o transporte de seus produtos, uma vez que ela também ficava a uma certa distância da estação ferroviária. Por outro lado, como a atividade industrial era de grande importância para o município, buscou-se dotar o percurso entre a fábrica e a estação de equipamentos que superassem parte dos problemas apontados. Assim, calçou-se a via em frente a fábrica, numa extensão que ia até a sede do Tiro de Guerra, um pouco mais de um quilômetro em linha reta. O percurso dos bondes era fábrica – estação – fábrica. Quanto à água, só no ano de 1944, sob a inspetoria das Obras Contra a Seca, foram concluídas, após três anos, as obras do Açude Santana, pertencente à empresa Carlos de Brito & Cia. Esse açude situado na Serra do Ororubá, a cerca de cinco quilômetros da cidade, tem capacidade para represar dois milhões de metros cúbicos do precioso líquido³⁶. Oficialmente denominado Santana, o açude ficou mais conhecido como açude da Peixe ou dos Brito. Ainda quanto à falta de água, no ano de 1939, a Prefeitura iniciou estudos para a construção, com recursos próprios, do Açude Afetos; no entanto, as referidas obras só tiveram início em 1943³⁷. Além de se prover de melhor estrutura o espaço onde se produzia e escoava a produção industrial, fez-se necessário promover melhoramentos noutras localidades da cidade. Nesse

dos filtros; d) rede de distribuição; e) três reservatórios; f) quatro chafarizes; g) duas casas de guarda, uma junto à barragem e outra junto à estação de tratamento.

Em 28 de novembro de 1950, é inaugurado o novo serviço de abastecimento de água, com 9.700 metros de canalização. A obra tinha sido iniciada em 1946. A água era proveniente do riacho Gitó, no qual foi feita uma barragem de 18 metros de altura e com capacidade de 555.000 metros cúbicos. A adutora tinha uma extensão de 5400 metros.

³⁶ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 05 mar. 1944, p. 01.

³⁷ A Região, Pesqueira, 04 abr. 1943, p. 01.

sentido foi calçada a Avenida Carlos de Brito, uma artéria em aclive que dá acesso, no sentido centro – subúrbio, ao bairro do Prado, numa extremidade oposta a estação ferroviária. A Avenida Carlos de Brito é a continuação da Av. 15 de Novembro (atualmente Av. Dr. Lídio Parayba), que fica em frente a Fábrica³⁸.

O bairro do Prado continuou sendo objeto do ordenamento urbano através da intervenção do poder municipal. Durante o ano de 1941, vários melhoramentos foram implementados, como por exemplo: o trecho que ia da Av. Carlos de Brito ao Jóquei Clube teve substituído o passeio desalinhado; ocorreu a instalação de meio fio em todo o trajeto da Avenida Cleto Campelo; foram realizados serviços de terraplanagem em várias artérias e instalou-se nova posteação para a rede elétrica que servia ao bairro³⁹.

Foi ainda instalado no bairro do Prado o Hospital Regional de Pesqueira, no ano de 1941. Porém, já em 1936, o Deputado Padre Arruda Câmara, do Partido Social Democrático, representante de Pesqueira na Câmara Federal, apresentou e conseguiu aprovar um projeto que destinava uma verba de 100:000\$000 (cem contos de réis) para a construção do nosocômio⁴⁰. Uma vez inaugurado o Hospital, o então Bispo da Diocese de Pesqueira, Dom Adalberto Sobral, solicitou a sua instituição que se fundasse no município uma Santa Casa, e, com esse fim, recebeu a visita da Revma. Sra. Madre Visitadora em todo o Brasil das Filhas de São Vicente, que foi conhecer o campo de

³⁸ Jornal de Pesqueira, Pesqueira, 04 abr. 1935, p. 01.

³⁹ A Região, Pesqueira, 11 jan. 1942, p. 01.

⁴⁰ Coligação, Pesqueira, 30 out. 1936, p. 03.

atividade para o qual iria mandar várias de suas religiosas. Foi ainda no Hospital Regional que, em abril de 1942, realizou-se a primeira operação cesariana do interior nordestino. Os médicos que estiveram a frente desse feito foram o cirurgião Dr. Valdemir Lopes, auxiliado por Dr. Jorge de Sá. A parturiente foi a Senhora Maria Teresa Galindo, que deu a luz a uma criança do sexo feminino, que recebeu o nome de Cesarina. Esse acontecimento teve repercussão na imprensa do Recife e do Rio de Janeiro e por ser um feito inédito na localidade recebeu deferência das autoridades locais. Batizou-se a criança na Capela do próprio Hospital, com a celebração do Bispo e foram os padrinhos o Prefeito Dr. Arruda Marinho e sua esposa⁴¹.

A instalação do Hospital suscitou maior preocupação com a saúde preventiva, pois além de se alertar para as enfermidades que poderiam ser evitadas, buscava-se disseminar hábitos higiênicos na população. O jornal *A Região* tinha uma coluna intitulada “Preceito do Dia”, que era uma campanha educacional na prevenção de difteria, febre tifóide, obesidade etc., alertando ainda que a educação dos filhos não podia prescindir dos preceitos higiênicos⁴².

A aceleração das transformações urbanas, sobretudo na sede do município, levou a Prefeitura a criar o Cargo de Fiscal de Obras e Melhoramentos Municipais, implantado através do Decreto Lei N° 02/1938, do

⁴¹ *A Região*, Pesqueira, 26 abr. 1942, p. 06.

⁴² *Ibidem*, 07 jun. 1942, p. 06.

Prefeito Agostinho Bezerra Cavalcanti⁴³. O ocupante do cargo perceberia vencimentos de 250\$000 (duzentos e cinqüenta mil réis)⁴⁴. E eram muitas as deliberações do poder público municipal objetivando manter sob seu controle a grande quantidade de modificações urbanas vivenciada pelo município. No ano de 1938, são publicados os atos N° 49, disciplinando o trânsito; N° 50, que dispunha sobre o transporte de carne do matadouro para o açougue; N° 52, municipalizando o fornecimento de água potável; N° 54, criando uma comissão encarregada de elaborar o Código de Postura Municipal⁴⁵. Houve ainda, o Decreto Lei N° 14, regularizando a numeração dos prédios da sede, dos distritos e vilas; dando nome às ruas e, regularizando também, a fiscalização e cobrança da décima⁴⁶; e o Decreto Lei N° 18, regulamentando o funcionamento do comércio⁴⁷. No tocante ao comercio, havia sido implementado no ano de 1938, o Decreto Lei N° 1, que abolia outras formas de medidas e instituía o litro como medida para transações comerciais⁴⁸

⁴³ Com quase dois anos de gestão, inúmeras obras de melhoramentos urbanos, inclusive obras visando amenizar o crônico problema da falta de água, com o início das obras do açude Afetos, o prefeito Agostinho Bezerra Cavalcanti, que havia assumido o cargo com o golpe de 10 de novembro de 1937, renunciou ao cargo e foi substituído, por nomeação do interventor, por Arruda Marinho, que era promotor de justiça.

⁴⁴ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 30 jan. 1938, p. 03.

⁴⁵ Foi editado nessa onda o Ato N° 39, de 05/08/1938, que não tinha uma relação direta com as transformações urbanas, mas chama a atenção para a relação entre os interesses dos industriais com os interesses públicos, pois esse Ato determinava que o imposto sobre a produção agrícola de tomate e goiaba, deveria ser cobrado do comprador que deduziria essa parte do vendedor. Alterava-se assim, o artigo 6° da Lei Orçamentária até então em vigor. Não sabemos se os industriais, devido a sua simbiose com o Poder Público, chegaram a recolher para os cofres municipais esse imposto ou se esse Ato não tenha sido apenas uma medida para se diminuir o preço pago aos agricultores que forneciam matérias primas às fábricas.

⁴⁶ Esse Decreto lei continha em anexo uma nota explicativa informando quem eram as personalidades e os fatos que davam nome às vias públicas.

⁴⁷ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 07 jan. 1941, p. 05.

⁴⁸ Decreto Lei N° 11

O Prefeito do Município de Pesqueira, no uso das atribuições de seu cargo;

Considerando que o litro adotado na feira, mercado e casas comerciais do Município, não é uniforme quanto a capacidade e formato;

As demandas objetivando proporcionar à cidade um melhor aspecto, mesmo quando ao ser atendidas contemplassem os segmentos mais pobres da população, eram sempre eivadas de preconceito. Assim, quando o Governador Agamenon Magalhães lançou para o Recife e as suas cercanias, a Liga Social Contra o Mocambo, o jornal A Voz de Pesqueira chamou a atenção para o quanto enfeava a paisagem da “cidade das chaminés” as imundas taperas, que proliferavam desordenadamente na sede do município, devendo a Prefeitura, a exemplo do Governo Estadual, iniciar uma ação para a sua erradicação⁴⁹. No entanto, apenas temos notícias de que no ano de 1942, foram construídas 140

Considerando a necessidade de padronizar a medida referida em virtude da mesma representar a unidade nas medidas de capacidade;

Considerando que não só os litros como também a medida anacrônica conhecida por “meia-cuia”, além das irregularidades acima apontadas, são confeccionadas de folhas de flandres que facilmente enferrujam, tornado-se anti-higiências;

Considerando que o uso das medidas prejudica os interesses do povo, sendo ainda nocivo à saúde pública;

Considerando que a padronização do litro em ordem decimal facilitará as operações de compra e venda, assim como a confecção em alumínio além de higiênica tornará a fiscalização eficiente;

Considerando ainda que compete ao poder público municipal regularizar e uniformizar o formato e a capacidade de tais medidas;

DECRETA

Art. 1º. – A partir de 1º. de agosto do corrente ano só se poderá usar nas feiras, mercados e casas comerciais do município, a medida de litro ficando assim abolida as demais.

§ Único – Em vês [*sic*] de 1/12, o litro a partir daquela data contará 1/10 das atuais cuias.

Art. 2º. – Os litros serão feitos em alumínio e numerados seguidamente, assim como, terão gravadas, em alto relevo, as iniciais P.M.P. (Prefeitura Municipal de Pesqueira).

§ Único – A Prefeitura encarregar-se-á da confecção dos litros nas condições exigidas por este artigo.

Art. 3º. – Serão apreendidas as medidas que, a partir daquela data forem encontradas em desacordo com o presente decreto.

Art. 4º. – As medidas serão cedidas definitivamente às casas comerciais mediante indenização e alugadas, por tempo determinado, aos retalhistas das feiras, dispensando-se dos mesmos o pagamento da licença estabelecida na tabela XII, no. 22 da lei orçamentária vigente.

§ Único – É vedado a comerciantes emprestarem ou cederem suas medidas a retalhistas.

Art. 5º. – Os contraventores de qualquer disposição deste decreto, serão punidos com multa de 10\$000 aa 20\$000, e no dobro, em caso de reincidência.

Art. 6º. – Na sede do Município a fiscalização das multas compete ao fiscal geral e nos distritos aos fiscais distritais.

Art. 7º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Agostinho Bezerra Cavalcanti – Prefeito. Pesqueira, 10 de julho de 1938 (Livro de Atos 1935 - 1940).

⁴⁹ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 06 ago. 1939, p. 01.

casas populares, de alvenaria e atendendo os requisitos tanto da Prefeitura como do Departamento de Saúde Pública. Não temos informações se essas casas foram construídas em substituição a alguma “tapera” demolida⁵⁰. Entretanto, ordenar a vida dos munícipes e fazer-se presente em todos os espaços do município, foram objetivos perseguidos de forma incisiva pelo poder público municipal. Não são outros os objetivos do Decreto Lei N° 26, de 22 de agosto de 1940, que passa a regular o comércio ambulante: instituindo para a sua prática a necessidade de licença municipal; vetando o trabalho de menores de 18 anos; exigindo fardamento dos ambulantes, qualidade e higiene dos produtos; proibindo a venda nos veículos coletivos e trens e, ainda, estabelecendo para os infratores punição com multa de 10 a 100 mil réis⁵¹. Intenção semelhante encontramos na ordenação da feira das quartas-feiras, onde, entre outras medidas, determinou-se a retirada dos bancos de frutas, que causavam grande sujeira, da Praça Dom José Lopes para a Praça da Liberdade⁵². O mesmo podemos dizer da instituição de uniforme para os carregadores de frete e engraxates, que *“andavam de pés descalços e metidos em molambos. A partir de então deverão esses trabalhadores apresentarem-se devidamente vestidos de azul, calçados e com boné”*. Argumentava-se que essa medida garantiria segurança àqueles que necessitassem de seus serviços, além de demonstrar um *“aspecto de ordem e higiene, o que conceituaria Pesqueira, relevando-a a uma justa posição de cidade civilizada”*. O uniforme, porém, deveria ser comprado pelo trabalhador⁵³. Os

⁵⁰ A Região, Pesqueira, 11 abr. 1943, p. 01.

⁵¹ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 27 out. 1940, p. 03.

⁵² A Região, Pesqueira, 03 jan. 1943, p. 01.

⁵³ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 09 mar. 1947, p. 01.

mesmos objetivos motivaram o Prefeito Elísio Cavalcanti a intimar os proprietários de casas na área urbana a dar *“ares mais civilizados a fachada de seus prédios e a construírem ou melhorarem suas calçadas”*⁵⁴.

Em muitos aspectos percebemos o crescimento da cidade. Esse crescimento traz como algumas de suas conseqüências maior fluidez das informações e suscita novas necessidades. Isso faz convergir para um mesmo ponto o interesse do poder público de se fazer presente na vida do município, ao mesmo tempo em que a população exige a sua presença no atendimento de suas demandas. Desse encontro de interesses emergem obras como a construção do Grupo Escolar Rural de Pesqueira, iniciadas no mês de outubro de 1943, com recursos provenientes do Governo Estadual. Esse educandário foi construído na Av. Barão de Lucena (atual Av. Ésio Araújo), com amplas salas de aula, laboratório de física e química, diretoria, secretaria, gabinete dentário, sala de escotismo, sala de espera e grande pavilhão na parte posterior⁵⁵. Cria-se uma Biblioteca Pública⁵⁶, que passou a funcionar no final do ano de 1948, pois antes dela se teve por pouco tempo, o Salão de Leitura, da Ação Católica. Instala-se uma Creche Municipal no bairro da Pitanga e o Lactário de Pesqueira, esse último, numa iniciativa do Dr. Jorge Albuquerque, Chefe do Posto Estadual de Higiene,

⁵⁴ Idem, 01 dez. 1946, p. 01.

⁵⁵ A Região, Pesqueira, 24 out. 1943, p. 08.

⁵⁶ No decorrer de 1953, a Biblioteca Pública de Pesqueira funcionou 289 dias, registrando uma freqüência total de 7.644 consultas, sendo 6.913 do sexo masculino e 731 do sexo feminino.

As consultas foram realizadas na seguinte ordem: obras gerais 4.544, Filosofia 30, Religião 83, Sociologia e Direito 18, Lingüística 2, Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais 51, Ciências Aplicadas 93, Belas Artes 11, Literatura 2.572 e História e Geografia 240.

Considerando-se as profissões, constata-se que os estudantes assinalaram o primeiro lugar, seguido-se o funcionalismo público, os comerciários e comerciantes.

Já não era tão novidade, mesmo assim, a Biblioteca registra um movimento significativo.

em Pesqueira e do Prefeito Arruda Marinho. Essa instituição que passou a funcionar a partir de março de 1940, visava atender as mães *“desprotegidas e que lutam com tão sérias dificuldades na amamentação ou sustento dos filhos”*⁵⁷. Caráter semelhante tiveram as obras de expansão das linhas telefônicas aos distritos; a aquisição de um motor mais potente para a Usina Elétrica⁵⁸; o calçamento da Rua Barão de Vila Bela, artéria que concentrava grande parte do comércio da cidade, e da Av. Comendador José Didier, que completava o calçamento da Fábrica Peixe até a Praça da Estação Ferroviária⁵⁹; a instalação da iluminação elétrica no Estádio de Futebol Everardo Maciel⁶⁰, onde passaram a ser realizadas, todas as sextas-feiras, às 19 horas partidas de futebol; a construção, em 1947, numa iniciativa do Sr. Armando Pita Brito, do Aeroporto de Pesqueira, que contou com o apoio dos industriais locais e, é claro, da Prefeitura, onde, simultaneamente à obra, adquiriu-se a primeira aeronave, um teco-teco, e se fundou o Aero Clube de Pesqueira. Esse primeiro avião recebeu o nome de Pesqueira e realizava viagens para o Recife e os municípios de Monteiro e Campina Grande, ambos na Paraíba. O Aero Clube recebeu a doação de uma

⁵⁷ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 19 nov. 1939, p. 05.

⁵⁸ A Prefeitura adquiriu, com a ajuda do Governo do Estado, um motor com 180 H.P., a óleo diesel, com alternador de 130 K.W.A. Motor de marca CROSSLEY, alternador de marca SIEMENS – SCHUCKERT. O preço da maquinaria foi orçado em Cr \$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), sendo posta para funcionar no dia 20 de julho de 1945, no horário das 17 h 30 às 23 horas. (A Voz de Pesqueira: p.01, 01/04/1945). No ano de 1947, o Conselho Administrativo do Estado, aprovou o Parecer N° 307, relativo ao Projeto N° 06, do Decreto Lei da Prefeitura de Pesqueira, liberando crédito especial para a compra do eixo do motor NATIONAL, de 100 H.P., que por quase dois anos encontrava-se parado. (Ibidem, 06 jul. 1947, p. 01.).

⁵⁹ O calçamento da Av. Comendador José Didier foi interrompido por falta de dinheiro. Nesse período a Prefeitura alegava estar gastando muito com a iluminação pública. Por essa época os logradouros: Largo Bernardo Vieira, Praça Jurandir de Brito, ruas Maestro Tomas de Aquino, Deputado Elizeu Eloi, Zeferino Galvão e Barão de Cimbres, todas praticamente no centro da cidade ainda não eram calçadas. Interessante ainda, era que na Av. Comendador José Didier ficavam o Colégio Cristo Rei, A Fábrica Rosa e demais fábrica de doce, exceto a Peixe. (Ibidem, 12 dez. 1948, p. 01.).

⁶⁰ Esse estádio foi inaugurado no mês de junho de 1938, com missa campal e grandes festividades. (A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 06 jun. 1939, p. 04.).

aeronave do Bispo local, no ano seguinte a sua fundação, recebendo o veículo o nome de Dom José Lopes. A partir de então se passou a oferecer curso de pilotagem, onde se inscreveram até moças⁶¹. A iniciativa da construção do Aeroporto certamente foi estimulada pelo fato de no dia 13 de março de 1947 o Ministro da Aeronáutica ter assinado despacho autorizando o funcionamento jurídico da empresa Rede Aérea Nordestina, que teria um voo saindo do Recife, fazendo escala em Garanhuns, Pesqueira, Rio Branco (Arcoverde), com destino a Petrolina⁶². O Aeroporto, no decorrer da década de 1950, foi ampliado e melhor equipado, chegando em 1956, a ter vôos semanais, em aviões DC – 3, do Consórcio REAL – Aerovias Nacional e Aeronorte – Transportes Aéreos S.A., para o Recife e para Fortaleza, esses com escala em Salgueiro –PE, Juazeiro, Crato e Quixadá, três municípios do estado do Ceará.

É importante ressaltar no entanto, que nem sempre aconteceu das demandas da população serem atendidas. Exemplo disso foi o crescimento da procura por matrículas no Ginásio Cristo Rei a partir de 1944, onde o educandário não tinha condições físicas para aceitar todos que ali queriam estudar, sendo forçado a limitar o número de matrículas. O poder público municipal não se pronunciou e muitos jovens foram forçados a realizar seus estudos secundários no Recife⁶³.

⁶¹ Folha de Pesqueira, Pesqueira, 27 abr. 1947, p. 06.

⁶² A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 16 mar. 1947, p. 01.

⁶³ Ibidem, 13 jan. 1946, p. 04.

Aspecto deficiente no município era o transporte rodoviário, tanto o intermunicipal como o interestadual, uma vez que as vias que o ligava aos demais municípios pernambucanos e aos dos estados próximos eram, na sua maioria, estradas sem calçamento. Na década de 1950, começam a ser calçadas as estradas que dão acesso a Monteiro, na Paraíba, a Venturosa em Pernambuco e as que ligavam a sede aos distritos de Poção, Cimbres e Alagoinha. Por essa época discutia-se muito o trajeto dado à rodovia tronco, atual BR 232, pois existia um credo de que se essa estrada tivesse passado pelo interior da cidade, teria trazido muitos benefícios. Talvez essa crença tenha origem no exemplo da linha ferroviária, que como foi visto, ao chegar na cidade, no ano de 1907, alavancou o comércio, que foi próspero até o prolongamento dessa via ao município de Rio Branco, em 1920. Essa discussão já tinha um certo tempo, pois em 1925 o Deputado Anízio Galvão, representante de Pesqueira na Assembléia Estadual, defendeu ardorosamente o trajeto da rodovia passando pelo centro de Pesqueira. Entretanto, a mesma tomou, quando da sua projeção em 1931, um outro rumo, com uma distância de uns dois quilômetros do centro, sendo isso motivo de muitas reclamações até aquele momento.

Outras deficiências com as quais se deparava a população e o poder público tentou resolver foram a falta de ruas transversais, sendo necessário demolir prédios para se facilitar a circulação na cidade, a exemplo da demolição da casa de nº 99, da Praça Dom José Lopes, no dia 15 de

março de 1950, para se permitir o acesso a rua Barão de Cimbres⁶⁴; a outra dificuldade era o transporte coletivo na cidade: até o ano de 1950, o bairro do Prado não tinha serviço de ônibus. A Prefeitura se comprometia em contribuir com Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) com quem colocasse um ônibus para circular, devendo o veículo ser novo ou seminovo e o seu proprietário cumprisse rigorosamente as cláusulas contratuais. Parece que o incentivo surtiu efeito, apesar de tudo indicar que as condições desse transporte não eram as melhores, isso porque se noticia que em 1954, um outro ônibus, dessa vez novo, passou também a oferecer o serviço de transporte coletivo. O veículo era de propriedade do Sr. Severino Farias e tinha sido adquirido no Rio de Janeiro⁶⁵.

O Poder Judiciário também reivindicou junto à Prefeitura melhores acomodações. O Juiz de Direito Dr. Cícero Galvão, apresentou no ano de 1953, o pleito ao Prefeito Laércio Valença e foi prontamente atendido. Providenciou-se a instalação desse Poder num antigo casarão⁶⁶, porém em perfeito estado de funcionamento, e adquiriram-se os móveis, proporcionando melhores condições de funcionamento à Justiça⁶⁷. Essas novas instalações foram inauguradas em 07 de setembro de 1953.

Passou-se também a sentir a iniciativa privada interferindo nesse novo ambiente, aproveitando e ao mesmo tempo atendendo as

⁶⁴ Folha de Pesqueira, Pesqueira, 1º. abr. 1951, p. 04.

⁶⁵ Gazeta de Pesqueira, Pesqueira, 09 maio 1954, p. 01.

⁶⁶ Esse casarão foi a sede da Fazenda Poço de Pesqueira e ele já havia sido utilizado como cadeia pública, sede do Tiro de Guerra, sede da Prefeitura e atualmente é a sede da Câmara Municipal.

⁶⁷ Voz de Pesqueira, Pesqueira, 03 maio 1953, p. 01.

solicitações da população. Uma empresa gráfica local, Gráfica Elite, no ano de 1944, passou a vender livros da Editora José Olímpio, da Editora Nacional, da Editora Anchieta, Globo e outras. A empresa Soares & Cia., proprietária do Cine-Teatro Moderno, que desde 1934, já exibia filmes falados, adquiriu nova aparelhagem de som, melhorando a qualidade das exibições. Porém, queixava-se da má educação de alguns freqüentadores, na maioria rapazes, que rasgavam as poltronas e fotografias, gritavam no decorrer das projeções, merecendo urgente medidas enérgicas da polícia, *“conduzindo pela gola do paletó, para fora do cinema, elementos desses jaezes”*, reservando-se a Empresa ao direito de vetar o ingresso de pessoas que assim procediam e evitar a entrada de indivíduos maltrapilhos e alcoolizados⁶⁸. Foi também construído o Hotel Pesqueira, em 1948, onde o seu gerente o Sr. Antônio Felesmino Freire, recebia muitos elogios pelo profissionalismo e gentileza no tratamento dispensado aos hóspedes, fornecedores e público em geral. E nesse bojo, chegou em 1952, mas só inaugurado em 22 de agosto do ano seguinte, o primeiro estabelecimento financeiro de Pesqueira, O Banco do Povo S.A.⁶⁹

Muitas foram as realizações urbanas no município, na sua maioria de iniciativa pública, mas, como foi visto, com espaço para a ação de agentes privados.

⁶⁸ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 06 ago. 1950, p. 01.

⁶⁹ Ibidem, 16 mar. 1952, p. 01.

Na década de 1950, já sob o efeito das conseqüências da crise na atividade industrial local, com os trabalhadores perdendo seus postos no emprego, com a proliferação de casebres, sobretudo numa elevação localizada na parte Meridional da cidade, que ficou conhecido como “Alto da Favela” ou “Bairro da Favela” (atualmente bairro Centenário), surgiram iniciativas como a criação da Fundação Municipal de Casas Populares. Com essa medida buscava-se sobretudo socorrer os antigos operários, ou suas viúvas e dependentes. Isso porque quando estavam trabalhando nas fábricas geralmente residiam em casas cedidas pelas mesmas, mas uma vez dispensados ou aposentados perdiam a moradia. Foram raros os casos de operários que ao aposentarem-se permaneceram morando na casa da fábrica, como aconteceu com o Sr. Júlio Vieira Calado, aposentado no ano de 1967, que como indenização recebeu a casa em que morava e por isso dava *“graças a Deus, porque conseguiu uma coisa que muitos dos seus colegas em situação semelhante, não conseguiram, não tiveram a mesma ‘sorte’”*⁷⁰. Sem recursos para bancar o empreendimento, a Prefeitura conseguiu aprovar a Lei N° 218, de 30 de agosto de 1952, que consignava no orçamento municipal a taxa de 2% sobre o imposto de Indústria e Profissões. Desta forma, poder-se-ia criar uma receita própria para a Fundação.

Com receita garantida, a Fundação Municipal de Casas Populares de Pesqueira juntamente com a Fundação de Casas Populares do Rio de Janeiro, demonstraram o interesse em construir, cada uma, 100 (cem) casas em Pesqueira. Para esse fim solicitaram da Prefeitura um terreno, perto do centro

⁷⁰ CALADO, 1979, p. 154.

da cidade, com 200 (duzentos) lotes. A Prefeitura atendeu a solicitação comprando um terreno no “Alto da Favela”, pertencente aos herdeiros do Sr. Abílio Rodrigues de Freitas, por oito prestações anuais de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros).

A compra do terreno do “Alto da Favela”, pela Prefeitura foi motivo de entreveros políticos. Propagou-se pela cidade que o autor das leis 195/1952, que criava a Fundação e a já referida Lei N° 218/1952, o vereador Luís de Oliveira Neves, havia recebido propinas na forma de dinheiro e terrenos, para intermediar e facilitar a transação. O vereador utilizou-se largamente do seu jornal Gazeta de Pesqueira, para fazer a sua defesa. No final nada ficou comprovado. Tendo o mesmo, logo em seguida, sob o argumento de que a cidade necessitava de prédios modernos, apresentado um projeto de lei na Câmara Municipal, isentando de imposto predial por cinco anos, quem adquirisse terrenos e construísse no perímetro urbano⁷¹.

No dia 26 de março de 1955, foram entregues as quatro primeiras casas, de um grupo de dez, construídas pela Fundação Municipal de Casas Populares. As primeiras contempladas eram viúvas de ex-operários. Situadas na rua Major Panta, margeando a linha férrea, as casas tinham terraço, área de jardim e as laterais livres. O preço do imóvel deveria ser amortizado em 20 (vinte) anos e a prestação mensal inicial era de Cr\$ 200,00 (duzentos

⁷¹ Gazeta de Pesqueira, Pesqueira, 29 abr. 1953, p. 01.

cruzeiros)⁷². Após a entrega dessas primeiras residências, a Fundação deixou de existir, não entregando nem as seis restantes unidades residenciais e não se tendo notícia do que foi feito com os seus recursos, nem com o terreno que lhe pertencia, destinado à construção das demais casas. É possível que este terreno tenha sido doado pela Câmara Municipal à Prefeitura, em 1956, para a construção de 150 (cento e cinquenta) casas populares, com verba liberada pelo Governo Federal, por intermediação do Deputado Pe. Arruda Câmara⁷³.

A década de 1950, ainda foi cenário de outras benfeitorias no município. Equipamentos urbanos, que amainavam a situação pouco promissora que começava a se delinear. Portanto, tudo era motivo para se festejar. Foi assim, quando do lançamento da Pedra Fundamental do Estádio Joaquim de Brito, em 10 de junho de 1951, que contou com a participação das autoridades locais, entre elas o Dr. Moacir de Freitas Brito, proprietário da Fábrica Peixe, além de desportistas e jornalistas⁷⁴ (nota triste é que esse estádio até hoje não teve suas obras concluídas). Ainda no ano 1951, têm início as obras de construção da Praça da Rosa, aproveitando-se um largo que existia em frente a Fábrica Rosa e na lateral da Av. Comendador José Didier, que se encontrava com seu calçamento já concluído⁷⁵. Em novembro do ano seguinte começa a ser construído o prédio do SESI (Serviço Social da Indústria), que ao ser inaugurado passa a prestar assistência médico-odontológica, educacional e de lazer, não só

⁷² A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 26 mar. 1955, p. 01.

⁷³ Folha de Pesqueira, Pesqueira, 10 jun. 1956, p. 01.

⁷⁴ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 17 jun. 1951, p. 05.

⁷⁵ Ibidem, 23 jun. 1951, p.01.

para os trabalhadores da indústria, mas para a população em geral. No entanto, a benfeitoria de grande monta para o município foi a construção da sub-estação da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), no bairro da Pitanga.

Iniciada a construção da sub-estação de energia elétrica, no dia 02 de maio de 1955, tinha prazo de 30 (trinta) dias para ser concluída. Preparava-se o município para recepcionar a energia da Hidroelétrica de Paulo Afonso. No entanto, terminada a construção no prazo previsto, iniciou-se a instalação da rede ligando a Usina à sub-estação, passando esta a receber energia no mês de dezembro de 1956. Entretanto, a empreiteira contratada para as obras de extensão da rede elétrica local até o início do mês de janeiro não havia iniciado esses serviços e todo o material encontrava-se ao relento, no terreno da sub-estação, inclusive os transformadores.

A fixação dos postes da rede elétrica era da alçada da Prefeitura e esta cumpriu com a sua obrigação. No entanto, os postes colocados nas ruas Cardeal Arcoverde e Duque de Caxias, artérias contíguas no centro da cidade, foram motivo de gozação, uma vez que eram muito altos, com mais de cinco metros, quando deveriam ter 3,6 metros e a sua fiação seria externa, quando reivindicava-se fiação subterrânea *“a exemplo dos centros desenvolvidos”*. O humor popular não deixou passar em brancas nuvens o fato e assim comentou:

“Eu não sou fio da terra

*Mais porém aqui estou
Nela meu corpo se enterra
Queira Deus nosso sinhô*

*Desejo vela bonita,
Tratada bem conservada
Pruque meus óios se irrita
Cum coisa desajeitada*

*Eu queiro falá duns postes
Qui na Rua tão butando
Um fogo fátuo me tosti
Si já não tão malucando*

*N'uma Rua principá
Uns pau de barro infincado
É de não se aquerditá
Seu prefeito! Ta errado.*

*Seu prefeito fique atento
Mesmo qui o sinhô num goste
Eu me dano e arreberto
O diabo daqueles poste.⁷⁶*

3.2. A Política

Apesar de praticamente o cenário político ter sido dominado pelas elites locais, não existindo organização independente daqueles

⁷⁶ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 16 maio 1955, p. 01 e 30 maio 1955, p. 02.

que lhes pudessem contrariar os interesses, isso não significa dizer que o clima político era pasteurizado. Houve momentos de emoção. Um deles ocorreu logo após as eleições de 1º. de março de 1930, quando o jornal Correio de Pesqueira, pertencente aos proprietários da Fábrica Peixe, que eram naquele momento chefes políticos do local e membros do Partido Republicano, aliados e representantes políticos do Senador José Maria Belo e do Governador Estácio Coimbra, publicou em 06 de abril, um editorial denunciando a campanha da Aliança Liberal contra o resultado das eleições presidenciais, intitulado *“Pela Ordem”*, que numa de suas passagens afirmava que *“Precisamos reparar os estragos morais que a insânia dos agitadores vermelhos fez no ânimo do Brasil”*. Com isso buscavam colocar seu principal opositor, o Padre Arruda Câmara, em situação desconfortável junto à população ao relacioná-lo com os comunistas.

Em 1933, O Partido Social Democrático, em nota, acusou o grupo político dos donos da Peixe de malversação com o dinheiro público, quando da realização de reparos no açude municipal, em 1926 – 27, tendo a sua denúncia desqualificada, classificada como revanchismo de um grupo que havia chegado ao poder sem voto. O Major José de Almeida Maciel - Prefeito no período das obras referidas, pelas quais respondia administrativamente e Cândido de Brito, proprietário da Fábrica Peixe, era o responsável técnico -, insurge-se contra a acusação do Diretório Pessedista, que fazia graves denúncias de desmandos e de locupletação do dinheiro e bens públicos, praticados enquanto o grupo do qual ele, o Major, fazia parte e que se manteve no poder até ser retirado pela “Revolução” de 1930. No de 17 de junho, o PSD apresenta a sua réplica, reforçando a

acusação de que a Fábrica utilizava, com a anuência do Prefeito, toda a água do açude, prejudicando sobremaneira a cidade, pois a população ficava sem ser abastecida, além da Prefeitura pagar a conta, que mensalmente era de 2:000\$000 (dois contos de réis). Maciel quando assumiu a prefeitura gastou 30:000\$000 (trinta contos de réis) num paredão do açude que, segundo o PSD, “*no dizer do Zé povinho*”, era para atender a necessidade de água da Fábrica Peixe, mas a obra foi condenada pelos engenheiros do Estado que mandaram derrubá-la. Dizia-se que ao invés de cimento usou-se lama, tão pouco resistente que foi retirada com pá e não posta a baixo com dinamite. Salientava o quanto havia sido grave o fato, pois sendo o Governador do Estado, Sr. Sérgio Loreto, aliado do grupo da Fábrica e tendo sido uma parte do dinheiro gasta com pagamento de propina aos engenheiros do estado, nada adiantou, uma vez que esses condenaram a obra e os técnicos do Ministério do Norte, pelo qual respondia o Sr. José Américo de Almeida, ratificaram a condenação.

Questionava-se ainda gastos da Prefeitura com despesas telegráficas, num montante de 359\$360 (trezentos e cinqüenta e nove mil e trezentos e sessenta réis) mensal, uma vez que esse serviço era franqueado, além de deixar um débito para o município de 100:000\$000 (cem contos de réis). O Governo Municipal do grupo queixoso pagara 33:000\$000 (trinta e três contos de réis) desse montante, talvez numa tentativa de responder a acusação de ter

chegado ao poder sem voto, condenava-se o fato dos Brito terem enchido a cidade de cangaceiros, para fraudar as eleições de 1930⁷⁷.

José de Almeida Maciel não conseguiu negar a condenação das obras no açude, no entanto, alegou que as mesmas eram necessárias, pois se estava perdendo água. Decorria daí a despesa mensal de 2:000\$000 (dois conto de réis) e havia a necessidade de maior provisão no reservatório, para o funcionamento do motor de luz elétrica. Também não negou que um dos motivos era a necessidade de água para a Fábrica e argumentava indagando: “...quem nesta terra negará que, economicamente, as duas grandes fábricas dão a vida de Pesqueira?”. Afirmava ainda, que não houve o aumento do paredão do açude, mas apenas seu escoramento, devido a falta de recursos, uma vez que na época realizou o pagamento da segunda prestação do motor da usina elétrica (19:090\$000) e da primeira prestação referente as obras de encanamentos (10:782\$000), efetuadas de uma só vez⁷⁸.

Essas pendengas políticas pareciam ficar circunscritas às elites que disputavam o poder. A população era utilizada para reforçar uma ou outra posição. No tocante a vida política do País, quando não estavam em questão os interesses imediatos dessas elites, não se envidavam esforços para mobilizá-la. Exemplo disso, foram as eleições para a Assembléia Constituinte Nacional, de 03 de maio de 1933, que necessitou que fosse realizado o

⁷⁷ Jornal de Pesqueira, Pesqueira, 17 jun. 1933, p. 04.

⁷⁸ Ibidem, 10 jun. 1933, p. 04.

alistamento eleitoral: 2.745 pessoas foram qualificadas no município, mas apenas 291 se inscreveram para votar⁷⁹.

A partir de 1934, inicia-se de forma mais sistemática a discussão sobre temas político-ideológicos. Isso porque o Jornal de Pesqueira, declarou a sua opção pelo Integralismo, forçando os demais jornais a entrar no debate acerca do tema⁸⁰. No dia 03 de fevereiro, este Jornal, publicou um editorial com o título *Comunismo ou Fascismo*, onde discorria sobre a falência do Estado Democrático Liberal, tomando-lhe como fator para a evidência do Comunismo e apresentando o Fascismo como reação e alternativa a situação. O editorial fundamentava-se nas idéias de Plínio Salgado, propagadas nas suas obras *Psychologia da Revolução* e *O Que é o Integralismo*. Seguiram-se a esse editorial vários artigos e entrevistas com líderes do movimento em Pernambuco, como o bacharelado Andrade Lima Filho. A partir de março desse mesmo ano o Jornal passou a ter uma coluna intitulada Integralista⁸¹. A prática de trazer a baila temas político-ideológicos, sempre na defesa das posições de direita, perdurou na imprensa pesqueira. O jornal *A Região*, num artigo de Brito de Macedo, intitulado *“Do que se livrou a humanidade”*, afirmava categoricamente que a Rússia tinha a pretensão de assenhorar-se do mundo e submeter tudo e todos ao comunismo, transformando a humanidade num *“agrupamento de animais, vivendo exclusivamente para o instinto, em detrimento de todas as conquistas já*

⁷⁹ Jornal de Pesqueira, Pesqueira, 18 mar. 1933, p. 04.

⁸⁰ O jornal *A Região*, em 09 de novembro de 1941, firmou convênio com o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, passando a publicar os comunicados da Agência Nacional do DIP.

⁸¹ *Ibidem*, 03 fev. 1934, p. 01 e 25 mar. 1934, p. 02.

conseguidas na terra pelo esforço do homem". Pois, era objetivo de Stalin instaurar na terra a ditadura do sangue, da falsidade, da concupiscência, do desrespeito às conquistas sagradas e aos mais nobres sentimentos humanos. Mas Hitler, segundo o autor, livrou o mundo da desgraça. Homem genial, que *"observa e vê tudo"*, soube aparar o golpe a tempo de anulá-lo. *"Pois, naquele momento o único obstáculo, a única força que se poderia opor no universo destes dias, às pretensões russas"*, seria a força do exército germânico⁸².

A Liga Eleitoral Católica – LEC, mostrava-se a partir de 1934 com uma atuação mais incisiva junto ao eleitorado pesqueirense⁸³. Para as eleições de 14 de outubro de 1934, determinou os candidatos e as legendas que mereceriam o voto dos católicos. Essa atuação conjugada com a disputa intramunicipal pelo poder fez o município despontar como o terceiro em número de votantes nas eleições municipais de 1935, com 5.144 votantes, apesar do percentual de abstinência de vinte por cento, ficando atrás apenas do Recife e de Olinda⁸⁴. A disputa pelo poder municipal foi de fato acirrada, provocando o surgimento de boatos de intervenção no município. Diante disso, a Secretaria de Segurança Pública do Estado foi forçada a publicar uma nota desmentindo a boataria. Corria na cidade a notícia de que já havia sido nomeado o interventor e esse seria o Tenente Agenor Cavalcanti Carvalho, e que a intervenção tinha sido solicitada pela chapa Pesqueira dos Pesqueirenses. O que se apurou é que o

⁸² A Região, Pesqueira, 23 ago. 1941, p. 02.

⁸³ A LEC além da atuação propriamente política promovia eventos festivos para os jovens, como excursões. Daí sua boa acolhida junto à juventude, pois numa sociedade sem entretenimentos, participar de um grupo desses era uma das poucas formas de divertimento.

⁸⁴ Correio de Pesqueira, Pesqueira, 19 out. 1935, p. 01.

tenente aludido foi de fato interventor no pleito de 1935. A nota da Secretaria, no entanto, parecia ter por objetivo firmar que a mesma e o Governo Estadual prescindiriam de qualquer influência para manter a ordem.

O jornal O Democrático, órgão de opinião do PSD, noticiou com júbilo, em sua primeira página, no dia 31 de janeiro de 1937, a cassação do diploma parlamentar de deputado estadual, do industrial Joaquim de Brito, que segundo o jornal vinha exercendo o mandato ilegalmente. Classifica o parlamentar cassado de *“potentado”*, que se julgava inatingível, no entanto, a *“justa decisão”* inspirou ao povo confiança na lei, na justiça e nas instituições, acenando com *“melhores dias para o Brasil”*.

O fato é que a cassação do mandato ocorreu por ser Joaquim de Brito sócio proprietário da empresa Carlos de Brito & Cia., tendo a mesma concessão do Conselho Municipal para explorar um serviço de bonde carril de passageiros e mercadorias. Ficando, portanto, impedido de ocupar cargo público eletivo.

A concessão referida foi inicialmente feita em 26 de maio de 1910, quando o Cel. Carlos Frederico Xavier de Brito era Prefeito do município, tendo o mesmo de passar o cargo para o sub-prefeito, para não figurar como concedente e concessionário. No ano de 1935, o contrato de concessão foi renovado e a empresa concessionária ficou dispensada de quaisquer impostos que incidissem sobre aquele serviço, por um prazo de trinta anos, período de

vigência do contrato. No entanto, a cassação comemorada pelos pessedistas não ficou sem respostas. O Prefeito Dorgival Galindo, primeiro prefeito eleito após a promulgação das constituições federal e estadual, da legenda Pesqueira dos Pesqueirenses, apoiado por Joaquim de Brito, parece ter providenciado a retaliação do grupo opositor, pois são inúmeras as acusações de perseguição aos funcionários públicos, sobretudo aos professores, obrigados a fazer concurso para ocupar o cargo, mesmo aqueles já efetivos, e aos servidores que haviam reassumido seus cargos por ação judicial⁸⁵.

Recorria-se a tudo para desprestigiar o adversário político. Pois, mesmo antes de ter ocorrido a cassação, quando de uma visita do Deputado Federal Padre Arruda Câmara a Pesqueira, em 14 de janeiro de 1937, Joaquim de Brito, que era então o presidente da Sociedade Musical de Pesqueira, proibiu a banda de ir recepcioná-lo. O bonde, de sua propriedade, também não fez viagens até a estação ferroviária⁸⁶.

Pelos jornais do município ficam evidentes a doutrinação integralista, a propaganda anticomunista e o adesismo ao poder. Pululam artigos como o publicado no jornal Coligação sob o título *Materialistas Bestializados*, onde num tom conservador são feitas apologias à retidão moral dos combatentes do “*materialismo de Karl Marx – materialista bestializado, de torrente nefasta, aviltante...*” que força a derrocada de tudo “*quanto é útil e bom*”.

⁸⁵ O Democrático, Pesqueira, 31 jan. 1937, p. 03, 07 fev. 1939, p. 02 e 1º. mar. 1937, p. 02.

⁸⁶ Ibidem, 31 jan. 1937, p. 03.

Materialismo apologista “do sensualismo, tende a fazer dominar o desrespeito, a bacanal e instituir o domínio do instinto”. “Felizmente”, afirma o artigo, é “flagrante que o homem assume, nestes últimos tempos, para um rumo completamente adverso ao materialismo”⁸⁷. Artigos elogiosos a personagens fascistas como o publicado no dia 13 de março de 1937, pela Voz de Pesqueira, que afirmava ter Antônio de Oliveira Salazar, chefe do governo português, na sua formação ‘virtu’, no mesmo sentido de Maquiavel, formado nas concepções políticas de Maurras⁸⁸, daí seus magnânimos feitos em Portugal. Ou artigo como *Escória*, onde o articulista, em tom raivoso, defende que o Integralismo é a afirmação da raça brasileira e classifica aqueles que o ataca de “escória sem brio, alheia, criticadora por incompetência” e “covarde”. O interessante nesse artigo é que o articulista deixa escapar que existiam no município críticos do integralismo e “para eles” sentenciava “seriam estas minhas linhas”⁸⁹. Carregando na rispidez do discurso, o autor do texto acima, perplexo com o desfecho que estava se delineando para a Segunda Guerra Mundial, publica um artigo polêmico, explicitamente com o propósito de suscitar a discussão acerca do tema abordado. Sua intenção já aparecia no título “*General Lama*”, e seguia hostilizando e ridicularizando a sociedade burguesa que apoiava as investidas da URSS, uma criação do diabo, que ele insistia em chamar de Rússia, contra a Alemanha nazista. Investidas que imobilizavam como a lama o avanço audacioso da mocidade alemã. Segundo ele, esquecia a sociedade das atrocidades praticadas pelos russos, cujos governantes

⁸⁷ Coligação, Pesqueira, 30 out. 1936, p. 02.

⁸⁸ Charles Maurras (1868 – 1937), pensador francês, de idéias ambíguas, porém atraiu para as suas posições todas as vertentes de direita. Crítico ferrenho da democracia, anti-semita e igualmente ambíguo quanto ao fascismo, que condenou e elogiou.

⁸⁹ O Ororubá, Pesqueira, 22 ago. 1936, p. 01.

são ex-salteadores, podendo-se dizer o mesmo dos seus seguidores, inclusive os do Brasil, haja visto, o assassinato frio dos oficiais brasileiros “*mortos a tiros e punhaladas quando dormiam (...) na trágica novembrada de 1935*”⁹⁰.

Existiam periódicos de caráter meramente doutrinário. A *Marcha* era um deles. Com artigos generalistas, não tratava de questões específicas de Pesqueira. Propagava a defesa da pátria, da família e da propriedade. Buscava relacionar a figura de Plínio Salgado a de um ardoroso defensor de Deus e, portanto, merecedor de toda a Sua proteção. Dava destaque a afirmação do líder integralista, que na verdade era paráfrase de Jesus Cristo: “*quem assume o Integralismo nada tem a temer, porque ele é o caminho luminoso da verdade*”. Patrocinavam essa publicação as Casas José Araújo e pequenas empresas comerciais da cidade⁹¹.

A adesão ao poder ocorria sem constrangimento. Ilustrativo disso foi a posição assumida pelos proprietários e colaboradores do jornal *A Região* que, durante todo o ano de 1941, condenou os aliados por estarem junto a União Soviética e defendendo intransigentemente a Alemanha. A partir de 1942, com a efetiva entrada do Brasil na Guerra ao lado dos aliados, os países do eixo passam a ser condenados e se enaltece o Estado Novo por seus feitos no conflito. Mais explícito é um artigo do jornalista e político Aluísio Falcão, com o sugestivo título *Perguntas Discretas a Zé Povo*, que inicia ironicamente

⁹⁰ *A Região*, Pesqueira, 26 out. 1941, p. 05.

⁹¹ *A Marcha*, Pesqueira, 22 jan. 1936, p. 01.

dizendo: *“Inoportunamente, mentalidades retardatárias ainda estão gritando em busca da democracia. Há dias ela chegou. Está aí. Nas redações dos jornais. Nos bondes. Nos cafés. Nas praças. Nas esquinas. Em toda a parte onde o povo frequênta”*⁹². Semelhante elogio ao regime instalado em 10 de novembro de 1937, encontra-se na resposta dada por José de Almeida Maciel às indagações: *“É adepto da democracia? Por quê?”*, às quais o inquirido responde: *“Sou adepto da democracia implantada pelo Estado Novo no Brasil, por eliminar o liberalismo”*⁹³. Esse adesismo suscitava o compromisso em atacar o Estado que havia sido substituído pelo modelo adotado pelo Estado Novo. *“O liberalismo foi o maior flagelo do Brasil. Não somente imiscuiu-se com as camadas atingidas pelo ódio, como também, acobertou levemente doutrinas incoerentes à nossa própria razão de existência”*⁹⁴.

Acontecimentos políticos em Pesqueira, no transcurso de anos de 1940 e 1950, que ainda são dignos de nota são a designação da Secretária da Prefeitura, Maria do Carmo Freitas de Melo, pelo Interventor estadual, para que a mesma respondesse pelo expediente da municipalidade, em 08 de agosto de 1946, ficando ela no cargo por apenas doze dias, pois no dia 21 do mesmo mês, o Prefeito Arruda Marinho é reconduzido ao posto de chefe do Executivo Municipal; a eleição, em 1947, de seis representantes do município para a Assembléia Constituinte Estadual - no pleito foram eleitos Dr. Lídio Parayba, pelo Partido da Representação Popular, o Dr. Décio Valença, Dr. Arruda Marinho

⁹² A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 22 out. 1944, p. 10.

⁹³ Ibidem, 18 mar. 1945, p. 01..

⁹⁴ A Região, Pesqueira, 12 jul. 1942, p. 01.

e o Padre Luís Simões, pelo Partido Social Democrático e os doutores Diomendes Gomes e Carlos Rios, pela União Democrática Nacional. Finalmente a euforia da imprensa pesqueira quando da cassação do Partido Comunista do Brasil. São publicados os extensos discursos do Padre Arruda Câmara em defesa da extinção do Partido e da cassação dos mandatos dos parlamentares. Eugênio Chacon, diretor do jornal A Voz de Pesqueira e o político e intelectual Aluísio Falcão publicaram artigos congratulando-se com a ação do parlamentar.

Fato inusitado é a publicação de uma *“Declaração ao Público e às Autoridades Policiais”*, levada ao público por um popular nos dias 25 de janeiro e 1º. de fevereiro de 1948, através do jornal A Voz de Pesqueira, onde o autor do documento registrado em cartório e com firma reconhecida, dizia que de boa fé havia pertencido ao Partido Comunista, uma vez que o mesmo era legal, mas em virtude de sua extinção aproveitava para declarar que não desejava participar mais de tal agremiação e que há muito *“já havia abjurado o credo vermelho, por ser o mesmo prejudicial e perigoso à nação”*⁹⁵. O ingresso num

⁹⁵ “Declaração ao Público e às Autoridades Policiais”.

Eu abaixo assinado, declaro a bem da verdade e para que desapareça qualquer dúvida a meu respeito, de que no ano passado, fui procurado por elementos do extinto Partido Comunista, para compor uma Liga Camponesa de caráter agrícola em Sanharó, tendo dado consentimento para apor meu nome no Comitê distrital de Sanharó.

Em virtude de haver sido cassado o mesmo partido, por livre e espontânea vontade deixei de pertencer ao mesmo, tendo feito entrega naquela época, às autoridades deste município, do material a mim entregue para propaganda. Aceitei aquela incumbência na boa fé em virtude de o mesmo ser legal naqueles tempos.

Aproveito a ocasião, para declarar em público, que não tenho intenções de pertencer a tal agremiação, e para todos os efeitos, torno ciente ao público que me conhece especialmente o povo de Sanharó, que de há muito havia abjurado o credo vermelho, por ser o mesmo prejudicial e perigoso à nação.

Sanharó, 22 de janeiro de 1948.

a) José Cordeiro Sobrinho

Reconheço a firma supra de José Cordeiro Sobrinho, dou fé .

Pesqueira, 22 de janeiro de 1948.

Eu testemunho de Verdade o 1º. Tabelião Público.

partido político, que não se encontrava sob o domínio das elites locais poderia ser a oportunidade de se ganhar alguma expressão política, independente de sua coloração ideológica, daí a pressa em desvincular-se de qualquer ligação com a agremiação quando ela caiu na ilegalidade.

Se no caso acima o ex-membro do Partido Comunista abjurou o credo vermelho, houve casos de fidelidade a esse credo. Tanto foi assim que em 1950, ocorreram no município algumas prisões de simpatizantes do comunismo⁹⁶. Muito se falou que essas prisões aconteceram devido à delação do clero. O jornal A Voz de Pesqueira, fazendo-se porta-voz da Cúria Diocesana, rebateu as acusações, afirmando que a missão da Igreja, em todo lugar e não era diferente em Pesqueira, era *“doutrinar os que erram, ricos e pobres, e mostrar aos que têm e aos que não têm recursos, o laço de sangue que os fraterniza e o dever de todos colaborarem, pelo sentido da justiça e da caridade, para que não seja, pelo ódio, o caminho da história da humanidade”*⁹⁷.

A década de 1950, no campo político partidário de Pesqueira, é dominada pelas disputas entre os seus principais partidos: PSD, UDN e PTB. O vereador Luís Neves, líder do PSD na Câmara, utilizou o seu jornal Gazeta de Pesqueira numa exaustiva campanha de convencimento para que os eleitores pesqueirenses votassem, nas eleições de 1950, num candidato da terra

Pedro Aureliano de Acioli”.

⁹⁶ No ano de 1947, foram fechadas pelo Delegado de polícia células do Partido Comunista, denominadas Ligas Camponesas, nos distritos de Sanharó, Mimoso, Cimbres e localizada na Serra do Ororubá, nas proximidades da sede do Município.

⁹⁷ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 23 abr. 1950, p. 01.

e, é claro, do seu Partido. Não se discutia plataforma do partido ou do candidato mas sim, o dever de se votar num nome da localidade “*para fazer jus e ser o legítimo representante da progressista cidade*”⁹⁸. Merece registro ainda a ferrenha campanha do Deputado Padre Arruda Câmara, que havia ingressado no Partido Democrata Cristão, contra o projeto de lei que tramitava no ano de 1951 no Congresso Nacional, visando instituir o divórcio. Os hebdomadários de Pesqueira divulgaram ostensivamente a sua atuação. Há pouca repercussão da notícia do suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954. Apenas a Voz de Pesqueira, publicou em primeira página, na edição do dia 29 daquele mês, um artigo sob o título *O Brasil de Luto Pela Morte de Seu Presidente*, onde expressava o sentimento de pesar do povo de Pesqueira. E para baixar a cortina, as críticas à candidatura de Juscelino Kubistchek à Presidência da República, onde artigos de Carlos Lacerda são reproduzidos, dando-se destaque para frase de efeitos como “*O Brasil merece mais do Juscelino*”, ou ainda, “*União nacional não quer dizer promiscuidade com a podridão*”, onde se acusava o candidato de omissão no caso da tentativa de assassinato a Carlos Lacerda, na rua dos Toneleiros, em 05 de agosto de 1954, de oportunista, interessado unicamente em “costurar” apoios a sua candidatura.

⁹⁸ Gazeta de Pesqueira, Pesqueira, 17 mar. 1950, p. 01.

3.3. A Dinâmica da Cidade

Pesqueira desponta na década de 1930 assolada por uma seca que havia se iniciado no ano de 1927, tendo permanecido até o ano de 1931. O longo período de estiagem provocou grandes estragos na agricultura e para fazer frente a essa crise se investiu na pecuária, menos vulnerável à seca. Essa ação suscitou relativo crescimento da indústria leiteira e derivados⁹⁹.

Atividade tradicional, constituindo-se por muito tempo em considerável fonte de renda, a pecuária foi relegada a um plano secundário, devido ao avultamento da indústria de conserva de alimentos. Em situação desconfortável, os seus praticantes e defensores aproveitaram o momento propício para apresentar as suas queixas. Alegavam ser as terras, o sistema de chuvas e o clima do município mais apropriados a essa atividade e, recorrendo a um antigo chavão, diziam que tudo era aproveitado, do leite ao chifre das criações. Devendo, portanto, os poderes públicos buscarem incentivos técnicos ao aperfeiçoamento da atividade, o que renderia retorno imediato para a receita municipal¹⁰⁰.

⁹⁹ Foi a partir da seca de 1927 –32, que se disseminou no Município o uso da Palma Santa (*opuntia inermis*), que além de alimento in natura, tem valor forrageiro.

¹⁰⁰ Na década de 1940, provavelmente, por um lado, em virtude das dificuldades já sentidas pelas indústrias e por outro, pela dinâmica econômica e técnica que essas indústrias provocaram, constata-se a diversificação das culturas agrícolas e a assimilação de novas técnicas de plantio, cultivo e colheita. Destaca-se a cultura do caroá, antes vista apenas como erva daninha, despontava como nova fonte de renda e servia para fixar a população no campo. Falava-se também na mamona e das frutas que deixaram de ser árvores de quintal. (A Região, Pesqueira, 15 fev. 1942, p. 01).

Maiores informações sobre o caroá ver PATRIOTA, Fernando R. B. Redenção e Miragem na Indústria do Caroá: Crescimento Auto Sustentado no Sertão do Nordeste (1932/1960). São Paulo: Tese de Doutorado, Dep. de História/USP, 1999.

A seca parece não ter afetado a rotina da Igreja, isso porque numa estatística de suas atividades, realizada pela Secretaria do Bispado, no ano de 1929, apresenta um movimento significativo. Realizaram-se 1.352, batizados, enquanto o número de óbitos foi de 456. A relação é importante tendo em vista que, como é hábito dos católicos batizarem seus filhos ainda recém nascidos, mostra uma taxa de natalidade expressiva. Interessante é que ocorreram 580 extrema unção, mas o número de morte foi menor. Celebraram-se ainda, 219 casamentos, 600 primeiras comunhão, 471 viáticos, 11 associações, 170 pregações, promoveram 7 retiros e foi dada 104.473 comunhões. A Igreja ainda promoveu espetáculos teatrais e musicais, com os quais se arrecadou recursos para reformas na Igreja Catedral.

A performance da Diocese de Pesqueira quanto aos seus bens imóveis e móveis era invejável. Possuía, a mesma, a residência episcopal, no valor 100:000\$000 (cem contos de réis); o palácio episcopal, ladeado por jardins, com abastecimento de água e luz elétrica, sala para o novo prelo, garagem e local disponível para acomodar 50 pessoas; prédio do seminário (atual prédio sede da Prefeitura), no valor de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis); prédio da escola paroquial; terreno, destinado a um futuro salão para reuniões; edifício onde funcionou até 1928 o Colégio Diocesano Cardeal Arcoverde; um colégio na cidade sertaneja de Triunfo; prédio do antigo Paço

Episcopal, que servia de residência paroquial. Afora isso, muitas paróquias possuíam *“notáveis imóveis que lhes servem de patrimônio”¹⁰¹*.

Os bens móveis constituíam-se de apólices federais e estaduais no valor 100:000\$000 (cem contos de réis). Grande parte dos seus recursos era proveniente de esmolas. No mês de fevereiro de 1929, o montante das esmolas recebidas em favor das obras diocesanas foi de 55:150\$000 (cinquenta e cinco contos, cento de cinquenta mil réis). Foi com recursos dessa fonte que se construiu em 1926, o Convento de São Francisco e no ano de 1929, a Casa de São Francisco da Ordem Terceira de Pesqueira, que tinha por objetivo abrigar as fraternidades terceiras com seu movimento religioso, social, capela e trabalhos gratuitos de assistência social. Essa entidade contava com capela, ambulatório médico, farmácia, refeitório para crianças e velhos, dormitório e oficina para confecção de roupas. Ainda no mês de fevereiro de 1929, a Diocese adquiriu um prelo de provas¹⁰², no valor de 6:000\$000 (seis contos de réis).

A vida da população estava intimamente ligada às atividades religiosas. Eram elas que conseguiam mobilizar as pessoas para as mais diversas atividades. As associações religiosas criadas pela Diocese e atuantes no município eram muitas. Em todas as Matrizes funcionavam o Apostolado, Filhos de Maria, Santos Anjos, São José, Doutrina Cristã e Associação das Almas. Sem vínculo com alguma paróquia específica existiam as

¹⁰¹ Livro da Secretaria da Diocese, 1930, p. 78.

¹⁰² Aparelho constituído de mármore e rolo movido a mão, e usado para tirar provas tipográficas, litográficas, etc.; tirador de provas, tira-provas. [Tb. se diz apenas prelo.]

associações de Nossa Senhora do Carmo, das Mães Cristãs, das Senhoras de Caridade e das Obras dos Tabernáculos. Afora a Liga dos Homens, sob o patrocínio do Senhor Bom Jesus dos Passos, que funcionava na Capela Episcopal Nossa Senhora Mãe dos Homens, a Conferência de São José, na Igreja Matriz, a Conferência de São Vicente de Paula, sem igreja própria e a Grey de São Luís, no Colégio Diocesano, destinada aos meninos, ainda existiam nas diversas paróquias espalhadas pela cidade outras tantas conferências.

Com tão intensa vida religiosa não é de estranhar que ela fizesse movimentar um comércio de fogos de artifícios. Isso porque as festividades eram sempre saudadas e acompanhadas com espocar de fogos. Por outro lado, constituía-se numa arriscada fonte de renda, pois possibilitava o surgimento de fábricas clandestinas desses artefatos, normalmente de fundo de quintal, que estavam sempre na eminência de provocar acidentes. Nesse sentido tem-se notícia de que no bairro de São Sebastião, na rua Barão de Cimbres, na casa de número 75, residia com a sua família um senhor de nome José Xavier Alves, que fabricava no interior da mesma, fogos de artifícios e por duas vezes ocorreram ali explosões. A última no domingo, 19 de janeiro de 1930, no horário da Procissão de São Sebastião, destruiu parte da residência e provocou queimaduras no cunhado do dono da casa¹⁰³.

Apesar desses acontecimentos desagradáveis eram as festividades promovidas pela Igreja sempre esperadas com muita ansiedade. Não

¹⁰³ Correio de Pesqueira, Pesqueira, 26 jan. 1930, p. 01.

foram diferentes as comemorações pelo trigésimo aniversário da ordenação sacerdotal do Bispo Dom Adalberto Sobral, que duraram cinco dias, iniciando-se em 12 de novembro, numa quarta-feira até o dia 16 daquele mês, num domingo, de 1941. Na sexta-feira, a partir das 15 horas, fecharam-se o comércio, as indústrias, as escolas e as repartições públicas. Celebraram-se missas em todas as Igrejas da cidade, realizaram-se procissões e uma grande conferência sobre “*O Bispo em Nossa Vida Eucarística*”. Ocorreram reuniões em praça pública com estudantes com insígnias das associações religiosas, com representantes da Catedral, do Convento, das Associações da Ação Católica, do Seminário São José, do Colégio Cristo Rei, do Colégio Santa Dorotéia, dos Escoteiros¹⁰⁴, com os alunos do Grupo Escolar Rui Barbosa e demais escolas públicas estaduais e municipais, bem como particulares, com os filiados do Círculo Operário de Pesqueira, com as representações de Classe, as excelentíssimas autoridades e as representações das paróquias vizinhas.

A população deixava-se levar pela liturgia, mas era o lado profano da festa o mais atrativo. Isso rendia queixas, pois dizia-se que isso era um contra-senso festivo, uma vez que se devia dar importância a parte religiosa, irem à Igreja, confessarem-se, receberem a “*santa comunhão*” e assistirem aos atos de fé e piedade. Ao invés disso, muitas pessoas tomavam parte na festa, mas não iam à Igreja e nem se lembravam sequer do Santo

¹⁰⁴ A Diocese controlava o Movimento de Escoteiros. O criador da tropa era tido pela Igreja, nas palavras do Cônego Manoel Marques (esse clérigo era o assistente eclesialístico do Círculo Operário de Pesqueira) braço direito do vigário e o substituto digno dos pais, na formação cívica e cristã dos filhos da terra. A Tropa Pio XI dos Escoteiros de Pesqueira, foi criada por Marne José Tavares.

festejado ou do motivo do festejo. O que faziam era aproveitar-se da ocasião para ofender a Deus e causar, desse modo, ao Santo Padroeiro o maior desagrado. O interesse maior era empenhar na roleta o que deveriam pagar ou restituir a alguém, ou o dinheirinho com que deveriam matar a fome dos filhos. Iam à festa, mais para estragar a saúde em farras e bebedeiras, dançar e dar largas às paixões, seduzir, iludir-se e pecar¹⁰⁵.

Por seu turno a Igreja utilizava-se de diversos meios para manter cativo o seu público. Além das suas movimentações ordinárias, permeadas de eventos extras, possuía o seu próprio jornal e mantinha nos demais seções¹⁰⁶. Nessas divulgava seus eventos, seus feitos, os dogmas e a fé cristã-católicos e, de forma explícita, propagava o projeto de sociedade que almejava, onde deveria prevalecer a aceitação ao que estava estabelecido.

(...) tudo deixa transparecer uma preocupação satânica no desejo do gozo efêmero. Os valores do espírito, pouco a pouco, empalidecem na febre contínua de atividades malsãs. Tudo se aprende. Tudo se indaga. Jovens e velhos descem às profundezas da matéria, nunca se elevam a Deus. Investiga-se a causa de tudo, exceto da sua razão de ser. O fato histórico da Revelação Ihe é estranho. O seu primitivo estado é uma ilusão, uma credence dos espíritos atrofiados.

¹⁰⁵ A Região, Pesqueira, 21 dez. 1941, p. 03.

¹⁰⁶ Nas seções religiosas dos jornais não se tratava de outras religiões a não ser da Católica. A única exceção era o Espiritismo, onde se expunham opiniões a favor e contrárias.

Erra o homem, porque afirma mais do que vê. Daí a intranqüilidade, a mentira. No mundo das frivolidades não há lugar para a certeza: aparece a dúvida. Duvida-se de tudo, até da própria existência(...). (A Região, Pesqueira, 28 dez. 1941, p. 03).

Divulgavam-se também posicionamentos de autoridades eclesiásticas, algumas extremamente reacionárias, como uma carta pastoral de Dom Antônio de Almeida Lustosa¹⁰⁷, Arcebispo de Fortaleza, sob o título “*Cristo nas Diversões*”, condenando o rádio, o cinema, o baile e o romance, por estarem divorciados da moral cristã. O resultado, segundo o Arcebispo, era a ruína da mocidade, arrastada para o caminho do pecado e para a glorificação do vício e das paixões. Entronava-se assim, a destruição do amor puro, do respeito ao casamento, do afeto e da família. Suas lamúrias continuavam em tom imperativo “(...) *Quanta depravação na juventude devido aos espetáculos modernos e as leituras infames*”. Vaticinava o dever da Igreja, “(...) *compre-nos cuidar de outras diversões menos prejudiciais, mas que necessitam absolutamente da assistência da Igreja para não se transformarem em instrumento de dissipação e descristianização*”. E nas entrelinhas propunha que a Igreja intervisse no estabelecimento dos horários de atividades que atraíam os fiéis, para que essas não acontecessem concomitantes com as religiosas. “*Por vezes diversões, em si boas, pecam por exemplo, pelo inconveniente da hora,*

¹⁰⁷ Além da carta mencionada neste parágrafo, existe a transcrição de outra, publicada no dia 08 de fevereiro de 1942, no jornal a Região, onde o clérigo dizia que por mais paradoxal que parecesse se fazia necessário se cristianizar os cultos religiosos e voltava a repudiar a parte profana das festividades da Igreja.

intencionalmente ou não, se realizam a hora da missa ou do catecismo dominical”.
(A Região, Pesqueira, 1º. fev. 1942, p. 03).

O efeito prático dessas pregações era carregar de culpa e medo os tementes a Deus, que buscavam por diversos meios expiar seus desvios. E não seria através das espórtulas deixadas na Igreja (insistentemente se afirmava que não se pagava os sinais sagrados oferecidos por Cristo para a salvação), por ocasião de algum sacramento. Talvez tenha sido esse espírito que levou, no ano de 1928, a população a se mobilizar para agraciar o médico da cidade, Dr. Lídio Parahyba, com uma casa já nos moldes preconizados pelos higienistas. Numa artéria, avenida 15 de Novembro, onde as casas eram conjugadas e de porta e janela, a do médico tinha as laterais livres, com área para jardim, com fundação mais elevada, o que lhe deixava mais alta do que as demais, facilitando a circulação dos ventos. Diziam ser o facultativo merecedor de tal presente pelos serviços prestados à população, a qualquer hora do dia e da noite, deslocando para residência dos enfermos, muitas vezes sem ser remunerado ou recebendo pelos serviços gêneros agrícolas e das criações, atendendo pessoas de outros tantos municípios em locais improvisados, uma vez que o município não dispunha de hospital. E era assim desde quando o mesmo chegou recém formado, proveniente da cidade de Monteiro, na Paraíba, e ali fixou residência. Daí, mesmo num momento de dificuldade, o povo de Pesqueira deveria envidar esforços para retribuir-lhe pelo abnegado trabalho.

O município, sobretudo a sua sede, parecia ter entrado num clima frenético. A produção das fábricas, voltada para exportação, colocava a cidade em contato com outros mundos. Chegavam sempre representantes comerciais para fechar negócios e, em contato com os moradores, faziam circular informações e novidades assimiladas, decodificadas e propagadas à moda local. Acompanhar o mundo novo era sobretudo seguir seu estilo, o que muitas vezes significava abandonar as tradições da localidade, o que não deixava de sofrer críticas de parte da imprensa nativa¹⁰⁸. O *frenesi*, no entanto, era sentido pelas constantes notícias de atropelamentos, devido à alta velocidade dos automóveis, sobretudo em dias de feiras. Foi o que aconteceu com o comerciante Severino Leite, que foi atropelado, sem muita gravidade, por causa do excesso de velocidade do condutor do automóvel, Waldemar Avelar. No entanto, apesar de não sofrer grandes ferimentos, ficou desacordado devido ao choque, sendo socorrido pelo Doutor Lídio Parahyba¹⁰⁹. Também muitos acidentes de caminhões eram causados *“pelo precário estado dos veículos e a ausência de uma fiscalização severa, ocasionando morte e ferimentos nas pessoas num flagrante contraste com ao progresso industrial da cidade”*¹¹⁰.

¹⁰⁸ O jornal Correio de Pesqueira, no dia 07 de julho de 1931, publicou o artigo *“Morte das Tradições”*, lamentando o quanto havia sido inexpressivo o São João daquele ano.

¹⁰⁹ Jornal de Pesqueira, Pesqueira, 27 ago. 1932, p.01.

¹¹⁰ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 22 mar.1931, p. 01. Numa cidade onde ainda hoje não existe trânsito intenso, atropelamentos eram acontecimentos extraordinários. Daí merecerem destaque, como o acontecido no dia 23 de novembro de 1943, onde o operário José Inácio da Silva, o Zé Gordinho, ao atravessar a Avenida Carlos de Brito, carregando um saco de açúcar para o armazém da Fábrica Peixe, foi atropelado por um automóvel em alta velocidade, dirigido por um tal Cara Lascada, motorista do Senhor Nelson Avelar Alcorne. A vítima foi conduzida para o Hospital Regional e o atropelador para a delegacia de polícia, contra o qual se abriu competente inquérito, remetido para o juízo (A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 05 dez. 1953, p. 02).

O aglomerado urbano tinha lá as suas desvantagens. Era grande o número de cachorros que perambulavam soltos pelas ruas, causando aborrecimentos e constrangimentos, sobretudo nos períodos de cio. Jogos de futebol nas praças, onde não se respeitava nem o patrimônio público, nem os transeuntes, pois se depredava bancos, monumentos e jardins, proferiam-se palavras de baixo calão, além de sujeitar todos que passavam a possíveis boladas. *“Essa mesma juventude crápula, à noite, ia divertir-se nas tabernas e bordeis, entre vinho”*, com muita gente proveniente do campo, era pouca a receptividade da população às medidas de higiene e de combate às moléstias como tuberculose, tifo, peste bubônica etc. Com a construção do Hospital evidenciou-se como era precária a saúde da população. Prova disso são os inúmeros frascos com quistos, apêndices, fetos e outros tantos órgãos doentes à mostra ali. Entretanto, a saúde física e *“espiritual”* continuava a ser agredida, pois crianças e jovens freqüentavam, sem repreendas, bilhar e bailes¹¹¹. A paciência dos usuários do trem da Great Western era afrontada, visto que antes dele parar na estação, demorava de dez a vinte minutos em frente a caixa d'água, numa distância de uns quinhentos metros do ponto terminal da cidade, para suprir seus reservatórios, atormentando ainda mais os passageiros sedentos por concluir a enfadonha viagem. Clamava-se por providências urgentes do poder público para melhorar o precário estado que se encontrava o ataúde que levava do Hospital os indigentes para serem enterrados. Sem parentes, a remoção do corpo era feita por homens do povo, convocados pela autoridade policial. Esses arrastavam *“a toque*

¹¹¹ Correio de Pesqueira, Pesqueira, 25 maio 1930, p. 01, 20 jul. 1930, p. 03. A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 1º. nov. 1936, p. 02 e 11 fev. 1941, p. 04.

de caixa” o cadáver, num “*cai aqui, cai acolá*”, causando profunda consternação em quem por acaso assistisse o cortejo¹¹². Até a maior freqüência ao cinema provocada pelo aumento da população trouxe aborrecimentos, pois fez surgir o inconveniente hábito de se guardar lugar, deixando muitos que chegavam na hora da exibição sem local para se sentar, mesmo existindo poltronas vazias, porém reservadas para amigos do guardador que chegavam atrasados.

As finanças municipais não eram das melhores, tendo em vistas os inúmeros problemas a serem resolvidos. O ano de 1930, inicia-se com um saldo no cofre da Prefeitura de 45\$024 (quarenta e cinco mil e vinte quatro réis), pois no ano anterior a arrecadação tinha sido de 153:957\$604 (cento e cinqüenta e três contos, novecentos e cinqüenta e sete mil e seiscentos e quatro réis), onde foram gastos 153:912\$580 (cento e cinqüenta e três contos, novecentos e doze mil e quinhentos e oitenta réis). Foi a falta de recursos a justificativa utilizada para se modificar o regulamento do curso primário mantido pelo poder municipal. A partir de 1929, as aulas diárias deveriam começar às 10 h, devendo o aluno já ter almoçado. Às 12 h era realizada a merenda no salão de estudos, mas sem intervalo para recreio, às 15 h 30 era o horário de saída. Às quintas-feiras, largava-se meia hora mais cedo.

O Colégio Santa Dorotéia, destinado àqueles que podiam pagar os estudos, que funcionava em duas casas contíguas ao lado da Fábrica Peixe, inaugurou o seu novo prédio na rua Barão de Lucena, no final do

¹¹² A Região, Pesqueira, 18 jan. 1942, p. 01.

ano de 1930, numa obra levada a cabo com recursos da Ordem Terceira de São Sebastião, que tinha a sua frente o industrial Joaquim de Brito e nesse mesmo ano, foram implantados os cursos Comercial e o Normal, primeiro curso de formação de professores do município.

O crescimento populacional provocou também o aumento das ocorrências policiais. Existiam personagens que habitualmente estavam com problemas com a polícia. Não era incomum deparar-se com notícias acerca de um tal Francisco Olho de Vaca, na verdade Francisco Ramos, *“que volta e meia era preso por desordem, gatunagem e embriaguez”*¹¹³. Se o aumento de habitantes trouxe problemas dessa ordem, é evidente que nas festividades de maior concentração de pessoas, ficava difícil manter-se o controle sobre a multidão. O carnaval de 1932 foi acalorado: brigas por embriaguês, um caso de morte por *“congestão”*, pois para não perder um minuto das festividades, um folião jantou e caiu no frevo, vindo a morrer, segundo se alegou, por esse motivo. Os blocos tinham nomes bem sugestivos como Canivete de Ouro, 69 Artistas em Folia, Mimo das Flores. Além de um corso, mas esse não contava com participação de muita gente uma vez que era preciso ter automóvel. E mesmo passado o carnaval, esse deixou seu clima contagiante. Reclamava-se que mesmo findada a folia de momo, algumas pessoas desejavam prolongá-la, não respeitando o período de quaresma, pois levadas de vagabundos perambulavam à noite, fora de hora, com gritos e farras, perturbando o sossego público. Portavam-se armas proibidas, praticava-se o meretrício pelas ruas principais, afrontando a

¹¹³ Correio de Pesqueira, Pesqueira, 12 dez. 1930, p. 03.

moral. As desordens eram ainda provenientes dos plantões dos namorados, que não escolhiam local para dar vazão aos seus instintos. Diante desse quadro, o Delegado de polícia expediu uma ordem pública comunicando e determinando a severa punição a esses atos¹¹⁴.

A exclusão social passou a ser mais evidente, própria de uma sociedade em que seus trabalhadores são proletarizados, pois muitos não conseguiam mais prover com seus próprios recursos o mínimo para o seu sustento. Daí decorrem os casos de morte por inanição. No mês de março de 1932, uma criança de sete anos, que residia no bairro da Favela, morreu de fome. Sua mãe, viúva, encontrava-se num estado de penúria tão agudo que não conseguiu sair de casa para esmolar e arranjar o que comer e a criança não suportou a fome e morreu. Um outro caso é de um homem que há dias pedia nas portas das residências, sem conseguir o suficiente para alimentar a si e sua prole, caiu na rua morto de fome¹¹⁵.

Além das conseqüências da seca, sentia-se os efeitos decorrentes da crise financeira provocada pelo Crack da Bolsa de Valores de New York, que forçou os industriais a baixar o preço dos seus produtos. Antes mesmo da crise de 1929, outro problema que afligia as indústrias locais era a alta do preço das tarifas ferroviárias, tanto para importar equipamentos e produtos, como

¹¹⁴ Jornal de Pesqueira, Pesqueira, 27 fev. 1932, p. 04.

¹¹⁵ Ibidem, 1º. mar. 1932, p. 02.

para exportar a produção das fábricas. Para se ter idéia a Empresa José Didier¹¹⁶, em 1928, pagou de frete à Great Western 300:000\$000 (trezentos contos de réis). O alto preço desse serviço levou a Fábrica Peixe a transferir parte da produção de goiabada para o Recife. Antes disso a Peixe produzia em Pesqueira mais de dois milhões de quilos do produto, passando após a adoção dessa medida a produzir menos de quinhentos mil quilos. Esse fato acarretou graves conseqüências sociais e econômicas para o município. Existia ainda, como já foi mencionando no capítulo anterior, a concorrência de fábricas congêneres do Sul do País¹¹⁷.

Essa situação provocava o surgimento de posições contrárias ao predomínio da monocultura do tomate¹¹⁸, alertando-se que ela poderia entrar em colapso, como ocorreu com o café em São Paulo, a cana de açúcar, em Pernambuco e a goiaba, na própria Pesqueira. Daí a necessidade de investimentos técnicos na agricultura local e, sobretudo, na diversificação de culturas¹¹⁹.

Além desses problemas, a atividade industrial pesqueira era afetada pelas disputas políticas internas. Noticiou-se no Sul do País um caso de intoxicação decorrente do consumo de extrato de tomate da

¹¹⁶ Em outubro de 1934, a firma José Didier Ltda, proprietária da Fábrica Rosa, recebeu como sócios Manoel Didier, João Didier, José Pita e Luiz Didier, mudando sua razão social para José Didier & Cia.

¹¹⁷ Ibidem, 29 jul. 1933, p. 01.

¹¹⁸ Apesar das reclamações, a produção de tomate em Pesqueira e nos municípios vizinhos cresceram, numa prova incontestável de que a monocultura se expandia. Em 1953, o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, contabilizou uma produção de 45.408.000 quilos, numa área de plantio de 4.128 hectares, o que tornava Pesqueira o município de maior produção desse fruto do Brasil. Sua produção só era inferior a dos estados de São Paulo e Pernambuco, respectivamente. O segundo, terceiro e quinto municípios maiores produtores de tomate do País eram Sanharó, São Bento do Una e Alagoinha.

¹¹⁹ Jornal de Pesqueira, Pesqueira, 02 fev. 1935, p. 01.

marca Peixe. Os jornais sulistas deram destaque à suposta ocorrência, o que podia desacreditar os produtos da indústria local. O fato foi agravado quando o padre Arruda Câmara, líder da bancada de Pernambuco na Câmara dos Deputados, utilizou o episódio para atacar os proprietários da Fábrica, seus inimigos políticos. Em defesa de Pernambuco, pronunciaram-se os deputados Alde Sampaio e Augusto Cavalcanti, alegando que, se o fato pode servir a interesses particulares e políticos, por outro lado, pode ser prejudicial à economia do município e do estado, sendo dever de todos deixar de lado *“rancores e odiosidades”* e procurarem cerrar campanha em prol da Indústria de Pesca. O episódio, no entanto, não pára por aí. A empresa Carlos de Brito & Cia. rebateu as denúncias, fazendo publicar em 02 de março de 1935 o resultado de trinta e seis análises, realizadas por três laboratórios oficiais (Departamento Nacional de Saúde Pública - DNSP, as duas Inspetorias de Alimentação do DNSP e Universidade do Rio de Janeiro – Escola Politécnica: Gabinete de Química), cujos resultados revelaram ausência de substância tóxica e atestaram que *“o extrato de tomate é puro, sem qualquer mistura e livre de sinais de alteração ao exame microscópico”*.

Um jornal do Recife, Diário da Tarde, estampa a manchete *“Campanha Contra Pernambuco”* em 13 de fevereiro de 1935, que além de repudiar as denúncias de intoxicação pelo extrato de tomate da Peixe, taxa a campanha de concorrência desleal, provocada, segundo o Jornal, pelo desespero desses concorrentes que tinham aliados na própria Pesca, uma vez que em 1934, as exportações da Peixe para os outros estados da União totalizaram uma

quantia de quatorze mil contos, sendo nove mil proveniente da venda de massa de tomate. Pernambuco fabricava 80% da massa de tomate consumida no País, sendo que desses 80%, 70% cabiam à Peixe.

O Deputado Padre Arruda Câmara, ao explorar política e partidariamente a suposta intoxicação, sofreu repreendas públicas até de seus correligionários, que publicaram vários artigos condenando a sua atitude e defendendo a indústria e a economia de Pesca¹²⁰.

Os problemas político-sócio-econômicos afetaram o transcorrer da vida do município. Pois, tão logo, o Padre Arruda Câmara tentou tirar proveito da denúncia de intoxicação com o produto da Peixe, o Prefeito Severiano Jatobá, aliado dos Brito, cortou a verba do pagamento do salário do professor da Escola Paroquial. Essa medida, inclusive, ia em desacordo com o que ele havia afirmado ao ser entrevistado pouco antes de sua posse, quando externou preocupação com o grande número de analfabetos no município. A Escola, no entanto, continuou funcionando, tendo a Diocese assumido o pagamento. Evidente que o Prefeito silenciou sobre os verdadeiros motivos de sua atitude. Alegou que a verba havia sido suspensa em virtude da diminuição do número de alunos. Assim que aumentasse a freqüência, ela seria restabelecida.

A Escola Paroquial pertencia à Diocese, mas era a Prefeitura quem pagava o salário do professor, que era diminuto, apenas 50\$000

¹²⁰ Jornal de Pesca, Pesca, 16 fev. 1935, p. 04 e 02 mar. 1935, p. 03.

(cinquenta mil réis) mensais. O objetivo desse educandário era alfabetizar adultos, pois era grande o número de analfabetos. Entretanto, a frequência era insignificante, o professor mal remunerado e o tempo de aula curto, menos de duas horas por noite. Além disso, os operários não se sentiam estimulados a frequentar as aulas, pois não lhes era exigido alfabetização para empregar-se e desenvolver suas tarefas nas fábricas. Devido a baixa frequência de adultos, a Escola admitia crianças e adolescentes, muitas vezes com nível de aprendizagem superior aos mais velhos, constringendo esses últimos¹²¹.

Apesar das desavenças pela disputa do poder, existiam muitas convergências de interesses entre as elites pesqueirenses. Daí, existir um pacto, não explicitado, acerca de certos aspectos político-sociais. Um deles era o combate ferrenho e incessante ao Comunismo. Isso fica evidente no apoio unânime das lideranças políticas do município à atitude dos proprietários da Fábrica Peixe, quando mandaram ao Recife, sobre um caminhão, cinquenta operários armados, para aliam-se às forças governistas na repressão ao Movimento Comunista, de novembro de 1935.

Entretanto, vez por outra, ficava difícil escamotear a existência de grupos sociais adversos e interesses da mesma ordem. Quando da avalanche de leis regulando as relações de trabalho que assolou o Brasil do pós

¹²¹ Jornal de Pesqueira, Pesqueira, 27 maio 1935, p. 01. Os rapazes que terminavam o curso primário, portanto, já alfabetizados e que não podiam pagar para fazer o ginásio e o científico, no horário diurno, ficavam irremediavelmente sem estudar, pois, a cidade só foi ter curso ginásial noturno no ano de 1946, quando foi inaugurado no Colégio Diocesano Cristo Rei, esse curso no turno da noite, das 19 h 30 às 21 h, porém particular.

1930, é certo que foi demorada a sua repercussão em Pesqueira. Porém, como algumas garantias legais só eram possíveis via organizações reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e para os trabalhadores registrados nessas organizações, tornaram imperativo a sua criação. Assim, foi fundada em 1936, a Coligação dos Comerciantes de Pesqueira, tendo a sua diretoria tomado posse em 30 de outubro, quando externou o seu objetivo.

Outra coisa não nutre os nossos ideais senão o de querendo grandezas para Pesqueira, cidade líder do nosso Estado, industrialmente, eleva-la ao nível de Caruaru e Garanhuns, municípios que mantêm organizações de classes em perfeita harmonia com as suas congêneres patronais para uma demonstração insofismável que o capital e o trabalho se completam. (Coligação, Pesqueira, 30 out. 1936, p. 01)

Entretanto, passado pouco tempo, a Coligação entrou em confronto com os comerciantes, uma vez que esses desrespeitavam a legislação, contratando trabalhadores sem carteira de trabalho e não filiados à Organização, impedindo que estes tivessem direito às férias, indenizações por acidente de trabalho e outras garantias. Sem sucesso nas suas gestões junto a Associação Comercial de Pesqueira, a Coligação recorreu ao Prefeito Dorgival de Oliveira, recebendo como resposta desse que, fiscalizar as relações de patrões e empregados era atribuição da Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho, à Prefeitura caberia cumprir a lei que determinava a jornada de trabalho e o horário

do funcionamento do comércio¹²². Por seu turno, a Associação Comercial alegava que muitos comerciantes não eram filiados a entidade, ficando a mesma impossibilitada de agir. Essa afirmação é confrontante com a opinião externada por Eugênio Chacon, que não cansa de enaltecer o sucesso da Associação em arregimentar sócio e defender os interesses da categoria, salientado sempre que *“não se trata de luta entre classes e sim da generalização destas”*¹²³. Em 1944, essa Associação é transformada em Sindicato dos Comerciantes Retalhistas de Pesqueira.

A dinâmica da cidade também era constituída pelas intervenções no espaço urbano realizadas pelo poder público. No ano de 1938, ocorreram indenizações dos proprietários de prédios que foram demolidos para melhorar o tráfego na cidade, a exemplo de uma casa e de uma garagem, pertencentes ao prefeito Agostinho Bezerra Cavalcanti, que havia assumido com o Golpe de 10 de novembro de 1937, pelos quais recebeu 5:000\$000 (cinco contos de réis). Essas edificações foram postas abaixo por determinação de um parecer de 11 de novembro, da comissão responsável pela elaboração do Código de Posturas Municipal, que alegava serem necessárias para a melhoria do bairro de Santa Rita e do escoamento do trânsito nas ruas Deputado Eliseu Eloy e

¹²² Foram inúmeras as leis instituídas pelo Departamento Nacional do Trabalho, que regulavam a duração do trabalho para as várias profissões, examinando a especificidade de cada corporação, pois se objetivava dissolver a unidade da classe trabalhadora que como um todo reivindicava a jornada de 8 horas. Apesar de determinarem basicamente o mesmo: duração de 8 horas diárias ou 48 semanais; descanso remunerado a cada 6 dias de no mínimo 24 horas; previsão de descanso e refeição durante a jornada normal de trabalho; previsão de horas extraordinárias; e os casos em que a jornada poderia ser estendida. No entanto, para se usufruir disso era necessário ser portador da carteira de trabalho, cuja emissão era exclusividade do DNT através do Serviço de Identificação Profissional e das Inspetorias Regionais.

¹²³ A Região, Pesqueira, 28 dez. 1941, p. 01.

Guararapes. Noticiam-se melhoramentos urbanísticos, como construção e reformas de artérias e prédios. Mas, por essa época, o que fez os pesqueirenses gastarem seu tempo foi o noticiário sobre o cangaço e a morte de Lampião¹²⁴.

O cotidiano encontrava-se recheado de novidades decorrentes do crescimento populacional¹²⁵. Algumas se afiguravam como extravagantes, como o fato de uma mulher ocupar o cargo de porteira do Cine Moderno¹²⁶. Outras surgiam para suprir as necessidades de entretenimento da população, confinada num espaço pequeno e com poucos atrativos lúdicos. Assim, realizou-se em 1938, o primeiro concurso para a rainha do carnaval, saindo vencedora a senhorita Irene Pita, com 3.912 votos. O público participava do concurso votando com cédulas publicadas no jornal A Voz de Pesqueira, e depositando nas urnas que ficavam nas Casas José Araújo e no salão de Leitura do Clube dos 50. No total houve mais de dez mil votantes e nove concorrentes. Um pouco mais avançado no tempo, tudo indicando que não teve uma sistemática anual, mas de grande receptividade social, era o concurso de Miss Simpatia, onde as filhas das “*distintas famílias*” disputavam de forma renhida o título. As figuras que se reputava de destaque na sociedade, normalmente compunham o corpo de jurados. Foi assim em dezembro de 1941, quando foi eleita Miss Simpatia, numa disputa apertada a senhorita Mariquinhas Valença. Compunham a Comissão julgadora os senhores Cornélio V. leal, Eugênio Chacon, Felix Paiva e Turíbio Mota. O evento foi uma promoção do casal Sérgio e Maria Paula Guimarães e

¹²⁴ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 04 dez. 1938, p. 03 e 18 dez. 1938, p. 02.

¹²⁵ No ano de 1939, computava-se 52.361 habitantes, em todo o município.

¹²⁶ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 09 out. 1938, p. 01.

teve lugar no Cine Teatro Moderno. O anúncio da vencedora foi feito antes da exibição da película Rival Sublime¹²⁷. E apareceram mais acontecimentos em que o gênero feminino se ocupou. Foi que o Hospital, juntamente com a Cruz Vermelha e a Faculdade de Medicina do Recife, promoveram no primeiro semestre de 1942, um curso de enfermagem, tendo como público as senhoras e senhoritas. O curso teve duração de dois meses e constou de assuntos referentes à enfermagem. Ao término do mesmo, com a freqüência exigida, recebia-se o Diploma expedido pela Faculdade de Medicina do Recife.

A vida no município seguia o seu curso. Com o Golpe do Estado Novo, foram muitas as manifestações de apoio ao novo regime. A figura de Getúlio Vargas e do novo Interventor Estadual, Agamenon Magalhães, são enaltecidas. Buscando legitimar-se, o Estado Novo orienta os prefeitos a divulgar junto à população o tratamento honesto que o novo regime dava ao patrimônio público. O Prefeito não vacilou, afixou por todo o município um comunicado com o seguinte teor:

Pesqueirense

Sois uma partícula do município.

Tendes o direito de vir até a Secretaria da Prefeitura e solicitar documentos e informações sobre a aplicação das Rendas Municipais.

Sereis atendidos com presteza e prestareis um serviço à coletividade. (Gabinete do Prefeito. Pesqueira, 21 de maio de 1939).

¹²⁷ A Região, Pesqueira, 21 dez. 1941, p. 01.

Os preceitos católicos, o conservadorismo, o adesismo ao poder eram tão arraigados na maioria da população que mesmo aqueles que se encontravam fora de Pesqueira, não hesitavam em externá-los. Numa carta a Wilson Chacon, dirigente do jornal A Região, Abílio Maia, que escrevia para alguns jornais do Recife, fala das novidades que o município passava a desfrutar como o Hospital, o Dispensário dos Pobres, a Catedral (essa reformada), os colégios, as suas praças ajardinadas (a praça Dom José Lopes tinha acabado de ser inaugurada) e enaltece a formação dos novos talentos da cidade, sobretudo os dirigentes do jornal Wilson e Eugênio Chacon, de *“ideais e idéias sabiamente erigidos pela Igreja e pelo Estado Novo”*. E continua afirmando que lhe alenta ainda mais verificar que ao lado do progresso material da cidade surge *“promissora a formação espiritual dos seus habitantes sob as bases do Cristianismo principalmente pela Ação Católica”* (A Região, Pesqueira, 25 jan. 1942, p. 01).

Entretanto, se havia monotonia da faina essa era radicalmente interrompida quando ocorriam visitas como a que aconteceu no dia 23 de julho de 1939, do time de futebol do Santa Cruz Futebol Clube, a quem a população local referia-se como o *“time mais popular de Pernambuco”* ou ainda como *“esquadrão das multidões”*. Toda a equipe do Santa Cruz hospedou-se no Elite Hotel, visitou as fábricas e arrastou uma multidão de ambos os sexos e todas idades para assistir ao jogo contra o Cruzeiro (time local), onde o visitante saiu vitorioso com um placar de três tentos a um. A equipe voltou para o Recife, mas o jogador tricolor Sidinho, considerado o maior meia esquerda do Norte do País,

retornou a Pesqueira, onde permaneceu por um mês e compôs o meio campo do Cruzeiro, ao lado do jogador local, Luisalves, num jogo contra a equipe do Locomoção Esporte Clube, do município de Jaboatão, time dos ferroviários, no dia 1º. de outubro daquele ano¹²⁸. Afora esses acontecimentos extraordinários, existiam as festas de final de semana. Quando essas ocorriam em locais fechados, contavam sempre com as orquestras de salão, como por exemplo os Malucos na Batucada, organizada orquestra, que contava com onze músicos, sob a batuta do maestro e diretor-gerente Antônio Estanilau. Afinados com o ritmo da época, o jazz, eram requisitadíssimos para tocar nas festividades locais. As festas públicas eram sempre embaladas pela banda musical 11 de Setembro¹²⁹, que era regida pelo maestro dos Malucos. Interrompia-se ainda a cadência fastidiosa do dia a dia recebendo-se as pessoas em casa e, para isso, era necessário recepcionar bem as visitas. Nesse sentido, o jornal A Região dava uma força com a Página Feminina, onde apresentava dicas de beleza, orientava a compra de produtos para o embelezamento das jovens e das senhoras, ensinava como se vestir bem e de acordo com a época. Quanto à culinária, apresentava receitas de pratos exóticos, como banana com queijo, que tinham como ingredientes sal e pimentas e “pratos finos”. Além, é claro, de ensinar como servir. Apesar desses momentos de quebra da insipidez, reclamava-se muito da monotonia da cidade que sendo assim, só servia *“para os que, de fora ou ausentes, em estado de exaustão, nela buscam reparador repouso”*, pois tendo foros de *“primeira dentre*

¹²⁸ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 23 jul. 1939, p. 05, 06 ago. 1939, p. 05 e 24 nov. 1939, p. 05.

¹²⁹ Ocorreu no dia 20 janeiro de 1942, um acidente com o caminhão que conduzia a banda 11 de Setembro, tendo o mesmo capotado quando saía da Vila de Arcoverde (atual distrito de Mimoso), acarretando na morte de um menor. (A Região, Pesqueira, 25 jan. 1942, p. 04)

as primeiras”, atestava flagrante contraste, *“ociosa no plano social, não indo além de parque industrial, que o é excelente”*, mas simples manifestação de materialidade. Lia-se muito pouco, pois por essa época, meados de 1943, não se dispunha de nenhuma livraria e a Gráfica Elite tinha deixado de representar as editoras. Falava-se que esse estado de coisa, fazia com que na cidade fervilhassem desocupados, sendo a praça principal verdadeira escola de malandragem e o que de fato funcionava com todo ímpeto era a *“escola regional tesoura afiada, com um excelente curso de fuxico”*. E para piorar a situação a Secretaria de Segurança Pública baixou a Portaria 55/04-02-1944, estabelecendo rigorosas restrições às folias de momos, como o uso de máscaras, encontro de qualquer conjunto carnavalesco, emprego de líquidos ou pó etc. e o delegado de polícia dizia que iria seguir a risca as determinações da Secretaria Estadual.

Os depoimentos acima nos levam a crer que a cidade era ensimesmada. A condição de portadora de indústrias e de uma elite, mesmo diminuta, endinheirada, tornava todos absortos. Sendo assim, esse ambiente era propício para a proliferação de preconceitos, discriminações, superstições e para o que Roberto DaMatta chama de projeção vertical, ou seja, numa estrutura social em que às relações de trabalho se somam um conjunto de laços pessoais, onde estão presentes a intimidade, a consideração, o favor, o respeito e as apreciações éticas e estéticas generalizantes arrefecem a hierarquização social, uma vez que os subalternos se projetam nos seus dominadores e não nos seus semelhantes, inibindo, desta forma, os conflitos e o sistema de diferenciação social e político fundado na dimensão econômica. Essa identificação entre dominador e dominado

passa a orientar a conduta social¹³⁰. Daí, os costumes e praxes estabelecidos pelos dominantes servirem de modelos para todos. Então não é de se estranhar o apologismo aos ricos do município.

Os abastados da localidade eram tidos como bondosos. Quando essa afirmação era resultado de uma auto-imagem, enfatizava-se o trabalho, a abnegação e a perseverança que tiveram para chegar aonde chegaram. E ainda, o fato de continuarem zelosos com os seus negócios e bondosos com todos. Quando os elogios vinham de outros é flagrante a bajulação. Exemplo significativo é o artigo *As Furtadelas* de autoria de um visitante que assinava por Grosas. O mesmo já havia estado anteriormente na cidade. De volta, passou a constatar algumas mudanças. No entanto, toda a introdução de seu artigo é apenas pretexto para proferir a mais servil adulação.

De volta fiquei momentos admirando o movimento da Fábrica Peixe.

Uma curiosidade me fez parar estático. Era uma centena de meninos, mulheres e velhucos, que enchiam sem contas latas e mais latas d'água, formando um caudal volumoso subindo ao Prado.

Aproximei-me do vigia, homem forte e rosado, indagando-lhe: - A saída d'água aqui é grande, não é, meu amigo?

- É sim senhor, mas agora é sempre menos do que no tempo verdadeiramente seco, pois o açude do município ainda tem muita água. O senhor é daqui?

¹³⁰ DaMatta. op. cit., p. 192 – 193.

- *Não estou a passeio. E quantas latas d'água os Brittos dão diariamente a pobreza?*

- *Ah! É sem conta, porém calculo em umas mil.*

- *É espantoso. Bem, até logo.*

- *Passar bem.*

E continua dizendo que afastou-se do portão largo da Fábrica para observar o caudal que subia cada vez mais grosso, parecendo mais um “*São Francisco*” em miniatura, improvisado pela necessidade dos pobres e pela bondade dos homens.

O artigo, como se percebe, enaltece a caridade descomprometida dos industriais, ressalta a figura sã, tanto de caráter como fisicamente do vigia, teve um fim caprichoso.

Ocorreu-me a idéia.

A riqueza é um bem passageiro, que não engrandece ninguém, desde que não sejam cumpridos pelos detentores os deveres que rigorosamente impõe, para com a Sociedade e a Pátria.

Dai de beber a quem tem sede e...

Glória a Deus nas alturas e na Terra aos homens de boa vontade. (A Região, Pesqueira, 11 jan. 1942, p. 01).

No dia 22 de janeiro de 1942, morreu o Comendador José Didier, proprietário da empresa José Didier & Cia. Ltda., que por sua vez era a dona da Fábrica Rosa. Tido como a filantropia em pessoa, no dia do seu enterro

não houve expediente nas indústrias, no comércio e nem na Prefeitura. E não se perdeu a oportunidade de mais uma vez ressaltar a figura do rico, bom patrão. Novamente o jornal A Região, agora em editorial intitulado *“Uma Vida Nobilitante”*, começava afirmando que o título de Comendador havia sido o ato mais acertado da Igreja, tendo em vista que o industrial era católico convicto, adepto efetivo e um dos seus mais dedicados filho, razão pela qual o distinguiu com o fidalgo título. E carregava nas letras dizendo que a notícia trágica de sua morte correu rapidamente de boca em boca e a pobreza da cidade chorava o traspasse como que mortalmente atingida. *“Sim! Mortalmente ferida porque o Comendador José Didier era dessas almas votivas onde cada pobre ia buscar o pão, onde cada desprotegido ia colher uma dádiva”*. Dedicado à assistência social, pautou a sua vida no auxílio aos desafortunados, aos melhoramentos dos prédios das igrejas da cidade e ao patrocínio das festas religiosas. Sempre empenhado no trabalho fecundo à frente da sua empresa industrial; no entanto, nunca lhe faltou tempo para *“recolher-se diariamente à Igreja para ali realizar as suas preces de comovente unção”*. A notícia era de que com a morte do Comendador a cidade encheu-se de dor e lágrima. Encobrimo-se de *“crepe”* e *“brotou lágrimas”* de profundo pesar no dia em que se conduziu ao Campo Santo o corpo daquele que deixou *“em nossa terra um vácuo de longas proporções na vida social e católica. E um sem número de velhinhos que recebiam das mãos dadivosas do seu protetor o pão cotidiano, choram hoje a perda sofrida e as amarguras do dia de amanhã”*. (A Região, Pesqueira, 1º. jan. 1942, p. 01).

A questão do racismo também era muito presente. Ainda hoje se comenta acerca do Clube dos 50 – de antemão o clube já dizia quem devia freqüentá-lo: os cinquenta mais de Pesqueira – onde era proibida a entrada de negros e tendo uma negra sido barrada, jurou acabar com o clube. Dizem que a mesma cumpriu a promessa, comprou o prédio e deu outro destino ao mesmo. Mas, estarrecedor é a hipótese da criação do negro tratada numa coluna do jornal A Voz de Pesqueira, *Revolvendo o Passado*, que pela discriminação que enfeixa merece ser reproduzida na íntegra.

No tempo da criação do mundo, Satanás vendo o Padre Eterno criar Adão, de um pedaço de barro, quis também fazer o mesmo.

Pegou num pedaço de argila, deu-lhe as mesmas voltas que via dar-lhe Deus, e depois insuflou-lhe a vida num sopro.

Mas com grande espanto e grande raiva sua, esse bocado de barro, como tudo mais que ele tocava, ficou negro: - o seu homem era um homem preto.

Ali ao pé corria límpido e transparente o branco rio Jordão. Satanás teve a idéia: lavar o seu homem para lhe tirar a negrura.

E pegou nele pela cintura e mergulhou-o no rio.

Mas as águas do Jordão afastaram-se imediatamente, enojadas com aquela negrura, e o homem de Satanás, o primeiro negro, apenas mergulhou os pés e as mãos no lodo.

E por isso só as palmas das mãos e dos pés ficaram brancas.

Furioso com o seu desastre, Satanás perdeu a cabeça e despegou um furioso murro na cara do

seu negro, que lhe achatou o nariz e lhe fez inchar os lábios.

O desgraçado negro pediu misericórdia, e Satanás, passado o primeiro momento de fúria, compreendendo que no fim de contas o negro não tinha culpa de ser assim, teve dó dele, arrependeu-se de repente do seu gênio e acariciou-o passando a mão na cabeça.

Mas a mão do diabo que queima tudo que toca, crespou o cabelo do negro, como se os dedos fossem ferros frisar.

E foi daí que o preto ficou carapinha. (A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 16 jul. 1944, p. 04).

Num espaço adensado, onde as relações eram tão próximas e pessoais, o lugar social de cada um era fácil de se perceber. Restava àqueles que não desfrutavam de condições sociais, políticas e financeiras de destaque, demonstrar que pelo menos era portador de ilibada honra, que não o deixava abaixo de ninguém. Talvez isso explique comunicados públicos como o expedido por Estanislau Pimentel, homem simples e anônimo, que avisava ao comércio e aos seus clientes que tendo de se ausentar para o Recife, naquele mês de novembro de 1941, e nada devendo a quem quer que seja, convidava no entanto, a quem se julgasse seu credor, a apresentar suas reclamações dentro do prazo de dez dias¹³¹.

Existiam no entanto, personagens que pelos seus feitos deveriam gozar de algum destaque no meio social de Pesqueira, porém, isso não

¹³¹ A Região, Pesqueira, 09 nov. 1941, p. 02.

ocorreu. Exemplo disso foi o caso do Senhor José Augusto de Farias, que deu início no município a transformação do bagaço de cana em papel. Essa sua invenção teve grande receptividade da indústria papeleira que passou a desenvolver pesquisas para aperfeiçoar o processo de utilização do bagaço da cana de açúcar como matéria prima. Estudos foram feitos em São Paulo, Estados Unidos e Filipinas. Nessa última localidade constatou-se que esse subproduto da cana possuía uma percentagem média de 43% de celulose¹³². Esse mesmo Senhor, que era mecânico da usina de energia elétrica, já havia sido recebido no Palácio do Catete, pelo Presidente Getúlio Vargas, onde foi homenageado e agraciado com prêmio, por ter inventado uma pequena máquina de desfibrar caroá. O que lhe rendeu ainda depoimentos elogiosos do Interventor do estado, Agamenon Magalhães¹³³.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939 e o seu desenrolar não repercutiu com muito ímpeto em Pesqueira. Afora o pitoresco caso do doente mental *Maro Doido*, que almejava ser recrutado como combatente, alimentando grande mágoa por não ter sido convocado para ir a guerra em 1943¹³⁴ e as discussões de ordem política-ideológicas travadas na imprensa local, registra-se apenas que ocorreu no município o Mês da Borracha (agosto de 1943), coordenado pelo Centro Municipal da Legião Brasileira de Assistência, em conjunto com a Prefeitura Municipal, que se somaram ao esforço

¹³² Ibidem, 28 dez. 1941, p. 01.

¹³³ Folha da Manhã: p. 06, 09/09/1938.

¹³⁴ *Maro Doido* era semi-analfabeto, mas resolvia de “*sopetão*” problemas complicadíssimos com as quatro operações matemáticas, sobretudo multiplicações.

de guerra, buscando mobilizar a população para que doasse a maior quantidade de borrachas possível. Enquanto a Guerra corria sucediam-se os fatos corriqueiros como a fundação da Sociedade Contra Lepra, em julho de 1942 e sofreu-se com a seca do ano seguinte, dado o grande prejuízo provocado na agricultura e seus desdobramentos. Aguçava-se a curiosidade com os problemas de polícia e de justiça, pois, não raro, eram pronunciadas sentenças do Juiz de Direito, contra aqueles que cometiam agressões com “*armas brancas*” ou com instrumentos agrícolas, sobretudo foices; os que praticavam roubo, extorsão, agiotagem, abortos provocados e sepultamento clandestino de feto etc. Fato curioso era a ocorrência de muitos furtos acontecerem entre pessoas que mantinham certa convivência: “*Moleques de recados*”, que viviam entre os donos da casa; empregadas domésticas (criadas), “*tidas com fosse da família*”; funcionários de estabelecimentos comerciais e industriais, terminavam por furtar os seus patrões ou senhorios. “*No dia 18 do corrente [outubro de 1943] o Sr. Luís Batista Cordeiro, conhecido comerciante nesta localidade foi vítima em sua casa de negócio de um furto que importou Cr\$ 2.355,80. O autor do desfalque foi o seu auxiliar Manoel Araújo, que anda foragido*”.¹³⁵ Existiram também as amenidades como a criação do Conselho Municipal de Desportos, com as mesmas atribuições do Conselho Regional. O órgão municipal foi criado pelo Decreto Lei 1.049/30-09-1944, do Governo do Estado. Em seguida, através do Ato N° 55/23-10-1944, o Prefeito nomeou Gercino Tabosa, Felix Araújo Filho e Pedro Aureliano Acioli, para

¹³⁵ A Região, Pesqueira, 24 out. 1943, p. 04.

comporem o Conselho local. Anos depois, numa *matiné* dançante, no Clube dos 50, fundou-se a Juventude Esportiva Feminina – JEF¹³⁶.

É ainda no decurso da Guerra que aparece em Pesqueira a primeira propaganda de cigarro, no ano de 1944: *Cigarros Olinda – da Souza Cruz e Trocadeiro (cigarros ovais – Cia. de Cigarro Souza Cruz)*. Esse produto, apresentado de forma industrializada, juntou-se ao alto consumo de bebidas alcoólicas e, como noticia o jornal A Flama, ambos era o suporte dos beijos e abraços que se trocavam às claras e em todas as esquinas. “*Beijos e abraços e etc. Principalmente os etcetares*”¹³⁷. A moral local se indignava com os namoros, pois volta e meia demandava-se que se reprimissem os namoros, principalmente aqueles de batentes, “*verdadeiros escárnios públicos*”¹³⁸.

A grande mortandade também preenchia o cotidiano de muitos. Localidade eivada de religiosidade, os rituais fúnebres constituíam-se em verdadeiros entretenimentos. E morria-se muito. No ano de 1942, foram registrados 743 óbitos, mas até 15 de março daquele ano tinham morrido 90 pessoas. Já no ano de 1945, até 15 de março, já se contabilizava 137 mortes. A elevação da taxa de mortalidade era desconhecida, porém, acreditava-se que talvez se devesse ao aumento populacional e ao fato de doentes terminais, de vários municípios, procurarem o Hospital Regional, chegando a óbito ao darem entrada. Escandalosa era a mortalidade infantil. No ano de 1946, ocorreram 89

¹³⁶ Folha de Pesqueira, Pesqueira, 25 maio 1947, p. 03.

¹³⁷ A Flama, Pesqueira, 05 fev. 1948, p. 03.

¹³⁸ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 31 maio 1953, p. 04.

registros de mortes infanto-juvenis, sendo 40 de defuntos de menos de um ano e 49 de até 15 anos. Creditava-se a mortandade à falta de higiene, provocada pela falta de água. *“Um lar sem água é reduto sem higiene”*. O curioso é que o reservatório de água da cidade já se encontrava concluído, mas não servia a população porque faltavam os canos. Segundo a Prefeitura, faltava era dinheiro para comprá-los, pois os canos e os serviços para a sua instalação estavam orçados em Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros). Sem contar que o saneamento da cidade era precário, provocando anualmente epidemia de tifo e difteria. Também a pauperização da maioria da população ocasionava muitas mortes infantis por distúrbios de gastroenterite, *“de certo ocasionados por alimentação precária e irregular”*. Do total de mortos, apenas seis crianças pertenciam ao Lactário. Vindo essas a falecer porque os seus pais ou responsáveis só procuraram a Instituição quando a situação de suas enfermidades era irremediável. O Lactário assistia uma média diária de cinquenta crianças, mas poderia atender mais. *“Diante disso seria necessário uma propaganda entre as famílias pobres, as mais acometidas por essa mortandade, instruindo-as a procurar o Lactário”*¹³⁹. No início da década de 1950, passou-se a distribuir leite entre crianças e adultos: 6.678 litros mensal, era a quota distribuída pela Liga de Proteção à Maternidade e à Infância.

A renda global de Pesqueira em 1946 foi de Cr\$ 8.673.601,10 (oito milhões, seiscentos e setenta e três mil, seiscentos e um cruzeiros e dez centavos). O município apresentava uma performance superior

¹³⁹ A Voz de Pesqueira: p. 01, 10/02/1946.

aos estados do Mato Grosso, Goiás, Piauí e Espírito Santo, e semelhante a do Maranhão. No entanto, 65% dessa renda foi destinada à União. E essa renda aumentava de ano para ano, porém, as arrecadações federal e estadual consumiam mais de 80% de tudo. É o que podemos perceber pelas rendas registradas até novembro de 1952. Certamente essa evasão de recursos impossibilitava a ação do poder público municipal no socorro à sua população, que por essa época já sentia de forma intensa os efeitos da crise que a Indústria local vivia. *“Enquanto isso, fabricamos mais mendigos e ninguém dá jeito”*, lamentava um articulista num artigo tratando do assunto, publicado na Gazeta de Pesqueira. E noticiava-se que levas e mais levas de pesqueirenses seguiam nos “paus de araras” para o Sul do País, como consequência da crise já mencionada, agravada pela prolongada seca¹⁴⁰; no entanto, os poderes públicos que tinham suas arrecadações aumentadas, a exemplo do quadriênio 1948 – 1951, onde a união arrecadou Cr\$ 33.082.328,20 (50,50%); o estado, 21.673.671,50 (33,20%) e o município, 10.668.153,00 (16,30%), num total de Cr\$ 65.424.152,70 e nos onze meses de 1952, o estado e união já haviam arrecadado Cr\$ 19.488.101,40, tendo nesse período a arrecadação batido recorde. Coube à união Cr\$ 10.909.228,00, ao estado Cr\$ 8.578,873,40 e ao município Cr\$ 4.240.558,00. Mesmo assim, nenhum dos níveis de poder adotou medidas visando estancar o êxodo dos pesqueirenses, muito menos a melhorar as suas condições de vida.

¹⁴⁰ A década de 1950 desponta com uma intensa seca (1950/53), que serviu de pretexto para se justificar a falta de recursos.

O mesmo articulista referido acima, denunciava que os “*entendidos*” justificavam o êxodo como resultado do “*desenvolvimento*”. No entanto, o que ele via era o aumento da fome e o elevado preço dos gêneros de primeira necessidade, afetando o aumento desses de “*lapada a classe média*”. Não percebia outro interesse dos três níveis de poder a não ser o de apenas arrecadar, pois o estado nem se quer tinha prédio de Coletoria, que funcionava a custa dos esforços dos coletores. A “*exatoria não dispõe de praticamente nada, (...) e mais parece com postos de arrecadações de conventos, devido a pobreza verdadeiramente franciscana que apresenta*”. E continuava listando carências da cidade que, a seu ver, não se justificavam diante de expressiva arrecadação. Inexistia cadeia pública e, nem ao menos, projeto da Prefeitura para a mesma. Já o Governo Federal se mantinha insensível à existência, há quase dois anos, de um aparelho de teletipo na agência dos Correios, dispondo a mesma de energia elétrica fornecida por um particular, pois até aquela data o Diretor Regional não havia ordenado a instalação da máquina. Esses descompromissos com o município prosseguia, contribuía para que “*outras cidades menores do que Pesqueira, em pouco tempo nos passarão a perna!*”¹⁴¹.

No contexto da economia nacional, a situação para a indústria pesqueira não era tão promissora. A Fábrica Peixe, a mais sólida das empresas industriais desde 1948, já havia se transformado em sociedade anônima, num claro sinal de que os seus acionistas locais necessitavam de parceria para tocá-la. É evidente que a justificativa dada à localidade foi outra.

¹⁴¹ Gazeta de Pesqueira, Pesqueira, 10 dez. 1952, p.01.

Dizia-se que a reorganização deveu-se as necessidades de suas atividades e aos desdobramentos de suas funções, distribuídas por alguns estados. Recrudescia a exploração sobre os trabalhadores, que passou a evidenciar-se até nas relações extra mundo do trabalho, como por exemplo, não disponibilizar horas para que os operários pudessem ir à feira. Dispondo apenas de uma hora para o almoço e aproveitando esse tempo para fazer as compras, saíam os mesmos em desvantagem, pois nesse horário os preços eram mais altos, baixando no fim da tarde. Apareceram produtos importados que concorriam com os locais, gerando protesto dos industriais, a exemplo de um extrato de tomate argentino¹⁴². As condições de vida da população são atingidas em cheio. Muitas crianças não iam às aulas nos dias de quartas-feiras e sábados, pois sendo dias de feira, deslocavam-se para lá, sozinhas ou acompanhadas de adultos, buscando realizar algum trabalho que lhes rendesse dinheiro. O fato tomou tão grandes proporções, que levou o Delegado de Ensino a determinar o desconto das faltas dos professores, que devido a ausência dos alunos não davam as aulas¹⁴³. E os sinais de decadência pronunciavam-se. Em 1951, ventilava-se a possibilidade de loteamento do terreno do Jockey Clube de Pesqueira, o que de fato ocorreu, já que o mesmo encontrava-se praticamente sem funcionar. Até a programação da Rádio Difusora – Estação ZYK - 25, do Grupo Jornal do Comercio S.A., inaugurada no dia 15 de novembro desse mesmo ano, havia decaído. Dois anos depois, já não se apresentavam mais artistas famosos como Luiz Gonzaga, que reuniu grande público. A direção da Rádio alegava que a falta de público e os sucessivos

¹⁴² A Voz de Pesqueira, 30 set. 1951, p. 04.

¹⁴³ Gazeta de Pesqueira, Pesqueira, 29 abr. 1953, p. 06.

prejuízos aos empreendimentos, justificavam a não promoção de novos eventos¹⁴⁴. Esse quadro sócio-econômico possibilitou que chegasse até o município idéias aterrorizadoras para sua elite, como a criação de ligas camponesas. Isso despertou a ira do Bispo, Dom Severino Mariano Aguiar, para quem essas organizações, escondendo seus reais interesses, “*buscavam ludibriar*” os “*ordeiros e pacíficos camponeses*”, que sempre trabalharam de forma harmônica, seja na sua terra ou na de outros. “*O que há é falta de bom senso e de vergonha*”; segundo ele, o que existia eram pretensos camponeses à frente do movimento, mas nos países dominados pelos comunistas, homem do campo não possuía terras para cultivar à vontade¹⁴⁵. Recebendo como resposta do líder do movimento, o Deputado Federal Francisco Julião:

Há paz no campo, Excelência. Eu sei bem disso. Odeio essa paz com o mesmo ódio que dedico à escravidão, ao atraso, à fome, à miséria e ao latifúndio. De que é feita essa paz? Essa paz é feita do silêncio de milhões de anjinhos que, ao invés de se agasalharem em casinhas higiênicas, com o tecido cobrindo-lhes a nudez e o leite nutrindo-lhes o estômago, vão pelos caminhos e veredas, estendidos em toscos caixõezinhos, em busca dos cemitérios das vilas e das cidades, todos eles aniquilados pela fome. Essa paz é feita do silêncio que a mulher camponesa, envelhecida aos trinta anos, tece com contas d'água que lhe saem dos olhos diante da procissão macabra dos seus anjinhos de mãos entrelaçadas e olhos

¹⁴⁴ Ibidem, p. 04.

¹⁴⁵ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 07 jun. 1959, p. 01.

fundos, que a morte, sem piedade, vai ceifando. Essa paz é feita do silêncio do camponês expulso pelo capanga, pela polícia e até pela justiça do pedaço de chão onde nasceu e que é carne, sangue e osso do seu corpo esqualido, vida de sua vida perdida, porque levantou um dia a voz contra o cambão, ou o aumento do foro, ou o exagero da vara, ou o vale do barracão, ou mil outras formas cruéis de espoliação do seu trabalho. (BERTOLLI FILHO, 1998, p. 47).

4. PESQUEIRA: ANUNCIAÇÃO DE UM DRAMA

4.1. Problemas Urbanos

Se no capítulo anterior iniciamos falando dos melhoramentos urbanos ocorridos em Pesqueira, entre as décadas de 1930 a 1950, nesta parte final intencionamos demonstrar que mesmo tendo sido implementados os referidos melhoramentos, os problemas existiam, ou pela deficiência nos serviços prestados pelos novos equipamentos urbanos ou pela inexistência desses. Assim, é que no início da década de 1930, nos deparamos com reclamações publicadas no Jornal de Pesqueira, devido a precariedade da iluminação pública (mal do qual a cidade sofreu até mesmo após a chegada da energia da CHESF, pois eram constantes as interrupções no seu fornecimento, atingindo também as residências¹⁴⁶) e do não fornecimento de água, mesmo quando os usuários pagavam em dia as suas “penas”. Além do racionamento que passou a existir a partir de 15 de maio de 1930, quando os chafarizes públicos eram fechados às 15 horas¹⁴⁷. A segurança pública era preocupação constante das autoridades policiais. De tempos em tempos eram

¹⁴⁶ Voz de Pesqueira, Pesqueira, 03 mar. 1957 p. 01, 05 jul. 1958, p. 04 e 08 nov. 1959, p. 01.

¹⁴⁷ Correio de Pesqueira, Pesqueira, 19 maio 1930, p. 01. A precariedade da iluminação pública devia-se aos constantes colapsos do motor elétrico, da usina de energia. (A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 18 out. 1936, p. 02). Com o incessante crescimento populacional da década de 1930, o fornecimento de luz elétrica tornou-se cada vez mais ineficiente. Enquanto o motor da usina não havia sido substituído, visando amenizar o problema, o Prefeito Dogival d’Oliveira, comprou no Recife, contadores residenciais, para promover a diminuição do consumo nas casas. Outra medida foi substituir a lenha por carvão como combustível do motor, que apesar de ser mais caro, segundo o Prefeito, oferecia mais segurança para o seu funcionamento. No entanto, dizia-se que mesmo a luz faltando constantemente, mais prejudicial era a falta de água, pois, “*sem a luz, pode-se passar, embora dormindo mais cedo. E sem a água?*” (Coligação, Pesqueira, 30 out. 1936, p. 04).

baixadas normas restritivas à liberdade das pessoas transitarem à noite pela cidade. Andar pelas ruas após as 23 horas era correr o risco de ser revistado ou até mesmo preso para averiguação¹⁴⁸. A falta de trens diários para o Recife motivava demandas junto a Great Western, pois se defendia que o volume de negócios realizado por Pesqueira justificava a implantação de viagens diárias, de ida e volta para a capital do estado. A Associação Comercial de Pesqueira, tornou no ano de sua fundação (agosto de 1932), essa a sua principal bandeira de luta. É importante salientar que a média de duração dessas viagens eram de oito horas¹⁴⁹. Essa demanda tornou-se mais avultada a partir de 1943, quando a Viação José Fernandes, que prestava o serviço de transporte rodoviário entre o Recife e Rio Branco (Arcoverde), fazendo escala em Pesqueira, sendo o transporte chamado pelo povo de “sopa”, encerrou o mesmo. A Great Western, por sua vez, não atendeu aos pleitos e foi alvo de muitas críticas. Falta de higiene, demora nas estações, trens lotados, foram reclamações constantes. Uma nota publicada no jornal A Voz de Pesqueira, no dia 18 de março de 1945, sintetiza a avaliação que se fazia dos serviços prestados por essa Companhia.

Essa Great Western é espinha, uma espinha de garganta. Trata mal p'ra chuchu. Pobre do passageiro que usa esse transporte. Viaja a pé, sofrendo os encontrões, demoras injustificáveis do

¹⁴⁸ Jornal de Pesqueira, Pesqueira, 05 jan. 1930, p. 01, 23 fev. 1930, p. 01 e 07 mar. 1930, p. 03.

¹⁴⁹ Correio de Pesqueira, Pesqueira, 13 out. 1929, p. 01. Não existiam informações precisas sobre o tempo de duração da viagem de trem entre o Recife e Pesqueira. Sabia-se, no entanto, que do Recife a Caruaru, num percurso de 116 km, a duração era de 5 h 10, porém eram constantes as reclamações devido a inexistências de trens diários. Ver “Uma Injustiça”, in: Correio de Pesqueira, Pesqueira, 30 mar. 1930, p. 01.

comboio em determinadas estações, agüentando poeira que não é brincadeira e quando a barriga lembra combustível, solve no restaurante notável e patogênico prato, conduzido por um gentleman, que é o garçom, consórcio de sujeira e azedume, morosidade e antipatia.

Franqueza, o sertanejo ou tem sangue de barata ou é o povo mais paciente do mundo. (A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 18 mar. 1945, p. 03).

Até numa coluna do mesmo jornal, destinada a iniciar os leitores no idioma britânico, aproveitou-se para fustigar a prestadora de serviço. Na construção de frases utilizando substantivos e adjetivos se apresentou o seguinte construto: *“The trip to Recife by railway is more troublesome than by car”* (a viagem para Recife no trem é mais aborrecida do que pelo automóvel)¹⁵⁰. No ano de 1947, Pesqueira tinha quatro viagens semanais de ida e volta para o Recife, no entanto, municípios com a mesma distância da capital e sem a sua importância econômica, a exemplo de Garanhuns, tinham trens diários.

No ano de 1950, o bonde carril deixou de funcionar, tornando ainda mais deficiente o transporte coletivo municipal. O único ônibus que passou a prestar esse serviço, em 1952, encontrava-se em péssimo estado. Velho, sujo, sem condições de uso, *“um verdadeiro calhambeque”*, necessitando que a Prefeitura tomasse providências urgentes¹⁵¹. Essa situação

¹⁵⁰ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 18 mar. 1945, p. 03.

¹⁵¹ Ibidem, 13 maio 1952, p. 01.

foi se agravando e no ano seguinte, o veículo fazia viagens eventuais, passando a maior parte do tempo quebrado. Mesmo assim, a empresa prestadora do serviço, Irmãos Fraga, não deixou de receber a ajuda financeira do município¹⁵².

A precariedade dos serviços públicos de limpeza das ruas, de coleta de lixo e de saneamento, refletia-se na sujeira das vias da cidade. As ruas, travessas e becos mais ermos se constituíam em banheiros públicos, provocando mal cheiro inconveniente. Entretanto, não se exigia eficiência do poder público na prestação desses serviços mas, sim, que o fiscal do município juntamente com a polícia tomassem providências para combater a malandragem que, afirmava-se, geralmente era a autora das imundícies¹⁵³. Essa mesma malandragem depredava as praças e seus jardins e a maioria da população parecia não se importar com isso. Um funcionário da prefeitura informou que a molecagem andava dando cabo por dia de doze lâmpadas, da iluminação pública, sendo essas alvo de suas baleadeiras. *“Meninada vadia e policiável que anda pelas ruas, bares e cinema a praticar senvergonhice. E o pior é que nesse meio anda muito filho de família, gente branca de verdade”*¹⁵⁴. A falta de zelo da população com os bens públicos refletia-se também no trato com as suas residências, pois, muitas vezes, a prefeitura rasgava valetas, drenava pântanos para livrar a cidade de locais criadouros de insetos e animais peçonhentos, mas os moradores não higienizavam suas casas, não

¹⁵² Gazeta de Pesqueira, Pesqueira, 04 out. 1953, p. 01.

¹⁵³ Correio de Pesqueira, Pesqueira, 11 maio 1930, p. 06.

¹⁵⁴ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 23 jul. 1951, p. 01.

mantendo o trabalho do poder municipal¹⁵⁵, chegando em alguns bairros, a exemplo de São Sebastião, ser insuportável a nuvem de muriçocas que tomava conta do local a partir do final da tarde, pois era comum no perímetro urbano a existência de quintais imundos, cercados com madeiras ou flandres, que além de prejudicial à saúde, davam aspectos desagradável à cidade. Solicitava-se da Prefeitura que acabasse com esses “*quintalejos indecentes*”. Se as residências ostentavam essas condições, pior situação apresentava a maioria das barbearias. A falta de higiene era flagrante, “*não estando a altura do progresso apresentado pela cidade*”¹⁵⁶. Afora o aparentemente insolúvel problema dos animais soltos. Criava-se todo tipo de animal pelas ruas, não tendo os seus proprietários o cuidado de recolhê-los à noite. Em 1944, o jornal A Voz de Pesqueira lamentava ter que voltar a falar sobre esse assunto, mas dizia estar naturalmente se batendo por uma causa justa, “*senão justíssima*”. Segundo o jornal, a solta de animais na cidade revoltava a todo bom pesqueirense. Ao viajante ou visitante, dizia, isso tomava ares de coisa mais séria, pois para uma terra que gozava de foros de civilidade, não se compreendia que continuassem os animais soltos, pastando pelos jardins e avenidas¹⁵⁷. E a falta de ordenação estendia-se até a Estação Ferroviária, onde o serviço de frete era caro e tumultuado, merecendo ordenação por parte da polícia. Soma-se a esses problemas a antiga carência de residências, o que levou o poder executivo municipal a apresentar e aprovar na Câmara dos Vereadores a Lei N° 126, de 1927, isentando de impostos particulares que

¹⁵⁵ Correio de Pesqueira, Pesqueira, 20 jul. 1930, p. 01.

¹⁵⁶ Ibidem, 13 jul. 1930, p. 01.

¹⁵⁷ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 20 fev. 1944, p. 01.

construíssem mais de um prédio na cidade. O senhor José Araújo Filho, próspero comerciante, alertava para a falta de moradia, pois, muita gente acorria para a cidade de Pesqueira, em virtude do seu crescimento econômico, mas não tinha onde residir. Daí, esse senhor conclamar o poder público municipal a buscar suprir essa necessidade, sugerindo que o mesmo reservasse 10% do orçamento anual, que era de 2.400:000\$000 (dois mil e quatrocentos contos de réis), para a construção de prédios de moradia. Chamava atenção ainda para a inexistência de travessas nas ruas principais. Acreditava que, se essas existissem, seria possível construir casas e pequenos pontos comerciais, como barbearias, cafés etc., atraindo pessoas que ali se fixariam, de forma modesta, mas com a vantagem de estarem próximas às ruas principais. Reforça esse argumento, citando o caso da rua Barão de Vila Bela, com comércio pujante, tendo em vista o grande número de residências nas suas muitas travessas¹⁵⁸. Diante dessas demandas o Departamento das Municipalidades, na pessoa do engenheiro auxiliar, Dr. Antônio Celso Uchôa Cavalcante, elaborou um plano urbanístico para a cidade. Entretanto, devido o avultado número de indenizações que esse acarretava, o plano não saiu do papel. Assim, o crescimento espontâneo da sede do município tomou contornos superiores ao estabelecido na planta da cidade, que limitava: ao Norte, construir-se-ia ruas retilíneas até certa altura da Serra, aí cessaria o lado do perímetro urbano; ao Sul, se transporia um pouco mais além da linha férrea; ao Leste, o limite seria o bairro do Prado; ao Nordeste, uma localidade denominada Baixa Grande; e ao Oeste, o alto do Cemitério, no bairro da

¹⁵⁸ Jornal de Pesqueira, Pesqueira, 09 mar. 1935, p. 01.

Pitanga. A planta que estabelecia esses limites foi elaborada nos anos de 1920, tendo sido essa precedida por uma outra de 1897, confeccionada pelo engenheiro Luiz Beltrão de Oliveira, a qual o padre Antônio Teixeira conseguiu decalcar, mas tanto a original como a cópia se perderam¹⁵⁹. Porém, o que ocorreu foi que necessitando de moradia a população recorria aos mais diversos expedientes, desde construir casebres cobertos de lata e anteparados por trás das cercas de avelós (planta originária da África, da família das Euforbiáceas), que no ano de 1949 eram “*edificadas em número assustador*”. Levantar casas sem obedecer ao alinhamento que estava explícito no plano urbanístico geral da cidade, fazendo surgir novas ruas em desacordo com o traçado urbano. No caso específico dos operários que moravam na sua grande maioria em casebres, recorriam ao IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários) para que fossem construídas umas 150 (cento e cinquenta) casas, das 600 (seiscentas) já autorizadas para Pernambuco pelo Ministério do Trabalho, em 1954, pois Pesqueira tinha direito a esse número por ser o quarto município em importância no estado e rivalizava-se com Paulista pelo primeiro lugar em projeção industrial. Enquanto isso não ocorria, dizia-se que pessoas sem qualificação edificavam prédios esteticamente e funcionalmente impróprios, sem nenhuma fiscalização da Prefeitura, ficando as mesmas com aspecto de “*monstrengo*”¹⁶⁰. E o crescimento desordenado do casario espalhava-se por cima da Serra do Ororubá, ao redor da caixa de água, fazendo surgir ali um novo bairro, em 1959, o bairro da Caixa D’Água. No entanto, não eram apenas

¹⁵⁹ Correio de Pesqueira, Pesqueira, 22 jun. 1935, p. 01 - 04, 29 jun. 1935, p. 01 - 04 e 06 jul. 1935, p. 01 - 04.

¹⁶⁰ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 15 jan. 1956, p. 01.

esses os problemas urbanos. Faltava saneamento, sendo esse fato agravado pela localização das fábricas no perímetro urbano, despejando as suas caldas em vias públicas, deixando-as escorrer pelas ruas. Entretanto, uma vez que as obras de saneamento não eram da alçada do poder público municipal, apelava-se para a Interventoria estadual e justificava-se o pedido pelos transtornos que a inexistência de saneamento causava e, pela sempre alegada, importância econômica do município – principal centro industrial do interior do estado, com uma população de 55 mil habitantes¹⁶¹. E reclamava-se de tudo, da desorganização da feira livre, das quartas-feiras; da poeira no verão; das muriçocas; da ameaça de uma epidemia de tifo; das ruas sem calçamentos; das baixadas de capim, que diziam ser focos de muriçocas; da necessidade de um banco, pois se alegava que a produção e o consumo, “*nos tempos modernos*”, não estavam dissociados de crédito, proporcionado por uma instituição especializada, o que evidencia a existência de agiotas, cobrando juros extorsivos; a construção de prédios escolares, pois os professores eram forçados a lecionar na sala da frente de suas residências e tendo a Prefeitura um orçamento mensal de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), a cidade não dispunha de educandário de ensino secundário para o sexo masculino e, nem mesmo, de prédio para sediar o Poder Executivo etc. É patente que essas eram as impressões de apenas um segmento da população, que do lugar social que ocupava, enxergando a miserabilidade como causa dos problemas sociais e não como efeito da estrutura sócio-econômica,

¹⁶¹ Jornal de Pesqueira, Pesqueira, 09 set. 1933, p. 01. O número de habitantes é exagerado, pois em 1950, o IBGE contabilizou uma população de 37.732 moradores e não se registrou um decréscimo populacional tão acentuado.

arvorava-se a ditar receitas para o que entendia como melhoramentos para o município e sublinearmente impingir aos miseráveis a culpa por sua situação. Daí dizer-se que no meio rural a sujeira, a falta de higiene pessoal, o desleixo com tudo que dizia respeito ao que era saudável, agrava-se mais. Aí as casas eram de terra batida, edificadas em terrenos lamacentos, quando deveriam se construir em locais arenosos ou calçados, porque mantinha-se sempre secos e as casas deveriam ser soltas uma das outras, voltadas para o nascente, longe dos alagadiços, não expostas aos ventos impetuosos, com fossas, gabinetes e vaso sifão, se possível descarga. Nos tanques, tampados, devia-se manter peixinhos¹⁶². Ou reclamar das famílias que no final de ano não pintavam suas casas. *“Transtornando destarte o tom festivo das ruas”*. E sem nenhum comedimento continuavam, *“melhor seria que elas acolhessem a lembrança provinda de cérebros mais inteligentes, deixando de contrariar a graça e estética da terra que as acolhe gentilmente”*¹⁶³.

A realidade, no entanto, era a falta de políticas públicas de distribuição de rendas, que deveria ocorrer não através do aumento da massa salarial, uma vez que o poder público municipal não decidia sobre o mesmo. Também, porque o salário não era fator preponderante na reprodução da força de trabalho local e nem todos viviam de trabalho assalariado (apesar de existir um grande número de trabalhadores empregado nas fábricas, assalariados do comércio e dos serviços públicos), mas disponibilizando

¹⁶² Ibidem, 23 jun. 1932, p. 04.

¹⁶³ A Região, Pesqueira, 28 dez. 1941, p. 02.

serviços sociais, que mesmo não aumentando o nível de consumo, melhoraria as condições de vida. No entanto, o que se verificava era a inexistência desses serviços. Fato reconhecido pelas autoridades, que fazia disso muito mais conteúdo de discurso do que elemento de montagem de plano de governo.

Numa entrevista do Prefeito Severiano Jatobá, indicado pelo Interventor para substituir Eliseu Araújo, que havia sido eleito deputado estadual, são relatados o que ele chamou de “*problemas cruciais do Município*”. O primeiro deles era o fornecimento de água, pois a mesma era escassa e a encanação existente numa pequena parte da cidade era antiga, necessitando de reparos e aumento da rede, tendo em vista o crescimento da população. A inexistência de esgoto era outro sério problema, sobretudo no que dizia respeito às fábricas, pois, essas liberavam seus dejetos em via pública. Em relação a isso o Prefeito afirmava ter solicitado do Chefe do Posto de Serviço de Esgoto que se entendesse com o Departamento de Saúde Pública, para que fosse enviado um engenheiro para estudar o caso. O calçamento da rua 15 de Novembro, que dava acesso ao bairro do Prado, constituía-se noutro grave problema. Apesar da rua ter sido parcialmente calçada, porém a parte enladeirada carecia desse serviço. Quando chovia a água carreava areia da parte alta, esburacando a via descalça e enlameando a baixa, tornando todo o trecho intransitável. Também se fazia necessária a construção de estrada ligando a sede aos distritos, sobretudo entre Pesqueira e Poção e melhoramento da ponte sobre o rio Ipojuca, no distrito de Sanharó,

localidade imediatamente anterior à sede, no sentido Recife – Pesqueira, o que dificultava o fluxo entre o município e a capital. Tendo sido essa a primeira providência adotada pelo Prefeito. O município tinha carência de escolas, sobretudo na zona rural, afirmava o chefe do executivo municipal; daí, dizia, decorria o grande número de analfabetos. Buscando aumentar a receita municipal ordenou a realização de uma reclassificação das casas comerciais, objetivando fazer com que os maiores estabelecimentos pagassem imposto diferenciado dos pequenos comerciantes. Essa medida gerou grandes reclamações por parte dos atingidos que logo, através da Associação Comercial, foram negociar com o Prefeito, não se sabendo no que isso resultou¹⁶⁴.

Existiam evidentemente problemas provocados pelo comportamento da população. Exemplo disso é a insatisfação do Inspetor Federal de Obras Contra a Seca, que se encontrava na cidade porque era o responsável pela fiscalização das obras de elevação do muro da Barragem Pedra D'água, quanto ao hábito de se jogar todo tipo de dejetos e até animais mortos no interior do açude municipal, cobrando do poder público local enérgicas providências. O mesmo pode se dizer dos chiqueiros de porcos em plena cidade. A moscaria que neles se criava *“assenta sobre as casas residenciais, cafés, restaurantes, estabelecimentos comerciais, industriais, clubes, repartições públicas, enfim, por todo canto, por toda parte, atentando permanentemente contra a saúde do povo”*. Tendo sido necessário que o

¹⁶⁴ Jornal de Pesqueira, Pesqueira, 12 maio 1935, p. 01 - 04.

Departamento de Saúde Pública do Estado, baixasse uma determinação obrigando a Prefeitura a acabar com esses criatórios¹⁶⁵. Porém, permaneceram os curtumes e as cocheiras. Transtornos advinham do hábito dos vendedores de frutas e milhos de fazerem pilhas de suas mercadorias nas terças-feiras, na rua Duque de Caxias, esperando a feira do dia seguinte. Perturbavam também o sossego público o barulho provocado pelo SAP (Serviço de Alto-falantes de Pesqueira) e a Catedral, que se rivalizavam, “*não tendo dia nem hora para a barulheira, fazendo o Recife perder feio para Pesqueira no quesito barulho*”¹⁶⁶. Entretanto, o comportamento da população refletia além da questão sócio-econômica e o nível de informação, a ausência de ação social do poder público e essa se explicitava nos mais simples aspectos, como o não combate aos focos de muriçoca (reclamação constante)¹⁶⁷, do não recolhimento do lixo que ficava espalhado pelas ruas, na falta de arborização, na inexistência de delimitação de espaço para venda dos produtos da feira - sendo essa outra reclamação corriqueira -, na deficiência do número de prédios escolares, na não fiscalização do açougue público, onde ainda se embrulhava a carne em jornal e o que se via eram “*cachorros e*

¹⁶⁵ A Região, Pesqueira, 01 fev. 1942 p. 01 e 05 abr. 1942, p. 01. Apesar dessa medida, em 1946, são identificadas mais de 100 (cem) criações de porcos, na zona urbana, e 952 (novecentos e cinquenta e duas) casas sem fossas. Logradouros centrais como a Praça Dom José Lopes, era ladeada por uma casa sem fossa e a Praça José Didier (Praça da Rosa) tinha duas criações de porcos, nas casas ali situadas. (Livro de Classificação de Receita. Exercício de 1946, p. 36 - 37).

¹⁶⁶ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 26 nov. 1950, p. 01.

¹⁶⁷ “Focos de Muriçocas

As muriçocas continuam pondo em desespero as famílias que residem no trecho que vai da esquina Tito Rego à Agência ‘Chevrolet’.

Segundo informações colhidas, existem alguns focos desses terríveis e insolentes insetos nas casas que se localizam na rua Barão de Vila Bela, em frente à Lateria Vencedora.

Esperamos que as autoridades sanitárias tomem as providências que o caso exige”. (A Região, Pesqueira, 28 dez. 1941, p. 01).

No dia 11 de janeiro de 1942, o mesmo jornal volta a fazer a mesma reclamação.

*mendigos em mistura com os marchantes e a freguesia*¹⁶⁸. Até mesmo na tomada de decisões inconvenientes para a maioria da população, como a limpeza da praça Dom José Lopes e rua Duque de Caxias, após a feira da quarta-feira, às 18 horas, no período de estiagem, provocando o levantamento de muita poeira, incomodando os moradores e comerciantes das localidades. Essa limpeza até meados de 1941, era feita às 22 horas, passando para o novo horário; dizia-se que a mesma dava à cidade um aspecto fantasmagórico, com uma densa nuvem de poeira, casas comerciais e residenciais fechadas e as ruas completamente vazias, já que as pessoas se furtavam de transitar por ali¹⁶⁹.

A cidade, na década de 1930, via-se a volta com problemas como alto índice de morte por parto. Dentre essas mortes, repercutiu muito a da senhora Júlia Lopes Câmara, esposa do Prefeito de Afogados da Ingazeira, Sr. José Bezerra Câmara, ocorrida no dia 17 de fevereiro de 1933, por perto das 17 horas, na residência que a família mantinha em Pesqueira. Mesmo encontrando-se em tratamento com o médico Lídio Parahyba, a parturiente faleceu. Na década seguinte a cidade ainda foi palco para a falta de hotel.

Aqui em Pesqueira, destaca-se às nossas vistas a crise hoteleira. Não temos um hotel de fato, e sim pequenas hospedarias, sem os requisitos necessários à comodidade

¹⁶⁸ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 14 jul. 1946, p. 01.

¹⁶⁹ A Região, Pesqueira, 09 nov. 1941, p. 01.

do hóspede, porque são instalados em casas inapropriadas. (A Região, Pesqueira, 10 maio 1942, p. 01).

O cinema apresentava condições tão precárias que se dizia “*estamos sem cinema*” (A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 28 mar. 1948, p. 01). E aqueles que mesmo assim se propusessem a assistir algum filme, deparar-se-ia com o guarda civil que costumava ser “cavalheiro” com as senhoritas, fazendo-as passar na frente dos que estavam na fila¹⁷⁰. A partir de 1950, apareceu uma novidade: as pichações. Na época era chamada de pichamento, porque eram feitas com piche e não tinta. Grafava-se nas paredes e nos calçamentos, palavras de ordem do Partido Comunista. Num editorial da A Voz de Pesqueira, do dia 21 de maio de 1950, o editorialista chamou os pichadores de “*paus-mandados, pobres serviçais dos chefetes ocultos da vanguarda russa*”, que nem sabiam o que estavam escrevendo. Enquanto isso a vida ia se deteriorando. A banda de música ficou inativa logo no início de 1951. Serviços como o sistema de telefonia entre Pesqueira e o Recife ainda não havia sido instalado em 1952. Insistia-se em manter a cadeia pública no centro da cidade, local de residência e comércio, o que causava sérios transtornos, pois durante o dia a aglomeração que se formava quando havia prisão de alguém, impossibilitava o fluxo de veículos e de pessoas e à noite, quando por vezes prendia-se algum louco, os gritos desse não deixavam a vizinhança dormir. O policiamento era deficiente. Tendo ocorrido uma briga num bar, procurou-se a polícia e não encontrou, ligou-se para a Delegacia e lá

¹⁷⁰ Gazeta de Pesqueira, Pesqueira, 10 dez. 1952, p. 04.

informaram que só existia “*um soldado dando guarda ao prédio*”¹⁷¹. O trânsito permanecia confuso e perigoso¹⁷². Muitas ruas ainda se encontravam sem calçamento, como por exemplo a rua Conselheiro Paes Barreto, onde se realizava a feira dos sábados. Não só essa artéria, mas todo o bairro ao qual ela pertencia, o de São Sebastião, ou estava descalço ou esburacado¹⁷³. Até mesmo quando a Prefeitura adotava alguma medida para minorar o estado de degradação da cidade, a mesma parecia não funcionar ou suscitar novos problemas. Foi o que ocorreu quando se estabeleceu que o estacionamento dos automóveis de aluguel deveria ser do oitão da Igreja Catedral até o final da praça Dom José Lopes, do lado direito de quem descia da Igreja para a praça, com a finalidade de se evitar que os carros parassem em frente aos estabelecimentos comerciais. No entanto, os motoristas quando passaram a usar o novo local de estacionamento, passaram também a retirar água dos tanques da praça para lavar os carros, faziam da rua oficina mecânica e estacionavam no passeio da praça. Um outro inconveniente era que não existia tabelamento do preço das “*corridas*”, ficando os passageiros a mercê dos condutores¹⁷⁴.

A esses problemas somava-se a não pavimentação da rodovia tronco (atual BR 232), no trecho Pesqueira – Arcoverde, até o ano de 1956, causando indignação dos pesqueirenses, sobretudo porque a obra foi

¹⁷¹ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 07 jun. 1953, p. 04.

¹⁷² Ibidem, 07 mar. 1954, p. 01.

¹⁷³ Ibidem, 11 jul. 1954, p. 01.

¹⁷⁴ Ibidem, 12 dez. 1954, p. 01.

preterida em função da pavimentação da estrada São Caetano – Garanhuns¹⁷⁵. Nesse mesmo ano, lamenta-se o abandono da praça da Estação Ferroviária; no ano seguinte, é a vez de se queixar da não pavimentação do Beco da Pedra, que ligava as ruas Duque de Caxias e Barão de Vila Bela, pois há muito tempo se reivindicava esse serviço.

O SAP, que não raro era alvo de reclamações, mantinha um jornal satírico onde desnudava as mazelas da cidade. Hábitos provincianos como fofocas eram criticados com humor, a exemplo de uma coluna de anúncios: *“Dicionário. Vende-se um dicionário de boatos de antiga edição”*. Num tom machista, um articulista que assinava como Beliro Venes, O Tal, tece o seguinte comentário sobre as mulheres locais. *“Quando uma dama se cala, ou está preparando uma nova mentira, ou está tratando de remediar uma mentira velha(...)”*. Entretanto, como o SAP era patrocinado pelas empresas que doavam os prêmios para os concursos do seu programa de palco – no palco do Cine Moderno – e todo o serviço de alto-falantes tinha a energia franqueada pela Fábrica Peixe, suas sátiras não enveredavam pela análise sócio-política, ficando apenas no campo das constatações das mazelas, das piadas de salão.

¹⁷⁵ Ibidem; 12 fev. 1956, p. 01.

4.2. Pobreza e Delinqüência

Não pretendemos fazer relação maniqueísta entre classes pobres com classes perigosas, mas percorrer o mundo da pobreza e da delinqüência existente em Pesqueira no período de tempo deste trabalho. Mas, não podemos deixar passar despercebido o juízo que parte da população local fazia dos pobres, o que provavelmente contagiava boa parte dos pesqueirenses. Para dar uma pista desse juízo exporemos o comentário que o jornal a Região fez acerca do assassinato de Ruitter, filho do proprietário do cartório local, ocorrido em 1943, “(...) *para desaparecer assim, bruscamente, como se fora tipo inferior, comum*”, aos tipos “*inferiores e comuns*” era justificável morrer “*perfurado por uma lâmina*” mas aos da “*melhor sociedade pesqueirense não*”. (A Região, Pesqueira, 24 out. 1943, p. 03). De início, deparamos-nos com a existência do baixo meretrício, localizado no bairro de São Sebastião, beirando a linha do trem, que a população chamava de “*sipitinga*”; entretanto, não obtivemos informação da origem ou derivação desta palavra. Nessa zona, um dos prostíbulos mais freqüentado era a Pensão Eliza Braz, casa de marafonas, que vez por outra estavam envolvidas em desordens e embriaguez¹⁷⁶. Mas, nem por isso o estabelecimento deixava de receber a

¹⁷⁶ O jornal Correio de Pesqueira tinha uma coluna policial, onde constantemente eram noticiadas as ocorrências do baixo meretrício e, não raro, tinha como palco a Pensão Eliza Braz, onde no dia 27 de fevereiro de 1930, entraram em luta corporal, após consumirem muita bebida alcoólica, duas prostitutas,

visita “*assídua de muitos homens tidos como de bem*”¹⁷⁷. Porém, se a zona dos prostíbulos incomodava a alguns, se prestava para o deleite de outros. O que parecia incomodar a todos era o grande número de pedintes existente na cidade. Dizia-se que a população pobre utilizava-se de todo o pretexto para não trabalhar e isso levava enorme contingente de pessoas a viver da “*arte de mendigar*”, praticando furtos, crimes, pornografias, na vista de todos. Asseveravam que eram normalmente espertalhões se fazendo passar por loucos. Para ilustrar essa assertiva, citava-se o fato de em um estabelecimento comercial, num dia de sexta-feira, dia em que o comércio “*dava as suas esmolas à pobreza*”, o caixeiro esperava debruçado no balcão os indigentes que com a contumaz voz de fome viesse lhe pedir “*pelo amor de Deus*”, a sua esmola. De repente entrou um homem forte, caminhando às pressas e em voz estridente disse-lhe: “*Minha esmola! Quero minha esmola!*” Quando o caixeiro indagou-lhe por que ele não pedia como as outras pessoas, o homem ruborizou-se e irritado respondeu: “*É para você ver que não sou nenhum Camilo! Peço minha esmola como um homem e não como ...*”¹⁷⁸. Em 1938, reclamava-se da quantidade alarmante de pedintes de todas as idades, muitos provenientes de outras localidades¹⁷⁹. No final de 1956, noticia-se levadas de mendigos, alguns falsos, a exemplo do que pedia auxílio para enterrar o filho recém nascido, que acabara de morrer (“*um anjo*”), com uma autorização do Prefeito para que o administrador do cemitério lhe arranjasse cova. Porém, a

chegando uma delas a decepar com uma dentada parte da orelha da outra. (Correio de Pesqueira, Pesqueira, 27 fev. 1930, p. 03).

¹⁷⁷ Ibidem, 09 jun. 1930, p. 03.

¹⁷⁸ Coligação, Pesqueira, 30 out. 1936, p. 02.

¹⁷⁹ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 07 ago. 1938, p. 03.

referida autorização tinha data bem anterior aos dias em que o pedinte abordava as casas e as pessoas¹⁸⁰.

O assombroso número de mendigos oriundos de localidades como Garanhuns, Caruaru, Petrolina, Penedo, em Alagoas, Campina Grande, na Paraíba e até do Rio Grande do Norte, levou a Igreja local a fixar, em julho de 1938, com auxílio de donativos do povo, a pedra fundamental do Dispensário dos Pobres. Queixavam-se que muita gente mesmo podendo trabalhar havia adotado a mendicância como meio de vida, daí esperarem que quando o Dispensário começasse a funcionar separasse o *“joio do trigo”*¹⁸¹. Essa instituição foi inaugurada no dia 15 de julho de 1939, dia de Assunção de Nossa Senhora e aniversário de posse do Bispo Dom Adalberto Sobral. Para a inauguração, a comissão organizadora cadastrou os esmoleres e contactou as famílias necessitadas. Solicitava-se em carta distribuída à população que ao invés de dar esmolas nas portas, encaminhasse os donativos para o Dispensário. Podia-se contribuir com dinheiro ou gêneros alimentícios e as pessoas deveriam dizer qual seria a sua contribuição semanal. A instituição recebeu da Prefeitura, em setembro de 1939, a título de auxílio imediato, 300\$000 (trezentos mil réis) e passou no ano seguinte a receber subvenção anual de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis), dividido em doze parcelas mensais¹⁸². Afora as contribuições que recebia

¹⁸⁰ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 22 dez. 1956, p. 06.

¹⁸¹ Ibidem, 31 jul. 1938, p. 01 e 18 jun. 1939, p. 01.

¹⁸² ATO N° 87

provenientes das arrecadações das festividades religiosas, sobretudo, as festas de Natal, realizadas pela Igreja¹⁸³. Em 1942, o Bispo deu ao Diretor da instituição 1:000\$000 (um conto de réis), para que o mesmo comprasse uma casa para uma viúva pobre, pois, segundo o religioso, essa era vontade de Nossa Senhora Mãe dos Homens. A referida quantia foi entregue por ocasião da festa da Santa, no dia 06 de janeiro daquele ano. No ano anterior o Dispensário havia gastado 38:482\$800 (trinta e oito contos, quatrocentos e oitenta e dois mil e oitocentos réis)¹⁸⁴, quantia vultosa, daí ser indispensáveis a contribuição dos empresários locais. O Sr. Álvaro Soares, proprietário do

O Prefeito do Município, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a representação que lhe foi dirigida pelo revdm. Diretor do “Dispensário dos Pobres”, nesta cidade, na qual alega toda sorte de dificuldades na manutenção do citado estabelecimento de caridade, terminando, enfim, por solicitar o auxílio desta Prefeitura, e

considerando que na realidade, o “Dispensário dos Pobres”, instituição criada graças à iniciativa piedosa e cristã do zeloso Vigário local, a quem não faltaram a irrestrita solidariedade e o prestimoso concurso de todas as classes sociais do município, vem, não obstante, os precários recursos financeiros de que dispõe, preenchendo a finalidade social a que se destina, ou seja, a de prestar socorro e amenizar a situação de um sem número de famílias entregues a mais degradante penúria econômica.

Considerando que não se têm feito demorar os frutos benéficos da solícita, humana e cristã atividade do “Dispensário dos Pobres” como ter provocado o desaparecimento do deprimente espetáculo da mendicância pelas ruas desta cidade, e que tanto feria os sentimentos de toda a sua população civilizada e católica.

Considerando que é dever do Município, já que as suas condições financeiras não lhe tenham permitido a iniciativa e o custeio de uma instituição de amparo social e coletivo, qual o é o “Dispensário dos Pobres”, de ir ao encontro e prestar ao mesmo todo o auxílio nos limites de suas possibilidades e recursos.

Considerando, finalmente, que, deste modo, e, ainda, fiel ao programa de política social informada no estatuto básico do Estado Novo, o Poder Público Municipal coloca, se bem que indiretamente, sob sua proteção, uma infinidade de crianças arrastadas a um deplorável estado de miséria física, social e moral, as quais passarão a gozar da assistência do “Dispensário dos Pobres”.

RESOLVE:

Art. 1º. – Fica concedida ao “Dispensário dos Pobres”, instituição de caridade existente nesta cidade, a subvenção anual de um conto e duzentos mil réis (1:200\$000), a contar do exercício financeiro do próximo ano.

§ Único – O pagamento da aludida subvenção será efetuado, mediante requerimento do Diretor do “Dispensário dos Pobres”, em prestações mensais de cem mil réis (100\$000) no último dia útil de cada mês.

Art. 2º. – Fica, ainda, concedida, a título de auxílio imediato, ao “Dispensário dos Pobres”, a importância de trezentos mil réis (300\$000), no presente exercício financeiro.

§ Único – O pagamento da importância acima será efetuado, de uma só vez, ao Diretor do “Dispensário dos Pobres”, pela verba da “Assistência Social e Socorros Públicos” do orçamento vigente.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Pesqueira, 23 de setembro de 1939.

João Arruda Marinho dos Santos – Prefeito. (Livro de Atos. 1937 – 1942).

¹⁸³ A Região, Pesqueira, 21 dez. 1941, p. 01.

¹⁸⁴ Ibidem, 11 jan. 1942, p. 04.

cinema, promovia sessões de filmes com renda destinada ao Dispensário dos Pobres. Nessas exibições a energia era fornecida ao cinema gratuitamente e o mesmo ficava isento de pagar o imposto de caridade que o município costumava cobrar¹⁸⁵. Os saldos de festas, como a destinada ao Prefeito Arruda Marinho, em agosto de 1941, e excedentes de enterros e sufrágios também eram doados a essa instituição.

Por intermédio do Sr. José Pita, recebi 697\$500, excedentes da quantia deixada pelo Sr. João do Rego Araújo Maciel, para o seu enterro, sufrágios etc., com fim de aplicar nas esmolas distribuídas por aquela Instituição de caridade. O diretor celebrará uma missa, pela alma do Sr. João do Rego Araújo Maciel, como prova de gratidão e agradece ao Sr. José Pita". (A Região, Pesqueira, 26 out. 1941. p. 03).

A partir de 1950, o Dispensário passou a ser dirigido por três irmãs de caridade, com a incumbência do cadastro social e de visitar domiciliarmente operários, desajustados e mendigos. A instituição que estava instalada no bairro do Prado, funcionou inicialmente com apenas uma área constituída de *hall*, dispensa e sala para as aulas de corte e costura, porém, nesse período, já contava com capela, parlatório, gabinete da diretoria, salão para reuniões, dispensa, salas de aulas e salas de recolhimentos dos pobres. Uma sala para o fichário, onde se mantinha o cadastro de todos que se enquadravam entre os “desajustados sociais”.

¹⁸⁵ Ibidem, 26 out. 1941, p. 03.

A ação do Dispensário dos Pobres não impediu que “*maltas de moleques, vadios e malandros inveterados*”, no início dos anos de 1940, infestassem as ruas, infernizando a vida das pessoas. Os mesmos costumavam agir na bilheteria do Cine Teatro Moderno, “*assaltando, a cata de níqueis ou pedindo entrada*”. Impossibilitada mesmo de agir ficou a instituição no ano de 1942, quando levas e mais levas de homens, mulheres e crianças, essas desde de idade mais tenra até mocinhas e rapazinhos, todos apresentando miséria extrema, maltrapilhos e famintos desfilavam pela cidade como conseqüência da seca prolongada no alto Sertão. Na sua peregrinação para o litoral, instalavam-se ali provisoriamente, proporcionando “*um espetáculo deveras constrangedor e dantesco*”¹⁸⁶. Despertando a iniciativa dos beneméritos vicentinos e da Diocese local, que deram início à construção de um albergue para os retirantes: Albergue Sebastião de Carvalho, destinado a amparar e abrigar as dezenas de flagelados da seca que passavam pela cidade, em demanda da Zona da Mata, em busca “*do pão e do sustento para os seus. Em vez das noitadas sob as árvores ou nas calçadas, eles terão o teto onde se abrigarem, refazendo as forças da viagem estafante*”. A Diocese solicitou do proprietário do cinema, o acréscimo de dez centavos no preço do ingresso dos filmes, para que esse dinheiro excedente pudesse ser utilizado na conclusão da obra de construção do albergue¹⁸⁷.

¹⁸⁶ A Região, Pesqueira, 14 jun. 1942, p. 01.

¹⁸⁷ Ibidem, 16 fev. 1943, p. 01.

Tudo indica que o número de pedintes na cidade crescia cada vez mais a cada ano. Em 1944, dizia-se que meia dúzia de dispensário não dava vencimento ao crescente número de mendigos¹⁸⁸. Dois anos depois se lamentava do grande contingente de pedintes nas ruas, montando um quadro triste para os que passam e uma situação aborrecedora para os da terra, lembrando que houve tempo em que a polícia e o dispensário procuravam dar um jeito¹⁸⁹. Mas, como isso não mais acontecia, dizia-se ser lastimável que apesar dos propalados “*foros de progresso e civilização*”, a cidade vivia cheia de mendigos adultos e crianças, “*(...) num verdadeiro chocante contraste com o aspecto de trabalho que agita a cidade sol a sol*”¹⁹⁰.

A pauperrização da população foi tomando dimensões cada vez maiores, a ponto do poder público municipal se vê obrigado a adotar medidas que ao menos escamoteavam a miséria tão evidente. Uma dessas ações foi a “distribuição”, a preço de custo, de tecido popular para os pobres, que andavam vestidos de molambos, compondo uma figura digna do mais “*displicente espantalho*”¹⁹¹. No universo de miséria as pessoas buscam os mais diversos meios para prover a sua sobrevivência. Daí, muitas crianças se envolverem nas atividades de abater animais, pois, além de poder ganhar algum trocado, levavam para casa as partes não comercializadas, como “*o fato*” – as vísceras - como costumavam chamar. O número de meninos e meninas envolvidos nessa

¹⁸⁸ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 16 jul. 1944, p. 01.

¹⁸⁹ Ibidem, 22 dez. 1946, p. 03.

¹⁹⁰ Folha de Pesqueira, Pesqueira, 11 maio 1947, p. 01.

¹⁹¹ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 13 jul. 1947, p. 01.

atividade era tão grande, que o vereador Genésio de Oliveira, do PRP, requereu em 12 de dezembro de 1947, ao Juiz de Menores que proibisse que menores de 13 a 15 anos trabalhassem abatendo, caprinos e ovinos, sob a alegação de que isso prejudicava a sua formação, sem no entanto, fazer menção aos motivos que os empurravam para aquela atividade. Dizia o edil, numa demonstração de que a sua retórica encontrava-se apartada da realidade e dos interesses dos seus pretensos representados, “(...) tais atitudes (...) contrariam os princípios mais comezinhos de respeito a formação da consciência cristã da juventude, ao público e ao resguardo da saúde da população, principalmente a pobreza”. Na parte que trata do resguardo da saúde pública, defende interesses daqueles que, como ele, podiam comprar os animais abatidos, uma vez que esse abate era realizado em locais não apropriados, levando o vereador a apelar ao Prefeito que designasse o Matadouro Público, mesmo esse ainda carecendo de aparelhagem, como local para tal atividade¹⁹². Aqui se faz necessário abrirmos um parêntese para tratar da higienização do açougue público, pois seu estado era verdadeiramente um caso de polícia. Não dispunha de torneiras, nem de pias. Os vendedores não tinham indumentária apropriada. O piso e as paredes ostentavam a mais repugnante imundície. Fervilhava de cachorros entre os balcões. Tudo isso concorria para aumentar o grau de contaminação da carne, que já chegava ali em péssimo estado, devido às más condições dos matadouros e do transporte¹⁹³. Retomando a questão da miserabilidade pela qual passava grande parte da população pesqueira, vemos que as medidas adotadas, de cunho meramente coercitivas,

¹⁹² A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 04 jan. 1948, p. 01.

¹⁹³ Ibidem, 12 mar. 1950, p. 01.

não surtiram efeitos e elas se sucedem como prova de sua inocuidade. Em 1952, o Juiz da Comarca local baixou uma portaria proibindo menores de esmolarem pelas ruas. Apesar dos termos enérgicos da portaria, continuaram os menores de ambos os sexos a andar pelas portas dia e noite mendigando. Mesmo sem existir uma quantificação desses menores que perambulavam pelas ruas, dado o número de reclamações, nos dá a impressão que eram muitos. E eles faziam de tudo que era tido como reprovável, como ir para o Estádio Municipal Joaquim de Brito, nos dias de jogo, porem-se por baixo da arquibancada para pelas frestas da madeira espiarem as pessoas que estavam em cima comodamente sentadas, objetivando ver a roupa íntima das senhoras e senhoritas. Nessa proeza não estavam sozinhos, dizia-se que até mesmo homens de barba na cara os acompanhava¹⁹⁴, até simplesmente vadiar pelas ruas, batendo nas portas para pedir água e comida, furtando o que encontravam em descuido nas residências, sendo vítima de violência, como a acontecida com José Heliodoro da Silva, de 16 anos, natural de Palmeira dos Índios, em Alagoas, que se encontrava prestando serviços a um circo em temporada na cidade. Um desordeiro contumaz, de nome Severino Marcolino, vulgo Severino Gangarro, com várias entradas na cadeia local, desertor do exército, tendo fugido do 14 R.I., em Socorro, Jaboatão, no dia 20 de dezembro, num sábado, após tomar muita aguardente e ter se exibido, utilizando como petisco (“tira gosto”), uma lâmina de barbear, matou com uma peixeirada no coração, o menor. Tendo o mesmo sido morto enquanto dormia, às 16 horas. O assassino evadiu-se do local, mas foi preso pela polícia, comandada pelo Tenente

¹⁹⁴ Gazeta de Pesqueira, Pesqueira, 24 dez. 1952, p. 04.

João Bezerra, nas proximidades da Fazenda Floresta, situada a uns cinco quilômetros da cidade¹⁹⁵.

A ação dos menores criou na cidade um clima de suspeitas sobre os mesmos. Talvez tenha sido isso que levou um guarda noturno a assassinar um jovem, provavelmente acreditando que o mesmo fosse um delinqüente. O episódio ocorreu no dia 04 de fevereiro de 1953, quando o menor, que morava no bairro do Prado, ao dirigir-se para a sua casa, nas primeiras horas de uma terça-feira, tendo que percorrer um longo caminho do centro até a sua residência, armou-se, improvisando um pedaço de madeira como cassetete. Ao chegar na ladeira que dava acesso ao bairro onde residia (ladeira do Convento São Francisco, atual avenida Joaquim de Brito) foi abordado por um guarda noturno que tentou desarmá-lo. Por ter resistido à investida do guarda, foi morto com um tiro de revólver no ouvido. O assassino foragiu-se do local do crime¹⁹⁶.

Mesmo não tendo sido comprovado que o menor assassinado pelo guarda noturno fazia parte de algum dos inúmeros grupos de menores que delinqüiam, a prevenção do guarda se justificava porque no bairro do Prado existia uma quadrilha de menores arrombadores de prédios residenciais e comerciais, que quando obtinham êxito nas suas incursões, vendia o resultado do furto para um intrujão, que era comerciante e residia

¹⁹⁵ Gazeta de Pesqueira, Pesqueira, 24 dez 1952, p. 01.

¹⁹⁶ Ibidem, 05 fev. 1953, p. 01.

no mesmo bairro. Esses menores conseguiram furtar até latas de goiabada da Fábrica Peixe¹⁹⁷.

4.3. Fecha o Pano, Continua o Drama

A atividade industrial, por mais que identifiquemos mazelas dela decorrentes, regozijava os pesqueirenses, briosos da atividade que colocava a sua localidade entre as mais importantes do estado, quiçá da região nordestina. O que existia de novidade chegava ao município, mesmo que apenas alguns pudessem desfrutar da mesma. Entretanto, era para lá que grandes contingentes acorriam, expulsos de sua terra pela miséria e pelas intempéries da natureza. Pesqueira se afigurava como local onde ainda podia-se ter a chance de se conseguir um posto de trabalho. São muitos os depoimentos de pessoas que deixaram a sua terra e foram tentar emprego nas fábricas ou em alguma atividade que o município passou a desfrutar devido a dinâmica que a indústria imprimiu à cidade. Podia-se trabalhar como operário, como funcionário dos escritórios das fábricas, nos jornais – realizando as mais diversas atividades -, nas associações comerciais, nas entidades de classes etc..

No ano de 1937, um recenseamento da cidade, apresentou o seguinte quadro: construção de alvenaria – 1.224; total de

¹⁹⁷ Gazeta de Pesqueira, Pesqueira, 01 jan. 1953, p. 04.

prédios – 1.762; construções de taipa – 538; prédios de um pavimento – 1.748; prédios de dois pavimentos – 12; prédios de três pavimentos – 02; ruas arborizadas – 05; praças – 02; prédios alugados – 996; prédios próprios – 776; homens que sabem ler – 1.605; mulheres que sabem ler – 1.564; homens que não sabem ler 2.394; mulheres que não sabem ler – 2.955; homens casados – 1.320; mulheres casadas – 1.387; homens solteiros – 2.441; mulheres solteiras – 2.640; homens viúvos – 278; mulheres viúvas – 452; homens de 01 a 06 anos – 682; homens de 07 a 10 anos – 566; homens de 11 a 16 anos – 442; homens de 17 a 21 anos – 377; homens de 22 a 30 anos – 771; homens de 31 a 40 anos – 471; homens de 41 a 50 anos – 336; de 51 em diante – 304; mulheres de 01 a 06 anos – 632; mulheres de 01 a 06 anos – deixou de informar; mulheres de 17 a 21 anos – 583; mulheres de 22 a 30 anos – 801; mulheres de 31 a 40 anos – 579; mulheres de 41 a 50 anos – 381; mulheres de 51 em diante – 405; pernambucanos – 8.293; outros estados – 196; estrangeiros – 29; total de habitantes – 8.418; domésticos – 3.933; comerciantes – 162; sapateiros – 55; comerciários – 88; funcionários públicos – 78; pintores – 11; operários – 2.037; industriais – 15; fazendeiros – 47; agricultores – 364; criadores – 33; funileiros – 22; pedreiros – 73; marchantes – 20; artistas – 45; chauffeurs – 18; religiosos franciscanos – 24; carpinas – 22; professoras – 22; mecânicos – 06; padres – 04; médicos – 04; dentistas – 04; advogados – 02; engenheiros agrônomos – 02; engenheiros civis – 01; engenheiro eletricitista – 01; bacharéis em comércio – 01; tipógrafos – 02; colegiais – 664. Esse censo foi publicado por partes, nos dias 10 e 25 de abril de 1937, pela Agência Estatística de Pesqueira, onde o seu diretor, Eugênio

Maciel Chacon, alegava que Pesqueira era o principal centro industrial e pecuário do interior do estado, porém, tinha um vida cultural pouco aquinhoadada, com duas ou três bibliotecas, das associações religiosas e a do Centro Dom Vital, fundado pela Diocese. Entretanto, necessitava de uma Academia de Comércio e caso essa não fosse logo criada, talvez se tornasse a médio e a longo prazo, impossível implementá-la, pois tramitava no Congresso Nacional um projeto de lei que visava regulamentar a fundação de estabelecimentos de cursos superiores, instituindo a seguinte tabela: Universidade – depósito de 300:000\$000 (trezentos contos de réis) no tesouro nacional; prédio próprio e corpo docente regularizado e fiscalizado. Para os cursos de Medicina e Engenharia 150:000\$000 (cento e cinquenta contos de réis); Escola de Farmácia, Odontologia e Comércio 100:000\$000 (cem contos de réis), além de ter que obedecer aos demais requisitos. Aproveita a oportunidade para retomar o tema da monocultura do tomate, subsidiada pelos industriais e, segundo ele, com ganhos melhores que os demais produtos agrícolas, porém causava a escassez dos demais gêneros, acarretando a alta do custo de vida e aumentando a precariedade da vida do povo.

A indústria munia a localidade de novidades inimaginadas pela população interiorana. Dispunha-se de uma Sociedade Exportadora de Doces e Conservas Ltda., fundada pelas empresas Carlos de Brito & Cia. e José Didier & Cia., no dia 23 de maio de 1929. Essa entidade fazia com que seus funcionários fossem os disseminadores das novidades do Sul do País. As notícias de que noutras cercanias à noite vivia-se às claras,

tendo a população outros hábitos, que o dia não se acabava com o pôr do Sol, suscitavam demandas para que esses sinais de progresso se estendessem pelos distritos e nesse bojo inaugura-se a luz elétrica no distrito de Alagoinha, na véspera do natal de 1929 e em 18 de março do ano seguinte é a vez de Poção. Na sede do município, reivindica-se um horário mais extenso para o fornecimento da energia, pois o mesmo ia até às 22 horas, tendo as residências, por precaução, de fechar-se às 21 horas, quando tocavam os sinos da Igreja Catedral e do Convento. No ano de 1946, o horário de ligação da chave da usina elétrica havia se estendido. Entretanto, dizia-se que ao iniciar o fornecimento de energia às 17 h 30, tudo já estava escuro, *“ocasionando transtorno ao comércio local”* e no máximo às 23 h 30, *“a luz desaparece”*. Apelava-se à Prefeitura para que antecipasse o horário de ligação e que prolongasse a hora de desligar. O Hospital Regional de Pesqueira era atingido pelo deficiente fornecimento de energia elétrica, pois sua localização numa parte alta da cidade e distante da usina, fazia com que a corrente elétrica chegasse a ele muito fraca, tendo por isso que recorrer à Fábrica Peixe¹⁹⁸, quando era necessário se fazer operações ou raio X. Até que a Fábrica doou Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) e o governo do estado Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) para se comprar um gerador. Passando o mesmo a suprir o Hospital em maio de 1947. A pequena usina onde foi instalado o gerador foi construída com doações dos comerciantes e demais industriais da cidade.

¹⁹⁸ Desde que foi inaugurado, o Hospital recebia auxílio da Fábrica Peixe, que doava mensalmente Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) fornecia lenha e construiu uma casa para abrigar as irmãs religiosas que atendiam no hospital.

A luz elétrica incrementou a vida. Foi ela que tornou possível o surgimento da escola noturna da Associação Comercial, para formação de auxiliares do comércio, também aberta aos demais jovens que desejavam aperfeiçoar seus estudos. O desenvolvimento de atividades noturnas na recém inaugurada Capela do Colégio Santa Dorotéia, que tem a proteção de Nossa Senhora da Divina Providência¹⁹⁹.

Vista apenas na perspectiva das ações empreendidas pelo poder público e das novidades que foram surgindo no município, temos a impressão que o seu crescimento era algo insofismável. A Prefeitura passou a contar com mais uma fonte de renda quando, baseado no artigo 72, parágrafos 5 e 20, da Constituição Federal e artigo 12, da lei estadual 2.085, de 13 de agosto de 1930, em reunião do Conselho Municipal, de 29 de agosto de 1930, numa sessão extraordinária, passou-se definitivamente o controle dos cemitérios para o poder público municipal.

Sob forte influência da Igreja e dos patrões industriais, ainda em 30 de setembro de 1930, foi criado o sindicato operário. Também, na primeira metade da década de 1930, tem início a entrega de correspondência em domicílio. Como todo hábito novo, a população via alguns inconvenientes nesse serviço, pois se acusava o chefe dos Correios e Telégrafos de proibir as

¹⁹⁹ A Escola Noturna da Associação Comercial foi inaugurada no dia 09 de setembro de 1933 e a Capela do Colégio Santa Dorotéia, no dia 15 de março de 1930.

peessoas de irem apanhar suas correspondências no balcão da Companhia, para forçá-las a alugar as caixas postais²⁰⁰. E o município que havia sofrido com a carência de escolas para os que podiam pagar os estudos dos seus filhos, assistiu a reabertura do Colégio Diocesano, que passou a ser denominado de Cristo Rei, com internato, semi-internato e externato²⁰¹. São também os mais abastados que passam a goza dos serviços da Beneficência Médica de Pesqueira, mediante contribuição mensal, poderiam desfrutar de consultas médicas, visitas, execução de intervenção de pequenas cirurgias, serviços odontológicos (extrações e clínica dentária). Visita aos residentes na zona rural, descontos nos preços dos medicamentos, nas taxas e nas diárias de hospitalização e outros benefícios. A empresa prestadora dos serviços deixava claro que, a exemplo do que já ocorria em outras cidades, visava atender os que podiam ter o necessário para tratar-se com economia, mas não dispunha de recursos para socorrer os casos de emergência. Não sendo, portanto, sociedade de assistência a indigentes²⁰².

Adotando-se o mesmo vícios para se percorrer a cidade, temos a impressão de que tudo ia bem. A firma José Araújo & Cia., magazine que ficou conhecido em todo País, inaugurou a sua primeira filial no Recife, na Rua Duque de Caxias, centro da Capital, em julho de 1943. E nesse mesmo ano teve lugar em Pesqueira a Exposição do Estado Novo, onde eram mostradas as

²⁰⁰ Jornal de Pesqueira, Pesqueira, 07 jul. 1934, p. 01.

²⁰¹ A reabertura foi anunciada em 08 de dezembro de 1934, mas a inauguração só ocorreu no dia 11 de fevereiro do ano seguinte.

²⁰² A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 18 jun. 1939, p. 02.

realizações do Governo Federal, em Pernambuco. Aproveitou-se a ocasião, com a presença de autoridades, como José do Rego Maciel, Secretário da Fazenda do Estado e Nilo Pereira, Diretor do DIP, para se inaugurar os melhoramentos urbanos e visitar as obras de construção do açude da Peixe e do açude Afetos, como também, o Hospital e o Dispensário dos Pobres. A Exposição realizou-se no dia 15 de agosto, no Salão da Cooperativa Agro-Pecuária de Pesqueira. Trilhando esse mesmo caminho, deparamo-nos com a inauguração das obras de melhoramentos do Jockey Club de Pesqueira, em 04 de novembro de 1944; com a construção, por iniciativa do Bispo Diocesano, Dom Adelmo Machado, da sede do Círculo Operário, na Avenida José Didier; inauguração do Seminário Diocesano de São José, em 10 de junho de 1947²⁰³. Um novo empreendimento industrial, surgiu em julho de 1947, a fábrica de Sabão Pesqueira, que produzia sabão em barra, amarelo e marrom, numa iniciativa da empresa comercial, situada na rua Barão de Vila Bela, denominada Irmãos L. Martins²⁰⁴. No ano seguinte é a vez da inauguração da Casa Nelson Avelar, na mesma artéria da fábrica de sabão, destinada a comercializar peças automobilísticas. Ainda assiste-se a inauguração da sede do Clube dos Radicais, com a presença do Ex-Governador Barbosa Lima Sobrinho e do cinema da Rádio Difusora (julho de 1953). No plano da assistência social, o Serviço Nacional de Proteção à Infância, no ano de 1950, envidou esforços para que fosse providenciado no bairro da Pitanga um Posto de Puericultura. O Presidente da Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de

²⁰³ A construção do Seminário foi ventilada pelo primeiro Bispo da Diocese, no entanto, só implementada por seu sucessor Dom Adalberto Sobral, com substancial ajuda da Fábrica Peixe, que além de fornecer material, transporte e água permanente, doou Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

²⁰⁴ Folha de Pesqueira, Pesqueira, 27 jul. 1947, p. 03.

Pesqueira, Dr. Carlito Didier Pita, celebrou contrato entre a Liga e a Prefeitura para que essa última assumisse a administração da construção do posto. A Liga firmou contrato também com o Serviço Estadual da Criança, do qual recebeu inicialmente Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) restando receber mais duas quotas de Cr\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil cruzeiros).

Para a manutenção do Posto, a Liga recebeu inicialmente Cr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros) doados pelo Departamento da Criança e Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), da Prefeitura. O Posto foi planejado para ter posto de higiene pré-natal, posto de higiene infantil, lactário e cantina (restaurante para as nutrizes e gestantes). Intencionava-se ainda construir em sua parte posterior, um parque infantil.

O Presidente da Liga pleiteava também a instalação de um posto da Legião Brasileira de Assistência, no bairro do Prado, por ser, segundo suas palavras, um bairro como o da Pitanga: *“arrabaldes, (...) densamente habitados por gente paupérrima”*²⁰⁵. Porém, essa iniciativa ficou apenas na intenção.

Finalmente, no ano de 1953, foi fundado o Centro Social Operário de Pesqueira, com finalidade recreativa, beneficente e de intermediação nos litígios entre patrões e empregados, cujo Estatuto, no artigo 3º., alínea C, rezava que sua intervenção, buscando debelar possíveis

²⁰⁵ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 30 jul. 1950, p. 01.

incompreensões entre as partes seria “*dentro do espírito de justiça e compreensão entre as duas classes*”²⁰⁶.

Buscando enxergar a realidade a partir de outro ângulo, deixando de lado as inaugurações e as novidades que estavam sempre surgindo e perscrutando o cotidiano dos pesqueirenses do ponto de vista de suas agruras pela sobrevivência, retornamos ao período da Segunda Guerra (1939 – 45). Época particularmente difícil, devido à alta do custo de vida que se abateu sobre a localidade. Essa situação lançou no mercado, sobretudo no comércio de gêneros agrícolas, grande quantidade de atravessadores, forçando a subida dos preços desses produtos. Situação aparentemente incompatível com a conjuntura de falta de dinheiro, porém se justificava devido ao fato da Prefeitura ter tabelado esses gêneros, e os proprietários dessas mercadorias escondia-as, dando a impressão de escassez, e as colocava a venda através dos atravessadores, provocando a elevação de seus preços. Em meados de junho de 1942, o produto que mais sofreu com essa estratégia dos comerciantes foi a farinha de mandioca²⁰⁷. Essa situação exemplificada com a farinha de mandioca, não poupou outros produtos, muito menos, outras formas de se ludibriar a população e a legislação. O aumento do preço do leite vendido em domicílio e a diminuição do peso do pão em 25 gramas, permanecendo, porém, com o mesmo preço, alegando-se a alteração no preço da farinha de trigo devido a Guerra, motivaram reuniões da Comissão

²⁰⁶ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 26 jun. 1955, p. 04.

²⁰⁷ A Região, Pesqueira, 14 jun. 1942, p. 04. Denunciava-se também que a escassez dos gêneros alimentícios era devido a ocupação das áreas agricultáveis pela pecuária e a conseqüente derrubada de árvores. À diminuição da oferta de alimentos era correspondente ao número de famintos. Dizia-se que era devido a essa “*prática condenável e criminosa*” que as pessoas se bandeavam para o comunismo, esquecendo a democracia cristã. (A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 03 nov. 1946, p. 04).

Municipal de Preços, que estabeleceu o valor do pão em Cr\$ 0,20 e o peso 80 gramas. Alta também sofreu o preço da “carne verde” (carne bovina fresca), sendo necessária a intervenção da Secretaria de Segurança Pública, através da Delegacia de Polícia local, visando minorar o preço do produto, ameaçando com severas penas – não descritas -, no caso de inobservância das determinações da autoridade policial. Entretanto, a população reclamava que os marchantes transformavam toda a carne em “carne de sol”, que obtinha preços mais altos, chegando a ser vendida a Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros) o quilo. O período da Guerra coincidiu com uma seca severa, contribuindo para o aumento do custo de vida. Com salário médio de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), os trabalhadores deparavam-se com preço do quilo de açúcar por Cr\$ 2,00, do arroz Cr\$ 2,50 e o feijão, a farinha, o milho e a carne eram mais caros. Diante desse quadro, que não era privilégio de Pesqueira, criou-se a nível nacional a Coordenação de Mobilização Econômica, em 1944, que objetivava adotar medidas uniformes de fiscalização dos preços e da qualidade dos produtos em todo o Brasil. Entretanto, tentou-se, pelo menos em Pernambuco, tirar proveito dessa iniciativa, quando foi solicitada autorização para se produzir uma marca de sabão de qualidade inferior as do mercado, sob a alegação de que o mesmo teria baixo preço, recebendo indeferimento do Interventor estadual Amaral Peixoto²⁰⁸.

Indubitavelmente, apesar das artimanhas dos comerciantes para lograr vantagens nos seus negócios, a alta do custo de vida fez

²⁰⁸ A Região, Pesqueira, 26 abr. 1942, p. 06 e 20 jun. 1943, p. 01. Voz de Pesqueira, Pesqueira, 25 nov. 1943, p. 01, 07 nov. 1943, p. 01, 13 fev. 1944, p. 01, e 20 fev. 1944, p. 01.

o comércio declinar. No entanto, além da Guerra e da seca, a população via na falta de estradas ligando Pesqueira a municípios como Garanhuns e Pedra, que dispunham de população significativa, mas não tinham comércio com a dimensão do pesqueirense, mais um fator que contribuía para o declínio do comércio local. Inexistia também estrada que desse acesso a Umbuzeiro²⁰⁹, na Paraíba. Pois, o fato dessa vila ligar-se à sede do seu município, Monteiro e com outras cidades como Boqueirão, Campina Grande e tantas mais, existindo a estrada interligando-as, poderia se constituir num atrativo para as populações dessas localidades irem comprar em Pesqueira. Outro fator elencado era a queda na produção agrícola, sobretudo, nas culturas de algodão, milho e feijão²¹⁰.

A alta dos preços foi de fato avassaladora. Os alugueis de imóveis eram tão exorbitantes que o jornal a Voz de Pesqueira, orientava os inquilinos a procurar as autoridades judiciais da Comarca ou o Delegado Regional de Polícia, que eram os incumbidos pelo Tribunal de Segurança Nacional, para resolver esses casos *“que eram verdadeiras extorsões”*. O Decreto Lei 4.598, de 1º. de setembro de 1942, no seu artigo 1º., estabelecia que *“durante o período de dois anos, a contar da vigência desta lei, não poderá vigorar em todo território nacional, aluguel de residências de qualquer natureza, superior ao cobrado em 31 de dezembro de 1941”*. E o texto da Lei prosseguia dizendo que *“sejam os mesmos ou outros locadores ou sublocadores e o locatário ou sublocatário”, a*

²⁰⁹ A construção de uma rodovia ligando Pesqueira à vila de Umbuzeiro, no município de Monteiro, na Paraíba, teria seu trajeto cortando e facilitando a exploração de uma área fértil entre as duas localidades. Em 1941, o Prefeito Arruda Marinho, construiu trechos dessa rodovia, mas teve que interromper a obra, devido aos gastos com a construção do açude Afetos.

²¹⁰ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 22 out. 1944, p. 08.

determinação tinha que ser cumprida, devendo o transgressor responder por crime contra a economia popular, sendo julgado pelo referido Tribunal de Segurança Nacional²¹¹.

Na década de 1950 já era flagrante a decadência do município. Isso se refletia na dispersão dos votos dos seus eleitores, que devido às práticas assistencialistas votava em candidatos que lhes assistia com alimentos, material de construção, promessa de emprego etc., sendo esses de outras cidades. Assim, Pesqueira não teve na legislatura de 1950 – 1954, nenhum representante na Assembléia Estadual, nem na Câmara Federal. O que paradoxalmente acudiu o município foi a seca, chamada pela população de *Deputado Seca*, pois a calamidade chamou a atenção das autoridades estaduais e federais e, assim, se conseguiu alguns benefícios: foram construídas as estradas Pesqueira – Cimbres – Monteiro e Pesqueira - Poção –estado da Paraíba²¹². Mas, não se deixou de lamentar o declínio econômico-financeiro, com o aumento do custo de vida, segundo dizia-se, causado pelo abandono das roças de subsistência e a conseqüente migração da população do campo para a cidade e a ocupação do espaço rural pela monocultura do tomate. Sendo essa atividade importante, pois “*tem a missão de dar vida às indústrias locais*”, apesar dessas se encontrarem debatendo-se com toda sorte de infortúnios, até mesmo o preço do kilowatt da energia da CHESF era muito alto para os industriais, pagava-se a razão 1.85 e 1.55, quando em Caruaru e Garanhuns, custava apenas 0,80. Tendo

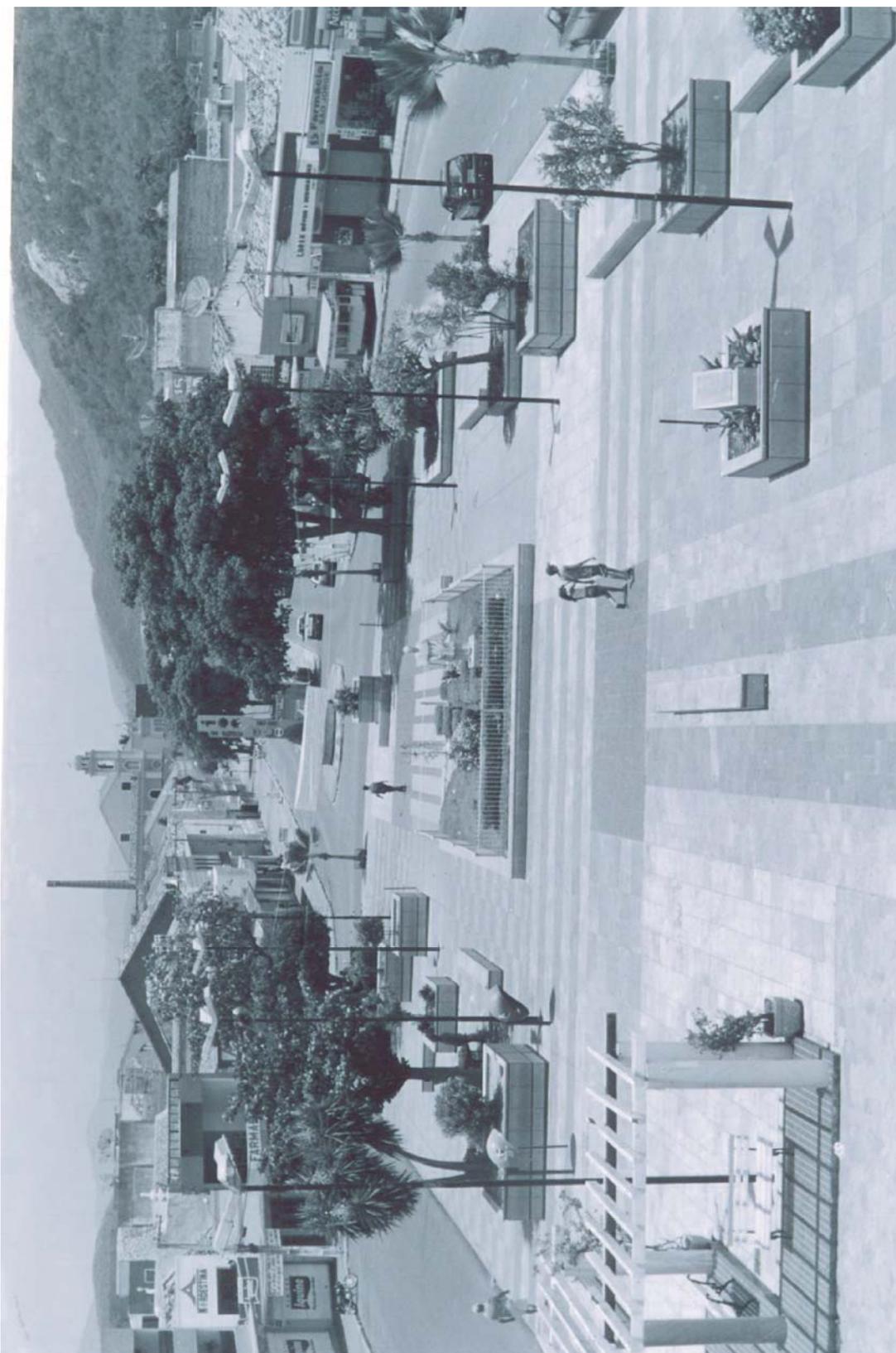
²¹¹ A Voz de Pesqueira, Pesqueira, 23 jan. 1944, p. 01.

²¹² Gazeta de Pesqueira, Pesqueira, 04 out. 1953, p. 01.

a Prefeitura de cobrir parte dessas despesas das fábricas²¹³. Retomando a questão da monocultura do tomate, argumentava-se que era uma *“necessidade imperiosa de existência ou digamos mais modernamente, - evitando embora o sentido marxista – de uma coexistência pacífica e harmônica entre a monocultura e a roça”*²¹⁴. O que ocorreu, no entanto, foi a expansão do tomate, arrebatando e tolhendo terras às culturas de subsistência e ao pequeno criatório. Se por um lado era essencial às fábricas, por outro arrasava os pequenos proprietários e tinha também seus reflexos nefastos nos operários, sub-empregados, desempregados, mendigos. A economia concentradora e excludente era outro elemento que contribuía para a degradação do nível de vida, pauperização que não inviabilizava a principal atividade ali desenvolvida, pois pobreza não só gera pobreza. O declínio do município ocorre quando as suas fábricas, imersas numa estrutura monopolista, deparam-se com um espaço competitivo demasiadamente estreito e o mercado regional não oferecia perspectiva, por encontrar-se, como já dissemos anteriormente, marcado de forma irreversível pela acumulação e concentração capitalista em nível de monopólio.

²¹³ Gazeta de Pesqueira, Pesqueira, 28 out. 1956, p. 04.

²¹⁴ Ibidem, 26 fev. 1956, p. 01.



PRAÇA DOM JOSÉ LOPES. 2005
FOTO: LEO VILA ANTUNES



BUSTO DA FUNDADORA DA FÁBRICA PEIXE. 2005.

PRÉDIO DA FÁBRICA PEIXE DESATIVADA. 2005.

FOTOS: LEO VILA ANTUNES





PRÉDIO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA, INAUGURADA EM 1907. 2005.
FOTO: LEO VILA ANTUNES



PRÉDIO DA RÁDIO DIFUSORA DE PESQUEIRA, INAUGURADA EM 1951. 2005.
FOTO: LEO VILA ANTUNES



ESCRITÓRIO DA FÁBRICA TIGRE, FECHADA NA DÉCADA DE 1950. 2005.

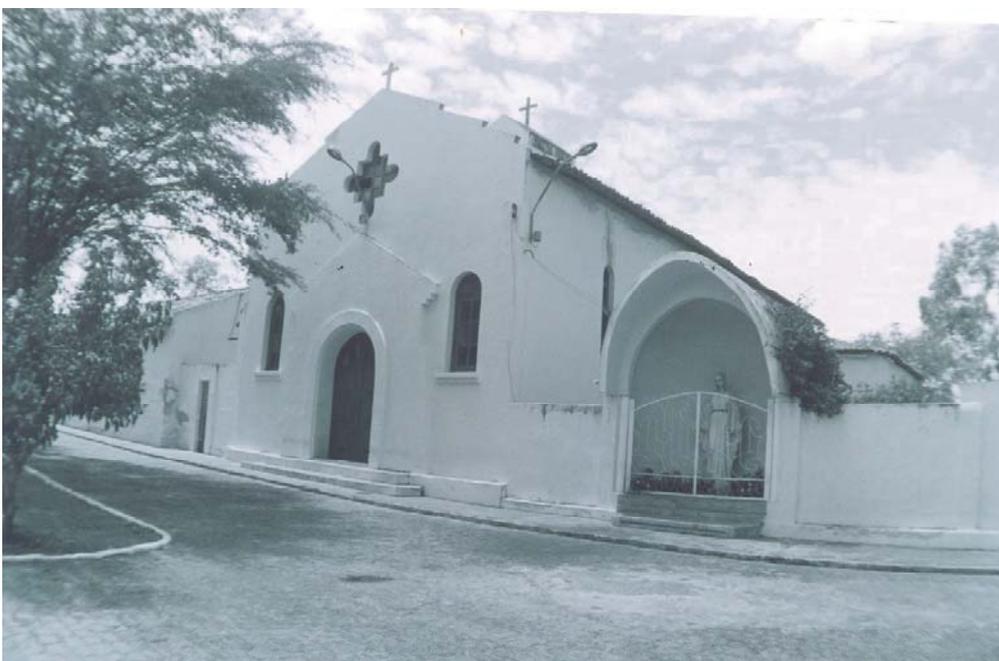


PRÉDIO DA FÁBRICA ROSA. SAIU DO CONTROLE ACIONÁRIO DE SEUS FUNDADORES NA DÉCADA DE 1950. 2005.

FOTOS: LEO VILA ANTUNES



HOSPITAL DR. LÍDIO PARAÍBA, ANTIGO HOSPITAL REGIONAL DE PESQUEIRA, INAUGURADO EM 1940. 2005.
FOTO: LEO VILAANTUNES



CAPELA N. Sra. DAS GRAÇAS, DO HOSPITAL DR. LÍDIO PARAÍBA, INAUGURADA EM 1914. 2005.
FOTO: LEO VILAANTUNES



ESTABELECIMENTO COMERCIAL (PITANGA), RESIDÊNCIAS DOS ANTIGOS OPERÁRIOS (PRADO), 2005.
FOTOS: LEO VILA ANTUNES





PRODUTOS DA FÁBRICA PEIXE S.A.
AUTOR DESCONHECIDO



PRÉDIO DO DISPENSÁRIO DOS POBRES, INAUGURADO EM 1939, ATUAL ESCOLA ESTADUAL ARRUDA MARINHO. 2005.
FOTO: LEO VILA ANTUNES.



HANGAR DO ANTIGO AEROPORTO, INAUGURADO EM 1947. 2005.
FOTO: LEO VILA ANTUNES.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

I – FONTES

1 – ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO

1.1 – Jornais de Pesqueira

Avante

Órgão lítero social e noticioso

1 (1) 31 dez. 1934

Dir. E. A. Maciel

O Balcão

Órgão do “Clube dos Radicais”

S/n, 24 de jun. 1951

Dir. João Mansinho

Mimeografado

A Bomba

Órgão do “Clube dos Radicais”

Nº 1, jun. 1952

Mimeografado

O Clarim

Órgão literário do “Clube dos Radicais”

Jornal literário – noticioso

1 (1) 1º maio 1948

Nº 4, 16 jun. 1949

2 (9, 10) jan., maio 1951

3 (11) 02 dez. 1951

4 (12) 13 abril 1952

Dir. Luiz Oliveira Neves e Severino Melo

Coligação

Órgão da “Coligação dos Comerciários de Pesqueira”

S/n. 30 out. 1936

3 (5) 24 jul. 1938

Dir. Artur Lins

Collegial

Jornal dos estudantes do Colégio Pesqueirense

N. 1, 10 março 1907

Manuscrito

A Coruja

Jornal humorístico

S/n., 04 fev. 1944

Red. Fernando Bezerra, Anísio Duque

Correio de Pesqueira

Seminário lítero – social, noticioso e ilustrado

1928/1929

Fundado em 29.05.1927

Prop. Cândido Joaquim de Brito

Cultura

Letras – artes-cênicas – notícias

1 (1) 25 dez. 1938

1 (1) fev. 1939

Dir. Luiz Gonzaga Santos

O Democrático

Órgão da opinião do PSD de Pesqueira

1 (1) 31 jan. 1937

Dir. Severiano Jatobá e Agostinho B. Cavalcanti

Diocese de Pesqueira

N. único, 03 fev. 1929

O Efêmero

1 (1) dez. 1918/ jan. 1919

Era Nova

Seminário Católico da Diocese de Pesqueira

1 (1/25) maio/nov. 1920

2 (27/30) set./nov. 1921

3 (31/36) mar./out. 1922

1 (1) 06 jan. 1955 – 2ª fase

6 (285) 17 jul. 1960

10 (500, 501, 511) out., dez., 1964

11 (513) 03 jan. 1965

15 (738/746) nov., dez. 1969

Dir. resp. Pe. José Aragão

O Escarlate

Órgão do partido encarnado (um dos componentes do pastoril - folguedo natalino que representa no nascimento de Jesus Cristo)

S/n. 15 nov. 1947

A Festa

Órgão dos rapazes

8 (8) 05 fev. 1945

Dir. resp. Flamínio Maciel, Gilberto M. Silva

A Flama

S/n. 05 fev. 1948

Dir. J. E. F.

A Fogueira

Órgão do “Clube dos Radicais”

N. especial para o São João – 1920

68 (3.575.387.066) 24 jun. 1974

Dir. Luiz Neves, Pio Jardim

Folha de Pesqueira

1947/1956

Dir. Paulo Oliveira

Gazeta de Pesqueira

Órgão Independente e noticioso

1902/1903

3 (1/40) jan., dez. 1904

1905/1921

52 (1, 2) dez. 1952

52 (5, 10, 21, 23) fev., abril, out., nov. 1953

52 (30, 33) maio, agost. 1954

55 (39) 13 out. 1957

60 (63/77) mar., nov. 1962

Fundado em 15.11.19022

Prop. Dir. Sebastião Cavalcanti

Semanal

Ideal Jornal

Semanário de literatura e elegância, para os freqüentadores do Cinema

Ideal

1 (1) 18 agosto 1918

Ed. José Araújo & Cia.

O Infantil

Órgão literário, noticioso independente

1 (1) 17 junho 1918

Dir. e gerente: Mário Correia

O Intinerário

Jornal de literatura e arte

1 (2) jul. agost. 1952

1(3) jan. 1953

2 (4) fev. 1954

Dir. Waldemir O. Lins

Jornal de Mimoso (distrito)

Noticioso e independente

1 (1) 27 nov. 1952

1 (2/3) jan. , fev. 1953

2 (5) nov. 1953

Dir. Luiz Aoun

Jornal de Pesqueira

Órgão independente

1931/1935

Dir. prop. Abílio Maia

Jurandir Britto de Freitas
Poliantéia em homenagem ao pranteado Jurandir
N. único, 19 out. 1948

A Marcha
(sigma – jornais – reunidos)
1 (2) 22 jan. 1936
Dir. Everardo A. Maciel

Nova Era
1981/1983
Dir. Pe. José Maria da Silva
Semanal

O Ororubá
1 (1) 22 agosto 1936
Dir. Eládio Marques

Pátria
Órgão literário e crítico
1 (1/2) nov., dez. 1915
1 (3/5) fev. mar. 1916
Red. Chefe: Mário José Barros Correia

Pesqueira – Cem Anos
1880/1980
N. especial, 19 abril 1980.
Ed. Diário de Pernambuco

Pesqueira Sportivo

Órgão de elegâncias e literatura sportiva, dedicado aos interesses sportivos de pesqueira e dos municípios do interior

1 (1) 15 jun. 1919

1 (2) 20 jul. 1919

Prop. "Pesqueira Foot – Ball Club"

Red. Antônio Rodriques

Quinzenal

O Raio

Jornal humorístico

1 (3) 03 maio 1931 – recortado

Dir. prop. Luiz de M. Didier

Quinzenal

O Pesqueirense

Jornal noticioso e literário da Farmácia S. José

1 (1) 26 jan. 1919

A Região

Semanário social, noticioso

6 (1/10) out., dez. 1941

6(11/50) jan., out. 1942

6 (1/10) out., dez. 1942

6 (11/50) jan., out. 1943

7 (2) 31 out. 1943

Dir. Eugênio Maciel Chacon

O Sabre

Órgão cívico – militar do T. G. 437

1 (1) 14 maio 1939

Dir. E. Pimentel

S. A. P. Jornal

N'a homenagem aos serviços de Alto-falantes de Pesqueira

S/n.

S/n. 19mar. 1950

S/n. 20 mar. 1955

Dir. Albérico Soares, R. Jatobá e Libério Martins

O Teatro

Órgão artístico e humorístico

1 (1) 27 jul. 1918

A Voz do Cristo Rei

Órgão da 4ª Série – Ginásio Cristo Rei

2 (2) 09 dez. 1944

A Voz de Pesqueira

Órgão noticioso e independente

1 (1) 27 set. 1936

1936/1961

Dir. Eugênio Chacon

1.2 – Folha da Manhã

10/08/1930 – 22/08/1949

1.3 – Acervo Cartográfico – Série Obras Públicas

Projetos:

Hospital de Pesqueira

Cadeia em Pesqueira

Paço Municipal de Pesqueira

Topografia da Cidade de Pesqueira

Um trecho da rua barão de Lucena na cidade de Pesqueira

2. DIOCESE DE PESQUEIRA

Livro Nº 1 – Secretaria

Registro/ Termos etc. (Floresta, 01 de janeiro de 1917. Pesqueira, 09 de maio de 1947)

Livro Nº 3

Diário da Diocese de Pesqueira (Floresta, 07 de dezembro de 1911. Pesqueira, 29 de janeiro de 1947)

Livro de Tombo

Inauguração do Seminário/ 1947.

Livro: Histórico do Seminário

Dados Históricos do Novo Seminário Menor de Pesqueira

3. ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PESQUEIRA

Livros de Registro de Títulos

Livros de Registro da Arrecadação Sobre os Usuários e Locatários de Prédios Públicos

Livros Caixa de Pagamentos

Livros Caixa de Rendimento de Receitas

Livros Caixa de Pagamentos de Despesas
Livros Caixa Resumo
Livros de Lançamento de Diversos Impostos
Livros de Décima Urbana e Limpeza
Livros Caixa de Recebimentos
Livro de Registro de Leis Municipais – Livro Nº 04 – 1931/1936
Livros de Lançamento de Impostos Rurais
Livros de Registros de Matrícula de Automóveis
Livros de Lançamento de Imposto Predial
Livros de Assentamento dos Pagamentos de Despesas com Construção e Conservação de Estradas e Rodagens
Livros de Registro da Estatística de Gado Abatido
Livros de Classificação de Receita
Livros de Registro de Procuração
Livros de registro da Dívida Ativa
Livros de Registro de Ata de Reuniões de Professores do Município
Livros de Talões
Livros de Escrituração e Lançamento de Impostos de Indústria Pastoril
Livros de Ponto dos Funcionários
Livros de Lançamento de Terrenos Aforados
Livros de Registro de Serviços Realizados Pela Prefeitura
Livros de Lançamento do Imposto Predial, Taxa de Limpezas e Outras Subtaxas
Livro de Atas da Comissão de Preços
Livros de Registro de Despesas com Terceiros
Livros de Dotação Orçamentária
Livros de Registro de Petições de Gado.
Livros de Dotação Orçamentária (Extra-Orçamentária)
Livros de Registro de Enterros (1936/38 – 1939/41 – 1943/46 – 1946/48 – 1949 – 1952/53 – 1954/58)
Livro de Termos de Juramento e Posse
Livros de Leis (1949/1969 - 04 livros)

Livros de Portarias (1925/1953 – 04 livros; 1953/1966 – 02 livros)

Livros de Atos (1930/1966 – 05 livros)

Boletins Diários de Receitas e Despesas (Década de 1950)

Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 1980

Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 1991

Anuário Estatístico do Brasil – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

- 1960

II . REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e Outras Artes. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, São Paulo: Editora Cortez, 1999.

AMORIM, Fábio Lima. Uma Cidade Germanófila em 30: O Integralismo em Pesqueira. Recife: Dissertação de Mestrado, Depto. de História/UFPE, 2002.

ANDRADE, Gilberto O. de, e LINS, Rachel Caldas. PIRAPAMA: Um Estudo Geográfico e Histórico. Recife: Ed. Massangana, 1984.

ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem do Nordeste. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. Poder Político e Produção do Espaço. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1984.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 3^a ed., São Paulo: Cortez; Campinas: SP, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

BARBALHO, Nelson. Caboclos do Urubá. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/ FIAM, 1977.

BENEVOLO, Leonardo. História da Cidade. São Paulo: Perspectivas, 1996.

BENJAMIM, Walter. "Paris, Capital no Século XIX". In: Walter Benjamin. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1985.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. História da Saúde Pública no Brasil. Coleção História em Movimento, São Paulo: Ática, 1998.

BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. O Brasil na Década de 1940: Autoritarismo e Democracia. Série Princípios, São Paulo: Ática, 1999.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001.

BRESCIANI, Maria Stella. Londres e Paris no Século XIX: Um Espetáculo de Pobreza. Coleção Tudo é História, São Paulo: Brasiliense, 1982.

BUARQUE, Cristovam. O Colapso da Modernidade Brasileira e Uma Proposta Alternativa. 3^a ed., São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CALADO, Alder Júlio. Relações de Dependência Social no Agreste Centro Ocidental de Pernambuco. Recife: Dissertação de Mestrado, Depto. de Sociologia, PIMES/UFPE, 1979.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. Autoritarismo e Populismo; bipolaridade no sistema político brasileiro. Rio de Janeiro: Dados, 1976.

CARDOSO, Fernando H. FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARLOS, Ana Fani A. Espaço e Indústria. Coleção Repensando a Geografia, São Paulo: Contexto, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Os Bestializados. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de e PAULO NETTO, José. Cotidiano: Conhecimento e Crítica. 5^a ed., São Paulo: Editora Cortez, 2000.

CAVALCANTI, Célia Maria de Lira. A Acumulação de Capital e a Industrialização em Pesqueira. Recife: Dissertação de Mestrado, Depto. de Economia, PIMES/UFPE, 1979.

CAVALCANTI, Paulo. O Caso Eu Conto Como o Caso Foi: da Coluna Prestes à Queda de Arraes – Memórias. 3^a ed., Recife: Guararapes, 1980.

CAVALCANTI, Roberto e CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento Regional no Brasil. Brasília IPEA, Série Estudos para o Planejamento, nº. 16, 1979.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e Epidemias n a Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHILCOTE, Ronald H. Transição Capitalista e Classe Dominante no Nordeste. São Paulo: TAQ/EDUSP, 1991.

CIGNOLLI, Alberto. Estado e Força de Trabalho: Introdução à política social no Brasil. Coleção Primeiros Vãos, São Paulo: Brasiliense, 1985.

COHN, Amélia. Planejamento e Crise Regional. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1978.

COHN, Gabriel. "Problemas da Industrialização no Século XX". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em Perspectiva. Coleção Corpo e Alma do Brasil, São Paulo: Difel, 1980.

CONSELHO DE PROFESSORES INDÍGENAS XUKURU. Xukuru, Filho da Mãe Natureza: Uma História de Resistência e Luta. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. Série Princípios, São Paulo: Editora Ática, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. GRAMSCI: Um Estudo Sobre Seu Pensamento Político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaio. 2ª ed., São Paulo: Editora Cortez, 1996.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis: Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro. 6ª ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEAN, Warren. "A Industrialização Durante a República Velha". In: História Geral da Civilização Brasileira, vol. 8, São Paulo: Difel, 1982.

_____. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: Difel - Ed. da Universidade de São Paulo, 1971.

DECCA. Edgar de. O Nascimento das Fábricas. Coleção Tudo é História, São Paulo: Brasiliense, 1982.

DECCA. Maria Auxiliadora Guzzo de. Cotidiano de Trabalhadores na República: São Paulo - 1889/1940. Coleção Tudo é História, São Paulo: Brasiliense, 1990.

DELLA CAVA, Ralph. "Igreja e Estado no Brasil do Século XX". Estudos CEBRAP 12, São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1975.

DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

ENGELS, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Madrid: Presença, 1976.

FARIAS, Antônio A. da Costa e BARROS, Edgard Luiz de. Getúlio Vargas e Sua Época. História Popular/nº. 08, 8ª ed., São Paulo: Global Editora, 1997.

FARIAS, Damião Duque de. Em Defesa da Ordem: Aspectos da Práxis Conservadora Católica no Meio Operário em São Paulo (1930 - 1945). São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

FRAGA FILHO, Walter. Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX. São Paulo/ Salvador: HUCITEC- EDUFBA, 1996.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. 4ª ed., São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREITAS, M Britto de. A Parceria Agrícola de Indústrias Alimentícias Carlos de Britto S/A (Fábrica “Peixe”) na Agro-Indústria do Tomate de Pesqueira. Recife: 1966.

FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO/FIDEPE - SEPLAN/PE. Pesqueira. Monografias Municipais/19, Recife: 1982.

FEITOSA, Raymundo J. do R. Capitalismo e Camponeses no Agreste Pernambucano: Relações entre Indústria e Agricultura na Produção de Tomate em Pesqueira - PE, Recife: Dissertação de Mestrado, Depto. de Sociologia, PIMES/UFPE, 1985.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FUNDAÇÃO IBGE. Censo Demográfico de Pernambuco - 1950. Rio de Janeiro: 1955.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 27^a ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

_____. Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-estrutural. 3^a ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. O Mito do Desenvolvimento Econômico. 3^a ed., (Coleção Leitura), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GIDDENS, Anthony. A Conseqüências da Modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GÓES, Raul de. Herman Lundgren: Pioneiro do Progresso Industrial do Nordeste. Rio de Janeiro: A Noite, 1949.

GONÇALVES JR., A. J. et al. O Que é Urbanismo. Coleção Primeiros Passos/246, São Paulo: Brasiliense, 1990.

GORENDER, Jacob. A Burguesia Brasileira. Coleção Tudo é História, São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAMSCI, Antônio. Cartas do Cárcere. 4^a ed., Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

_____. Concepção Dialética da História. 10^a ed., Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995.

_____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 3^a ed., Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.

_____. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Introdução à Formação Econômica do Nordeste. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 3^a ed., Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

HARDMAN, Foot e LEONARDI, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil. 2^a ed., São Paulo: Ática, 1991.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. 4^a ed., São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HOBSBAWN, Eric. A Era do Capital. 2^a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26^a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IGLÉSIAS, Francisco. A Industrialização Brasileira. Coleção Tudo é História, São Paulo: Brasiliense, 1994.

KRISCHEKE, Paulo José. A Igreja e as Crises Políticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1979.

LEFEBVRE, HENRI. A Cidade do Capital. Rio de Janeiro: DP & editora, 1999.

_____. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ática, 1991.

_____. O Direito à Cidade. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LE GOFF, Jacques. Por Amor às Cidades. São Paulo: Editora da UNESP, 1988.

LE MOS, Carlos. História da Casa Brasileira. Coleção Discutindo a História, São Paulo: Contexto, 1996.

LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Desenvolvimento e Mudança Social. 5^a ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1980.

LUCA, Tânia Regina de. Indústria e Trabalho na História do Brasil. Coleção Repensando a História, São Paulo: Contexto, 2001.

MACIEL, José de Almeida. Pesqueira e o Antigo Termo de Cimbres. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/FIAM, vol. 1, 1980.

_____. Questões de Toponímia Municipal Pernambucana. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/FIAM, vol. 2, 1984.

_____. Ruas de Pesqueira. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/FIAM, vol. 9, 1987.

MAGALHÃES, Agamêmnon. O Estado e a Realidade Contemporânea. Recife: Oficinas Graphicas do Diário da Manhã S.A., 1933.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. Signos em Confronto: O Arcaico e o Moderno na Princesa (PB) dos Anos Vinte. Recife: Dissertação de Mestrado, Depto. de História/UFPE, 1999.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. 8ª. ed., Ciências Sociais/16, São Paulo: Hucitec, 2004.

MAZZEO, Antônio Carlos. Burguesia e Capitalismo no Brasil. 2ª ed., Série Princípios, São Paulo: Ática, 1995.

MORAES, José Geraldo Vinci de. Cidade e Cultura Urbana na Primeira República. Coleção Discutindo a História do Brasil. São Paulo: Atual, 1994.

MORAIS, Regis de. O Que é Violência Urbana. Coleção Primeiros Passos/42, São Paulo: Brasiliense, 1981.

MORSE, Richard. História da Formação de São Paulo - Da Comunidade à Metrópole, São Paulo: Difel, 1970.

MUMFORD, Lewis, A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A Cidade Sob o Fogo: Modernização e Violência Policial em Teresina.(1937 - 1945). Recife: Tese de Doutorado, Depto. de História/UFPE, 1999.

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. Formação e Desenvolvimento do Capital Industrial em Pernambuco (1890/1920): Mercado Interno e Industrialização. Recife: Dissertação de Mestrado, Depto. de História/UFPE, 1988.

NEEDELL, Jeffrey D. A Belle Époque Tropical. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Luís. Pesqueira - Evocação Ano 100. Pesqueira: s.ed., 1980.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. História do Trabalho. Série Princípios, São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães; consolidação e crise de uma elite política. Série Estudos e Pesquisas/32, Recife: FUNDAJ – Editora Massangana, 1984.

PATRIOTA, Fernando R. Barros. Industrialização do Caroá no Sertão de Pernambuco: Um Processo Interrompido. Recife: Dissertação de Mestrado, Depto. de História/UFPE, 1992.

_____. Redenção e Miragem na Indústria do Caroá: Crescimento Auto Sustentado no Sertão do Nordeste (1932/1960). São Paulo: Tese de Doutorado, Depto. de História/USP, 1999.

PERES, A. e CAVALCANT, M. Machado. Indústrias de Pernambuco. Recife: Imprensa Industrial, 1935.

PERNAMBUCO - Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco - CONDEPE. A Atividade Industrial de Pernambuco - 1949-1977. Recife: 1970.

_____. As Comunidades Indígenas - Os Xucuru. Recife: 1981.

PESSOA, Dirceu. Espaço Rural e Pobreza no Nordeste do Brasil. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1980.

PRADO JR., Caio. A Cidade de São Paulo. Coleção Tudo é História, São Paulo: Brasiliense, 1983.

REZENDE, Antônio Paulo. (Des)Encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

_____. História do Movimento Operário no Brasil. Série Princípios, São Paulo: Ática, 1986.

ROCHFORT, Michel. Redes e Sistemas - Ensinando Sobre o Urbanismo e a Região. São Paulo: HUCITEC, 1998.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas Cidades Brasileiras. Coleção Repensando a Geografia, São Paulo: Contexto, 1997.

RODRIGUES, Marly. A década de 50: Populismo e Metas Desenvolvimentistas no Brasil. 4ª ed., Série Princípios, São Paulo: Ática, 1999.

ROLNIK, RAQUEL. O Que é Cidade. Coleção Primeiros Passos/203, São Paulo: Ática, 1988.

ROSAS, Clemente. "Política Industrial Nordestina: Miragem e Realidade", In: Revista Pernambucana de Desenvolvimento, Recife: 10 (1) - 93-101, janeiro/junho, 1983.

SADER, Emir. Estado e Política em Marx. 2ª ed., São Paulo: Editora Cortez, 1998.

SANTA CRUZ, Pedro et al. Pesqueira Secular: Crônicas da Velha Cidade. Recife:Gráfica Editora Santa Cruz, 1980.

SANTOS, L. Cristovão dos. Carlos Frederico Xavier de Brito (O "Bandeirante" da Goiaba). Recife: 1953.

SANTOS, Milton. A Urbanização Desigual. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. Manual de Geografia Urbana. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. O Espaço do Cidadão. 4ª ed., Coleção Espaços, São Paulo: Nobel, 1998.

SARTI, Cynthia Andersen. A Família Como Espelho: Um Estudo Sobre a Moral dos Pobres. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 1996.

SCHMIDT, BENÍCIO V. O Estado e a Política Urbana no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1983.

SEGATTO, José Antônio. Breve História do PCB. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

SENNET, Richard. O Declínio do Homem Público. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SETTE, Hilton. Pesqueira: Aspectos de Sua Geografia Urbana e de Suas Interrelações Regionais. Recife: 1956.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura Como Missão. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Orfeu Estático na Metrópole: São Paulo: Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

SILVA, José Borzacchiello da, COSTA, Maria Clélia Lustosa e DANTAS, Eustógio Wanderley C. (Org.). A Cidade e o Urbano. Fortaleza: EUFC, 1997.

SIMONSEN, Roberto C. Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1973.

SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbano. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974.

_____. Economia Política da Urbanização. 14^a ed., ver., São Paulo: Contexto, 1998.

SILVA, José Graziano da. O Que é Questão Agrária. 2^a ed., Coleção Primeiros Passos/ 18, São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. Na Cidade da Parahyba, O Percurso e as Tramas do Moderno (1892 - 1929). Recife: Tese de Doutorado, Depto. de História/ UFPE, 1999.

SKDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual. Série Princípios, São Paulo: Ática, 1996.

SOUZA, Vânia R Fialho de P. e. As Fronteiras do Ser Xukuru. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1998.

SPÓSITO, Eliseo Savério. A Vida nas Cidades. Coleção Repensando a Geografia. São Paulo: Contexto, 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e Urbanização. Coleção Repensando a Geografia, São Paulo: Contexto, 1997.

TOLEDO, Benedito Lima. São Paulo: Três Cidades em Um Século. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Edição Revisada e Ampliada, Rio de Janeiro: Record, 2000.

TRINDADE, Héglio. Integralismo Brasileiro na Década de Trinta. São Paulo: Difel, 1979.

TRONCA, Ítalo. Revolução de 1930: a dominação oculta. 2^a ed., Coleção Tudo é História/42, São Paulo: Brasiliense, 1983.

VELLOSO, Mônica. Que Cara Tem o Brasil? As maneiras de pensar e sentir o nosso país. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

WILSON, Luís. Ararobá Lendária e Eterna. Recife: CEPE, 1980.

_____. Anísio Galvão e Outras Notas Para a História de Pernambuco. Pesqueira: Câmara dos Vereadores, 1986.